1. Responsáveis pelo formulár	io	
1.0 - Identificação dos respons	áveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Pre	esidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de	Relações com Investidores	3
2. Auditores independentes		
2.1/2.2 - Identificação e remune	eração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações releva	antes	8
3. Informações financ. selecior	nadas	
3.1 - Informações Financeiras		9
3.2 - Medições não contábeis		10
3.3 - Eventos subsequentes às	últimas demonstrações financeiras	12
3.4 - Política de destinação dos	s resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	s e retenção de lucro líquido	15
3.6 - Declaração de dividendos	à conta de lucros retidos ou reservas	16
3.7 - Nível de endividamento		17
3.8 - Obrigações		18
3.9 - Outras informações releva	antes	19
4. Fatores de risco		
4.1 - Descrição dos fatores de	risco	20
4.2 - Descrição dos principais r	riscos de mercado	37
4.3 - Processos judiciais, admir	nistrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	40
	nistrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ores, ex-controladores ou investidores	48
4.5 - Processos sigilosos releva	antes	57
4.6 - Processos judiciais, admir conjunto	nistrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em	58
4.7 - Outras contingências rele	vantes	62
4.8 - Regras do país de origem	e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	64
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	68
5.3 - Descrição dos controles internos	75
5.4 - Programa de Integridade	78
5.5 - Alterações significativas	82
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	83
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	84
6.3 - Breve histórico	85
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	88
6.6 - Outras informações relevantes	89
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	90
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	93
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	94
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	95
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	107
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	108
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	111
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	112
7.8 - Políticas socioambientais	113
7.9 - Outras informações relevantes	114
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	115
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	116
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	117

	8.4 - Outras inf. Relev Negócios extraord.	118
9. /	Ativos relevantes	
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	119
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	120
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	123
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	149
	9.2 - Outras informações relevantes	157
10.	Comentários dos diretores	
	10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	158
	10.2 - Resultado operacional e financeiro	187
	10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	194
	10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	196
	10.5 - Políticas contábeis críticas	198
	10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	204
	10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	205
	10.8 - Plano de Negócios	206
	10.9 - Outros fatores com influência relevante	208
11.	Projeções	
	11.1 - Projeções divulgadas e premissas	209
	11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	210
12.	Assembleia e administração	
	12.1 - Descrição da estrutura administrativa	212
	12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	221
	12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	225
	12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	230
	12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	231
	12.7/8 - Composição dos comitês	241

	12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	244
	12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	245
	12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	251
	12.12 - Outras informações relevantes	252
13.	Remuneração dos administradores	
	13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	253
	13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	259
	13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	263
	13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	265
	13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária	275
	13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária	284
	13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária	288
	13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	290
	13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	294
	13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	295
	13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	296
	13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	297
	13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	298
	13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	299
	13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	300
	13.16 - Outras informações relevantes	301
14.	Recursos humanos	
	14.1 - Descrição dos recursos humanos	303
	14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	305

14.3 - Descrição da po	olítica de remuneração dos empregados	306
14.4 - Descrição das r	elações entre o emissor e sindicatos	309
14.5 - Outras informaç	ões relevantes	310
15. Controle e grupo eco	onômico	
15.1 / 15.2 - Posição a	ıcionária	311
15.3 - Distribuição de o	capital	354
15.4 - Organograma d	os acionistas e do grupo econômico	355
15.5 - Acordo de acior	nistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	357
15.6 - Alterações relev	antes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	365
15.7 - Principais opera	ıções societárias	366
15.8 - Outras informaç	ões relevantes	376
16. Transações partes re	elacionadas	
16.1 - Descrição das relacionadas	egras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes	377
16.2 - Informações sol	bre as transações com partes relacionadas	378
	s medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter o das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	394
16.4 - Outras informaç	ões relevantes	395
17. Capital social		
17.1 - Informações sol	bre o capital social	396
17.2 - Aumentos do ca	apital social	397
17.3 - Informações sol	bre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	398
17.4 - Informações sol	bre reduções do capital social	399
17.5 - Outras informaç	ões relevantes	400
18. Valores mobiliários		
18.1 - Direitos das açõ	ies	401
18.2 - Descrição de ev os obriguem a realizar	ventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que r oferta pública	402

	18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	403
	18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	404
	18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	405
	18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	407
	18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	408
	18.8 - Títulos emitidos no exterior	410
	18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	411
	18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	412
	18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	413
	18.12 - Outras infomações relevantes	414
19.	Planos de recompra/tesouraria	
	19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	417
	19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	418
	19.3 - Outras inf. relev recompra/tesouraria	420
20.	Política de negociação	
	20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	421
	20.2 - Outras informações relevantes	422
21.	Política de divulgação	
	21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	425
	21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	427
	21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	429
	21.4 - Outras informações relevantes	430

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Bernardo Pinto Paiva

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Ricardo Rittes de Oliveira Silva

Diretor de Relações com Investidores

#### 1.1 - Declaração do Diretor Presidente

#### Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Bernardo Pinto Paiva

Cargo do responsável

Diretor Geral

#### O diretor acima indicado declara que:

- **a.** Reviu o formulário de referência;
- **b.** Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a19; e
- **c.** O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 29 de maio de 2018.

/s/ Bernardo Pinto Paiva

Nome: Bernardo Pinto Paiva

Cargo: Diretor Geral

#### 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Cargo do responsável Fernando Mommensohn Tennenbaum Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

#### O diretor acima indicado declara que:

- **a.** Reviu o formulário de referência;
- **b.** Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a19; e
- **c.** O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 10 de julho de 2018.

<u>/s/ Fernando Mommensohn Tennenbaum</u> Nome: Fernando Mommensohn Tennenbaum

Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## 2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM				
Código CVM	385-9				
Tipo auditor	Nacional	Nacional			
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes			
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11				
Período de prestação de serviço	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015			
Descrição do serviço contratado	Auditoria ou revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e consultoria tributária.				
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício social de 2015 foi de R\$ 7.998.191,03, sendo R\$4.877.704,45 relativos aos serviços de auditoria de revisão das demonstrações financeiras de 2015, incluídas as revisões trimestrais, R\$2.438.352,12 referentes à auditoria das controladas e R\$ 682.134,46 referentes a outros serviços.				
Justificativa da substituição	A substituição foi realizada para atender a rotatividade obrigatória dos auditores independentes prevista no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99.				
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.				
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço		
Vagner Ricardo Alves	01/01/2015 a 31/12/2015	084.811.888-08	Rua Henri Dunant, 1383, 9º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (11) 51861185, Fax (11) 51861333, e-mail: valves@deloitte.com		

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	Auditores Independen	tes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/01/2016 a 31/12/2016		
Descrição do serviço contratado	Auditoria ou revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e consultoria tributária.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício social de 2016 foi de R\$ 9.167.000,00, sendo R\$ 4.532.000,00 relativos aos serviços de auditoria de revisão das demonstrações financeiras de 2016, incluídas as revisões trimestrais, R\$ 3.512.000,00 referentes à auditoria das controladas e R\$1.123.000,00 referentes a outros serviços.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que	e não houve substituiç	ão.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alexandre Cassini Decourt	01/01/2016 a 31/12/2016	257.953.648-51	Av Dr. Chucri Zaidan, 1.240, Golden Tower, 4º ao 12º andares, Chácara Sto Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861183, e-mail: acassini@deloitte.com

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	385-9			
Tipo auditor	Nacional			
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	ı Auditores Independe	ntes	
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11			
Período de prestação de serviço	01/01/2017 a 31/12/2017			
Descrição do serviço contratado	Auditoria ou revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços de auditoria ou revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia durante o exercício social de 2017 foi de R\$ 7.801.000,00.			
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço CPF Endereço			
Alexandre Cassini Decourt	01/01/2017 a 12/07/2017	257.953.648-51	Av Dr. Chucri Zaidan, 1.240, Golden Tower, 4º ao 12º andares, Chácara Sto Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861183, e-mail: acassini@deloitte.com	
Eduardo Franco Tenório	13/07/2017 a 31/12/2017	132.142.498-19	Av Dr. Chucri Zaidan, 1.240, Golden Tower, 4º ao 12º andares, Chácara Sto Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861332, e-mail: eftenorio@deloitte.com	

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	385-9	385-9		
Tipo auditor	Nacional	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	Auditores Independen	tes	
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11			
Período de prestação de serviço	01/01/2018			
Descrição do serviço contratado	Auditoria ou revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e consultoria tributária.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável.			
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço CPF Endereço			
Eduardo Franco Tenório	01/01/2018	132.142.498-19	Av Dr. Chucri Zaidan, 1.240, Golden Tower, 4º ao 12º andares, Chácara Sto Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861332, e-mail: eftenorio@deloitte.com	

### 2.3 - Outras informações relevantes

Não há qualquer outra informação relevante sobre a matéria que não tenha sido divulgada nesta seção.

## 3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	47.982.855.000,00	46.651.273.000,00	50.333.633.000,00
Ativo Total	86.851.989.000,00	83.841.418.000,00	90.176.234.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	47.899.276.000,00	45.602.561.000,00	46.720.141.000,00
Resultado Bruto	29.857.498.000,00	28.924.602.000,00	30.658.770.000,00
Resultado Líquido	7.850.504.000,00	13.083.397.000,00	12.879.141.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	15.710.221.382	15.701.102.928	15.685.094.439
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	3,054000	2,971000	3,209000
Resultado Básico por Ação	0,470000	0,080000	0,790000
Resultado Diluído por Ação	0,46	0,79	0,79

#### 3.2 - Medições não contábeis

# a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado).

#### Reconciliação Lucro Líquido/EBITDA Ajustado

(Descrição da Conta em milhões de Reais)	Exercícios encerrados em:		
	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro líquido – Ambev	7.331,97	12.546,61	
Participação dos não controladores	518,54	536,79	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	5.079,30	314,97	
Lucro antes de impostos	12.929,81	13.398,37	
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3,12	4,99	
Resultado financeiro líquido	3.493,90	3.702,01	
Itens não recorrentes (1)	108,70	(1.134,33)	
EBIT Ajustado	16.535,52	15.971,04	
Depreciação, amortização & <i>Impairment</i> (excluindo itens não recorrentes)	3.612,08	3.512,04	
EBITDA Ajustado	20.147,60	19.483,08	

<sup>(1)</sup> Os itens não recorrentes são assim compostos:

Itens não recorrentes	Exercícios encerrados en		
Descrição da Conta (em milhões de reais)	31/12/2017	31/12/2016	
Resultado decorrente de troca de ações	- 1.2		
Reestruturação	(105,46)	(79,82)	
Custos decorrentes de combinação de negócios	(3,84)	(29,78)	
Outros	0,60	3,96	
TOTAL	(108,70)	1.134,33	

# c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada.

Cabe destacar, ainda, que o EBITDA Ajustado é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo

#### 3.2 - Medições não contábeis

segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. Por fim, destaca-se que medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como um indicador do desempenho da Companhia.

#### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Existem três eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 2017, conforme destacados abaixo:

- i) Em janeiro de 2018, a Companhia, por meio de suas subsidiárias Labatt Breweries e Ambev Luxemburgo, contraiu dois novos empréstimos no valor total de R\$2,0 bilhões, aproximadamente, com vencimento em até um ano.
- ii) Em janeiro de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em linha com o comunicado ao mercado divulgado em 1 de dezembro de 2017, concluiu a operação com a ELJ, sócia da Tenedora, titular de quase a totalidade da CND. Em decorrência da conclusão da operação, a Companhia, direta ou indiretamente, se tornou titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes, bem como o início do prazo para o exercício da opção de compra pela Companhia da participação da ELJ passou de janeiro de 2019 para janeiro de 2022.
- iii) Em setembro de 2017, a Cervecería y Maltería Quilmes S.A., uma subsidiária da Ambev, celebrou um acordo pelo qual a AB InBev concede uma licença perpétua à Quilmes na Argentina para distribuição da marca Budweiser e outras marcas norte-americanas após a recuperação dos direitos de distribuição destas marcas pela AB InBev da sociedade chilena Compañia Cervecerías Unidas S.A. CCU. O acordo também prevê a transferência da Cerveceria Argentina Sociedad Anonima Isenbeck pela AB InBev para Quilmes e a transferência pela Quilmes de algumas marcas argentinas (Norte, Iguana e Baltica) e ativos comerciais relacionados, além de USD 50 milhões pela Quilmes. O fechamento da transação estava sujeito à aprovação da autoridade antitruste argentina (Comisión Nacional de Defensa de la Competencia) dos documentos principais da operação e a outras condições habituais de fechamento. A aprovação da autoridade antitruste argentina entrou em vigor em 27 de abril de 2018 e a transação foi concluída em 02 de maio de 2018. A Companhia estima um impacto positivo de R\$ 57 milhões no resultado do exercício em decorrência da aplicação da prática contábil de permuta de ativos envolvendo transações sob controle comum.

## 3.4 - Política de destinação dos resultados

	2015	2016	2017	
O estatuto social o Companhia estabelece que u valor não superior a 60% o lucro líquido anual ajustac seja destinado para a reser de investimentos, com finalidade de financiar expansão das atividades o Companhia e de sociedad controladas, inclusive atrav da subscrição de aumentos o capital ou criação de nove empreendimentos, a qual ná poderá ultrapassar 80% o capital social integralizado.		O estatuto social da Companhia estabelece que um valor não superior a 60% do lucro líquido anual ajustado seja destinado para a reserva de investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado.	O estatuto social da Companhia estabelece que um valor não superior a 60% do lucro líquido anual ajustado seja destinado para a reserva de investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado.	
a.1) Valores de Retenções de Lucros / Percentual sobre Lucro Total	R\$ 3.258.060.978,5 / 25,3%	R\$ 3.538.095.967,7 / 27%	R\$ 2.730.131,0 / 34,8%	
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 40% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 40% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 40% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	
c) Periodicidade das distribuições de dividendo	intermediários e/ou juros sobre intermediários e/ou juros sobre o capital próprio à conta de o capital próprio à		Anual e intermediários. A qualquer tempo, o conselho de administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O estatuto social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1° do art. 193 da Lei n° 6.404/76.	

## 3.4 - Política de destinação dos resultados

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

## 3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	s) Exercício social 31/12/2017		Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	7.442.547.766,57	12.644.096.996,00	12.515.891.819,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	63,320000	72,020000	73,970000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	15,510000	26,980000	28,320000
Dividendo distribuído total	4.712.417.426,89	9.106.001.028,00	9.257.830.840,00
Lucro líquido retido	374.391.277,91	3.538.095.967,70	3.258.060.979,00
Data da aprovação da retenção	27/04/2018	28/04/2017	29/04/2016

Lucro líquido re	tido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capita	al Próprio						
Ordinária		4.869.768.533,43	28/12/2017	3.454.172.970,16	29/12/2016	2.352.754.159,20	30/12/2015
Ordinária				2.039.170.956,94	29/02/2016		
Ordinária						1.570.550.571,40	29/06/2015
Ordinária						942.965.619,18	31/03/2015
Dividendo Obrigat	ório						
Ordinária		1.099.715.496,74	22/02/2018	2.511.950.431,36	25/11/2016	2.352.389.533,35	28/09/2015
Ordinária		2.513.076.777,14	17/07/2017				
Ordinária		1.099.077.204,96	23/02/2017				
Ordinária				2.040.800.421,53	29/07/2016		

## 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

							Valor total do
					Espécie/	Valor do	provento
			Início		Classe de	provento	(em milhares
Evento	Aprovação	Provento	Pgto.	Exercício	ação	por ação	de Reais)
RCA	23/02/2015	Juros sobre capital próprio	31/03/2015	2014	ON	0,0300	471.482
RCA	23/02/2015	Juros sobre capital próprio	31/03/2015	2015	ON	0,0600	942.965
RCA	13/05/2015	Juros sobre capital próprio	29/06/2015	2015	ON	0,1000	1.570.551
RCA	28/08/2015	Dividendos	28/09/2015	2015	ON	0,1500	2.352.390
RCA	01/12/2015	Juros sobre capital próprio	30/12/2015	2015	ON	0,1500	2.352.754
RCA	15/01/2016	Juros sobre capital próprio	29/02/2016	2015	ON	0,1300	2.039.171
RCA	24/06/2016	Dividendos	29/07/2016	2016	ON	0,1300	2.040.800
RCA	19/10/2016	Dividendos	25/11/2016	2016	ON	0,1600	2.511.950
RCA	01/12/2016	Juros sobre capital próprio	29/12/2016	2016	ON	0,2200	3.454.173
RCA	22/12/2016	Dividendos	23/02/2017	2016	ON	0,0700	1.099.077
RCA	17/05/2017	Dividendos	17/07/2017	2017	ON	0,1600	2.513.077
RCA	01/12/2017	Juros sobre capital próprio	28/12/2017	2017	ON	0,3100	4.869.769
RCA	21/12/2017	Dividendos	22/02/2018	2017	ON	0,0700	1.099.715

#### 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	38.869,10	Índice de Endividamento	81,00000000	

## 3.8 - Obrigações

Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		7.517,00	17.220,00	20.609,00	131.804,00	177.150,00
Financiamento	Garantia Real		24.208,00	40.226,00	20.575,00	5.655,00	90.664,00
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	0,00	102.739,00	0,00	102.739,00
Financiamento	Quirografárias		247.206,00	127.979,00	0,00	0,00	375.185,00
Empréstimo	Quirografárias		1.042.191,00	621.044,00	79.611,00	64.467,00	1.807.313,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Outras garantias ou privilégio	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			1.321.122,00	806.469,00	223.534,00	201.926,00	2.553.051,00

#### 3.9 - Outras informações relevantes

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia previam tão somente a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros previa cláusulas restritivas (covenants), tais como:

- Covenants financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos;
- Cross Default;
- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades e ativos da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou
- Não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do referido contrato de empréstimo; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro incluindo o BNDES ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, pode ter sido concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("<u>Disposições</u>"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve riscos significativos. Os investidores atuais e potenciais da Companhia devem considerar detalhadamente todas as informações apresentadas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos nesta seção, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, antes de decidir manter ou investir em valores mobiliários de emissão da Companhia. Os negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão ser significativamente afetados por quaisquer dos riscos listados abaixo. O preço de mercado das ações poderá cair em razão da ocorrência de qualquer um dos riscos listados abaixo, sendo certo que o investidor poderá perder parte ou todo seu investimento em ações da Companhia. Riscos que são atualmente desconhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, condição financeira, resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter "efeito adverso" ou "negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante à subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens à Companhia.

#### a) Com relação à Companhia:

A Companhia depende da reputação de seus produtos e marcas, podendo o dano à reputação dos mesmos produzir efeito negativo nos resultados da Companhia.

O sucesso da Companhia depende da sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação de seus produtos e marcas existentes e de desenvolver uma imagem e reputação favoráveis para novos produtos e marcas. A imagem e a reputação de seus produtos e marcas poderão enfraquecer no futuro. Adicionalmente, preocupações acerca da qualidade de produtos, mesmo quando infundadas, poderão prejudicar a imagem e reputação dos produtos da Companhia. Um evento ou uma série de eventos que prejudique de modo relevante a reputação de uma ou mais das marcas da Companhia poderá causar efeito adverso sobre o valor da marca em questão e sobre as receitas advindas da marca ou negócio em questão. A recuperação da imagem e reputação de produtos pode ser dispendiosa e até mesmo impossível.

Ademais, os esforços de *marketing* da Companhia estão sujeitos a restrições ao estilo de propaganda permitida, mídia e mensagens utilizadas. Em muitos países, por exemplo, a televisão é um meio proibido para propaganda de produtos alcoólicos e, em outros países, a propaganda na televisão, embora permitida, é criteriosamente regulamentada. Quaisquer restrições adicionais nesses países, ou a introdução de restrições similares em outros países poderão constranger o potencial de construção de marca da Companhia, reduzindo, assim, o valor de suas marcas e receitas correlatas.

Se qualquer dos produtos da Companhia contiver defeito ou ficar constatado que contém contaminantes, a Companhia poderá ficar sujeita a responsabilidades de recall do produto ou responsabilidades de outra natureza.

A Companhia toma precauções para assegurar que suas bebidas e os materiais de embalagem a elas associados (tais como garrafas, tampas, latas e outros recipientes) atendam aos padrões regulatórios e de segurança alimentar exigidos. Essas precauções incluem programas de controle de qualidade para

materiais principais, o processo de produção e seus produtos finais.

Na hipótese de eventual descumprimento dos padrões regulatórios e de segurança exigidos (tais como contaminação ou defeito) ocorrer no futuro em quaisquer dos produtos da Companhia, tal contaminação ou defeito futuro poderá desencadear interrupções de negócio, *recalls* de produtos ou mesmo responsabilização da Companhia, podendo cada um deles causar efeito negativo sobre os negócios, reputação, perspectivas, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Embora a Companhia mantenha apólices de seguro contra certos riscos de responsabilidade por produto (mas não de *recall* de produtos), a Companhia pode não ser capaz de fazer valer seus direitos no que diz respeito a essas apólices e, na hipótese de ocorrência de contaminação ou defeito, quaisquer valores que a Companhia recupere talvez não sejam suficientes para compensar qualquer dano que possa vir a sofrer, o que poderia causar impacto negativo sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

#### A Companhia pode não ser capaz de proteger seus direitos de propriedade intelectual.

O sucesso futuro da Companhia depende significativamente da sua capacidade de proteger suas marcas e produtos, atuais e futuros, bem como de defender seus direitos de propriedade intelectual, inclusive marcas, patentes, domínios, segredos de negócio e indústria e *know-how*. A Companhia não pode garantir que serão concedidos todos os registros de marcas e patentes relativamente aos pedidos de registros que foram feitos pela Companhia no órgão competente. Também há o risco de que a Companhia poderá, por omissão, deixar de renovar uma marca ou patente em tempo hábil ou de que seus concorrentes contestem, invalidem ou burlem quaisquer marcas e patentes existentes ou futuras emitidas em seu favor ou licenciadas pela Companhia.

A Companhia coloca em prática ações apropriadas para proteger sua carteira de direitos de propriedade intelectual (inclusive pedido de registro de patentes, de marca e de domínio). Contudo, a Companhia não pode ter certeza de que estas medidas serão suficientes para proteger sua carteira de direitos de propriedade intelectual, ou de que terceiros não violarão ou mesmo utilizarão os direitos de propriedade reservada da Companhia. Se a Companhia for incapaz de proteger seus direitos de propriedade reservada contra violação ou uso indevido, esse fato poderá causar efeito negativo relevante sobre os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa ou situação financeira da Companhia e, em particular, sua capacidade de desenvolver seu negócio.

#### A Companhia pode não ser capaz de recrutar ou manter pessoas-chave.

A fim de desenvolver, suportar e comercializar os produtos da Companhia, a Companhia deve contratar e conservar empregados experientes com *expertise* específica. A implementação dos planos de negócio estratégicos poderá ser dificultada pela impossibilidade de recrutamento ou conservação de pessoal chave ou pela perda inesperada de empregados seniores, inclusive em relação às sociedades adquiridas pela Companhia.

A Companhia enfrenta diversos desafios inerentes à administração de um grande número de empregados em regiões geográficas diversas. Os empregados-chave poderão optar por deixar seu emprego por diversos motivos, sendo que o impacto de desligamento de empregados-chave não pode ser determinado, podendo depender, entre outras coisas, da capacidade da Companhia de recrutar outras pessoas com experiência e capacidade similares a um custo equivalente. Não é certo que a Companhia será capaz de atrair ou conservar empregados chave e administrá-los com êxito, o que poderá abalar o negócio da Companhia e produzir efeito negativo relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais e a posição de competitividade da Companhia.

Falhas na tecnologia da informação, incluindo aquelas que afetam a privacidade e segurança das

#### informações comerciais e de clientes, poderiam prejudicar as operações da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar grandes quantidades de dados eletrônicos, incluindo informações pessoais. Uma parcela significativa da comunicação entre a Companhia, clientes e fornecedores depende da tecnologia da informação. Como ocorre com todos os sistemas de grande porte, os sistemas de informação da Companhia poderão ficar vulneráveis a uma variedade de interrupções devido a eventos fora do controle da Companhia, inclusive, mas sem limitação, desastres naturais, atentados terroristas, falhas nas telecomunicações, vírus de computador, ataques de *hackers* ou outras questões de segurança.

A Companhia depende da tecnologia da informação para ser capaz de operar de forma eficiente e fazer interface com os clientes, bem como para manter sua administração e controle internos. A Companhiatambém coleta e armazena informações não públicas que os clientes fornecem ao adquirir produtos e serviços, incluindo, informações pessoais e informações sobre pagamento.

Além disso, a concentração de processos em centros de serviços compartilhados significa que qualquer perturbação na tecnologia poderia causar impacto em grande parcela dos negócios da Companhia dentro das regiões operacionais atendidas. Todos os processos nos centros de serviços compartilhados (ou a ele relacionados) bem como outros projetos transformadores poderiam causar perturbação ao negócio. Caso não sejam alocados, e efetivamente administrados, os recursos necessários à construção e à sustentação da infraestrutura de tecnologia apropriada, a Companhia poderá ficar sujeita a erros de operação, ineficiências de processamento, perda de clientes, perturbação nas operações e perda ou dano à propriedade intelectual em razão de quebra de segurança. Como todos os sistemas de tecnologia da informação, o sistema da Companhia também poderia ser invadido por terceiros na tentativa de furto de informações, corrupção de informações ou perturbação de processos comerciais.

A Companhia toma diversas medidas visando minimizar potenciais perturbações de tecnologia, porém todas essas proteções podem ser comprometidas como resultado de quebras de segurança por terceiros, roubos, cyberataques, erros por parte de funcionários ou funcionários de fornecedores terceiros, de contratados, desvio de dados por parte de funcionários, fornecedores ou terceiros não afiliados ou outras irregularidades que possam resultar em pessoas obtendo acesso não autorizado a dados da empresa ou de outro modo perturbando os negócios da Companhia. Essas e outras perturbações de tecnologia semelhantes podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, fluxos de caixa e situação financeira.

# A cobertura de seguro da Companhia pode ser insuficiente para reparar determinados prejuízos que a Companhia venha a sofrer no futuro.

O custo das apólices de seguro da Companhia pode aumentar no futuro. Ademais, alguns tipos de perdas, tais como perdas decorrentes de guerras, atos de terrorismo ou desastres naturais, em regra, não são segurados, ou por não haver seguro correspondente disponível ou pelo mesmo não poder ser obtido em termos economicamente viáveis. Ademais, recentemente, as seguradoras têm se tornado mais relutantes em segurar esses tipos de eventos.

Caso ocorra um evento não segurado ou ocorra uma perda superior aos limites segurados, esse fato poderá causar impacto negativo sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

#### Os acionistas da Companhia poderão não receber quaisquer dividendos.

Nos termos do estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 40% do lucro líquido anual ajustado, calculado de acordo com a Lei brasileira nº 6.404/76, e alterações posteriores ("Legislação Societária Brasileira"), de acordo com os mecanismos

descritos no estatuto social da Companhia e conforme apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com IFRS. As principais fontes desses dividendos são fluxos de caixa provenientes das operações da Companhia e dividendos das subsidiárias operacionais da Companhia. Dessa forma, em determinados exercícios o lucro ajustado poderá não estar disponível para ser pago sob a forma de dividendos.

A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, mediante a determinação do Conselho de Administração de que tais distribuições seriam desaconselháveis tendo em vista a situação financeira da Companhia. Como a lei não estabelece quais são as circunstâncias que tornam o pagamento de dividendos desaconselhável, se aceita, geralmente, que uma companhia não precise pagar dividendos se tal pagamento colocar em risco a própria existência da companhia ou se prejudicar o curso normal de suas operações.

Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes ou se de outro modo estipulado no estatuto social da Companhia ou na Legislação Societária Brasileira. Desta forma, é possível que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em determinados exercícios sociais.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez dos valores mobiliários de companhias brasileiras poderá limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários da Companhia no momento e pelo preço desejado.

Investir em valores mobiliários de companhias de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em valores mobiliários de companhias de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são geralmente considerados especulativos por natureza.

Investimentos no Brasil, tais como os investimentos nos valores mobiliários da Companhia, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, que incluem, entre outros:

- mudanças nos cenários regulatório, tributário, econômico e político que podem afetar a capacidade de os investidores receberem pagamentos, no todo ou em parte, relativos aos seus investimentos; e
- restrições aos investimentos estrangeiros e ao repatriamento do capital investido.

Os mercados brasileiros de capitais são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de capitais norte-americanos e europeus, e não são tão rigorosamente regulamentados e supervisionados quanto esses mercados. A falta de liquidez relativa e a menor capitalização do mercado acionário brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender seus valores mobiliários pelo preço e no momento em que desejarem.

Futuras emissões de ações poderão diluir a participação dos atuais acionistas, podendo afetar, de modo relevante, o futuro preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar e obter capital adicional no futuro, inclusive por meio de emissão de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações. Qualquer capital adicional obtido através da emissão de ações pode diluir a participação percentual dos investidores no capital da Companhia, bem como o lucro por ação e o valor patrimonial líquido por ação, podendo qualquer emissão, por parte da Companhia ou de seus principais acionistas, causar efeito negativosobre o futuro preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos processos judiciais e administrativosem andamento e decisões desfavoráveis de tais processos podem afetar negativamente os resultados de operações,

#### fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

A Companhia é atualmente e poderá ser no futuro parte de processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios (incluindo demandas trabalhistas, tributárias, cíveis e relacionadas à indústria de bebidas alcoólicas) e poderá sofrer condenações significativas como resultado de tais processos. Os resultados de processos judiciais e administrativos são incertos e, independente do mérito dos pedidos, litígios podem ser caros, demorados e prejudiciais para a Companhia. Nenhuma garantia pode ser dada de que a Companhia obterá decisão ou resolução favorável em qualquer processo em particular. O resultado desfavorável em qualquer processo poderá afetar adversamente os negócios, as marcas, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia. Para mais informações sobre as contingências judiciais e administrativas da Companhia, ver itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A contingência tributária da Companhia cresceu nos últimos anos principalmente em virtude da atualização mensal de seu valor com base na SELIC e do ambiente altamente litigioso no Brasil,com uma legislação tributária muito complexa e, em muitos casos, pouca clara. Além disso, diferentemente de outros países, não há previsão legal para acordos extrajudiciais entre Fisco e contribuinte. À medida em que a fase administrativa dos processos tributários termina, a Companhia, para início à fase judicial, poderá ver-se obrigada a garantir os valores em discussão, por meio de seguros, garantias bancárias ou depósitos bancários. A Companhia continuará defendendo vigorosamente sua posição em relação a tais disputas e poderá se valer, como fez no passado, de programas de anistia fiscal que de tempos em tempos são emitidos pelos Governos Federal ou Estadual.

Além disso, as empresas do setor de bebidas alcoólicas e refrigerantes são, periodicamente, expostas a ações coletivas (*class actions*) ou outros processosrelativos à publicidade de álcool, aos problemas de abuso de álcool ou relacionados com as consequências para a saúde do consumo excessivo de cerveja, outras bebidas alcoólicas e refrigerantes. Se qualquer litígio desse tipo resultar em multas, danos materiais ou danos à reputação para a Companhia ou suas marcas, isso poderia ter um efeito material adverso sobre os negócios, resultados das operações, fluxos de caixa e posição financeira da Companhia.

Restrições contratuais e legais às quais a Companhia e suas subsidiárias estão potencialmente ou supostamente sujeitas podem ser acionadas quando da concretização de determinadas operações envolvendo a acionista controladora indireta da Companhia, Anheuser-Busch InBev SA/NV, ou ABI, gerando impactos negativos nas operações da Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias são parte de determinadas *joint ventures*, contratos de distribuição, dentre outros, garantias e demais instrumentos, que podem conter disposições restritivas, as quais as contrapartes contratuais da Companhia podem tentar interpretar como tendo sido acionadas, quando da concretização de determinadas operações pela ABI. Alguns desses contratos podem ser relevantes e, na medida em que contenham quaisquer disposições restritivas, as contrapartes da Companhia podem tentar executá-las, de forma a restringir os direitos e outros benefícios contratuais relevantes que a Companhia pode ter em tais contratos, sob o argumento de que a consumação pela ABI de determinadas operações teria desencadeado essas disposições restritivas. Igualmente, determinadas operações realizadas pela ABI podem sujeitar a Companhia a restrições concorrenciais nos países em que ela já opera. Qualquer destas novas restrições poderá limitar o valor e o volume de negócios conduzidos pela Companhia em cada um desses países.

#### b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Os acionistas controladores da Companhia são capazes de adotar diversas medidas corporativas sem a aprovação dos acionistas minoritários.

Os dois acionistas controladores diretos da Companhia, a Interbrew International B.V. e a AmBrew

S.à.r.l., ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev SA/NV, juntamente com a Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência, são titulares de72,1% do capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, em 31 de dezembro de 2017. Anheuser-Busch InBev SA/NV é titular, indiretamente, de 61,9%do capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, a Anheuser-Busch InBev SA/NV tem controle sobre a Companhia, embora (i) Anheuser-Busch InBev SA/NV ainda esteja sujeita ao acordo de acionistas da Companhia firmado com a Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência; e (ii) a Anheuser-Busch InBev SA/NVseja controlada pela Stichting Anheuser-Busch InBev (anteriormente denominada Stichting InBev e Stichting Interbrew) uma fundação constituída segundo as leis dos Países Baixos, que representa uma parte importante das participações dos Srs. Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto da Veiga Sicupira e dos ex-acionistas controladores da Interbrew International B.V. (denominação social anterior da ABI).

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e para determinar, de forma geral, o resultado da maioria das outras medidas que requeiram a aprovação dos acionistas, inclusive distribuições de dividendos, a consumação de reestruturações societárias, as emissões de novas ações, vendas de ativos relevantes e alterações de estatuto social. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, tanto a proteção proporcionada aos acionistas minoritários quanto às obrigações fiduciárias dos conselheiros podem diferir ou ser menos abrangentes do que as aplicáveis nos Estados Unidos ou em outras jurisdições.

#### c) Com relação aos acionistas da Companhia

Favor verificar item (b) acima. Não há outros fatores de riscos com relação aos acionistas da Companhia.

#### d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia

A capacidade das subsidiárias estrangeiras da Companhia de distribuir caixa na vertente ascendente da cadeia societária poderá ficar sujeita a diversas condições e limitações.

A capacidade das subsidiárias estrangeiras da Companhia de distribuir caixa (a ser utilizado, dentre outras, para pagamento das obrigações financeiras da Companhia) por meio de dividendos, adiantamentos entre partes relacionadas, taxas de administração e demais pagamentos depende, em larga escala, da disponibilidade de fluxos de caixa no nível de tais subsidiárias estrangeiras, podendo ser restringida pelas leis e princípios contábeis aplicáveis. Para fins exemplificativos, 45%, o que equivale a R\$21,5 bilhões, da receita líquida total de R\$47,9bilhões da Companhia em 2017 teve origem em suas subsidiárias estrangeiras. Algumas de tais subsidiárias estão sujeitas a leis que restringem sua capacidade de pagar dividendos ou o valor dos dividendos que elas podem pagar.

Caso a Companhia não seja capaz de obter fluxos de caixa suficientes das suas subsidiárias, diretas ou indiretas, isso poderá causar impacto negativo sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

#### e) Com relação aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de fornecedores externos para sua produção e distribuição, podendo a rescisão ou modificação dos acordos com esses terceiros prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia depende de fornecedores externosparadiversas matérias-primas para produção de cerveja e outras bebidas não alcoólicas, bem como para material para embalagem, inclusive latas de alumínio, vidro, barris e garrafas PET.

A Companhia possui um número limitado de fornecedores de latas de alumínio, vidro e garrafas PET. A consolidação do setor de latas de alumínio, vidro e garrafas PET em certos mercados em que a Companhia opera reduziu as alternativas de fornecimento local e aumentou o risco de interrupção desses suprimentos. Arescisão ou alteração de acordos relevantes com alguns fornecedores importantes, discordâncias com tais fornecedores quanto a condições de pagamento ou outras condições, ou a omissão por parte de um fornecedor importante em cumprir suas obrigações contratuais ou em entregar materiais compatíveis com o uso corrente, exigirá ou poderá exigir que a Companhia compre de fornecedores alternativos, em cada caso, a preços potencialmente mais altos do que aqueles acordados com o fornecedor em questão. Além disso, a Companhia pode estar sujeita a possíveis danos a sua reputação, se um de seus fornecedores violar as leis ou regulamentos aplicáveis. Esses fatores podemcausar um efeito adverso sobreos negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa e/ou situação financeira da Companhia.

Em relação a certos suprimentos de embalagem, matérias primas e *commodities*, a Companhia depende de um pequeno número de fornecedores importantes. Caso esses fornecedores fiquem impossibilitados de continuar a atender as necessidades da Companhia, e caso não seja possível desenvolver fontes alternativas de suprimento, isso poderá causar impacto negativo sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Com relação a sua rede de distribuição, a Companhia contrata o serviço de diversas empresas de transporte no Brasil. Caso estes fornecedores fiquem impossibililitados de continuar a atender as necessidades da Companhia, em decorrência de paralisações nacionais ou regionais, disponibilização de combustível, condições das estradas, dentre outras razões, a Companhia poderá não ser capaz de transportar seus insumos e produtos por toda a cadeia de distribuição ou em parte dela, e poderá sofrer impacto negativo sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

#### f) Com relação aos clientes da Companhia

# A demanda por produtos da Companhia pode ser prejudicada por mudanças nas preferências e gostos dos consumidores.

A Companhia depende da sua capacidade em atender as preferências e gostos dos consumidores. As preferências e gostos dos consumidores podem mudar de modo imprevisível devido a uma diversidade de fatores, tais como mudanças demográficas, preocupações de saúde dos consumidores com obesidade, atributos e ingredientes dos produtos, mudanças nos padrões de viagem, férias e atividades de lazer, clima, publicidade negativa decorrente de ação ou processo contra a Companhia ou empresas do mesmo setor, ou desaceleração da economia. Os consumidores também poderão começar a preferir os produtos de concorrentes ou poderão de modo geral reduzir sua demanda por produtos do segmento de negócio da Companhia. A falha da Companhia em prever ou responder adequadamente às mudanças nas preferências e gostos de consumidores poderá causar impacto adversosobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

#### g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

# A volatilidade nos preços de commodities poderá afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

Uma parcela significativa dos custos de produção da Companhia está diretamente associada a commodities como alumínio, milho, açúcar, trigo e garrafas PET, cujos preços flutuaram significativamente em 2017. O aumento nos preços dessas commodities afeta diretamente os custos operacionais da Companhia. Embora a política atual da Companhia seja o estabelecimento de mecanismos de hedge com relação à exposição a mudanças nos preços das commodities sempre que instrumentos financeiros estiverem disponíveis, a Companhia não poderá garantir que essa prática será

possível ou disponível a custos razoáveis em todas as ocasiões no futuro.

Para fins exemplificativos, apresentamos na tabela a seguir as variações de preço relativas às principais *commodities* utilizadas pela Companhia em 2017:

<u>Commodities</u>	Maior Preço	Menor Preço	Média em 2017	<u>Flutuação</u>
Alumínio (US\$/ton)	2.284,00	1.685,00	1.980,13	35,5%
Açúcar (US\$ cents/pounds)	21,18	12,55	15,78	68,8%
Milho (US\$ cents/bushel)	392,25	329,50	359,22	19,0%
Trigo (US\$ cents/bushel)	539,25	387,25	435,76	39,3%
PET (US\$/ton)	1.045,63	892,50	970,71	17,2%

Fontes: Aluminum LME, Sugar ICE, Corn CBOT, Wheat CBOT e PET IHS (antigo CMAI).

Se a Companhia não cumprir satisfatoriamente as leis e regulamentos de combate à corrupção, destinados a combater a corrupção governamental nos países em que vende seus produtos, poderá ficar sujeita a multas, penalidades ou outras sanções administrativas, bem como cobertura adversa da mídia, que poderá afetar a reputação e vendas da Companhia.

Embora a Companhia tenha o compromisso de conduzir seus negócios de forma legal e ética em consonância com os requisitos e padrões legais locais e internacionais aplicáveis aos negócios, há risco de que seus empregados ou representantes possam praticar atos que violem as leis e regulamentos aplicáveis que, via de regra, vedam a realização de pagamentos indevidos ou oferecimento de vantagem indevida a funcionários públicos nacionais e estrangeiros, inclusive leis relativas à Convenção da OECD sobre o Combate do Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Operações Comerciais Internacionais de 1997 e Lei sobre a Prática de Corrupção no Exterior dos Estados Unidos (*Foreign Corrupt Practices Act* ou *FCPA*).

Em 29 de janeiro de 2014, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção Brasileira") impondo responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude à licitação, praticados por seus administradores, empregados e terceiros que atuem em seu nome. De acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00. Entre outras sanções, a Lei Anticorrupção Brasileira prevê também a perda de benefícios ilicitamente obtidos, a suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica. A adoção de um programa de *compliance* eficaz será levada em consideração pelas autoridades brasileiras na aplicação de sanção nos termos da Lei Anticorrupção Brasileira.

Apesar da Lei Anticorrupção Brasileira, o Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode, até certo ponto, deixar a Companhia exposta a possíveis violações ao FCPA ou outras leis anticorrupção, incluindo a Lei Anticorrupção Brasileira. O mesmo pode ser dito com relação a outros países em que a Companhia opera, tais como El Salvador, Bolívia, Argentina, Guatemala, República Dominicana, Nicarágua e Paraguai, onde o nível de percepção do risco de corrupção também é elevado.

No contexto político brasileiro, algumas alegações de corrupção corporativa de alto escalão vieram à tona, principalmente desde o início de 2014. A esse respeito, as autoridades brasileiras, atualmente investigando estes supostos casos de corrupção, publicaram em 2014 uma lista de empresas que haviam contratado serviços de consultoria de uma empresa de copropriedade de um ex-membro do Congresso que foi condenado por corrupção e extorsão pela mais alta corte brasileira. Contratamos, no passado, os serviços desta empresa de consultoria com relação a uma questão específica, e fomos citados entre os clientes deste consultor. A Companhia revisou seus controles internos e procedimentos de *compliance* em relação a estes serviços e não identificou qualquer evidência de má conduta.

Embora a Companhia tenha implementado o que entende ser um programa de *compliance* e anticorrupção muito robusto para detectar e prevenir violações de leis anticorrupção aplicáveis, que inclui uma rigorosa exigência proibindo os empregados e agentes da Companhia de violar estas leis, continua a haver um certo grau de risco de que a conduta imprópria possa ocorrer, expondo-a, assim,à responsabilidade potencial e aos custos associados à investigação de possível má conduta.

Os controles internos da Companhia e procedimentos de *compliance* existentes talvez não sejam suficientes para prevenir nem detectar todas as condutas indevidas, fraudes ou violações das leis aplicáveis pelos empregados da Companhia, agentes ou empresas que prestam serviços para a Companhia. Se a Companhia não estiver cumprindo as leis de combate à corrupção, leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais, inclusive a FCPA e a Lei Anticorrupção Brasileira, a Companhia estará sujeita a sanções criminais e civis e a outras medidas de reparação, que podem prejudicar a sua marca e sua reputação e ter impacto negativo relevante em seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Outro efeito potencial em ter o nome ou marca da Companhia associada com qualquer má conduta é a cobertura adversa da mídia, que, mesmo se injustificada ou sem fundamento, poderia prejudicar a reputação, as marcas e as vendas da Companhia. Portanto, se a Companhia vier a ser envolvida em quaisquer investigações, intimações ou outros processos no âmbito da FCPA, Lei Anticorrupção Brasileira ou outras regras de anticorrupção aplicáveis, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados.

A concorrência poderá gerar uma redução das margens da Companhia, aumento dos seus custos e diminuição da lucratividade da Companhia.

A Companhia concorre tanto com outras cervejarias quanto com outras empresas de bebidas e seus produtos concorrem com outras bebidas, inclusive de outras categorias. Globalmente, as cervejarias, assim como outras concorrentes no setor de bebidas, concorrem principalmente em bases de imagem da marca, preço, qualidade, redes de distribuição e serviço ao consumidor. A consolidação aumentou significativamente a base de capital e o alcance geográfico dos concorrentes em alguns dos mercados em que a Companhia opera, havendo expectativa de a concorrência aumentar ainda mais, uma vez que a tendência é de que consolidação entre empresas no setor de bebidas continue.

Em adição, o mercado de bebidas está se tornando mais complexo e sofisticado devido às preferências do consumidor e a mudanças em suas preferências. A concorrência poderá desviar consumidores e clientes dos produtos da Companhia. A concorrência nos diversos mercados em que a Companhia atua poderá fazer com que a Companhia reduza preços, aumente investimento de capital, aumente gastos com *marketing* e outros gastos, sem que a Companhia possa, em contrapartida, aumentar preços para recuperar custos mais elevados, acarretando, assim, redução de margens e/ou perda de participação de mercado pela Companhia. Qualquer dos fatos citados acima poderá produzir efeito adverso relevante sobre os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Ainda, a inovação enfrenta riscos inerentes, e os novos produtos que a Companhia venha a introduzir poderão não ter êxito junto aos consumidores e clientes, ao mesmo tempo em que os concorrentes poderão conseguir responder mais rapidamente do que a Companhia a novas tendências.

Adicionalmente, a ausência de igualdade de condições concorrenciais em alguns mercados e a falta de transparência ou mesmo algumas práticas desleais ou ilícitas, como evasão fiscal e corrupção, podem distorcer o ambiente concorrencial, gerando efeitos prejudiciais relevantes sobre a lucratividade e a capacidade de operar da Companhia.

Publicidade negativa focada nos produtos da Companhia ou na forma como a Companhia conduz suas operações poderá prejudicar o negócio da Companhia.

A cobertura da mídia e a publicidade de modo geral podem exercer influência significativa sobre o comportamento e ações dos consumidores. Se a aceitação social de cervejas ou refrigerantes declinar de modo significativo, as vendas dos produtos da Companhia poderão diminuir de modo relevante. Nos últimos anos, houve um aumento da atenção pública e política direcionada aos setores de bebidas alcoólicas e refrigerantes. Essa atenção é o resultado da preocupação pública com os problemas relacionados (i) ao alcoolismo, inclusive dirigir embriagado; (ii) ao consumo de bebida por menores de idade; e (iii) à saúde decorrente do consumo indevido de cerveja e refrigerantes (por exemplo, alcoolismo e obesidade). A publicidade negativa a respeito do consumo de álcool ou refrigerantes ou as mudanças na percepção dos consumidores em relação ao álcool ou refrigerantes de modo geral podem afetar adversamente a venda e o consumo dos produtos da Companhia e podem prejudicar os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa ou situação financeira da Companhia na medida em que os consumidores e clientes venham a alterar seus padrões de compra.

Importantes marcas são utilizadas pela Companhia, suas subsidiárias, controladas, *jointventures* e também licenciadas a outras cervejarias. Na medida em que a Companhia, uma de suas subsidiárias, controladas, *joint ventures* ou licenciadas ficarem sujeitas a publicidade negativa, e a publicidade negativa fizer com que os consumidores e clientes mudem seus padrões de compra, poderá haver um efeito negativorelevante sobre os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa ou situação financeira da Companhia. Na medida em que a Companhia continue a expandir suas operações em mercados emergentes e em ascensão, existe um risco maior de exposição à publicidade negativa, em especial com relação a direitos trabalhistas e condições de trabalho. A publicidade negativa que prejudique de modo relevante a reputação de uma ou mais marcas da Companhia pode ter efeito prejudicial sobre o valor da marca em questão e suas respectivas receitas, o que pode causar impacto adverso sobre os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

#### h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

O governo brasileiro tem exercido, e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira; a conjuntura econômica e política brasileira tem impacto direto sobre os negócios da Companhia, e pode vir a afetar adversamente os seus resultados.

A economia brasileira tem sido caracterizada por um envolvimento significativo por parte do governo brasileiro, que frequentemente altera as políticas monetárias, de crédito e outras, para influenciar a economia brasileira. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e atingir outras políticas monetárias por vezes envolveram o controle de salários e preços, a taxa básica de juros do Banco Central, e também outras medidas, tais como o "congelamento" de contas bancárias, ocorrido em 1990.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro, relativas à economia, podem produzir efeitos relevantes sobre as condições de mercado no Brasil, o preço dos títulos brasileiros, asempresas brasileiras e outras entidades, incluindo a Companhia, seus negócios, seus insumos e produtos, sua distribuição, sua estrutura da venda e sua condição financeira. A situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem sofrer efeitos negativos devido aos seguintes fatores e à resposta do governo brasileiro aos seguintes fatores:

- desvalorizações e outras variações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- investimentos;
- políticas de controle cambial;
- níveis de desemprego e regulamentação trabalhista;
- instabilidade social;
- instabilidade de preços;
- desabastecimento de energia;

- desabastecimento ou racionamento de água;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- liquidez do mercado nacional de capitais e de crédito;
- crescimento ou desaceleração da economia brasileira;
- controles de importação e exportação;
- controles de câmbio e restrições de remessa de divisas ao exterior;
- políticafiscal e mudanças na legislação tributária; e
- outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos nacionais ou que tenham efeito sobre o Brasil.

Quaisquer dessas situações podem causar um efeito adverso relevante na situação financeira e os resultados da Companhia.

As incertezas econômicas e políticas e a volatilidade no Brasil, bem como a percepção dessas condições nos mercados financeiros internacionais, poderão afetar negativamente os negócios da Companhia.

O mercado mais importante da Companhia é o Brasil, o qual tem experimentado, periodicamente, taxas de inflação superiores ao esperado. A inflação, juntamente com as medidas governamentais que visam combater a inflação e especulações públicas a respeito de possíveis medidas futuras, tem produzido efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. As taxas anuais de inflação, medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, foram 5,6% em 2013, 6,2% em 2014, 11,3% em 2015, 6,6% em 2016 e 2,1% em 2017. O Brasil pode vir a experimentar elevados níveis de inflação no futuro. Embora os níveis atuais de inflação estejam abaixo daqueles vivenciados em 2016, não há garantias de que os níveis de inflação no futuromanterão a tendência de queda vista em 2017. Futuras medidas governamentais, incluindo aquelas destinadas a corrigir o valor do real, poderão disparar aumentos na inflação. Não podemos garantir que a inflação não afetará os negócios da Companhia no futuro. Além disso, quaisquer esforços por parte do governo brasileiro para preservar a estabilidade econômica, bem como quaisquer especulações públicas a respeito de possíveis iniciativas futuras, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e para uma volatilidade mais acentuada nos mercados brasileiros de capitais e nos valores mobiliários emitidos no exterior por emissoras brasileiras. Também é difícil avaliar o impacto que a conturbação nos mercados de crédito terá na economia brasileira e, por conseguinte, nas operações e resultados financeiros futuros da Companhia.

Além disso, o ambiente político no Brasil tem historicamente influenciado e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas impactaram, e continuam a impactar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que historicamente tem resultado em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

A recente instabilidade econômica e política no Brasil tem contribuído para a queda de confiança do mercado na economia brasileira. O enfraquecimento das condições macroeconômicas no Brasil deve se manter em 2018. Além disso,o contexto de várias investigações envolvendo alegações de lavagem de dinheiro e corrupção atualmente conduzidas pelas autoridades estaduais e federais brasileiras tem causado impactos negativos para a economia e ao ambiente político no Brasil. O potencial desfecho dessas investigações de corrupção é incerto, mas tais investigaçõesjá estãoafetando a percepção do mercado em geral sobre a economia brasileira, o ambiente político e o mercado de capitais do país. A Companhia não tem controle, e não pode prever se essas investigações ou alegações levarão a mais instabilidade política e econômica.

Em 31 de agosto de 2016, após meses de especulação e protestospopulares em todo o Brasil, o Senado aprovou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, tendo o Vice-Presidente, Michel Temer, assumido o cargo de presidente do Brasil.

O Presidente Temer e seu governo foram implicados em diversas investigações de corrupção em curso e não podemos prever como essas alegações, ou quaisquer alegações adicionais que possam surgir, afetarão o apoio popular ao governo, sua agenda de reformas proposta, a economia brasileira e a estabilidade política e social do país. Em maio de 2017, diversas manifestações para abertura do processo de impeachment contra o Presidente Temer foram instauradas no Congresso por partidos opositores, após o surgimento de alegações de que ele poderia ter endossado o suborno de um político detido. Em 26 de junho de 2017, o Procurador Geral da República iniciou processo de acusação criminal contra o Presidente Temer, o qual foi encaminhado para o Congresso para decisão acerca do indiciamento. Em 02 de agosto de 2017, por maioria de votos, o Congresso determinou o arquivamento de tal procedimento. Em 09 de junho de 2017, num processo não relacionado, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não havia prova suficiente contra o Presidente Temer e a ex-presidenteDilma Rousseff sobre as denúncias relacionadas a financiamento ilegal da campanha eleitoral de 2014. Em setembro de 2017, o Procurador Geral da República iniciou um novo processo de indiciamento criminal contra o Presidente Temer, que foi, assim como no processo anterior, encaminhado ao Congresso para uma determinação. Em 25 de setembro de 2017, o Congresso decidiu novamente pelo arquivamento de tal procedimento. Entretanto, não é possível prever se aProcuradora Geral de República iniciará novos procedimentos contra o Presidente no futuro, e se qualquer um destes processos serão decididos de forma prejudicial ao Presidente, podendo inclusive resultar em sua remoção do cargo.

Afetado pela recente instabilidade econômica e política, entre outros fatores, o Brasil tem enfrentado várias dificuldades econômicas e políticas desde 2014, inclusive o aumento das taxas de desemprego, diminuição da confiança do consumidor e das empresas, diminuição da produção industrial, déficit das contas primárias do setor público do Brasil, encolhimento ou crescimento não expressivodo produto interno bruto, crescentes incertezas com relação às decisões do Congresso Nacional e a depreciação e volatilidade significativas do real. Em adição, a crise política poderá piorar ainda mais as condições econômicas no Brasil, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia e a sua condição financeira. Também é difícil avaliar o impacto que o cenário político brasileiro terá na economia brasileira, incluindo incertezas referentes às eleições brasileiras de 2018 e, consequentemente, nas operações futuras e resultados financeiros da Companhia e a confiança de investidores e do público em geral.

O consumo de cerveja, outras bebidas alcoólicas e refrigerantes em muitas das jurisdições em que nós operamos, incluindo o Brasil, está intimamente ligado às condições econômicas em geral, de forma que tais níveis de consumo tendem a aumentar durante períodos de crescimento da renda per capita e a cair durante períodos de queda na renda per capita. Ademais o consumo per capita é inversamente relacionado ao preço de venda dos produtos da Companhia. Além de flutuar conforme as mudanças na renda per capita, o consumo de cerveja e de outras bebidas alcoólicas também aumenta e diminui de acordo com as mudanças na renda disponível. Qualquer declínio na renda disponível decorrente de um aumento da inflação, impostos sobre a renda, custo de vida, níveis de desemprego, instabilidade política ou econômica ou outros fatores provavelmente teriam influência negativa sobre a demanda por cerveja, outras bebidas alcoólicas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas, bem como sobre os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a recente instabilidade e incerteza no cenário econômico e político brasileiro podem afetar adversamente a demanda pelos produtos da Companhia, o que, por sua vez, pode impactar negativamente suas operações e resultados financeiros.

Os aumentos dos impostos incidentes sobre bebidas no Brasil e a concorrência desleal decorrente de evasão fiscal poderão afetar negativamente os resultados e a rentabilidade da Companhia.

Aumentos nos já elevados níveis de tributação no Brasil poderiam produzir um efeito adverso sobre a rentabilidade da Companhia. Aumentos nos impostos sobre bebidas geralmente resultam em preços mais elevados das bebidas para os consumidores. Preços das bebidas mais elevados geralmente resultam em níveis de consumo mais baixose, portanto, numa menor receita líquida. Uma menor receita líquida resulta

em margens mais baixas, uma vez que alguns dos custos da Companhia são fixos e, portanto, não variam significativamente com base no nível da produção. Não se pode garantir que o governo brasileiro não irá aumentar os atuais níveis de tributação, tanto na esfera estadual quanto federal, e que isto não terá efeito sobre os negócios da Companhia.

Em janeiro de 2015, o governo federal brasileiro promulgou a Lei nº 13.097, que introduziu um novo modelo de tributação federal para cervejas e refrigerantes. A lei é resultado dos esforços conjuntos do governo federal brasileiro e as empresas de bebidas, com o objetivo de criar um sistema fiscal menos complexo e mais previsível para o setor. O novo modelo fiscal entrou em vigor em 1º de maio de 2015. Entre outras alterações, o novo conjunto de normas estabelece que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são devidos pelos fabricantes e atacadistas e serão calculados com base nos respectivos preços de venda (*ad valorem*). Segundo a legislação anterior, esses impostos eram devidos exclusivamente pelos fabricantes sobre os valores fixados por litro de cerveja ou refrigerante (*ad rem*).

Além disso, em 2015, o Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Amapá, Rondônia, Amazonas, Tocantins, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Mato Grosso do Sul aumentaram suas alíquotas do ICMS aplicável à cerveja e/ou refrigerantes. Em 2016, os Estados do Rio de Janeiro e Acre aumentaram suas respectivas alíquotas do ICMS, que entraram em vigor no início de 2017. Em 2017, os Estados de Goiás e Amazonas aumentaram suas alíquotas de ICMS aplicáveis a refrigerantes e cerveja, respectivamente, que entraram em vigor no início de 2018. A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro, em níveis estadual e/ou federal, não considerará aumentos adicionais de impostos incidentes sobre bebidas no futuro.

Além disso, existe concorrência desleal decorrente de evasão fiscal no setor de bebidas no Brasil, o que se deve principalmente à alta carga tributária incidente sobre bebidas no país. O aumento dos impostos pode resultar no aumento da evasão fiscal, resultando em práticas desleais de preços no setor. Em 2008, o governo federal publicou regulamentações exigindo a instalação obrigatória de sistemas de controle de produção (volume), conhecido como SICOBE, em todas as fábricas de cerveja e refrigerantes, para ajudar os governosa combater a evasão fiscal no setor de bebidas. Apesar do objetivo de se reduzir a evasão fiscal ter sido alcançado relativamente aos impostos federais, e embora os governos estaduais tenham começado a utilizar os dados do SICOBE para identificar possíveis evasões fiscais em nível estadual, ainda não há nenhuma garantia de que a concorrência desleal decorrente de evasão fiscal será eliminada da indústria de bebidas brasileira. Todavia, a implementação obrigatória do SICOBE foi suspensa em dezembro de 2016 e o governo federal e os órgãos reguladores brasileiros estão desenvolvendo um novo sistema com tecnologia de ponta destinado a reduzir os custos. Apesar de muitas discussões com o governo brasileiro referentes a um novo sistema para implementação, ainda não há qualquer acordo nesse sentido.

A regulamentação sobre bebidas alcoólicas a que está sujeita a Companhia nos países em que opera pode ter um efeito adverso nos seus resultados.

As atividades da Companhia são reguladas por leis e regulamentações federais, estaduais emunicipais. A Companhia está sujeita a demandas envolvendo alegações de não cumprimento das leis e regulamentos vigentes, as quais podem resultar em multas e outras penalidades. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a leis e regulamentações destinadas a reduzir a oferta de cerveja e refrigerantes em alguns dos mercados em que a Companhia atua, a fim de endereçar a questão do abuso de álcool, venda de bebidas alcoólicas a menores de idade, questões relacionadas à saúde e outras preocupações sociais. Por exemplo, alguns estados e pequenos municípios brasileiros em que a Companhia atua promulgaram leis proibindo a venda de refrigerantes em escolas e impondo restrições à publicidade para a venda de bebidas alcoólicas. Além disso, o Congresso Nacional está analisando propostas de regulamentação impondo selos nas latas de cerveja, bem como sobre o consumo, as vendas e a comercialização de bebidas alcoólicas, inclusive

cerveja, que, se promulgada, poderá impor restrições à propaganda de bebidas alcoólicas na televisão durante horários específicos do dia, além de restrição aos horários de funcionamento de certos pontos de venda, dentre outros. Além disso, há ações judiciais em andamento perante os tribunais brasileiros que poderão levar a restrições à propaganda de bebidas alcoólicas. Essas restrições poderão causar impacto prejudicial sobre os resultados das operações da Companhia.

Existe uma tendência global de aumentar as restrições regulatórias relativas à venda de bebidas alcoólicas e refrigerantes. O cumprimento de tais restrições poderá ser dispendioso e, consequentemente, afetar os ganhos da Companhia nos países nos quais ela opera.

Além disso, companhias que atuam no setor de bebidas alcoólicas e refrigerantes, de tempos em tempos são expostas a ações coletivas ou outros processos relacionados à publicidade de álcool, alcoolismo ou consequências à saúde do consumo excessivo de cerveja, outras bebidas alcoólicas e refrigerantes. Para ilustrar, determinados produtores de cerveja e outras bebidas alcoólicas no Brasil e no Canadá estiveram envolvidos em ações coletivas e outras ações de indenização. Se algum desses tipos de processos resultarem em multas, indenização ou danos morais contra nós, isso poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, fluxo de caixa ou situação financeira da Companhia.

### A Companhia está sujeita à legislação antitruste do Brasil e de outros países.

A Companhia detém uma participação substancial no mercado brasileiro de cerveja e, portanto, está sujeita às normas brasileiras de direito da concorrência. Além disso, em decorrência da fusão entre a Cervejaria Brahma e a Companhia Antarctica Paulista Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos para criação da Companhia em 1999, a Companhia firmou um termo de compromisso de desempenho com as autoridades de defesa da concorrência brasileiras, o qual exigiu que observássemos determinadas restrições, inclusive o desinvestimento de certos ativos. Desde 28 de julho de 2008, demos cumprimento a todas essas restrições, de acordo com o Conselho Administração de Defesa Econômica, ou CADE. Entretanto, não se pode garantir que as regulamentações brasileiras e estrangeiras de direito da concorrência não afetarão os negócios da Companhia no futuro.

Além disso, a participação da Companhia no mercado argentino de cerveja aumentou substancialmente após a aquisição da participação na Quilmes Industrial Société Anonyme. As operações na Argentina estão sujeitas a certas normas argentinas de direito da concorrência. Não se pode garantir que as regulamentações argentinas de direito da concorrência não afetarão os negócios da Companhia na Argentina no futuro.

### i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A deterioração nas condições econômicas e de mercado em outros países emergentes, bem como em economias desenvolvidas, bem como o ambiente político-econômico de outros países, podem afetar negativamente o preço dos valores mobiliários da Companhia.

As condições políticas, econômicas e de mercado em outros países emergentes, especialmente aqueles situados na América Latina, influenciam o mercado de valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, bem como a percepção, por parte dos investidores, da situação econômica no Brasil. Crises econômicas em mercados emergentes, tais como no sudeste asiático, Rússia e Argentina, historicamente provocaram volatilidade no mercado acionário brasileiro e de outros países emergentes. Ademais, a crise financeira global originada em economias desenvolvidas, inclusive a crise do *subprime* nos Estados Unidos, bem como a crise da dívida pública europeia, tiveram impacto em muitas economias e mercados de capitais ao redor do mundo, inclusive no Brasil, o que poderá afetar desfavoravelmente o interesse dos investidores nos valores mobiliários de emissores brasileiros, tais como a Companhia. Portanto, o valor de mercado de seus valores mobiliários poderá ser prejudicado por eventos que ocorram fora do Brasil.

Adicionalmente, mudanças na política monetária e/ou implementação de políticas protecionistas nos Estados Unidos e em outros países relevantes para a economia internacional poderão impactar, direta ou indiretamente, a economia nos países em que operamos, gerando riscos diversos, especialmente de variação cambial, de taxa de juros e de aumento no preço das *commodities*, e, consequentemente, afetar os resultados da Companhia.

As operações da Companhia na Zona América Latina Sul estão sujeitas a riscos substanciais relacionados aos negócios e às operações conduzidas na Argentina e em outros países da América do Sul.

A Companhia detém 100% do capital social total da Latin America South Investment, S.L., ou LASI, sendo que sua receita líquida correspondeu a 22,5% dos resultados consolidados das operações da Companhia em 2017. A LASI é uma empresa holding com subsidiárias operacionais na Argentina e em outros países sul-americanos. Consequentemente, a situação financeira e os resultados das operações da LASI podem ser afetados negativamente pela instabilidade política, flutuações na economia e medidas governamentais relacionadas à economia da Argentina e dos outros países em que suas subsidiárias operam, e, consequentemente, afetar os resultados consolidados da Companhia.

No passado, a situação econômica e social da Argentina deteriorou-se rapidamente, e poderá continuar esse movimento no futuro. A Companhia não pode assegurar aos investidores que a economia argentina não sofrerá rápida deterioração como no passado. Ademais, em 2017, o peso argentino sofreu uma desvalorização significante, perdendo 17,2% do seu valor com relação ao real, impactando os ativos líquidos, resultados e fluxos de caixa das nossas operações argentinas. A desvalorização do peso em relação ao real em 2017, e outras desvalorizações do peso no futuro, se existentes, poderão reduzir nosso ativo líquido na Argentina, com uma contrapartida em nosso patrimônio líquido. Ver "4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado - Os resultados operacionais da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de câmbio e pela depreciação do real frente outras moedas, incluindo o dólar norte-americano, o que pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia."

Além disso, em 30 de julho de 2014, a Argentina entrou em um *default* seletivo de sua dívida reestruturada e, no início de 2016, os tribunais norte-americanos decidiram que a Argentina deve honrar integralmente os pagamentos aos detentores de títulos da dívida remanescentes. A desvalorização do peso argentino juntamente com a inflação e as condições macroeconômicas desfavoráveis nesse país poderão exercer um efeito adverso relevante emnossas operações na América Latina Sul e em nossos resultados bem como na capacidade de a Companhia transferir fundos da e na Argentina. Apesar da eleição do novo presidente na Argentina, que aparentemente está mais comprometido com a responsabilidade fiscal do país, a liquidez e as operações da Companhia bem como sua capacidade de acessar recursos da Argentina poderiam ser afetadas desfavoravelmente se a situação econômica ou política na Argentina se deteriorar, ou se restrições cambiais adicionais sejam implementadas na Argentina.

A Companhia opera uma joint venture em Cuba na qual o Governo de Cuba é sócio. Cuba ainda está sujeita a sanções econômicas e comerciais abrangentes impostas pelos Estados Unidos. As operações em Cuba poderão prejudicar a reputação da Companhia e a liquidez e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

Em janeiro de 2014, uma das subsidiárias integrais da Companhia adquiriu da Anheuser-Busch InBev SA/NV, ou ABI, a participação indireta da ABI na Cerbuco Brewing Inc., detentora de 50% da Cerveceria Bucanero S.A., ou Bucanero, companhia cubana que se dedica à produção e venda de cerveja. Os 50% restantes do capital social da Bucanero são detidos pelo Governo de Cuba. A Companhia tem o direito de nomear o administrador geral da Bucanero. As principais marcas da Bucanero são *Bucanero* e *Cristal*, e a Bucanero também importa e vende em Cuba outras marcas produzidas por algumas de outras subsidiárias da Companhia. Em 2017, a Bucanero vendeu 1,8 milhão de hectolitros de cerveja, representando em torno de 1% do volume total da Companhia de 162,8 milhões de hectolitros no ano.

Embora a produção da Bucanero seja vendida principalmente em Cuba, uma pequena parcela de sua produção é exportada para outros países e vendida por certos distribuidores de outros países fora de Cuba (excetuados os Estados Unidos).

De acordo com a política internacional dos EUA, o Gabinete de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e o Departamento do Comércio dos Estados Unidos em conjunto administram e executam sanções econômicas e comerciais amplas e abrangentes contra Cuba, as quais foram fortalecidas pela administração Trump através de um Memorando Presidencial de Segurança Nacional emitido em 16 de junho de 2017, que, entre outras coisas, apresentou proibições de certastransações financeiras com determinadas entidades e subentidades identificadas pelo Departamento de Estado dos EUA. Embora nossas operações em Cuba não sejam materiais, nossa reputação comercial de modo geral pode sofrer ou nossa companhia poderá enfrentar fiscalização regulatória adicional em decorrência de nossas atividades em Cuba com base no fato de que Cuba continua a estar sujeita a sanções econômicas e comerciais dos Estados Unidos.

Ademais, no passado ocorreram iniciativas dos legisladores federais e estaduais nos Estados Unidos e certos investidores institucionais norte-americanos, inclusive fundos de pensão, no sentido de aprovar leis, regulamentos ou políticas que exijam o desinvestimento – ou a divulgação de participações em empresas que operam com países designados como estados patrocinadores de terrorismo. Embora o governo dos EUA tenha, em junho de 2015, retirado Cuba da lista de estado patrocinador do terrorismo, essa posição poderá ser revista pelo poder executivo dos EUA. Se a política do governo em relação à Cuba for revertida, de forma que aquele país volte à antiga condição, Cuba poderá ser objeto de possíveis restrições impostas para investimentos norte-americanos. Se os investidores norte-americanos decidirem liquidar ou de outra forma desinvestir seus investimentos em empresas que tenham operações de qualquer magnitude em Cuba, o mercado e o valor dos nossos valores mobiliários poderá ficar prejudicado.

Adicionalmente, o Cuban Liberty and Democratic Solidarity (LIBERTAD) Act de 1996 (conhecido como "Lei Helms-Burton") autoriza a instauração de ações judiciais privadas de indenização por perdas e danos em face de qualquer pessoa que se dedicar ao comércio em bens confiscados sem indenização pelo Governo de Cuba de pessoas que na ocasião eram, ou se tornaram desde então, cidadãos norteamericanos. Embora essa seção da Lei Helms-Burton esteja atualmente suspensa por ato discricionário presidencial, a suspensão poderá não ter continuidade no futuro. Pleitos continuam a se materializar, não obstante a suspensão, podendo ser opostos se a suspensão for descontinuada. A Lei Helms-Burton também inclui seção que autoriza o Departamento de Estado dos Estados Unidos a proibir a entrada nos Estados Unidos de pessoas não norte-americanas que se utilizem bens confiscados e de administradores e dirigentes de tais pessoas e suas famílias. Em 2009, a ABI recebeu notificação de reclamação alegadamente oposta nos termos da Lei Helms-Burton relativa ao uso de uma marca pela Bucanero, que se alega foi confiscada pelo governo cubano e comercializada pela ABI em função da antiga titularidade e administração exercida pela ABI na empresa em questão. Embora a ABI e a Companhia tenham tentado revisar e avaliar a validade de referida reclamação, em razão de circunstâncias incertas subjacentes, a Companhia não tem atualmente capacidade de expressar parecer sobre a validade de tal reclamação ou sobre a legitimidade dos requerentes para opô-la.

### j. Com relação a questões socioambientais:

Ciclos de consumo sazonal e condições climáticas adversas podem acarretar flutuações na demanda pelos produtos da Companhia.

Ciclos de consumo sazonal e condições climáticas adversas nos mercados em que a Companhia opera poderão causar impacto sobre suas operações. Esse fato é particularmente verdadeiro nos meses de verão, quando clima inesperadamente frio ou úmido pode afetar os volumes de vendas de produtos da Companhia.

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar a mudança climática, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia, e a escassez ou má qualidade de água podem afetar negativamente os custos de produção e capacidade da Companhia.

Há uma preocupação crescente de que o dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa na atmosfera poderão causar um impacto adverso nas temperaturas globais, padrões de tempo e frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais. No caso em que tais mudanças climáticas tenham um efeito negativo sobre a produtividade agrícola, a Companhia poderá estar sujeita à diminuição da disponibilidade ou a preços menos favoráveis para certos produtos agrícolas que são necessários para os produtos da Companhia, tais como cevada, lúpulo, açúcar e milho. Além disso, as expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa poderão resultar em aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia também enfrenta riscos de escassez de água. A disponibilidade de água potável é um recurso limitado em muitas partes do mundo, enfrentando desafios sem precedentes referentes a mudanças climáticas e da mudança resultante de padrões de precipitação e frequência das condições meteorológicas extremas, exploração excessiva, aumento da poluição e má gestão da água. A Companhia implementou uma estratégia interna para reduzir consideravelmente o uso da água em suasplantas operacionais. No entanto, como a demanda por água continua a aumentar em todo o mundo, e como a água se torna mais escassa e a qualidade da água disponível se deteriora, a Companhia pode ser afetada pelo aumento dos custos de produção ou limitações de capacidade, o que poderá afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

### Desastres naturais e de outra natureza poderiam interromper as operações da Companhia.

Os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser prejudicados devido a riscos sociais, técnicos ou físicos, tais como terremotos, furacões, inundação, incêndio, falta de energia, falta de abastecimento de água, falhas nos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações, ataques cibernéticos, instabilidade política, conflito militar e incertezas decorrentes de atentados terroristas, inclusive desaceleração econômica global, consequências econômicas de qualquer ação militar e instabilidade política correlata.

As operações da Companhia estão sujeitas a certas normas ambientais que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas que afetem os seus resultados.

As operações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental emanada por órgãos nacionais, estaduais e municipais, inclusive, e em certos casos, a regras que impõem responsabilidade independentemente de culpa. Essa regulamentação poderá acarretar responsabilidade que poderá prejudicar as operações da Companhia. A situação da regulamentação ambiental nos mercados em que a Companhia opera está se tornando mais rigorosa, tendo ocorrido um aumento na fiscalização.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia não incorrerá em passivos relevantes decorrentes de responsabilidade ambiental ou de que as leis e regulamentos ambientais aplicáveis não mudarão ou tornar-se-ão mais rigorosos no futuro, o que poderia prejudicar a situação financeira e os resultados da Companhia.

### 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela flutuação no preço das commodities.

Este risco está relacionado à possibilidade de flutuações nos preços dos produtos vendidos pela Companhia ou por suas controladas ou no preço da matéria-prima e outros insumos utilizados no processo produtivo. Por operar em um mercado de *commodities*, as receitas de vendas e o custo das vendas da Companhia e suas controladas podem ser afetados por alterações nos preços internacionais dos produtos que elas vendem e das matérias-primas que elas compram.

Os resultados operacionais da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de câmbio e pela depreciação do real frente outras moedas, incluindo o dólar norte-americano, o que pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

A maior parte das vendas da Companhia é efetuada em reais, enquanto que, uma parcela significativa de sua dívida está denominada em outras moedas estrangeiras, incluindo o dólar norte-americano. Além disso, uma parcela significativa dos custos de produção da Companhia em 2017, em especial aqueles relacionados a embalagens, tais como latas e garrafas de PET, bem como o açúcar, o lúpulo e o malte, estão denominados ou atrelados ao dólar norte-americano, que se valorizou significativamente em relação ao real nos últimos anos.

Assim, qualquer depreciação do real, quando comparada àquelas moedas estrangeiras, poderá aumentar as despesas financeiras e custos operacionais, podendo afetar a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações em moeda estrangeira. Embora a política atual da Companhia seja contratar hedge para praticamente todas as suas dívidas e custos de produção denominados em dólares norte-americanos, a Companhia não pode garantir que a contratação de hedge será sempre possível no futuro.

Além disso, a Companhia tem historicamente divulgado os seus resultados consolidados em reais. Em 2017, a Companhia gerou 45,0% de suas receitas líquidas de companhias operacionais que têm moedas funcionais diferentes do real (ou seja, na maioria dos casos, a moeda local da respectiva companhia operacional). Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio entre as moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia e o real afetará sua demonstração do resultado consolidada e balanço patrimonial. As desvalorizações das moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia frente ao real tenderão a reduzir as contribuições dessas sociedades operacionais em termos da situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia também incorre em riscos de operações de câmbio se uma de suas companhias operacionais celebrar operações usando moedas que não sejam suas respectivas moedas funcionais, incluindo operações de compra ou venda e a emissão ou a contratação de dívida. Embora a Companhia tenha políticas de *hedge* para gerir o risco de preço de *commodities* e de câmbio para mitigar sua exposição a moedas que não sejam as moedas funcionais de suas companhias operacionais, não há garantias de que essas políticas serão capazes de cobrir tais riscos de forma adequada, em especial no longo prazo.

A moeda brasileira tem sido periodicamente desvalorizada, inclusive durante as últimas duas décadas. Ao longo desse período, o governo brasileiro implementou vários planos econômicos e utilizou uma variedade de políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas nas quais a frequência dos reajustes cambiais oscilava entre diários e mensais, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de taxas de câmbio duais. Têm ocorrido flutuações significativas das taxas de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar norte-americano e outras moedas. A partir de 2011, por exemplo, o dólar norte-americano valorizou 12,5%, 8,9%, 14,6%, 13,4% e 47,0% em relação ao real em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, fechando a R\$3,905 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2015. No entanto, o dólar norte-americano se desvalorizou 16,5% em relação ao real em 2016, fechando a R\$3,259 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2016. Em 2017 o dólar norte-americano

### 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

voltou a se valorizar, fechando a R\$3,3080 por US\$1,00. Em 29 de de março de 2018, a taxa de câmbio era R\$ 3,3238 por US\$1,00.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, por provocar um aumento geral no preço dos produtos importados e exigir a adoção de políticas governamentais recessivas para controlar a demanda agregada. Por outro lado, uma futura apreciação do real frente ao dólar norte-americano pode resultar em uma deterioração do saldo em conta corrente e da balança de pagamentos, bem como prejudicar o crescimento estimulado pelas exportações. O potencial impacto da taxa de câmbio flutuante e das medidas do governo brasileiro visando à estabilização do real é ainda incerto. Além disso, um aumento substancial da inflação poderá enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, comprometendo a capacidade da Companhia de financiar as nossas operações por meio dos mercados de capitais internacionais.

#### Análise de Sensibilidade

A Companhia gerencia seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

- 1 <u>Cenário Provável</u>: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk VaR* paramétrico. O VaR é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2017, os quais estão apresentados em módulo.
- 2 <u>Cenário Adverso</u>: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.
- 3 <u>Cenário Remoto</u>: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

### 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Transação	Risco	Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge commodities	Queda no preço das	95.914	(70.649)	(392.913)	(881.740)
Compras de insumos	commodities	(95.914)	108.718	498.773	1.093.459
Hedge cambial	Desvalorização de moeda	(2.219)	(105.036)	(1.843.126)	(3.684.033)
Compras de insumos	estrangeira	2.219	105.036	1.843.126	3.684.033
Efeito no custo	· ·	-	38.069	105.860	211.719
Hedge cambial	Desvalorização de moeda	(8.925)	(16.783)	(153.782)	(298.638)
Compra de capex	estrangeira	8.925	16.783	153.782	298.638
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
Hedge cambial	Desvalorização de moeda	(1.292)	(3.403)	(45.722)	(90.153)
Despesas	estrangeira	1.292	3.403	45.722	90.153
Efeito nas despesas		-	-	-	-
Hedge cambial	Valorização de moeda	(13.106)	(37.493)	(341.429)	(669.751)
Caixa	estrangeira	13.106	37.493	341.429	669.751
Hedge de juros		(10)	(422)	(2.914)	(3.392)
Receita com juros	Queda na taxa de juros	10	422	2.914	3.392
Efeito no caixa		-	-	-	-
Hedge cambial	Desvalorização de moeda	-	-	-	-
Dívidas	estrangeira	-	9.683	140.642	281.284
Hedge de juros		28.172	18.373	(131.466)	(162.662)
Despesas com juros	Aumento na taxa de juros	(28.172)	(18.373)	131.466	162.662
Efeito na dívida		-	9.683	140.642	281.284
Hedge de Instrumento					
Patrimonial	Desvalorização do preço das	69.166	54.315	(100.085)	(269.337)
Despesas  Efeito no Patrimônio	ações	(69.166)	(19.411)	517.817	1.104.799
Líquido	<u>-</u>	-	34.904	417.732	835.462
		-	82.656	664.234	1.328.465

A Companhia, e suas controladas, são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, conforme descrito abaixo.

### i. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em aproximadamente 25.000 processos de natureza trabalhista, movidos por ex-funcionários, funcionários atuais e terceirizados, envolvendo principalmente questões relativas a horas extras, demissões, verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade e benefícios de aposentadoria complementar, entre outras questões, todos em discussão judicial ou administrativa.

Em relação às questões trabalhistas, a Companhia é parte em processos referentes a encargos sociais sobre folha de pagamento. A administração da Companhia estima as possíveis perdas relacionadas a esses processos como sendo de, aproximadamente, R\$ 253 milhões, em 31 de dezembro de 2017.

Não há ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo ou ativo que sejam individualmente relevantes para os seus negócios.

#### ii. Tributários

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas eram parte em aproximadamente 4.000 mil processos judiciais e administrativos de natureza tributária. As chances de perda desses processos são classificadas como possível ou provável.

Entre os processos fiscais pendentes, há processos movidos pela Companhia contra o fisco alegando a inconstitucionalidade de certos tributos. Tais processos incluem questões relativas a imposto de renda, ICMS, IPI e PIS/COFINS. Como esses processos dependem da obtenção de decisões judiciais favoráveis, os ativos correspondentes que podem surgir no futuro serão apenas contabilizados quando a Companhia tiver a certeza de que receberá os valores pagos ou depositados anteriormente.

### Programa de Recuperação Fiscal

Nos termos da Lei nº 12.865/13, que permitiu a inclusão de valores de impostos impugnados adicionais no Programa de Recuperação Fiscal de 2009 previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia incluiu no referido programa certos valores de impostos impugnados adicionais anteriormente objeto de litígio. Em 31 de dezembro de 2013, os passivos fiscais que foram incluídos pela Companhia em 2013 no Programa de Recuperação Fiscal de 2009 totalizaram R\$ 178,4 milhões. Em novembro de 2014, a Companhia quitou os débitos inclusos no parcelamento da Lei No. 12,965/13, assim como os débitos adicionados ao referido parcelamento pelo programa da Lei No. 12,896/14, no montante de R\$201 milhões, parte à vista e parte utilizando prejuízo fiscal de empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia pagou o total relacionado em ambos os Programas de Parcelamento de 2013 e 2014. Em 31 de dezembro de 2016, como já havia pago o total relacionado em ambos os Programas de Parcelamento de 2013 e 2014 a Companhia aguarda homologação do pagamento pela Receita Federal do Brasil.

Durante o terceiro trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, previsto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, prorrogada pela Medida Provisória nº 798 ("PERT 2017"), comprometendo-se a pagar algumas autuações fiscais que estavam em disputa, incluindo débitos de suas subsidiárias, totalizando o valor de, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões, já considerando os descontos previstos pelo referido programa, tendo pago o valor de aproximadamente R\$ 960 milhões em 2017 e comprometendo-se a pagar o valor restante em 145 parcelas mensais, acrescidas de juros, a partir de janeiro de 2018.

Seguem abaixo, os processos individualmente relevantes para os negócios da Companhia e de suas

controladas:

Processo nº 5014538-16.2017.4.03.6100 (ref. ao PA nº 16327.000530/2005-28)	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Judicial
c. data de instauração	2017
d. partes no processo	Ambev S.A (Eagle S.A).x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2,3 bilhões
f. principais fatos	Processo judicial (Ação Anulatória de débito fiscal), ajuizada em setembro de 2017 com pedido liminar deferido em favor da companhia, referente ao processo administrativo nº 16327.000530/2005-28, instaurado pela Receita Federal do Brasil para fins de cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por intermédio de controladas e coligadas da Companhia.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo.

Processo nº 16561.720087/2011-81		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	Administrativo	
c. data de instauração	2011	
d. partes no processo	União Federal x Companhia	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5,3 bilhões	
f. principais fatos	Glosa de despesas de amortização de ágio nos anos de 2006 a 2010, decorrentes da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. Em novembro de 2014, o Tribunal Administrativo concluiu o julgamento do recurso parcialmente favorável. Considerando esta decisão, a Companhia apresentou embargos de declaração. Em setembro de 2016 os embargos de declaração foram parcialmente admitidos e a Companhia foi formalmente notificada da referida decisão em janeiro de 2018. Como a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") restou parcialmente favorável, a Companhia ingressou com medida judicial para discussão da matéria com pedido liminar deferido em favor da Companhia. A parcela remanescente ainda será submetida a reexame pela Câmara Superior do CARF.	
g. chance de perda	Possível.	
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo, sendo que, na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.	

Processo nº 16561.720063/2016-36		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	Administrativo	
c. data de instauração	2016	
d. partes no processo	União Federal x Companhia	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3,0 bilhões	

f. principais fatos	Glosa de despesas de amortização de ágio nos anos de 2011 a 2013, decorrentes da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. Em março de 2017, a Delegacia Regional de Julgamento ("DRJ") julgou parcialmente procedente a Impugnação da Companhia. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a Ambev apresentou recurso ao CARF. Em maio de 2018, o CARF deu parcial provimento ao recurso da Companhia. Aguarda-se a formalização do Acórdão para a análise de eventual interposição de recursos cabíveis.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo, sendo que, na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Processo nº 16561.720109/2013-74	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	2013
d. partes no processo	União Federal x Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1,6 bilhão
f. principais fatos	Glosa de despesas de amortização de ágio, decorrentes da incorporação da BAH - Beverage Associate Holding. Em dezembro de 2014, a Companhia apresentou recurso em face da decisão administrativa de primeiro grau desfavorável. Em março de 2017, o CARF concluiu o julgamento do recurso voluntário e determinou a reapreciação de um item da Impugnação que deixou de ser apreciado. Em julho de 2017, a Companhia foi notificada da decisão revista pela DRJ e apresentou novo Recurso Voluntário. A Companhia aguarda o julgamento do recurso voluntário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo.

Processo nº 16643.720059/2013-15		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	Administrativo	
c. data de instauração	2013	
d. partes no processo	União Federal x Companhia	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1,5 bilhão	
f. principais fatos	Processo administrativo instaurado pela Receita Federal do Brasil para fins de cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por intermédio de controladas e coligadas da Companhia. O processo teve decisão desfavorável na DRJ. A Companhia apresentou recurso voluntário e aguarda julgamento pelo CARF.	
g. chance de perda	Parte Possível e Parte Provável	
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo.	

Processo nº 16561.720159/2014-32	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	2014
d. partes no processo	União Federal x Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valores de perda relacionados a esta matéria em 31 de dezembro de 2017.
f. principais fatos	A autuação teve como base, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos juros contratados em instrumentos financeiros. A Companhia apresentou Impugnação. Em julho de 2016, a DRJ julgou parcialmente procedente a Impugnação. Contra esta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário. Em agosto de 2017 o CARF concluiu o julgamento totalmente favorável à Companhia, tendo esta sido notificada da referida decisão e do encaminhamento do caso ao arquivo em dezembro de 2017.
g. chance de perda	Processo encerrado.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo encerrado.

Processo nº 116561-720.233/2016-82		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	Administrativo	
c. data de instauração	2016	
d. partes no processo	União Federal x Companhia	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4,0 bilhão	
f. principais fatos	A autuação teve como base, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos juros contratados em instrumentos financeiros. A Companhia apresentou Impugnação e aguarda decisão pela DRJ.	
g. chance de perda	Possível	
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo.	

Processo nº 16561.720180/2015-19		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	Administrativo	
c. data de instauração	2015	
d. partes no processo	União Federal x Companhia	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1,0 bilhão	
f. principais fatos	A autuação é relacionada à glosa de créditos referentes aos impostos pagos no exterior por empresas do grupo, cuja comprovação é questionada pelo Fisco, bem como glosa de despesas financeiras. A Companhia apresentou Impugnação e aguarda decisão pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal.	
g. chance de perda	Possível	

h. análise do impacto	Valor do processo.
em caso de perda do	
processo	

Processo nº 10830-727.834/2016-12		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	Administrativo	
c. data de instauração	2016	
d. partes no processo	União Federal x CRBS	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valores de perda relacionados a esta matéria em 31 de dezembro de 2017.	
f. principais fatos	A autuação é relacionada à desconsideração da opção pela Apuração de Imposto de Renda no regime de Lucro Presumido nos exercícios de 2011 a 2013. A Companhia apresentou Impugnação. Em julho de 2017 a CRBS foi notificada da decisão desfavorável na DRJ e apresentou Recurso Voluntário. Em setembro de 2017, a CRBS optou por incluir este Auto de Infração no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 (PERT).	
g. chance de perda	Processo encerrado.	
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo encerrado.	

Processo nº 16561-720.119/2017-33	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	2017
d. partes no processo	União Federal x Ambev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1,1 bilhão
f. principais fatos	Em novembro de 2017, a Companhia recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Companhia. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração no prazo legal e aguarda julgamento pela DRJ.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo

Processo nº 16561-720.130/2017-01	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	2017
d. partes no processo	União Federal x Ambev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1,2 bilhão

f. principais fatos	A autuação é relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, tendo em vista a desconsideração dos valores recolhidos a título de estimativa mensal de janeiro de 2012, bem como os valores de fevereiro a dezembro, em razão do não reconhecimento dos valores a título de imposto de renda pagos no exterior. A Companhia apresentou Impugnação e aguarda julgamento pela DRJ.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo

Processo nº 16561.720.111/2017-77	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	2017
d. partes no processo	União Federal x Ambev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1,1 bilhão
f. principais fatos	Processo administrativo instaurado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por intermédio de controladas e coligadas da Companhia. Em março de 2018 a Companhia recebeu intimação da decisão parcialmente favorável na DRJ. A Companhia apresentou Recurso Voluntário para discussão da parcela desfavorável e aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo

Processo nº 16692.720871/2017-99	
a. juízo	São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	2017
d. partes no processo	União Federal x Ambev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1,4 bilhões
f. principais fatos	A autuação é relacionada à glosa de créditos referentes aos impostos pagos no exterior por empresas do grupo, cuja comprovação é questionada pelo Fisco. A Companhia apresentou Impugnação e aguarda decisão pela DRJ.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo

Processo nº 01.000499049-47	
a. juízo	Minas Gerais
b. instância	Administrativa

c. data de instauração	2016
d. partes no processo	Fazenda do Estado de Minas Gerais x Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1,5 bilhão
f. principais fatos	A autuação é relacionada infração veiculando a cobrança de diferenças de ICMS do período de abril de 2011 a dezembro de 2015, que o Estado entende devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos da fábrica alcança patamares superiores ao valor estabelecido em pauta fiscal. No primeiro trimestre de 2018 o caso teve decisão final desfavorável no âmbito administrativo. A Companhia ajuizará ação para discutir o caso na esfera judicial, dentro do prazo legal.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor do processo.

### iii. Cíveis e Criminais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas figuravam como autoras em aproximadamente 1.500 ações cíveis (incluindo ambientais) e criminais. Na mesma data, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo de aproximadamente 7.000 ações cíveis (incluindo ambientais) e criminais.

Segue, abaixo, processo relevante para os negócios da Companhia e de suas controladas:

Processo nº 2008.61.03.007791-6	
a. juízo	1ª Vara da Subseção Judiciária de São José dos Campos
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	28/10/2008
d. partes no processo	Companhia, FEMSA – Fomento Econômico Mexicano S.A. e Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5,3 bilhões
f. principais fatos	Ação ajuizada pelo Ministério Público Federal contra três sociedades fabricantes de cerveja para obrigar as rés a indenizarem o "incremento dos danos provocados pelos investimentos feitos em publicidade de bebidas alcoólicas do tipo cerveja/chopp", bem como para condená-las na obrigação de investir o mesmo montante reservado para publicidade de bebidas alcoólicas em programas de prevenção e tratamento dos "malefícios decorrentes do consumo de álcool". O valor do pedido pelo Ministério Público Federal na ação pública representa, considerada apenas a parcela aplicável à Companhia, aproximadamente R\$2,1 bilhões. No entanto, com o ingresso da ONG - "Instituto Barão de Mauá" - como coautora no processo, a qual pediu o mesmo montante indenizatório, o valor total da causa passou a ser de R\$5,5 bilhões. Em janeiro de 2015, foram indeferidos os pedidos de produção de prova apresentados em primeira instância. Em julho de 2016, a ação foi julgada integralmente improcedente, em primeira instância. Em outubro de 2016, o Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação, contra o qual as Rés apresentaram contrarrazões. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
g. chance de perda	Remota

h. análise do impacto em caso de perda do processo

É remota a chance de a sentença ser revertida e a Companhia ter de vir a pagar o valor postulado pelo Ministério Público Federal. Contudo, na hipótese de perda, além dessa indenização, a Companhia terá de aplicar o mesmo valor que utiliza em publicidade para programas de prevenção e tratamento dos problemas relacionados ao consumo de álcool.

### Bacia de Riachuelo

Em 2004, uma queixa ambiental foi iniciada por alguns vizinhos que residem na Bacia do Riachuelo contra o Estado da Argentina, a Província de Buenos Aires, a cidade de Buenos Aires e mais de 40 sociedades (incluindo a Cerveceria y Malteria Quilmes S.A., subsidiária da Companhia na Argentina) com instalações situadas na Bacia do Riachuelo ou que despejam os seus resíduos no rio Riachuelo. Nesta reclamação, o Supremo Tribunal de Justiça da Argentina decidiu que o Estado da Argentina, a Província de Buenos Aires e da cidade de Buenos Aires permanecem como principais responsáveis pela recuperação do meio ambiente, e também que a Autoridade da Bacia Riachuelo, um órgão ambiental criado em 2006 nos termos da Lei argentina nº 26.168, seria responsável pela implementação de um Plano de Remediação para a Bacia do Riachuelo. O Supremo Tribunal de Justiça da Argentina decidiu também que qualquer ação de indenização deveria ser iniciada perante um tribunal civil.

# 4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

### i. Trabalhistas

Não aplicável, visto não haver ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo ou ativo que sejam individualmente relevantes para os seus negócios.

### ii. Tributários

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha provisão no valor de R\$44,2 milhões para os casos descritos no item supra.

### iii. Cíveis e Criminais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha provisão para os casos descritos no item supra.

A Companhia é parte nos seguintes processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores:

### Bônus de Subscrição

0047299-63.2003.8.19.0001	
a. juízo	Rio de Janeiro
b. instância	STJ
c. data de instauração	2003
d. partes no processo	Romanche Investment Corporation LLC x Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimáveis no momento. Caso a Companhia seja vencida neste processo, poderá ocorrer diluição econômica para os atuais acionistas correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição. O valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$3,1 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$7,3 milhões).  O valor histórico atribuído à reconvenção corresponde a R\$98,5 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$232 milhões).

f. principais fatos

g. chance de perda

em caso de perda do

processo

### 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na petição inicial, foi requerida a condenação da Companhia (i) a emitir as ações a que dão direito os bônus de subscrição detidos pela autora, pelo preço que a autora entende ser correto, abaixo daquele divulgado pela Companhia e ratificado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ajustado de acordo com aumentos de capital ocorridos no período de 1996 a 2003, decorrentes do exercício de opções de ações relativas ao plano de opções de compra de ações por empregados da Companhia, e de outros bônus de subscrição emitidos em 1993, bem como (ii) ao pagamento de indenização por danos materiais. Na reconvenção, foi requerida a condenação da autora ao pagamento do preço correto para o exercício dos direitos previstos nos bônus de subscrição, nos moldes previamente contratados nos referidos títulos e divulgados pela Ambev em Fato Relevante e aprovados pela CVM. Em primeira instância, foram julgados improcedentes os pedidos formulados na ação principal e procedentes os pedidos formulados na reconvenção apresentada pela Companhia. A sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dando ensejo à oposição de embargos infringentes pela Companhia contra o acórdão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Negado provimento aos embargos infringentes por três votos a dois, a Companhia interpôs recurso especial contra os acórdãos da apelação e dos embargos infringentes. O recurso especial da Companhia foi inadmitido, tendo sido então interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça. Em decisão monocrática, o relator, Ministro Aldir Passarinho Junior negou provimento ao agravo em recurso especial da Companhia. A Companhia interpôs agravo regimental contra a referida decisão. Em 02/08/2011, prosseguindo no julgamento, após votovista do Ministro João Otávio de Noronha, divergindo do relator, Ministro Aldir Passarinho Junior, que lhe negava provimento, acordaram os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, em dar provimento ao agravo regimental da Companhia para dar provimento ao agravo em recurso especial e determinar a subida do recurso especial. Em 11/10/2012 o recurso especial foi distribuído, por prevenção, ao Min. Marco Buzzi (Relator). Em 14/02/2017, o Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido para julgar integralmente improcedente a ação principal da Autora e reduzir os honorários de sucumbência aplicados à Companhia na reconvenção. Aguarda-se eventual interposição de recurso pela Autora, mantendo-se, porém, a improcedência do pedido da reconvenção. Em 5/5/2017, a autora opôs Embargos de Divergência contra o acórdão que deu parcial provimento ao Recurso Especial da Companhia. Em 29/09/2017 o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento dos embargos de divergência. Autos conclusos com o Ministro Relator aguardando julgamento. Ação principal: Remota. Reconvenção: Provável. Caso a Companhia seja vencida neste processo, o principal efeito será a diluição h. análise do impacto econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.

0047841-81.2003.8.19.0001	
a. juízo	Rio de Janeiro
b. instância	STJ
c. data de instauração	2003
d. partes no processo	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF X Companhia
	Decinomation reacting Terreta Ar companion

### e. valores, bens ou direitos envolvidos

Inestimáveis no momento. Caso a Companhia seja vencida neste processo, poderá ocorrer a diluição econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.

O valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$60,3 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$142 milhões). O valor histórico atribuído à reconvenção corresponde a R\$399,8 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$941,7 milhões).

Na petição inicial, foi requerida a condenação da Companhia (i) a emitir as ações a que dão direito os bônus de subscrição detidos pelos autores pelo preço que os autores entendem ser correto, abaixo daquele divulgado pela Companhia, ajustado de acordo com aumentos de capital ocorridos no período de 1996 a 2003, decorrentes do exercício de opções de ações relativas ao plano de opções de compra de ações por empregados da Companhia e de outros bônus emitidos em 1993, bem como (ii) ao pagamento de indenização por danos materiais. Na reconvenção, foi requerida a condenação dos autores ao pagamento do preço correto para o exercício dos direitos previstos nos bônus de subscrição, nos moldes previamente contratados nos referidos títulos, divulgados pela Ambev em Fato Relevante e aprovados pela CVM.

Em primeira instância, foram julgados improcedentes os pedidos formulados na ação e procedentes os pedidos formulados na reconvenção apresentada pela Companhia. A sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dando ensejo à oposição de embargos infringentes pela Companhia contra o acórdão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Negado provimento aos embargos infringentes por três votos a dois, a Companhia interpôs recurso especial contra os acórdãos da apelação e dos embargos infringentes. O recurso especial da Companhia foi inadmitido, tendo sido então interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça. Em decisão monocrática, o Ministro Aldir Passarinho Junior conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial e determinar a redução dos honorários arbitrados na ação reconvencional para 2% do valor atualizado da causa. A Companhia e os autores interpuseram agravos regimentais contra a referida decisão. Após o voto do Min. Aldir Passarinho Junior, negando provimento ao agravo regimental da Companhia, pediu vista o Min. João Otávio de Noronha. Prosseguindo no julgamento, após voto-vista do Min. João Otávio de Noronha dando provimento ao agravo regimental da Companhia para dar provimento ao respectivo agravo e determinar a subida do recurso especial para melhor exame, divergindo do Relator, Min. Aldir Passarinho Junior, que lhe negava provimento, a Turma, por maioria, deu provimento ao agravo regimental para dar provimento ao agravo e determinar a subida do recurso especial. Em 07/12/2011, o processo foi distribuído por prevenção ao Min. Marco Buzzi (Relator).

f. principais fatos

Os autores formularam pedido de substituição de caução, ao fundamento de que as Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT's oferecidas como garantia possuem por data de vencimento o dia 07/03/2012. Intimada, a Companhia concordou com o pedido de substituição. Diante disso, o Relator deferiu a substituição da caução pelas Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B, discriminadas na correspondência que acompanha a petição apresentada pelos Autores. Autos conclusos ao Relator em 25/09/2012. Em 1/12/2015, os autores apresentaram petição juntando parecer do Prof. Ary Oswaldo Mattos Filho no processo. Em 14/02/2017, o Recurso Especial da Companhia foi provido para julgar integralmente improcedente a ação principal dos autores e reduzir os honorários de sucumbência aplicados à Companhia na reconvenção, mantendo-se, porém, a improcedência do pedido da reconvenção. Em 24/4/2017, os autores opuseram Embargos de Divergência contra o acórdão que

	proveu parcialmente o Recurso Especial da Companhia. Em 11/09/2017 o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento dos embargos de divergência. Autos estão conclusos com o Ministro Relator aguardando julgamento.
g. chance de perda	Ação principal: Remota. Reconvenção: Provável.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia seja vencida neste processo, o principal efeito será a diluição econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.

03.047.887-1	
a. juízo	São Paulo
b. instância	STJ
c. data de instauração	2003
d. partes no processo	Economus Instituto de Seguridade Social X Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimáveis no momento. Caso a Companhia seja vencida neste processo, poderá ocorrer diluição econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição. O valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$1,0 milhão (atualizado até dezembro/2017 de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: R\$ 2,4 milhões). Com relação à reconvenção, o valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$4,4 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: R\$9,8 milhões).

f. principais fatos

g. chance de perda

processo

### 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em 28/04/2003, a ação foi ajuizada. Em 19/05/2003, foram apresentadas pela Companhia contestação, reconvenção e impugnação ao valor da causa. Em 17/08/2005, foi publicada sentença julgando improcedentes os pedidos da ação e da reconvenção. Em 20/09/2005, a Companhia interpôs recurso de apelação contra a parte da sentença referente à reconvenção. Em 28/09/2005, o Economus Instituto de Seguridade Social interpôs recurso de apelação contra a parte da sentença referente à ação. Em 13/05/2011, os recursos de apelação da Companhia e do Economus Instituto de Seguridade Social foram incluídos em pauta de julgamento do dia 26/05/2011, porém, a pedido do 3º juiz, após votos do relator e do revisor negando provimento aos recursos, adiou-se o julgamento para 09/06/2011. Em 09/06/2011, foi negado provimento a ambos os recursos, com declaração de voto convergente pelo revisor. Em 28/07/2011, o Economus Instituto de Seguridade Social opôs Embargos de Declaração contra o acórdão que negou provimento ao seu recurso de apelação. Em 11/08/2011, foram rejeitados os Embargos de Declaração. Em 06/10/2011, foi interposto recurso especial pelo Economus Instituto de Seguridade Social. Em 30/05/2012, o recurso especial foi distribuído à Quarta Turma do STJ, sob a relatoria do Ministro Raul Araújo. Em 12/12/2013, o Ministro Raul Araújo negou seguimento ao Recurso Especial do Economus Instituto de Seguridade Social. Contra essa decisão, o Economus Instituto de Seguridade Social interpôs Agravo contra Decisão Denegatória de Recurso Especial, julgado procedente, para conhecimento do Recurso Especial. Em 27/10/2015, o Recurso Especial do Economus Instituto de Seguridade Social foi julgado improcedente pelo STJ. O Economus Instituto de Seguridade Social opôs embargos de declaração contra o acórdão que negou provimento a seu Recurso Especial. Os embargos de declaração foram rejeitados em 10/03/2016 pela Quarta Turma do STJ. Em 26/04/2016, o Economus Instituto de Seguridade Social opôs Embargos de Divergência à Corte Especial do STJ. Em 15/08/2016, a Companhia apresentou impugnação aos Embargos de Divergência, acompanhada de pareceres jurídicos pela sua inadmissibilidade e improcedência. Em 09/12/2016, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento dos Embargos de Divergência. Em 13/02/2017, a Companhia, espontaneamente, apresentou manifestação ao parecer do Ministério Público Federal, pela qual se opôs à tentativa de solução consensual da controvérsia. Em 21/03/2017, o Economus Instituto de Seguridade Social manifestou sua concordância à tentativa de solução consensual da controvérsia ou, subsidiariamente, o julgamento em conjunto deste recurso com os demais recursos, ainda que interpostos por terceiros, que versam sobre o mesmo tema. Desde 22/03/2017, os autos encontram-se conclusos ao Ministro Relator Jorge Mussi. Ação principal: remota. Reconvenção: provável. Caso a Companhia seja vencida neste processo, o principal efeito será a diluição h. análise do impacto econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de em caso de perda do mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.

03.047.412-4		
a. juízo	São Paulo	
b. instância	STJ	
c. data de instauração	2003	
d. partes no processo	Herta TH. Carola Stinglwagner, Arnim Loree Margot Stinglwagner X Companhia	

### Inestimáveis no momento. Caso a Companhia seja vencida neste processo, poderá ocorrer diluição econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição. e. valores, bens ou direitos envolvidos O valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$0,4 milhão (atualizado até dezembro/2017 de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: R\$1 milhão). Com relação à reconvenção, o valor atribuído à causa corresponde a R\$13,8 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justica do Estado de São Paulo: R\$30,9 milhões). Em 28/04/2003, a ação foi ajuizada. Em 14/05/2003, foram apresentadas pela Companhia contestação, reconvenção e impugnação ao valor da causa. Em 28/03/2006, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da ação e da reconvenção. Em 31/05/2006, a Companhia interpôs recurso de apelação contra a parte da sentença referente à reconvenção e, em 09/08/2006, os autores interpuseram recurso de apelação contra a parte da sentença referente à ação. Em 18/12/2007, por maioria de votos, foi dado provimento em parte ao recurso dos autores para lhes assegurar o direito de subscrever ações do capital da ré pelo menor preço de emissão entre fevereiro de 1996 e abril de 2003, restando, no entanto, indeferido o pedido de indenização por perdas e danos. O recurso da Companhia foi julgado prejudicado ante a parcial procedência do recurso dos autores. Em 07/04/2008, a Companhia apresentou embargos infringentes. Em 7/10/2008, os Embargos Infringentes foram julgados e confirmou-se a sentença que julgou improcedentes os pedidos da ação e da reconvenção. Em 05/03/2009, os autores apresentaram Recurso Especial contra decisão que acolheu os Embargos Infringentes. Na mesma data, a Companhia também apresentou Recurso Especial com relação à parte da decisão que manteve o julgamento de improcedência dos pedidos da reconvenção. Em 17/07/2009, foi publicada decisão que admitiu o Recurso Especial dos autores e negou seguimento ao Recurso Especial da Companhia. Em 02/08/2011, iniciou-se o julgamento dos recursos, com a prolação de voto do ministro relator João Otávio de Noronha negando provimento a ambos os recursos. Em seguida, os autos foram retirados de f. principais fatos pauta a pedido de vista do ministro Luis Felipe Salomão. Em 01/12/2011, o julgamento iniciado em 02/08/2011 prosseguiu, tendo o ministro Luis Felipe Salomão votado pelo parcial provimento do Recurso Especial dos Autores e pelo desprovimento do Recurso da Companhia. Após os ministros Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti acompanharem o voto do relator, o Recurso foi novamente retirado de pauta a pedido do ministro Antonio Carlos Ferreira. Em 04/09/2012, a Quarta Turma, por maioria, negou provimento a ambos os recursos, nos termos do voto do relator. Vencidos os Ministros Luis Felipe Salomão e Antonio Carlos Ferreira, que conheciam e davam parcial provimento ao Recurso dos autores e o Ministro Antonio Carlos Ferreira que julgou prejudicado o Recurso da Companhia. Contra esse acórdão, os autores opuseram Embargos de Declaração, rejeitados em 17/09/2015 pela Quarta Turma do STJ. Em 11/02/2016, os autores opuseram Embargos de Divergência. Em 14/04/2016, a Companhia apresentou impugnação aos Embargos de Divergência, acompanhada de pareceres jurídicos pela sua inadmissibilidade e improcedência. Em 09/12/2016, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento dos Embargos de Divergência. Em 13/02/2017, a Companhia, espontaneamente, apresentou manifestação ao parecer do Ministério Público Federal, pela qual se opôs à tentativa de solução consensual da controvérsia. Em 06/04/2017, foi certificado o decurso do prazo para que os autores se manifestassem sobre o parecer do Ministério Público Federal. Na mesma data, os autos foram remetidos à conclusão, sob a relatoria do Ministro Relator Jorge Mussi, onde permanecem desde então. Ação principal: remota. g. chance de perda Reconvenção: provável.

h. análise do impacto em caso de perda do processo Caso a Companhia seja vencida neste processo, o principal efeito será a diluição econômica para os atuais acionistas correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.

0047983-85.2003.8.19.0001		
a. juízo	Rio de Janeiro	
b. instância	STJ	
c. data de instauração	2003	
d. partes no processo	Tempo Capital Fundo de Investimento em Ações x Companhia	
e. valores, bens ou	Inestimáveis no momento. Caso a Companhia seja vencida neste processo, poderá ocorrer diluição econômica para os atuais acionistas correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.	
e. vatores, bens ou direitos envolvidos	O valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$1,2 milhão (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$2,8 milhões). O valor histórico da reconvenção corresponde a R\$7,9 milhões (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$18,6 milhões).	

Na petição inicial, foi requerida a condenação da Companhia a emitir as ações a que dão direito os bônus de subscrição detidos pela autora, pelo preço que a autora entende ser correto, abaixo daquele divulgado pela Companhia e ratificado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ajustado de acordo com aumentos de capital ocorridos no período de 1996 a 2003, decorrentes do exercício de opções de compra de ações relativas ao plano de opções de compra de ações por empregados da Companhia, e de outros bônus de subscrição emitidos em 1993, e pagamento por perdas e danos decorrentes do atraso no cumprimento de emitir ações. Na reconvenção, foi requerida a condenação da autora ao pagamento do preço correto para o exercício dos direitos contidos nos bônus de subscrição, nos moldes previamente contratados nos bônus de subscrição, divulgados pela Ambev em Fato Relevante e aprovados pela CVM. Em primeira instância foram julgados improcedentes os pedidos formulados na ação e procedente, o pedido formulado na reconvenção apresentada pela Companhia. Essa decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dando ensejo à oposição de embargos infringentes pela Companhia contra o acórdão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Negado provimento aos embargos infringentes por três votos a dois, a Companhia interpôs recurso especial contra os acórdãos da apelação e dos embargos infringentes. O recurso especial da Companhia foi inadmitido, tendo f. principais fatos sido então interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça. Em decisão monocrática, o Ministro Aldir Passarinho Junior negou provimento ao agravo da Companhia. A Companhia interpôs agravo regimental contra a referida decisão que negou provimento ao seu agravo em recurso especial. Em 02/08/2011, prosseguindo no julgamento, após voto-vista do Ministro João Otávio de Noronha, divergindo do relator, Ministro Aldir Passarinho Junior, que lhe negava provimento, acordaram os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, dar provimento ao agravo regimental para dar provimento ao agravo de instrumento e determinar a subida do recurso especial. Em 08/03/2012 o recurso especial foi distribuído por prevenção ao Min. Marco Buzzi (Relator), da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Em 16/05/2016, o recurso especial da Companhia foi conhecido e provido monocraticamente pelo Ministro Relator Marco Buzzi. Em 23/05/2016, a Autora interpôs agravo interno. Em 16/06/2016, a Ambev apresentou impugnação ao Agravo Interno da Tempo Capital. Em 18/05/2017, o agravo interno interposto pela autora foi desprovido por maioria de votos. Em 21/06/2017 a Tempo Capital apresentou Embargos de Divergência. Em 20/09/2017, a Companhia apresentou impugnação aos Embargos de Divergência. Em 29/09/2016, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento dos Embargos de Divergência. Os autos estão na conclusão com o Ministro Relator desde 02/10/2017. Ação principal: Remota. g. chance de perda Reconvenção: Provável. Caso a Companhia seja vencida neste processo, o principal efeito será a diluição econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de h. análise do impacto em caso de perda do mercado das ações no momento em que foram emitidas e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de processo

0091106-60.2008.8.19.0001	
a. juízo	Rio de Janeiro
b. instância	STJ
c. data de instauração	2008
d. partes no processo	Sergio Campos Faria x Companhia

subscrição.

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimáveis no momento. Caso a Companhia seja vencida neste processo, poderá ocorrer diluição econômica para os atuais acionistas correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição. O valor histórico atribuído à causa corresponde a R\$ 24.910,00 reais (atualizado até dezembro/2017 de acordo com o índice de correção monetária adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: R\$ 44.939,78).
f. principais fatos	Na petição inicial, foi requerida a condenação da Companhia para que (i) sejam emitidas 8.210 ações preferenciais nominativas e 230 ações ordinárias nominativas AMBEV, procedendo-se o depósito dos títulos na instituição financeira depositária - Banco Itaú S/A - sob pena de multa diária. (ii) seja declarado de que a cláusula de ajustamento de preço abrange os aumentos de capital verificados por força de exercício de opções e aquele decorrente da subscrição de bônus de 1993, reconhecendo-se o direito do autor subscrever as ações pelo menor preço a ser fixado na sentença, com base nos aumentos referidos; (iii) a ré proceda à entrega das ações com base no preço de R\$185,08 por lote de 1000 ações ordinárias e de R\$117,67 ações preferenciais; e (iv) a ré seja condenada em perdas e danos a serem verificados em liquidação de sentença, consistentes no pagamento de vantagens, dividendos e bonificações, no que tange às ações correspondentes, entre a data em que deveriam ser emitidas (30/04/2003) e a data em que se tornarem disponíveis para o autor. Em primeira instância, foram julgados parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação principal, para o fim de condenar a Cia. a emitir 8.210 ações preferenciais nominativas (AMBEV - PN) e 230 ações ordinárias nominativas (AMBEV - ON), ao preço de R\$915,95 (novecentos e quinze reais e noventa e cinco centavos) por lote de 1.000 ações ON e R\$909,77 (novecentos e nove reais e setenta e sete centavos) por lote de 1.000 ações PN, depositando-as em custódia em agência do Banco Itaú que indicar; e compor as perdas e danos consistentes no pagamento de vantagens, dividendos e bonificações relativas às ações enunciadas no item 1 supra, e que deve considerar o período que se inicia em 30/04/2003 até o efetivo pagamento. A sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que acolheu o pedido de decadencia formulado pela Cia., por unanimidade. O autor interpôs recurso especial e recurso extraordinário contra o acórdão da apelação. Os recursos especial e e
g. chance de perda	Ação principal: Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia seja vencida neste processo, o principal efeito será a diluição econômica para os atuais acionistas, correspondente à diferença entre o valor de mercado das ações no momento em que foram emitidas, e o valor estabelecido em última instância judicial como sendo o preço de subscrição do exercício dos bônus de subscrição.

# 4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha provisão para os casos descritos no item supra.

### 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, uma vez que a Companhia e/ou suas controladas não são parte em processos sigilosos.

### i. Trabalhistas

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais trabalhistas repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

### ii. Tributários

Sem prejuízo dos casos individualmente relevantes, apresentados nos quadros do item 4.3 acima deste Formulário de Referência, apresentamos abaixo os processos tributários conexos e relevantes em conjunto. Conforme aplicável, os valores indicados neste item incluem aqueles reportados no item 4.3 acima deste Formulário de Referência.

- 1. A Ambev S.A. foi autuada pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança do ICMS supostamente devido sobre descontos incondicionais concedidos pela Ambev de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998. Em outubro de 2015 e janeiro de 2016, a Ambev decidiu quitar essas cobranças no âmbito de um programa de pagamento incentivado, no valor total de aproximadamente R\$ 271 milhões. Em 2013, 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração similares emitidos pelos Estados do Pará e Piauí. A Ambev apresentou defesa contra essas autuações e atualmente aguarda julgamento. Após os pagamentos feitos ao Estado do Rio de Janeiro, a Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$ 599,7 milhões (R\$559,5 milhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão.
- 2. Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil estão isentos de IPI. Há discussão se a aquisição de tais bens dá direito ao registro de créditos de IPI pelos adquirentes. As unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido diversos Autos de Infração glosando esses créditos. O tema ainda aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$3,2 bilhões (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2016) classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão relacionada.
- 3. Além disso, a Companhia, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI em discussão nos processos acima mencionados (item 2). A Companhia apresentou defesa contra tais cobranças e atualmente aguarda decisão. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$866 milhões (R\$735,5 milhões em 31 de dezembro de 2016) classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão relacionada.
- **4.** No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança de IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões em dezembro de 2017. Não foi feita nenhuma provisão relacionada à matéria pois referidos processos foram considerados de perda possível.
- 5. A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. O valor em discussão para 31 de dezembro de 2017 é de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2016). Tais processos são classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão material relacionada.
- **6.** A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração veiculando a cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos da fábrica alcança patamares próximos ou superiores ao valor

estabelecido nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve basear-se no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia questiona as autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Dentre outros casos, em agosto de 2016, a Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados pela Fazenda do Estado de Minas Gerais, no valor histórico de R\$ 1,4 bilhão.

No primeiro trimestre de 2018 esses processos tiveram decisão final desfavorável no âmbito administrativo. A Companhia agora ajuizará ação para discutir o caso na esfera judicial. Em 2017, a Ambev recebeu novas autuações lavradas pelo Estado do Rio de Janeiro envolvendo esse tema, que totalizaram o valor histórico de R\$900 milhões. A Companhia apresentou defesas contra tais autos de infração e agora aguarda decisão pelo Tribunal Administrativo. Considerando as novas autuações, bem como outras recebidas em 2017, a Ambev S.A. estima que o valor total de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$5,8 bilhões (R\$4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016). Foram feitas provisões no valor total de R\$6,7 milhões para casos específicos em que a Ambev estima que as chances de perda passaram a ser prováveis, por questões processuais.

- 7. Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso especial para a Câmara Superior do CARF. Em março de 2017, a Câmara Superior concluiu o julgamento do recurso de forma desfavorável. Em setembro de 2017 a Companhia ingressou com medida judicial para discussão da matéria com pedido liminar deferido em favor da Companhia. Em dezembro de 2013, 2016 e 2017, a Companhia recebeu novos Autos de Infração relacionados ao tema. Para o exercício de 2017 a Ambev estima um valor de aproximadamente R\$6,1 bilhões com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$ 44,2 milhões com classificação de perda provável, sendo que o valor classificado como perda provável foi provisionado.
- 8. Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. Em novembro de 2014, o CARF concluiu o julgamento do recurso. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a Ambev apresentou embargos de declaração. Em setembro de 2016, os referidos embargos foram parcialmente admitidos e a Ambev foi formalmente notificada da referida decisão em janeiro de 2018. Como a decisão do CARF restou parcialmente favorável, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria com pedido liminar deferido em favor da Companhia. A parcela remanescente ainda será submetida a reexame pela Câmara Superior do CARF.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu novo Auto de Infração, relativo à glosa de despesas de amortização de ágio, decorrentes da incorporação da InBev Holding Brasil S.A., nos anos de 2011 a 2013. Em março de 2017, a Ambev foi notificada da decisão parcialmente favorável da primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário perante o CARF. Em maio de 2018, o CARF deu parcial provimento ao recurso da Companhia. Aguarda-se a formalização do Acórdão para a análise de eventual interposição de recursos cabíveis.

A Companhia estima que sua exposição em 31 de dezembro de 2017, relacionada à esse tema, seja de aproximadamente R\$8,3 bilhões (R\$7,8 bilhões em 31 de dezembro de 2016), classificada como perda possível, e, portanto, não foi constituída pela Companhia provisão a esse respeito. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

**9.** Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente à incorporação da Beverage Associates Holding Limited (BAH) na Ambev. Em dezembro de 2014, a

Ambev apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. Em março de 2017, a Câmara Baixa do CARF concluiu o julgamento determinando o retorno do caso para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento. Em julho de 2017, a Ambev foi notificada da decisão revista pela DRJ e apresentou novo Recurso Voluntário. O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2017. Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

- 10. Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev. A Ambev apresentou Impugnação ao Auto de Infração no prazo legal e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento ("DRJ"). O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,1 bilhão. Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.
- 11. Desde 2014, a Companhia vem recebendo autuações para cobrança de IRPJ e CSLL, cujo objeto é a glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas da Companhia. A Companhia apresentou defesa para todos os casos e aguarda decisão em primeira instância para os casos recebidos em 2015 e 2016 e pelo CARF para os demais. Em setembro de 2017, a Companhia optou por incluir parte destas autuações no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 ("PERT"). A Ambev estima que as possíveis perdas relacionadas a essas avaliações sejam de aproximadamente R\$7,2 bilhões de reais em de 31 de dezembro de 2017.
- 12. A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pela Receita Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação. Em fevereiro de 2016, a Corte Superior do CARF julgou dois casos da Companhia. A Ambev ingressou com as respectivas medidas judiciais para discussão do tema e recebeu a primeira decisão favorável de Primeira Instância em setembro de 2016. Em março de 2017, a Ambev recebeu uma decisão judicial desfavorável em 1ª instância judicial no segundo caso em discussão no judiciário e apresentou Recurso de Apelação. A administração estima perdas possíveis com relação a essas autuações no valor de aproximadamente R\$ 549,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Não foi feita nenhuma provisão relacionada à matéria.
- 13. Em dezembro de 2014, a Companhia recebeu um Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$1,3 bilhão. A autuação teve como base, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa relacionados com as atividades operacionais da Companhia. Em agosto de 2017, o CARF concluiu o julgamento totalmente favorável à Ambev e, em dezembro de 2017, a Ambev foi notificada da referida decisão, bem como da manifestação da autoridade fazendária informando a não interposição de recurso e encaminhamento do caso ao arquivo, estando o caso encerrado.

Em dezembro de 2015 e 2016, a Companhia recebeu dois novos Autos de Infração da Receita Federal do Brasil que trata do mesmo assunto. A Companhia estima que a exposição de perda possível deste processo é de aproximadamente R\$4,4 bilhões (R\$5,6 bilhão em 31 de dezembro de 2016). Não foi feita nenhuma provisão relacionada à matéria.

14. Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ao invés do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em Primeira Instância Administrativa e apresentou Recurso Voluntário. A Arosuco estima que as possíveis perdas relacionadas a esta matéria sejam de aproximadamente R\$616,1 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2017, classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão relacionada. Em dezembro de 2016, a CRBS (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ao invés do método de Lucro Real. Em julho de 2017, a CRBS foi intimada da decisão desfavorável em Primeira Instância Administrativa e apresentou

Recurso Voluntário. Em setembro de 2017, a CRBS optou por incluir este Auto de Infração no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 ("PERT"). Não há valores de perda relacionados a esta matéria em 31 dezembro de 2017.

**15.** Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. A Ambev apresentou defesa em face das autuações e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$3,1 bilhões (R\$1,5 bilhões em 31 de dezembro de 2017) classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão relacionada ao tema.

### iii. Cíveis e Criminais

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais cíveis/criminais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

# 4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha provisão no valor de R\$ 50,038 milhões para os casos tributários descritos no item supra.

### 4.7 - Outras contingências relevantes

Ação Coletiva contra Brewers Retail, Inc.

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte Superior de Justiça da Província de Ontário, no Canadá, contra a Liquor Control Board of Ontario, Brewers Retail Inc. ("TBS") e os acionistas da Brewers Retail Inc. (Molson Coors Canada, Sleeman Breweries Ltd. e Labatt Breweries of Canada LP). A ação judicial foi proposta no Canadá com base na Ontario Class Proceedings Act e busca, dentre outros: (1) obter uma declaração de que os réus conspiravam uns com os outros para alocar mercados para o fornecimento de cervejas vendidas em Ontario desde 1º de junho de 2000; (2) obter uma declaração de que a Brewers Retail Inc. e seus acionistas conspiraram para fixar, aumentar e/ou manter preços cobrados das licenciadas de Ontário (no mercado) referentes à cerveja e as taxas cobradas pela TBS de outras cervejarias concorrentes que desejavam vender seus produtos por meio da TBS; e (3) indenização por enriquecimento ilícito. Como parte desta terceira alegação, os autores alegam práticas comerciais ilegais por parte dos acionistas da Brewers Retail Inc. Eles pleiteiam indenização no valor de C\$1,4 bilhão (aproximadamente R\$3,7 bilhões); bem como danos punitivos, exemplares e agravados no valor de C\$5 milhões (R\$13,1 milhões); e mudanças/revogações da legislação afetada. A Companhia não registrou provisão correspondente a esta ação. Um pedido de julgamento antecipado da lide foi apresentado pelos réus e foi conhecido pelo Tribunal Superior de Ontário, em fevereiro de 2018. Espera-se que a audiência referente à certificação da classe e ao julgamento do mérito ocorra antes do final de 2018.

## 4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia tem sua sede no Brasil.

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política única para gerenciamentos dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência. O gerenciamento ocorre de diversas formas, dentre as quais destacamos as principais a seguir.

### Código de Conduta

O Código de Conduta de Negócios da Companhia fixa as diretrizes de conduta que devem ser observadas por todos os conselheiros, diretores e funcionários ("<u>Funcionários</u>") da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, e expressa os princípios que a Companhia espera que os indivíduos e entidades que agem em nosso nome sigam. Dentre elas, destacamos:

- cumprimento dos princípios da Companhia divulgados aos Funcionários e de todas as leis, regulamentos e políticas aplicáveis, incluindo do Código de Conduta, e observância dos mais altos padrões de ética nos negócios;
- (ii) as relações com clientes, fornecedores, concorrentes, funcionários e órgãos e representantes governamentais devem basear-se no cumprimento de todas as leis e regulamentos aplicáveis;
- (iii) práticas empresariais que não infrinjam os direitos humanos e que se alinhem com vários padrões internacionais de conduta empresarial responsável;
- (iv) respeito à diversidade, à autenticidade e à pessoa, sendo proibidas todas as formas de discriminação, sejam elas por raça, religião, gênero, orientação sexual, idade, opinião política, nacionalidade, posição social, origem ou outras;
- (v) promoção do consumo inteligente;
- (vi) atuação em respeito à legislação concorrencial aplicável e necessidade de aprovação das práticas e políticas comerciais pela área de Compliance da Companhia;
- (vii) obrigação de reportar eventuais conflitos de interesse com a Companhia;
- (viii) tolerância zero a todo e qualquer ato de corrupção, sendo obrigatório o cumprimento de todas as leis locais e internacionais que proíbem corrupção em todos os lugares onde a Companhia opera, bem como das normas, políticas e procedimentos internos da Companhia. A Companhia possui uma Política Anticorrupção que determina as condutas proibidas de acordo com a legislação anticorrupção (local e estrangeira) aplicável à Companhia, e regulamenta temas como (i) presentes, doações, entretenimento e hospitalidade para órgãos e funcionários públicos, (ii) contribuições políticas, (iii) contratação com entes públicos, (iv) procedimentos de auditoria de *compliance* para fornecedores e prestadores de serviço (intermediários), e (v) canais de denúncia, entre outros.
- (ix) contratação e o pagamento de prestadores de serviço que mantenham, ainda que eventualmente, contato com funcionários públicos em nome da Companhia deve respeitar as regras definidas pela área de Compliance da Companhia;
- (x) proibição de aceitar presentes, brindes, favores, empréstimos, serviços ou tratamento

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

especial de qualquer espécie de pessoas ou organizações que façam ou procurem fazer negócios com a Companhia, independentemente do valor;

- (xi) manutenção de padrões profissionais adequados na documentação de assuntos contábeis e financeiro, de maneira que as demonstrações financeiras da Companhia, seus livros e registros representem de maneira precisa, clara, completa e com detalhamento adequado, todos os negócios e operações da Companhia;
- (xii) preservação da confidencialidade das informações da Companhia e proibição de divulgar ou ceder as senhas para outras pessoas
- (xiii) diretrizes referentes a redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea, a fim de preservar a imagem da Companhia;
- (xiv) utilização de todos os ativos da Companhia apenas para finalidades empresariais legítimas;
- (xv) diretrizes referentes à comunicação com o mercado e com a imprensa.

A gestão do Código de Conduta é de responsabilidade da Diretoria da Companhia na estrutura do Comitê de Ética, assessorada pela área de compliance da Companhia, sendo responsável por (i) avaliar a aplicação de todos os procedimentos contidos no Código de Conduta de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade, (ii) garantir que o Código de Conduta seja de conhecimento de todos os Funcionários e terceiros que se relacionem com a Companhia; e (iii) julgar e gerenciar os casos de violação do Código de Conduta, tomando as medidas necessárias. Para mais informações, vide item 5.4 deste Formulário de Referência.

Todos os temas vinculados ao Código de Conduta, incluindo as práticas anticorrupção, são disseminados para toda a Companhia por meio de comunicados internos e vídeos. Além disso, anualmente, 100% dos funcionários que ocupam os cargos de especialistas, gerentes, diretores e membros do Conselho de Administração participam de treinamentos online e/ou presenciais sobre o Código de Conduta e práticas anticorrupção.

A íntegra do Código de Conduta pode ser encontrada na página da Companhia no seguinte endereço eletrônico: <a href="www.ambev.com.br">www.ambev.com.br</a> no campo "Sobre a Ambev", "Ética", "Código de Conduta". Além disso, o Código de Conduta também se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia em <a href="ri.ambev.com.br">ri.ambev.com.br</a>, no campo "Governança Corporativa", "Políticas e Códigos", "Código de Conduta".

### Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários

O Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Manual") fixa regras no tocante:

- ao uso, comunicação e divulgação de informações relevantes que envolvam os negócios e as atividades da Companhia, decorrentes de decisões de seus órgãos de administração ou de seus acionistas controladores, dentre outros, que possam refletir na negociação, no mercado, dos valores mobiliários da Ambey;
- à política de negociação com valores mobiliários da Companhia na pendência de divulgação de ato ou fato relevante e, ainda, em determinados períodos de negociação restrita, com o objetivo de evitar o uso indevido de informações privilegiadas; e
- (iii) à adoção de mecanismos que assegurem controle e transparência das negociações de valores

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

mobiliários de emissão da Companhia, dentre outros.

Para mais informações sobre o Manual, vide itens 20 e 21 deste Formulário de Referência. O Manual pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <u>ri.ambev.com.br</u>, no campo "Governança Corporativa", "Políticas e Códigos", "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev".

### Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

### **Provisões**

A Companhia constitui provisões em determinadas situações, conforme detalhado em suas demonstrações financeiras. Como regra geral, provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões para disputas e litígios são reconhecidas quando é mais provável do que improvável que a Companhia seja obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. São constituídas provisões, também, em casos de créditos de liquidação duvidosa.

### b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

### (i) os riscos para os quais se busca proteção;

As políticas de gerenciamento de risco adotadas, descritas no item anterior, procuram obter proteção para os mais diversos riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados pela administração da Companhia, dentre os quais destacamos: (i) dano à reputação da Companhia; (ii) riscos de responsabilidade por produtos e outros prejuízos que possam ser sofridos pela Companhia; (iii) falhas na tecnologia da informação; (iv) decisões desfavoráveis em processos judiciais; (v) riscos associados a operações entre partes relacionadas; (vi) riscos no relacionamento com fornecedores e clientes; (vii) sujeição à legislação antitruste e de anticorrupção.

### (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e

Os instrumentos utilizados e a estratégia de cada uma das políticas adotadas estão descritas no item anterior.

### (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos varia de acordo com cada política e identificamos acima ou em outros itens deste Formulário de Referência a referida estrutura responsável por cada gerenciamento.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, nos termos dos respectivos regimentos internos, fazem acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que toca ao

# 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. Para mais informações sobre as responsabilidades e atribuições do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e do Comitê de *Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas*, vide item 12 deste Formulário de Referência.

O Conselho Fiscal, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia também fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que toca ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita, de acordo com as respectivas atribuições e responsabilidades, nos termos descritos no item 12 deste Formulário de Referência.

# c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Apesar de não possuir uma única política de gerenciamento de riscos, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Riscos de mercado, tais como exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, liquidez e risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o seu desempenho em consonância com a sua política de gestão de riscos financeiros, aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia de Bebidas das Américas em 2 de fevereiro de 2005 ("Política").

#### b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver:

O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes aos mercados de capitais no qual a Companhia executa suas operações. A política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez; (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio; (iii) riscos de conversão de balanços; e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A política determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e commodities (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor das receitas, custos e/ou investimentos da Companhia. A Política determina que os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos derivativos. A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde a Companhia mantém operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais.

#### i. Riscos para os quais se busca proteção

#### Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à volatilidade das taxas de juros com relação às emissões existentes de dívida a taxa pré-fixada, emissões existentes de dívida à taxa pós-fixada, contratos de "swap" de moedas a termo e de futuros, caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras de curto prazo. A Companhia administra sua carteira de dívida de acordo com as alterações nas taxas de juros e de câmbio, periodicamente baixando, resgatando e recomprando dívida, e utilizando instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de hedge de taxa de juros segundo a qual a composição entre dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, levam-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A título exemplificativo, a tabela abaixo fornece informações sobre os principais instrumentos sensíveis às taxas de juros da Companhia. Para dívida a juros variáveis, as taxas apresentadas são a média ponderada calculada em 31 de dezembro de 2017. Os prazos contratados para esses instrumentos foram divididos em categorias de acordo com as datas de vencimento previstas:

Perfil de Endividamento e Cronograma de Vencimentos em 31 de dezembro de 2017 (em milhões de R\$, exceto os percentuais)

Instrumentos Derivativos(1)	2018	2019	2020	2021	2022	Após	Total	Valor Justo
DI Futuros BM&F:								
Valor Nocional	-	-	15,0	-	-	-	15,0	(0,0)
IRS FIXO x CDI(2):								
Valor Nocional	-	-	-	110,0	-	-	110,0	25,0
FIXA x TJLP:								
Valor Nocional	-	-	-	-	-	97,4	97,4	(1,8)
CDI x TR:								
Valor Nocional	-	-	-	-	-	149,5	149,5	5,0

<sup>(1)</sup> Valores nominais negativos representam um excesso de passivo sobre os ativos em determinado momento.

Parte da dívida com taxas flutuantes incorre em juros à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Durante o período indicado abaixo a TJLP foi:

	2017	2016	2015
4° Trimestre	7,00	7,50	7,00
3° Trimestre	7,00	7,50	6,50
2° Trimestre	7,00	7,50	6,00
1° Trimestre	7,50	7,50	5,50

### Risco cambial

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia ou da subsidiária em questão. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, swaps, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

De 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, o dólar norte-americano valorizou 24,5% em relação ao real, e em 31 de dezembro de 2017, a taxa do câmbio comercial para compra de dólares norte-americanos era de R\$ 3,308 por USD 1,00.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira faz com que existam riscos de mercado associados aos movimentos da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar norte-americano. A título exemplificativo, o passivo denominado em moeda estrangeira da Ambev em 31 de dezembro de 2017 incluía dívida de R\$1.468,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, as operações com derivativos da Companhia consistiam em contratos de câmbio a termo, *swaps* cambial, opções e contratos futuros. A tabela abaixo fornece informações sobre os mais importantes instrumentos sensíveis às taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2017. Os prazos contratados para esses instrumentos foram divididos em categorias de acordo com as datas de vencimento previstas.

<sup>(2)</sup> Swap de taxa de juros.

(em milhões de Reais, exceto os percentuais)

	(em munoes de Reus, excelo os percentaus)									
Instrumentos Derivativos	2010	2010	2020	2021	2022		m . 1	*** * ·		
(1)	2018	2019	2020	2021	2022	Após	Total	Valor Justo		
Dólar Futuro BM&F:										
Valor Nocional2		-	-	-	-	-	2.117,5	(4,0)		
Preço Médio Unitário	3,2	-	-	-	-	-	3,2			
Euro Futuro BM&F:										
Valor Nocional	47,6	-	-	-	-	-	47,6	0,1		
Preço Médio Unitário	3,9	-	-	-	-	-	3,9			
NDF US\$ x R\$:										
Valor Nocional	3.628,3	-	-	-	-	-	3.628,3	54,5		
Preço Médio Unitário	3,3	-	-	-	-	-	3,3			
FDF C\$ x US\$:										
Valor Nocional	805,1	-	-	-	-	-	805,1	(20,9)		
Preço Médio Unitário	1,3	-	-	-	-	-	1,3			
NDF C\$ x US\$:										
Valor Nocional	8,5	-	-	-	-	-	8,5	0,0		
Preço Médio Unitário	0,0	-	-	-	-	-	0,0			
FDF C\$ x EUR:										
Valor Nocional	82,9	_	_	_	-	-	82,9	2,8		
Preço Médio Unitário	1,5	_	_	_	-	-	1,5	ŕ		
NDF MXN x R\$:	,						,			
Valor Nocional	28,3	_	_	_	-	_	28,3	(0,4)		
Preço Médio Unitário	0,2	_	_	_	_	_	0,2	(-, ,		
NDF ARS x US\$:	-,						,			
Valor Nocional	1.075.5	_	_	_	_	_	1075,5	9,0		
Preço Médio Unitário	19,7	_	_	_	_	_	19,7	-,-		
NDF CLP x US\$:	,.						,,			
Valor Nocional	594,6	_	_	_	_	_	594,6	(46,2)		
Preço Médio Unitário	665,8	_	_	_	_	_	665,8	(10,2)		
NDF UYU x US\$:	005,0						005,0			
Valor Nocional	133,3	_	_	_	_	_	133,3	(7,8)		
Preço Médio Unitário	31,8	_	_	_	_	_	31,8	(7,0)		
NDF BOB x US\$:	31,0						31,0			
Valor Nocional	180,7	_	_	_	_	_	180,7	(1,8)		
Preço Médio Unitário	7,2	_	_	_			7,2	(1,0)		
NDF PYG x US\$:	1,2	_	_	_	_	_	1,2			
Valor Nocional	358,5					_	358,5	(13,4)		
Preço Médio Unitário	<i>'</i>	-	-	-	-	-	5.934,4	(13,4)		
NDF MXN x US\$:	1.934,4	-	-	-	-	-	3.934,4			
Valor Nocional	140.0	26					1.42.5	22.0		
	140,0	3,6	-	-	-	-	143,5	23,8		
Preço Médio Unitário	0,1	0,0	-	-	-	-	0,1			
NDF MXN x CLP:	220.9						220.8	(21.2)		
Valor Nocional	229,8	-	-	-	-	-	229,8	(21,3)		
Preço Médio Unitário	33,1	-	-	-	-	-	33,1			

<sup>(1)</sup> Valores nominais negativos representam um excesso de passivo sobre os ativos em determinado momento

#### Risco de commodities

A Companhia utiliza um grande volume de bens agrícolas para fabricar os seus produtos, inclusive malte e lúpulo para as cervejas, açúcar, guaraná e outras frutas e adoçantes para os refrigerantes. A Companhia compra uma parte significativa de malte e todo o lúpulo fora do Brasil e compra o restante de malte, açúcar, guaraná e outras frutas e adoçantes no mercado local. A Companhia também compra quantidades significativas de latas de alumínio.

A Companhia acredita que fornecimentos adequados das commodities que usa estão disponíveis

atualmente, contudo, não é possível prever a futura disponibilidade dessas *commodities* ou dos preços que terão de ser pagos por essas *commodities*. O mercado de *commodities* tem sofrido e vai continuar experimentando flutuações de preços. A Companhia acredita que o preço futuro e o fornecimento de produtos agrícolas serão determinados, dentre outros fatores, pelo nível de produção da colheita, condições meteorológicas, demanda das exportações e por regulamentações governamentais e leis que afetem a agricultura; e que o preço do alumínio e do açúcar será fortemente influenciado pelos preços nos mercados internacionais.

A Companhia paga em dólares norte-americanos todo o lúpulo que adquire nos mercados internacionais fora da América do Sul. Além disso, apesar de adquirir as latas de alumínio e o açúcar no Brasil, os preços que paga são influenciados diretamente pela flutuação dos preços internacionais das *commodities*.

Em 31 de dezembro de 2017, as operações da Companhia de derivativos de *commodities* consistiam em contratos de açúcar, trigo, alumínio, milho, petróleo, óleo de calefação e resinas. A tabela abaixo fornece informações sobre os mais importantes instrumentos sensíveis ao risco de *commodities*, em 31 de dezembro de 2017. Os prazos contratados para esses instrumentos foram divididos em categorias de acordo com as datas de vencimento previstas, sendo mensurados a preços de mercado.

Cronograma de Vencimento de Derivativos de <i>Commodities</i> em 31 de dezembro de 2017

Instrumentos Derivativos(1)	2018	2019	2020	2021	2022	Após	Total	Valor Justo		
Derivativos de Açúcar:	(em milhões de Reais, exceto preço por ton/galão/barril/gigajoule)									
Valor Nocional	195,7	88,4	-	-	-	-	284,0	(47,1)		
Preço Médio (R\$/ton)	1.104,4	1.144,3	-	-	-	-	1.116,5			
Derivativos de Trigo:										
Valor Nocional	221,8	-	-	-	-	-	221,8	(4,5)		
Preço Médio (R\$/ton)	521,8	-	-	-	-	-	521,8			
Derivativos de Alumínio:										
Valor Nocional	1.081,1	2,7	-	-	-	-	1.083,7	143,5		
Preço Médio (R\$/ton) Derivativos de Óleo de Calefação:	5.968,4	921,7	-	-	-	-	5.896,7			
Valor Nocional	42,2	-	-	-	-	-	42,2	12,7		
Preço Médio (R\$/gallon)	9,9	-	-	-	-	-	9,9			
Gás Natural:										
Valor Nocional	5,7	1,1	-	-	-	-	6,8	(2,7)		
Preço Médio (R\$/GJ)	6,7	5,7	-	-	-	-	6,5			
Derivativos de Milho:										
Valor Nocional	62,2	-	-	-	-	-	62,2	(1,8)		
Preço Médio (R\$/ton)	504,8	-	-	-	-	-	504,8			
Derivativos de Resinas:										
Valor Nocional	250,5	4,0	-	-	-	-	254,5	(4,2)		
Preço Médio (R\$/ton)	3.305,1	5.834,3	-	-	-	-	3.324,0			

Valores nominais negativos representam um excesso de passivo sobre os ativos em determinado momento. Uma parcela significativa dos nossos custos de produção compreende *commodities* como alumínio, açúcar, lúpulo e cevada, cujos preços flutuaram significativamente em 2017. O aumento nos preços dessas *commodities* afeta diretamente nossos custos operacionais. Embora nossa política atual seja mitigar nossa exposição a riscos associados a preços de *commodities* sempre que instrumentos financeiros estejam disponíveis, não podemos garantir que essa prática de *hedge* será possível em todas as ocasiões no futuro.

Commodities	Maior Preço	Menor Preço	Média em 2017	Flutuação
Alumínio (US\$/Ton)	2.284,00	1.685,00	1.980,13	35,5%
Açúcar (Cents/Pounds)	21,18	12,55	15,78	68,8%
Milho (Cents/Bushel)	392,25	329,50	359,22	19,0%
Trigo (Cents/Bushel)	539,25	387,25	435,76	39,3%
PET (US\$/Ton)	1.045,63	892,50	970,71	17,2%

Fontes: Aluminum LME, Sugar ICE, Corn CBOT, Wheat CBOT e PET IHS (antigo CMAI).

#### Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política, que estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de "gatilhos" bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2017. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2017.

# Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro.

#### Risco de conversão de capital

Nos termos dos itens 13 e 14 deste Formulário de Referência, nossos conselheiros, diretores e empregados recebem opções para adquirir ações da Companhia ou ainda pagamento em ações da Companhia, observados os termos e condições dos Planos aprovados em assembleia e dos programas aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em decorrência, o Conselho de Administração da Companhia aprovou operações de *equity swap* em 16 de maio de 2017, 21 de dezembro de 2017 e em 15 de maio de 2018, de forma que a Companhia, ou sua controlada, recebe a variação de preço relacionado às ações (ou ADRs) de sua emissão, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações de referidas ações (ou ADRs), uma vez que eventuais aumentos de preços resultariam em um ganho positivo na transação de conversão de capital mitigando o maior custo de compra de ações no mercado para entregar ao empregado e vice-versa. Já que esses instrumentos derivativos não são caracterizados como conta *hedge*, eles não foram, portanto, designados para qualquer *hedge*.

Os contratos aprovados em 15 de maio de 2018 podem resultar em uma exposição de até 80 milhões de ações ordinárias (das quais todo ou parte pode ser através de ADRs), com um valor de até R\$ 1,8 bilhões e, junto com o saldo dos contratos celebrados no contexto das aprovações de 16 de maio de 2017 e 21 de dezembro de 2017 e ainda não liquidados, podem resultar em uma exposição de até 122.242.125 ações ordinárias.

Em 31 dezembro de 2017, uma exposição equivalente a R\$ 2,3 bilhões em nossas ações (ou ADRs) foi parcialmente protegida, resultando em um lucro na demonstração de resultado de R\$ 67,0 milhões.

Cronograma de Vencimento de Derivativos de Conversão em 31 de dezembro de 2017									
2018	2019	2020	2021 (em milh	2022 ões de R\$)	Após	Total	Valor Justo		
677.0						677.0	69.2		
	2018	2018 2019	2018 2019 2020	2018 2019 2020 2021	2018 2019 2020 2021 2022 (em milhões de R\$)	2018 2019 2020 2021 2022 Após (em milhões de R\$)	2018 2019 2020 2021 2022 Após Total (em milhões de R\$)		

#### ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A estratégia de proteção patrimonial adotada para mitigação de cada um dos riscos encontra-se descrita no item "i" acima.

Em suma, o gerenciamento dos riscos decorrentes de operações financeiras é realizado por meio da aplicação da Política e das estratégias definidas pela Diretoria Financeira da Companhia, devendo as operações financeiras ser realizadas de acordo com as melhores alternativas possíveis financeira e economicamente para a Companhia.

#### iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela política de riscos são contratos futuros negociados em bolsa, *deliverable forwards*, *non-deliverable forwards*, *swaps* e opções de compra, conforme indicados no item "i" acima.

#### iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da nossa Política, aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Companhia executa suas operações, conforme segue:

- (i) A estrutura de capital, financiamentos e liquidez pode expor a Companhia a risco de desequilíbrio financeiro, uma vez que fatores externos como mudança de variáveis de mercado (taxa de juros e taxas de câmbio), escassez de liquidez (risco de refinanciamento) e necessidades inesperadas de caixa podem ter impacto importante nos investimentos estratégicos da Companhia, assim como no cumprimento de obrigações com terceiros. Dessa forma, a Companhia possui uma gestão ativa de sua estrutura de capital buscando sempre assegurar níveis de flexibilidade e alavancagem financeira através de controles do perfil de dívida e *covenants*, planos de contingência para necessidades inesperadas de caixa e análise de solvência sob diferentes cenários de fluxo de caixa.
- (ii) A margem da Companhia está diretamente exposta a fatores de risco de mercado, tais como *commodities* e taxa de câmbio. Estes riscos impactam principalmente o custo de produto vendido. A Companhia entende que é impossível eliminar completamente esta exposição. Todavia, a política de hedge da Companhia permite que ela mantenha uma estabilidade de preços durante o período protegido e, com isso, retarde o efeito destes possíveis choques de custos. Assim, é importante ressaltar que no longo

prazo a Companhia deve responder a estes choques através de gestão de custos, utilização de matériasprimas substitutas e, eventualmente, aumento de preços de seus produtos.

- (iii) Exposições transacionais provenientes da conversão de balanços não são protegidas através da utilização de derivativos. A Companhia avalia constantemente a diversificação de seus fluxos de caixa em diferentes moedas, procurando identificar qualquer tipo de concentração indesejada.
- (iv) A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política. A Política estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte. A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto as suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de "gatilhos" bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

# v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

### vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Diretoria Financeira da Companhia é responsável pelo acompanhamento da gestão de riscos de mercado e pela implementação e observância à Política. Avaliações dos riscos identificados são apresentadas periodicamente ao Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e ao Conselho Fiscal da Companhia. Dessa forma, a gestão corporativa de riscos é acompanhada por eles que, mediante o exercício de suas atribuições, gerem o ambiente de riscos e controles da Companhia.

# c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos integrada, conforme mencionada no item anterior, que considera o impacto sobre o negócio, não apenas de riscos de mercado, mas também de riscos operacionais e estratégicos. A Companhia acredita que essa infraestrutura integrada, que engloba diferentes tipos de riscos de negócio, permite incrementar a habilidade da administração para avaliar os riscos associados ao negócio garantindo, assim, efetividade a nossa Política. A Companhia entende, portanto, que possui estrutura operacional e controles internos adequados à sua política.

# 5.3 - Descrição dos controles internos

# a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controle interno efetivo sobre a divulgação das informações financeiras e pela avaliação sobre a eficácia do controle interno quanto à divulgação de informações financeiras.

O controle interno sobre a divulgação das informações financeiras está definido como um processo destinado a proporcionar razoável segurança quanto à confiabilidade das informações financeiras e à elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e inclui políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que reflitam as operações e alienações de ativos da Companhia de forma razoavelmente detalhada, precisa e correta; (2) proporcionem razoável segurança de que as operações sejam registradas da forma necessária para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e os dispêndios da Companhia estejam sendo feitos somente conforme as autorizações da administração e do Conselho de Administração da Companhia; e (3) proporcionem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Embora haja limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, inclusive a possibilidade de erro humano e elisão ou inobservância dos controles e procedimentos, os controles e procedimentos de divulgação da Companhia destinam-se a oferecer garantia razoável de consecução de seus objetivos.

Quaisquer falhas identificadas na execução de controles, durante o exercício, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução durante o exercício.

Com base nos critérios estabelecidos na Estrutura Conceitual Integrada de Controles Internos ("Internal Control Integrated Framework") emitidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras ("Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission" – COSO 2013), e, de acordo com a referida metodologia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da Companhia concluíram que, durante o exercício de 2017, a concepção e a operação dos controles e procedimentos de divulgação de informações da Companhia são eficazes para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios da Companhia.

Além do plano de remediação discutido abaixo, durante o exercício de 2017, não realizamos qualquer mudança em nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras que tenha afetado de forma relevante ou que possa razoavelmente afetar de forma relevante nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras.

# Plano de Remediação para as Deficiências Significativas Previamente Existentes

Em <u>31 de dezembro de 2016</u>, com base nos critérios estabelecidos na Estrutura Conceitual Integrada de Controles Internos emitidos pelo Comitê das Organizações, foram identificadas duas deficiências significativas detalhadas abaixo.

#### Transações Complexas e Não Rotineiras:

A deficiência significativa no controle interno da divulgação de informações financeiras que a administração da Companhia identificou estava relacionada aos controles de revisão da administração e outros controles sobre o processo de registro contábil e a apresentação de transações complexas e não

# 5.3 - Descrição dos controles internos

rotineiras que não foram devidamente projetadas e documentadas. A administração da Companhia identificou que nossos controles não tinham especificidade suficiente e nem um plano formal detalhando a extensão dos procedimentos a serem realizados para (i) garantir a suficiente consideração da avaliação de todas as normas e práticas contábeis relevantes, e (ii) endereçar de forma completa e exata as principais premissas e outros dados usados na análise das transações relevantes para a contabilizações e apresentações subjacentes.

A administração da Companhia implementou as seguintes mudanças para remediar referida deficiência significativa:

- aprimoramento no "framework" detalhado para o tratamento de tais transações complexas e não rotineiras;
- formalização de todas as etapas necessárias a serem tomadas em relação à análise das práticas contábeis aplicáveis a essas transações; e
- formalização de outros procedimentos a serem adotados quando da revisão das principais premissas e outros dados complexos e não rotineiros que possam ter impacto no registro contábil de tais transações.

#### Revisão de conflito de acesso ERP/SAP:

A deficiência significativa identificada pela administração da Companhia estava relacionada ao processo de execução do controle de revisão dos conflitos de acessos no sistema ERP/SAP (Sistema integrado responsável por executar diversas rotinas financeiras e registrar as transações contábeis). Em 2016, foi constatado que o conjunto de regras que identificam as segregações de função e acessos críticos não contemplavam todas as necessidades de conformidade para monitorar conflitos de acessos no sistema ERP/SAP. Percebeu-se também que *logs* de tabelas chaves para identificação e rastreabilidade das ações executadas no sistema ERP/SAP não estavam ativas e uma análise mais detalhada de transações críticas utilizadas não era executada.

A administração da Companhia implementou as seguintes mudanças para remediar referida deficiência significativa:

- revisão das regras de conflitos de segregação de função;
- implementação das novas regras no sistema de monitoramento dos conflitos de acesso; e
- habilitação das tabelas de logs de atividades executadas quando em utilização de transações críticas.

Implementamos essas mudanças de remediação e testamos com sucesso os controles relacionados. Portanto, em 31 de dezembro de 2017, concluímos que as Deficiências Significativas foram remediadas.

### b) estruturas organizacionais envolvidas

O departamento de "Controladoria - Controles Internos" da Companhia, organizacionalmente alocado dentro da estrutura da diretoria financeira, é responsável pelo acompanhamento, gestão e garantia da conformidade dos controles internos da Companhia.

Avaliações dos resultados dos testes de desenho e eficiência dos controles são apresentadas periodicamente ao Diretor Presidente, Diretor Financeiro, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia.

c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da companhia

# 5.3 - Descrição dos controles internos

O processo de avaliação da eficiência dos controles internos é dividido em 3 etapas:

- i) <u>Planejamento</u>: o objetivo desta etapa é a definição da matriz de risco para cada conta e do escopo e cronograma de execução dos trabalhos. O Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por um Especialista de Controles Internos são os responsáveis por esta etapa do processo.
- ii) Análise do desenho dos controles definidos pela administração: o objetivo desta etapa é verificar que o controle continua sendo executado de forma a garantir a confiabilidade das informações. O Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por um Especialista de Controles Internos, faz a revisão dos papéis de trabalho efetuados pelas áreas responsáveis pelos controles.
- iii) <u>Teste da eficiência dos controles</u>: o objetivo desta etapa é verificar a eficácia operacional dos controles internos na Companhia. O Gerente de Controladoria da Companhia, assessorado por um Especialista de Controles Internos, faz a revisão dos papéis de trabalho efetuados pelas áreas responsáveis pelos controles.

Após a finalização de cada uma das etapas descritas acima, os resultados são apresentados ao Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal incluindo, se aplicável, o plano de ação para uma deficiência que por ventura seja identificada durante alguma dessas etapas.

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") – 2013.

# d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A diretoria da Companhia possui a política de reportar, no mínimo, as deficiências significativas e respectivas recomendações do auditor independente no que tange ao escopo dos controles internos, conforme item 10.2.5 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018.

#### Deficiências significativas identificadas

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas no relatório que o auditor independente encaminhou à administração referente ao ano de 2017.

# e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas no relatório que o auditor independente encaminhou à administração referente ao ano de 2017.

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes,

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
  - (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adotadas.

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que foram elaborados após análise dos riscos a que a Companhia está sujeita. As regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de *Compliance* são constantemente atualizados em decorrência de mudança de lei ou regulamentação aplicável, ou da análise interna dos riscos a que a Companhia está sujeita.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- (a) divulgação das regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Compliance por meio de treinamentos periódicos dos administradores e funcionários da Companhia, bem como de campanhas de comunicação desenvolvidas e coordenadas pela Área de Compliance;
- (b) disponibilização de canal específico para os funcionários na intranet da Companhia para envio de dúvidas e questionamentos sobre o Código de Conduta de Negócios ("<u>Código de Conduta</u>" para mais informações vide Item 5.1 deste Formulário de Referência) e outros aspectos do Programa de *Compliance* (Canal de *Compliance*), sendo tais questionamentos respondidos por uma equipe especializada;
- (c) disponibilização de canal de Ouvidoria para funcionários, fornecedores, clientes e consumidores reportarem violações ao Código de Conduta e demais políticas da Companhia;
- (d) análise prévia, pela Área de *Compliance*, de fornecedores e prestadores de serviço que entrarão, ou poderão entrar, em contato com a Administração Pública em nome da Companhia, tais como advogados, consultores e despachantes;
- (e) análise e validação prévia, pela Área de *Compliance*, para qualquer contratação com órgãos públicos;
- (f) proibição de doação de qualquer bem a funcionário público ou órgão público sem autorização prévia pela Área de *Compliance*;
- (g) inclusão de cláusula anticorrupção em todos os contratos e assinatura, por todos os fornecedores e prestadores de serviço, de termo de condições gerais de contratação, por meio do qual se obrigam a não cometer qualquer ato que possa violar a legislação anticorrupção brasileira e internacional (em especial o FCPA); e
- (h) diligência legal e de *compliance* prévia em operações societárias com foco na detecção de riscos de fraude e corrupção envolvendo a empresa-alvo e seus sócios (para maiores detalhes, vide item (c) abaixo).
- (ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam,

e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

De acordo com o Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a gestão do Programa de *Compliance* da Companhia é de responsabilidade do Comitê de Ética, que é um órgão deliberativo não estatutário formado pelo (i) Diretor Geral (CEO), (ii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (iii) Diretor de Gente e Gestão, (iv) Diretor Jurídico e de Relações Corporativas, além do (v) Diretor de *Compliance*, na função de secretário do Comitê.

O Comitê de Ética deve se reunir ao menos quatro vezes ao ano para deliberar sobre assuntos relacionados ao Código de Conduta e à Área de *Compliance*, podendo ainda se reunir a qualquer momento para deliberação de assuntos emergenciais. Ao Comitê de Ética cabe também deliberar e levar ao conhecimento do Conselho de Administração os assuntos mais significativos discutidos no seu âmbito.

A Companhia possui ainda uma Área de *Compliance* exclusivamente dedicada, responsável pela implementação e a gestão do Programa de *Compliance*. A Área de *Compliance* da Companhia reporta diretamente ao Diretor Jurídico e de Relações Corporativas.

Por fim, o Diretor Jurídico e de Relações Corporativas da Companhia reporta periodicamente ao conselho de administração e ao conselho fiscal o status e o funcionamento do Programa de *Compliance*, bem como os temas de integridade relevantes, observadas as competências de cada órgão.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado:

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em sua última versão em 16 de maio de 2017 pelo Conselho de Administração.

O Código de Conduta da Companhia aplica-se a todos os conselheiros, diretores e funcionários da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, bem como aos prestadores de serviço que agem em nome da Companhia.

A íntegra do Código de Conduta pode ser encontrada na página da Companhia no seguinte endereço eletrônico: <a href="www.ambev.com.br">www.ambev.com.br</a> no campo "Sobre a Ambev", "Ética", "Código de Conduta". Além disso, o Código de Conduta também se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia em <a href="ri.ambev.com.br">ri.ambev.com.br</a>, no campo "Governança Corporativa", "Políticas e Códigos", "Código de Conduta".

Todos os funcionários da liderança e membros do Conselho de Administração realizam treinamento anual online sobre o Código de Conduta e o Programa de *Compliance* da Companhia. O treinamento anual obrigatório inclui, ainda, declaração por estes funcionários de conhecimento e aceitação integral do Código de Conduta. Todos os anos algumas áreas são selecionadas, em razão do escopo do trabalho e dos riscos a ela associados, para a realização de treinamento presencial e direcionado, ministrado pela Área de *Compliance*, que aborda também outras regras do Programa de *Compliance* e Anticorrupção da Companhia.

Por fim, de acordo com o Código de Conduta, o funcionário que violar referido Código ou qualquer outra política da Companhia estará sujeito a medidas disciplinares, incluindo o desligamento.

#### b) Se o emissor possui canal de denúncia:

A Companhia disponibiliza o canal de Ouvidoria, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do qual é possível fazer denúncias de práticas de corrupção, fraude, suborno ou favorecimento ilícito, violação de controles internos e sistemas, casos de roubo ou furto ou quaisquer outras violações ao

Código de Conduta, às leis anticorrupção e outras leis vigentes. O canal é aberto ainda para o recebimento de denúncias de terceiros. Clientes, fornecedores ou consumidores também podem fazer denúncias pelo: (i) site www.ouvidoriaambev.com.br; ou (ii) telefone 0800 795 0011.

Todas as denúncias, que podem ser relatadas de forma confidencial ou anônima, são recebidas por meio de um sistema operado por empresa terceirizada que as encaminha integralmente para a área de *Compliance*, garantindo assim a confidencialidade e o anonimato necessários (o denunciante apenas se identifica se assim desejar).

Além do anonimato garantido pela Ouvidoria, conforme disposto em seu Código de Conduta, a Companhia proíbe e não tolera qualquer retaliação ou ameaça de ação de retaliação contra qualquer pessoa que relate uma possível violação à lei, regulamento ou política da Companhia. Da mesma forma, qualquer funcionário que desencoraje ou impeça outra pessoa de fazer um relato ou de procurar ajuda ou assistência necessárias para reportar o problema estará sujeito à ação disciplinar. Retaliação é um ato de violação e também deve ser relatada ao Canal de Ouvidoria da Companhia.

Cabe à Área de *Compliance* a gestão do canal de Ouvidoria, bem como a condução e acompanhamento da evolução de cada caso. Dada a capilaridade das unidades de negócio da Companhia, algumas denúncias são apuradas, sob a supervisão da Área de *Compliance*, (i) pelos times de Gente e Gestão regionais, quando relacionadas a ambiente de trabalho; e (ii) por uma Gerenciadora de Riscos terceirizada, quando relacionadas a fraude em vendas e furtos/roubos.

Após a apuração, as denúncias procedentes são submetidas para deliberação do Comitê de Ética (casos graves) ou, por delegação, a própria Área de *Compliance* e a especialistas do Departamento Jurídico e de Gente e Gestão (Recursos Humanos). A instância responsável deliberará sobre a aplicação das sanções cabíveis e sobre a correção do fluxo das atividades, caso seja necessário.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Além da auditoria tradicional antes de qualquer fusão, aquisição ou reestruturação societária, a Companhia realiza análise prévia e aprofundada com foco na detecção de casos e riscos de violação ética ou corrupção na empresa-alvo e seus sócios, bem como na verificação se a empresa-alvo possui programa de integridade ou adota qualquer outra forma de controle interno. Para tanto, a Companhia possui um protocolo específico que tem como objetivo identificar (i) possíveis casos de corrupção ou conduta antiética cometida pela empresa-alvo e seus sócios, (ii) outros riscos associados, (iii) a existência e eficácia dos controles internos e medidas de integridade adotadas pela empresa, e (iv) o plano de ação a ser seguido para integração dessas empresas às regras de *compliance* da Companhia após a aquisição.

Esta auditoria legal é feita pela Área de *Compliance* da Companhia em conjunto com os times de jurídico e M&A da Companhia, sempre assessorados por escritório de advocacia especializado.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, pois a Companhia adota medidas nesse sentido conforme descrito nos itens anteriores.

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos por ela adotada. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

# 5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos por ela adotada. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

# 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

# 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor 08/07/2005

Forma de Constituição do Emissor Sociedade anônima

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 30/10/2013

#### 6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída como Gimba Suprimentos de Escritório S.A. em 8 de julho de 2005. Em 26 de outubro de 2005, a Companhia foi adquirida pela InterBrew International B.V., transformada em uma sociedade limitada, teve sua denominação alterada para InBev Participações Societárias Ltda. e seu objeto social passou a ser a participação, direta e indireta, em quaisquer sociedades. Em 22 de abril de 2009, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima, sob a denominação InBev Participações Societárias S.A., mantendo seu objeto social como a participação, direta e indireta, em quaisquer sociedades.

Entre novembro de 2005 e janeiro de 2006, a Companhia adquiriu em bolsa de valores 296.900.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. Adicionalmente, em 3 de julho de 2009, a Companhia subscreveu 9.874 ações preferenciais de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

Em agosto de 2007 e em dezembro de 2010, o capital social da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev foi grupado e desdobrado, respectivamente, o que resultou na participação, da Companhia na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, de 14.894.370 ações preferenciais, representativas de 0,476% do capital social total da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, até 17 de junho de 2013.

Em 1º de março de 2013, a Companhia teve sua denominação alterada para Ambev S.A. e seu objeto social alterado, que passou a ser, diretamente ou através da participação em outras sociedades: (a) a produção e o comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, bem como alimentos em geral, incluindo composto líquido pronto para consumo, preparado líquido aromatizado, guaraná em pó ou bastão; (b) a produção e o comércio de matérias-primas necessárias à industrialização de bebidas e seus subprodutos, como malte, cevada, gelo, gás carbônico, bem como de aparelhos, máquinas, equipamentos e tudo o mais que seja necessário ou útil às atividades relacionadas na letra "a" acima, incluindo a produção e comércio de embalagens para bebidas e a produção, comércio e aproveitamento industrial de matérias-primas necessárias à produção dessas embalagens; (c) a produção, certificação e o comércio de sementes e grãos, bem como o comércio de fertilizantes, fungicidas e outras atividades conexas às mesmas, na medida necessária ou útil ao desenvolvimento das atividades principais da Companhia previstas no seu estatuto; (d) o acondicionamento e a embalagem de quaisquer de seus produtos ou de terceiros; (e) as atividades de cultivo e de fomento agrícolas, no campo de cereais e de frutos que constituam matéria-prima para a utilização nas atividades industriais da Companhia, bem como nos demais setores que demandem uma dinâmica máxima na exploração das virtualidades do solo brasileiro, principalmente nos planos de alimentação e da saúde; (f) a atuação nas áreas de pesquisa, prospecção, lavra, beneficiamento, industrialização, comercialização e distribuição de água mineral, em todo o território nacional; (g) o beneficiamento, o expurgo e demais serviços fitossanitários e a industrialização dos produtos resultantes das atividades relacionadas na letra "d" acima, seja para atender às próprias finalidades da sua indústria, seja para o comércio, inclusive, de seus subprodutos, incluindo, exemplificativamente, subprodutos para alimentação animal; (h) a publicidade de produtos seus e de terceiros e o comércio de materiais de promoção e propaganda; (i) a prestação de serviços de assistência técnica, mercadológica e administrativa e outros relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia; (j) a importação de todo o necessário à sua indústria e comércio; (k) a exportação de seus produtos; (1) a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares; e (m) contratação, venda e/ou distribuição de seus produtos e dos produtos de suas controladas, diretamente ou através de terceiros, utilizando o transporte necessário à distribuição dos referidos produtos, subprodutos ou acessórios, e a adoção de qualquer sistema ou orientação que, a juízo de seu conselho de administração, conduza aos fins colimados; e (n) a impressão e reprodução de gravações, incluindo a atividade de impressão, serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos e reprodução de materiais gravados em qualquer suporte. Adicionalmente, a Companhia poderá participar em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, ou a elas associar-se.

Desde a sua constituição, a Companhia manteve em seu portfólio de investimento apenas a participação

#### 6.3 - Breve histórico

societária na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, não sendo titular de qualquer outra participação societária.

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev anunciou sua intenção de propor aos seus acionistas uma reorganização societária visando à migração de sua estrutura acionária atual com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias, à simplificação da estrutura societária e ao aprimoramento da governança da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, com vistas a aumentar a liquidez das ações e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

A proposta apresentada aos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, por meio de Fato Relevante publicado em 10 de maio de 2013, previa que a reorganização societária seria realizada por meio da incorporação, pela Companhia, de todas as ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev que não fossem de propriedade da incorporadora, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas ("Incorporação de Ações"); na qual todas as ações emitidas e em circulação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, incluindo ações na forma de *American Depositary Receipts* ("ADRs"), exceto as ações e ADRs da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev detidas pela Companhia, deveriam ser trocadas por ações ordinárias e ADRs emitidas pela Companhia. Em virtude da Incorporação de Ações, cada ação de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, seja ela ordinária ou preferencial, ou ADR representativo de ação, ordinária ou preferencial, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, daria direito ao recebimento por parte de seu titular de cinco ações ordinárias de emissão da Companhia ou cinco ADRs da Companhia, conforme o caso.

Em 10 de maio de 2013, foram realizadas reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e reunião do conselho de administração da Companhia, nas quais tais órgãos aprovaram a proposta da Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Ambev S.A.

Como passo preliminar à Incorporação de Ações, foi realizada, em 17 de junho de 2013, a contribuição ao capital da Companhia da totalidade das ações emitidas pela Companhia de Bebidas das Américas – Ambev de titularidade da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A., detidas através da InterBrew International B.V. e da AmBrew S.à.r.l (anteriormente denominada Ambrew S.A.). Como consequência, a Companhia passou a ser titular de 1.301.670.110 ações ordinárias e 637.049.453 ações preferenciais de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, passando a ser sua controladora. A contribuição não teve efeito para fins da relação de substituição proposta na Incorporação de Ações ou de diluição dos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

Em 30 de julho de 2013, foram realizadas as assembleias gerais extraordinárias da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Companhia que aprovaram, dentre outras matérias, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Ambev S.A., o laudo de avaliação das ações e a Incorporação de Ações, bem como o aumento do capital social da Companhia subscrito pelos administradores da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e integralizado mediante a versão da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, excluídas aquelas de titularidade da Companhia.

Como consequência da Incorporação de Ações, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passou a ser subsidiária integral da Companhia e os antigos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passaram a ser titulares da mesma proporção de ações na Companhia de que eram titulares anteriormente na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

Em 30 de outubro de 2013, a Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>") concedeu o registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A", nos termos da Instrução CVM nº 480

#### 6.3 - Breve histórico

de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada. As ações e os ADRs da Companhia passaram a ser negociados, respectivamente, na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A. (atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) e na *New York Stock Exchange* em 11 de novembro de 2013.

Por meio de fato relevante publicado em 3 de dezembro de 2013, foi divulgada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Ambev Brasil Bebidas S.A. As incorporações visavam à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais, de maneira que a Companhia continuasse a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, diretamente, e não mais somente por meio de suas controladas ou subsidiárias integrais, conforme o caso.

No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foram aprovadas as incorporações mencionadas acima. Como resultado das incorporações, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.

A incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev era uma subsidiária integral da Companhia. A incorporação da Ambev Brasil Bebidas S.A., por sua vez, resultou no aumento do capital social da Companhia em montante equivalente à parcela do patrimônio líquido da Ambev Brasil Bebidas S.A. correspondente ao investimento dos acionistas minoritários da Ambev Brasil, i.e., em R\$156.566,05, passando o capital social da Companhia a ser de R\$57.000.946.244,65, já considerando os aumentos de capital aprovados e homologados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 17 de outubro de 2013 e 19 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 8º do estatuto social da Companhia e do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, em virtude do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

# 6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não há qualquer pedido de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial em relação à Companhia.

# 6.6 - Outras informações relevantes

Não há qualquer outra informação relevante sobre a matéria que não tenha sido divulgada nesta seção.

# 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia tem como objeto social, diretamente ou através da participação em outras sociedades:

- a) a produção e o comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, bem como alimentos em geral, incluindo composto líquido pronto para consumo, preparado líquido aromatizado, guaraná em pó ou bastão;
- b) a produção e o comércio de matérias-primas necessárias à industrialização de bebidas e seus subprodutos, como malte, cevada, gelo, gás carbônico, bem como de aparelhos, máquinas, equipamentos e tudo o mais que seja necessário ou útil às atividades relacionadas na letra "a" acima, incluindo a produção e comércio de embalagens para bebidas e a produção, comércio e aproveitamento industrial de matérias-primas necessárias à produção dessas embalagens;
- a produção, certificação e o comércio de sementes e grãos, bem como o comércio de fertilizantes, fungicidas e outras atividades conexas às mesmas, na medida necessária ou útil ao desenvolvimento das atividades principais da Companhia previstas no seu estatuto;
- d) o acondicionamento e a embalagem de quaisquer de seus produtos ou de terceiros;
- e) as atividades de cultivo e de fomento agrícolas, no campo de cereais e de frutos que constituam matéria-prima para a utilização nas atividades industriais da Companhia, bem como nos demais setores que demandem uma dinâmica máxima na exploração das virtualidades do solo brasileiro, principalmente nos planos de alimentação e da saúde;
- f) a atuação nas áreas de pesquisa, prospecção, lavra, beneficiamento, industrialização, comercialização e distribuição de água mineral, em todo o território nacional;
- g) o beneficiamento, o expurgo e demais serviços fitossanitários e a industrialização dos produtos resultantes das atividades relacionadas na letra "d" acima, seja para atender às próprias finalidades da sua indústria, seja para o comércio, inclusive, de seus subprodutos, incluindo, exemplificativamente, subprodutos para alimentação animal;
- h) a publicidade de produtos seus e de terceiros e o comércio de materiais de promoção e propaganda;
- a prestação de serviços de assistência técnica, mercadológica e administrativa e outros relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia;
- j) a importação de todo o necessário à sua indústria e comércio;
- **k**) a exportação de seus produtos;
- 1) a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
- m) contratação, venda e/ou distribuição de seus produtos e dos produtos de suas controladas, diretamente ou através de terceiros, utilizando o transporte necessário à distribuição dos referidos produtos, subprodutos ou acessórios, e a adoção de qualquer sistema ou orientação que, a juízo de seu conselho de administração, conduza aos fins colimados; e
- a impressão e reprodução de gravações, incluindo a atividade de impressão, serviços de préimpressão e acabamentos gráficos e reprodução de materiais gravados em qualquer suporte.

Adicionalmente, a Companhia poderá participar em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, ou a elas associar-se.

# 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O objeto social atual da Companhia foi adotado em 1º de março de 2013 e atualizado em 2 de janeiro de 2014, por meio de deliberação em assembleia geral que aprovou a alteração de seu estatuto social. Previamente à referida alteração, o objeto social da Companhia era a participação, direta ou indireta, em sociedades de qualquer natureza, como sócia ou acionista. Apesar de o objeto social da Companhia ter sido alterado para prever o desenvolvimento, dentre outras, de atividades relacionadas à produção e à comercialização de bebidas, a Companhia atuava como uma sociedade de participações (*holding*) até 2 de janeiro de 2014, data em que foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev.

A partir da referida incorporação e, tendo em vista a extinção da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, a Companhia sucedeu a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em todos os seus direitos e obrigações e passou a desenvolver diretamente as atividades descritas neste item.

A Companhia e suas controladas desenvolvem, principalmente, atividades de produção, comercialização e distribuição de cervejas, chopes, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas. A Companhia é, juntamente com suas controladas, a maior cervejaria da América Latina em termos de volume de vendas e uma das maiores fabricantes de cerveja do mundo, de acordo com estimativas da Companhia.

A Companhia e suas controladas apresentam uma grande diversificação geográfica, com operações, na data deste Formulário de Referência, em 18 países das Américas, sendo, de acordo com análises da Companhia, líder nos mercados do Brasil, Argentina, Canadá, Paraguai, Uruguai, Bolívia, República Dominicana, Barbados e Panamá, e titular de duas marcas de cervejas que figuram entre as 10 mais consumidas do mundo: Skol e Brahma.

A Companhia conduz suas operações por meio de três unidades de negócio, conforme descrito abaixo:

- América Latina Norte, que inclui (i) operações no Brasil, onde operam duas divisões: (a) venda de cerveja ("Cerveja Brasil") e (b) venda de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("NAB Brasil", que no passado era designada por nós como 'RefrigeNanc Brasil'); e (ii) operações na América Central e Caribe, ou CAC, as quais incluem atualmente nossas operações na República Dominicana, Saint Vincent, Antigua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também abastece El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e, a desde 2017, Panamá.
- América Latina Sul, que inclui nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e, até 31 de dezembro de 2016, Colômbia, Peru e Equador.
- Canadá, representada pelas operações da Labatt Brewing Company Limited, que inclui a produção e comercialização de cerveja no Canadá, um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, e algumas exportações para o mercado norte-americano.

# 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O mapa a seguir ilustra as principais localidades onde as unidades de negócio da Companhia operam:



# 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável

# 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### a) produtos e serviços comercializados pela Companhia

Nos três últimos exercícios sociais, as receitas da Companhia decorreram, principalmente, de operações que envolvem a produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, malte e subprodutos.

#### b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As tabelas abaixo contêm alguns destaques das informações financeiras por segmento de negócio referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

> Receita líquida de vendas Exercícios encerrados em 31 de dezembro de

		L'ACI CICIOS C	neer rados em	or ac aczem	DI O GC			
_		%	%		%	%		%
	2017	Contrib	Variação	2016	Contrib	Variação	2015	Contrib
			Em milhõe	s de Reais, ex	ceto perceni	tuais		
América Latina								
Norte	31.086,0	64,9%	7,5%	28.927,8	63,4%	-2,5%	29.654,9	63,5%
Brasil	26.353,0	55,0%	5,6%	24.954,6	54,8%	-5,2%	26.326,1	56,4%
Cerveja Brasil	22.509,3	47,0%	6,3%	21.173,1	46,5%	-5,7%	22.441,3	48,1%
NAB Brasil <sup>(1)</sup>	3.843,7	8,0%	1,6%	3.781,5	8,3%	-2,7%	3.884,8	8,3%
CAC <sup>(2)</sup>	4.733,0	9,9%	19,1%	3.973,2	8,7%	19,4%	3.328,8	7,1%
América Latina Sul	10.769,7	22,5%	5,5%	10.212,9	22,4%	-9,3%	11.255,6	24,1%
Canadá	6.043,5	12,6%	-6,5%	6.461,9	14,2%	11,2%	5.809,7	12,4%
Ambev Consolidado	47.899,3	100,0%	5,0%	45.602,6	100,0%	-2,4%	46.720,2	100,0%

<sup>(1)</sup> Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

#### c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

_	Exercícios encerrado em 31 de dezembro de									
		%			%			%		
	2017	Contrib	Margem	2016	Contrib	Margem	2015	Contrib	Margem	
				Em milhões	de Reais, exc	ceto percentua	is			
América Latina Norte	4,454.5	56.7%	14.3%	8,800.3	67.3%	30.4%	9,032.1	70.1%	30.5%	
Brasil	3,436.4	43.8%	13.0%	7,976.9	61.0%	32.0%	8,407.3	65.3%	31.9%	
Cerveja Brasil	2,406.6	30.7%	10.7%	6,429.2	49.1%	30.4%	6,683.8	51.9%	29.8%	
NAB Brasil <sup>(1)</sup>	1,029.8	13.1%	26.8%	1,547.7	11.8%	40.9%	1,723.5	13.4%	44.4%	
CAC <sup>(2)</sup>	1,018.1	13.0%	21.5%	823.4	6.3%	20.7%	624.8	4.9%	18.8%	
América Latina Sul	2,309.7	29.4%	21.4%	2,496.6	19.1%	24.4%	2,176.2	16.9%	19.3%	
Canadá	1,086.3	13.8%	18.0%	1,786.5	13.7%	27.6%	1,670.8	13.0%	28.8%	
Ambev Consolidado	7,850.5	100.0%	16.4%	13,083.4	100.0%	28.7%	12,879.2	100.0%	27.6%	

<sup>(2)</sup> Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe ("CAC"), que no passado eram designadas por nós como "HILA-Ex".

Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas
 Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe ("CAC").

Abaixo, seguem as informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais da Companhia.

### a) características do processo de produção

#### Cerveja

O processo básico de fabricação da maioria das cervejas é linear, envolvendo, porém, conhecimento significativo no controle de qualidade e custo. Os estágios mais importantes são a mosturação e fermentação, seguidas da maturação, filtragem e embalagem. Embora a cevada maltada (malte) seja o principal ingrediente, outros grãos, tais como cevada não maltada, milho, arroz ou trigo são algumas vezes adicionados na produção de diferentes sabores de cerveja. A proporção e escolha de outras matérias primas variam de acordo com as preferências de sabor regionais e o tipo de cerveja.

O primeiro passo no processo de mosturação é a produção do mosto misturando-se o malte com água quente e gradualmente aquecendo-a até aproximadamente 75°C em tonéis de mistura a fim de dissolver o amido e transformá-lo em uma mistura, denominada "mosto", de maltose e outros açúcares. Os grãos utilizados são filtrados, e o líquido, agora denominado "wort", é fervido. Nesse ponto acrescenta-se o lúpulo que dá um gosto amargo especial e aroma à cerveja, ajudando a preservá-la. O wort é fervido por uma a duas horas a fim de esterilizá-lo e concentrá-lo, bem como extrair o sabor do lúpulo. Na sequência há o resfriamento com a utilização de um trocador de calor. O wort lupulado é saturado com ar e oxigênio, essenciais para a criação da levedura no próximo estágio.

A levedura é um micro-organismo que consome os açúcares contidos no mosto gerando álcool e CO2. Esse processo de fermentação leva de 5 a 11 dias, após os quais o *wort* transforma-se finalmente em cerveja. Diferentes tipos de cerveja são produzidos com a utilização de diferentes filtragens de levedura e composições de *wort*. Em algumas variedades de levedura, as células chegam ao topo no final da fermentação. Bebidas alcoólicas e cervejas de trigo são produzidas dessa forma. Cervejas pilsen são produzidas com a utilização de células de levedura que se assentam no fundo.

Durante o processo de maturação o líquido se clarifica mediante a precipitação da levedura e de outras partículas. Filtragem adicional confere mais clarificação à cerveja. A maturação varia de acordo com o tipo de cerveja, podendo levar até três semanas. Após esse período a cerveja está pronta para acondicionamento em barris, latas ou garrafas.

#### Refrigerantes

Os refrigerantes são produzidos com a mistura de água, concentrados aromatizados e açúcar ou adoçante. A água é processada a fim de eliminar os sais minerais e filtrada para eliminar as impurezas. A água purificada é combinada com o açúcar processado ou, no caso de refrigerantes *diet*, com adoçantes artificiais e concentrados. O gás de dióxido de carbono é injetado na mistura para produzir a carbonação. Imediatamente após a carbonação, a mistura é engarrafada. Além desses insumos, a distribuição do produto aos consumidores requer o empacotamento, tais como garrafas PET ou de vidro, latas de alumínio, rótulos e tampas de plástico ou metálicas. A tecnologia utilizada no processo de fabricação de refrigerantes é comum ao mercado, não havendo necessidade de equipamentos diferenciados ou tecnologias proprietárias.

#### Bebidas Não Alcoólicas e Não Carbonatadas

O processo de produção de bebidas não alcoólicas e não carbonatadas inicia-se com a dissolução do açúcar na quantidade descrita na formulação de preparo, e do xarope simples em água doce, declorada e em tanques de aço inoxidável, com homogeneização. O xarope é aquecido e transferido, por tubulação,

para o filtro de placas e então resfriado por um trocador de placas. O envase começa com a dissolução, no tanque de preparo do produto do ácido cítrico e dos sais minerais previamente dissolvidos em água declorada. Adiciona-se então o aroma na quantidade prevista na formulação. Todas essas etapas ocorrem sob homogeneização. Para garantir a preservação microbiológica do produto, ele é submetido a *flash*-pasteurização e envasado assepticamente, para, em seguida, ser rotulado e encaixotado. Hoje, a Companhia utiliza indicadores específicos para aferição da sua produtividade e eficiência, tais como: perda de extrato; saldo de gás carbônico; consumo de água; consumo de terra infusória e consumo de energia calorífica. A tecnologia utilizada no processo de fabricação das bebidas não alcoólicas e não carbonatadas é comum ao mercado, não havendo necessidade de equipamentos diferenciados ou tecnologias proprietárias.

#### Capacidade instalada

Para fins exemplificativos informamos que em 2017, a capacidade total de produção de cerveja e refrigerantes da Companhia foi de 276,5milhões de hectolitros por ano. Em 2017, a produção de cerveja e refrigerantes da Companhia totalizou 158,2milhões de hectolitros.

#### Manutenção

O processo de manutenção dos equipamentos da Companhia é realizado ao menos anualmente, sempre em ciclo inverso aos picos de produção.

#### Riscos inerentes ao processo

Os riscos inerentes ao processo produtivo que podem gerar paralisação das atividades como incêndio, explosão, greve, entre outros, existem, porém os impactos dessa ocorrência são minimizados nas operações da Companhia, dado que se ocorrer a parada inesperada de uma fábrica, a Companhia consegue transferir a produção para outra fábrica sem prejuízo de abastecimento na maioria dos casos. Entretanto, no período de maior utilização da capacidade devido à sazonalidade do negócio, a Companhia pode aferir algum prejuízo devido à perda de parte do volume de vendas, mas que não terá impacto significativo para o seu resultado. Além disso, todas as fábricas da Companhia possuem seguros para o caso de acidentes.

#### Indicadores de produtividade

Existem diversos indicadores de produtividade, eficiência e qualidade no setor de bebidas, tais como consumo de água, energia, extrato, entre outros. A Companhia estabelece metas internas que abordam os resultados deste indicadores. O consumo de água por hectolitro de bebida, por exemplo, foi reduzido em 3%, se comparado a 2016. Com relação à eficiência de produtividade fabril, houve evolução de 3,05%, em comparação com o ano anterior. A melhora dos indicadores de performance em 2017 ocorreu, principalmente, devido à utilização de novas tecnologias, em conjunto com o sistema de gestão da Companhia, padronizando aprendizados e replicando boas práticas.

#### b) características do processo de distribuição

#### i. América Latina Norte

#### Distribuição de cervejas no Brasil

A distribuição representa uma importante característica desse mercado, uma vez que o canal varejista é fragmentado em quase um milhão de pontos de venda. A distribuição da Companhia é estruturada de duas formas separadas, a saber: (i) rede de distribuidoras terceirizadas exclusivas, envolvendo aproximadamente 148 operações; e (ii) o sistema próprio de distribuição direta, envolvendo mais de 107 centros de distribuição espalhados pela maioria das regiões brasileiras, utilizando logística terceirizada,

sem frota própria de caminhões. Os centros próprios de distribuição direta, assim como as fábricas, são de propriedade da Companhia ou de suas controladas, e contam com equipe de vendedores próprios para acessar diversos canais de venda como bares, supermercados, padarias, restaurantes, lojas de conveniência e mercearias. As redes de distribuidoras terceirizadas exclusivas não possuem vínculo societário com a Companhia, e possuem sua própria equipe de vendedores para acessar os mesmos canais de venda que são acessados pela distribuição direta própria. Além disso, a venda pode ser feita diretamente da fábrica para alguns clientes de maior porte.

#### Distribuição de refrigerantes no Brasil

Os produtos do segmento de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas são vendidos por meio do mesmo sistema de distribuição utilizado para a cerveja.

#### Distribuição de cervejas e refrigerantes na CAC

O sistema de distribuição no mercado da Republica Dominicana abrange operações de distribuição direta e distribuidoras terceirizadas. Os centros próprios de distribuição direta, assim como as fábricas, são de propriedade da Companhia ou de suas controladas, e contam com equipe de vendedores próprios para acessar diversos canais de venda como bares, supermercados, padarias, restaurantes, lojas de conveniência e mercearias. As redes de distribuidoras terceirizadas exclusivas não possuem vínculo societário com a Companhia e possuem sua própria equipe de vendedores para acessar os mesmos canais de venda que são acessados pela distribuição direta própria. Além disso, a venda pode ser feita diretamente da fábrica para alguns clientes de maior porte. A distribuição direta é feita através de logística terceirizada, com exceção da República Dominicana que conta com frota própria de caminhões.

Nas operações da América Central, incluindo Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, a cerveja é predominantemente vendida em garrafas retornáveis em pequenas lojas varejistas. A Companhia comercializa as marcas *Brahva*, *Brahva Gold*, *Extra*, *Budweiser*, *Bud Light*, *Stella Artois*, *Corona*, *Modelo Especial*, *Beck*, *Leffe* e *Hoegaarden*, que são distribuídas por meio do sistema de distribuição The Central America Bottling Corporation, ou CBC, juntamente com o portfólio de refrigerantes da CBC. A CBC possui frota própria de caminhões.

A Companhia e a CBC, engarrafadora âncora da PepsiCo na América Central, concordaram em estabelecer uma *joint venture*, em que a Companhia e a CBC são titulares, cada uma, de cinquenta por cento do capital social da Ambev Centroamérica, cujo objetivo é a colaboração na fabricação, importação, distribuição, comercialização e venda de bebidas, especialmente cerveja, na Guatemala e em outros países da América Central.

#### ii. América Latina Sul

A Companhia distribui seus produtos em todos os países em que opera na América Latina Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e, antes de 31 de dezembro de 2016, Colômbia, Peru e Equador) por meio de distribuição direta e também de distribuidoras terceirizadas. Os centros próprios de distribuição direta assim como as fábricas são de propriedade da Companhia ou de suas controladas e contam com equipe de vendedores próprios para acessar diversos canais de venda como bares, supermercados, padarias, restaurantes, lojas de conveniência e mercearias. As redes de distribuidoras terceirizadas exclusivas não possuem vínculo societário com a Companhia e possuem sua própria equipe de vendedores para acessar os pontos de venda, que são determinados para cada distribuidor e distribuição direta, de acordo com a localização geográfica. Além disso, a venda pode ser feita diretamente da fábrica para alguns clientes de maior porte.

#### iii. Canadá

O sistema de distribuição da Companhia no Canadá está estruturado de diferentes formas em todo o país, variando de acordo com as características específicas de cada região. A logística utilizada é parte terceirizada, parte com caminhões próprios.

#### Distribuição em Ontário

Em Ontário, a província com o maior consumo de cerveja no Canadá, possuímos, em parceria com outras cervejarias, uma empresa varejista e de distribuição constituída em 1927 denominada Brewers Retail Inc. operando como The Beer Store, ou TBS. Em 2015, concluímos um novo *Master Framework Agreement*, ou MFA, com o governo da Província de Ontário que especifica contratualmente as funções da TBS como varejista e distribuidora de cerveja.

De acordo com o MFA, a TBS continuará a ser a principal varejista para embalagens maiores do que aquelas com seis garrafas ou latas de cerveja. A Liquor Control Board of Ontario, ou LCBO, uma cadeia de lojas de bebidas alcoólicas pertencente ao governo da Província de Ontário, continuará a vender cerveja. A maioria das lojas da LCBO está restrita à venda de embalagens com seis ou menos garrafas ou latas de cerveja. Segundo o MFA, até 450 mercearias também poderão deter uma licença para vender cerveja em embalagens com seis ou menos garrafas ou latas de cerveja. O MFA entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016 e com um prazo inicial de 10 anos, sujeito a renovação por sucessivos períodos de cinco anos, exceto em caso de rescisão do acordo, após o prazo inicial, conforme previsto no MFA.

A titularidade da TBS está atualmente disponível para todas as cervejarias qualificadas sediadas em Ontário. O Conselho de Administração da TBS, formado por 15 membros, tem a seguinte composição: quatro conselheiros nomeados pela Labatt; quatro conselheiros nomeados pela Molson-Coors; quatro conselheiros independentes nomeados por um comitê representado em conjunto pela Província de Ontário, pela Labatt e pela Molson-Coors; dois conselheiros nomeados por grandes cervejarias (excluídas Labatt e Molson-Coors) que tenham vendas na TBS acima de 50.000 hectolitros por ano; e um conselheiro nomeado pelas pequenas cervejarias sediadas em Ontário com vendas na TBS inferiores a 50.000 hectolitros por ano.

A TBS opera como uma corporação autofinanciada em uma base de fluxo de caixa equilibrado, segundo o qual as taxas são cobradas com base em volume para os serviços prestados às cervejarias. A natureza das atividades da TBS exige observância às leis e regulamentos e à fiscalização da Província de Ontário e seus agentes. As leis de controle e de licença de bebidas alcoólicas *Liquor Control Act*, *Liquor License Act* e *Gaming Regulation and Public Protecton Act* são aplicadas pelo Ministério das Finanças ou pela Procuradoria Geral, que exerce controle sobre o setor de bebidas alcoólicas através da *Liquor Control Board of Ontario* e da *Alcohol and Gaming Commission of Ontario*.

#### Distribuição em Quebec

Quebec é a província do Canadá com o segundo maior consumo de cerveja. Nessa província não há direitos exclusivos para as vendas de cerveja e os canais de venda para consumo, tanto dentro quanto fora dos estabelecimentos, são, na maior parte, compostos por lojas privadas. A SAQ, uma loja de bebidas alcoólicas controlada pelo governo, vende algumas marcas selecionadas de cerveja que não estão disponíveis no sistema privado de varejo.

A Companhia (e seus concorrentes) vendem seus produtos em Quebec por meio de um sistema de venda e distribuição diretas.

# Distribuição nas Províncias Ocidentais

A Molson e a Labatt são acionistas da Brewers Distributor Limited, que opera uma rede de distribuição de cervejas, principalmente, nas quatro províncias ocidentais de British Columbia, Alberta, Manitoba e

Saskatchewan, bem como em três territórios (Yukon, os Northwest Territories e Nunavut). Na província de Alberta, determinado volume também é vendido através de atacadista terceirizado. Nos mercados destas Províncias Ocidentais há tanto lojas de varejo privadas (tais como Alberta e British Columbia) quanto lojas controladas pelo governo (tais como British Columbia, Manitoba e Saskatchewan).

#### Distribuição nas Províncias do Atlântico

Distribuímos e vendemos nossos produtos nas Províncias do Atlântico (inclusive New Brunswick, Newfoundland, Nova Scotia e Prince Edward Island) através de (1) redes de distribuição e de varejo controladas pelo governo nas províncias de Nova Scotia, New Brunswick e Prince Edward Island; e (2) distribuidores privados em Newfoundland.

#### c) características dos mercados de atuação

#### i América Latina Norte

#### O mercado de cervejas no Brasil

No Brasil, a cerveja é predominantemente vendida em bares para consumo no estabelecimento, em garrafas de vidro retornáveis de 600 ml, padronizadas. A segunda preferência em termos de apresentação de embalagem é a lata de alumínio não retornável de 350 ml, predominantemente vendida em supermercados para consumo fora do estabelecimento.

De acordo com nossas estimativas, em 2017 fomos líder do mercadobrasileiro em termos de volume de vendas de cerveja, principalmente por meio de nossas três marcas principais: Skol, Brahma e Antarctica. Nossos concorrentes mais próximos são: a Heineken, principalmente após a aquisiçãodas operações da Brasil Kirin em maio de 2017, e a Cervejaria Petrópolis.

#### Near-Beer

Algumas de nossas recentes inovações estenderam-se além das ocasiões típicas de consumo de cervejas, tais como Skol Beats Senses, Skol Beats Spirit e Skol Beats Secret, que são bebidas mais doces e com maior teor alcoólico, e Brahma 0,0%, uma cerveja sem álcool. Essas inovações destinam-se a aumentar a categoria de *Near-Beer* e melhorar nossa participação no mercado em outras categorias de bebidas que não de cerveja, focando nas mudanças de tendências e preferências dos consumidores. No final de 2017, esse novo segmento criado por Skol Beats Senses, Skol Beats Spirit e Skol Beats Secrets representou 0,7% do nosso volume total de cervejas no Brasil, enquanto, de acordo com nossas estimativas, a Brahma 0,0% é a líder no segmento brasileiro de cervejas sem álcool e representa 1,0% do total de nosso volume de cervejas no país.

#### O mercado de refrigerantes no Brasil

O mercado de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas no Brasil abrange vários segmentos, inclusive os refrigerantes, água mineral, isotônicos, energéticos, água de coco, sucos naturais e em pó e chá gelado. O segmento de refrigerantes é o mais significativo para o nosso negócio, representando aproximadamente 94% dos volumes de nossa unidade NAB.

Segundo estimativas da Companhia, os sabores líderes de refrigerante no Brasil são: (1) cola (com 52% do mercado em 2017), (2) guaraná, (3) laranja e (4) limão. A maioria dos refrigerantes carbonatados no Brasil é vendida em supermercados em garrafas PET não retornáveis de 2 litros, para o consumo doméstico. A lata de alumínio não retornável de 350 ml também representa uma importante embalagem para o nosso negócio, sendo principalmente vendida em supermercados e restaurantes.

O concorrente principal da Companhia nesse mercado é The Coca-Cola Company. Além da The Coca-Cola Company, enfrentamos concorrência de pequenos engarrafadores regionais, que fabricam o que usualmente denominamos de "Marcas B". As Marcas B concorrem principalmente em questão de preço, geralmente sendo vendidas a um preço inferior aos nossos produtos.

Nossas marcas principais de refrigerantes carbonatados são o Guaraná Antarctica, líder no segmento sabor "diferente de cola" e a Pepsi Cola. A Pepsi Cola é vendida sob nossos contratos exclusivos de produção e engarrafamento com a PepsiCo. Nosso portfólio de bebidas não alcoólicas também inclui as marcas *Gatorade*, no mercado de isotônicos, *H2OH!*, no mercado de água com sabor, *Lipton Ice Tea*, no mercado de chá gelado, também vendidas sob licença da PepsiCo, e Fusion, uma marca proprietária que hoje é a terceira maior marca no mercado de energéticos no Brasil. Também em 2016, adquirimos a companhia brasileira de sucos "Do Bem", que tem uma marca forte nas categorias de cuidados da saúde e bem-estar.

#### O mercado na América Central

Na Guatemala, as principais embalagens são as garrafas de vidro retornáveis de 12 onças e de 1 litro e as latas de 12 onças e de 16 onças. Nosso concorrente principal na Guatemala é a Cerveceria Centro Americana, líder de mercado. A Cerveceria Centro Americana é uma empresa privada controlada por investidores locais.De acordo com nossas estimativas, o volume anual total de vendas de cerveja no mercado da Guatemala foi de 3,8 milhões de hectolitros em 2017.

Em El Salvador, Honduras e Nicarágua, estamos atualmente vendendo marcas importadas, e nossa principal embalagem é a garrafa de vidro retornável de 1 litro.

Especificamente na Nicarágua, nosso principal concorrente é Compañía Cervecera de Nicaragua, líder de mercado, que é uma *joint venture* entre a Cerveceria Centro Americana da Guatemala e Florida Ice & FarmCo, grupo de investidores da Costa Rica.

Em maio de 2016, a Companhia celebrou um contrato com a ABI, segundo o qual se comprometeu a transferir para a ABI seus negócios na Colômbia, no Peru e Equador. Em troca, a ABI obrigou-se a transferir os negócios da SAB no Panamá para a Companhia. A permuta foi efetivada em 31 de dezembro de 2016. De acordo com nossas estimativas, somos atualmente o líder de mercado de cerveja no Panamá. As principais embalagens de apresentação são a garrafa de vidro de 285 ml e a lata de alumínio de 355 ml, e nossas principais marcas de cerveja no Panamá são Atlas Golden Light e Balboa Ice. O principal concorrente no mercado de cerveja no Panamá é a Baru. Nossa operação no Panamá também produz e comercializa refrigerantes, sob franquia, sendo Pepsi, Canada Dry e Squirt as principais marcas distribuídas.

#### O mercado de cervejas no Caribe

Em Cuba, nossa embalagem principal é a lata de 12 onças. Nossa principal concorrente em Cuba é a State Brewery. Atualmente, vendemos Bucanero, Cristal, Mayabe e Cacique, marcas locais de Cuba. Segundo nossas estimativas, o volume anual total de vendas no mercado cubano de cervejas foi de aproximadamente 2,8 milhões de hectolitros em 2017.

Na República Dominicana, o volume de vendas anuais do mercado de cervejas foi de 4,0 milhões de hectolitros em 2017, segundo nossas estimativas. A principal embalagem no mercado de cerveja dominicano consiste nas garrafas de vidro retornáveis de 650 mililitros e de 1 litro, predominantemente vendidas em pequenas lojas varejistas. Atualmente, lideramos o mercado de cervejas na República Dominicana, após nossa aquisição da CND, com um portfólio de marcas líderes, tais como Presidente, Brahma Light, Presidente Light, Bohemia, The One, Corona, Stella Artois e Budweiser.

PÁGINA: 100 de 430

Em Barbados, o volume anual de vendas do mercado de cervejas foi de 0,2 milhão de hectolitros em 2017, de acordo com nossas estimativas. Somos líderes de mercado com marcas como Banks e Deputy, que são produzidas localmente pela BHL. O crescimento no mercado de cervejas de Barbados nos últimos 3 anos foi impulsionado por marcas nacionais e importadas. As principais embalagens em Barbados são as garrafas de vidro retornáveis de 250 mililitros e de 275 mililitros.

#### O mercado de refrigerantes no Caribe

Segundo nossas estimativas, o volume de vendas anuais do mercado dominicano de refrigerantes foi de 4,9 milhões de hectolitros em 2017. A principal embalagem no mercado de refrigerantes dominicano é a garrafa de meio litro retornável, de vidro ou em PET, predominantemente vendida em pequenas lojas varejistas. The Coca-Cola Company, representada pela Bepensa, detém a liderança do mercado de refrigerantes na República Dominicana, seguida pela Ajegroup, que adota uma estratégia de preços baixos. A Ambev é atualmente o terceiro competidor nesse mercado.

Nossas principais marcas de refrigerante na República Dominicana são Red Rock, Pepsi Cola e Seven UP, todas comercializadas sob licença exclusiva de engarrafamento da PepsiCo.

Em Barbados, o volume anual de vendas do mercado de refrigerantes foi de 0,2 milhão em 2017, de acordo com nossas estimativas. A Barbados Bottling Co. Ltd., subsidiária integral da BHL, é a líder de mercado de refrigerantes. A BHL produz e distribui Coca e suas marcas associadas sob franquia, além da marca proprietária "Frutee", que é composta de dez sabores. A BHL, por meio de outras subsidiárias, também produz e comercializa sucos e produtos lácteos em Barbados.

#### ii. América Latina Sul

A Argentina é uma das nossas mais importantes regiões, ficando atrás apenas do Brasil em termos de volume. Estamos presentes em mais de 300 mil pontos de venda em toda a Argentina, tanto diretamente quanto por meio de nossas distribuidoras terceirizadas exclusivas.

#### O mercado de cervejas na Argentina

Segundo nossas estimativas o volume de vendas anuais do mercado argentino de cervejas foi de 18,6 milhões de hectolitros em 2017. Com uma população de aproximadamente 44 milhões, a Argentina é o maior e mais importante mercado de cerveja da América Latina Sul.

O consumo de cerveja na Argentina reduziu nos últimos anos, porém apresentou crescimento em 2017, alcançando um consumo per capita anual de 42,4 litros, o que representa um aumento de 4,8% em comparação com o ano anterior. Desde o ano 2000, a cerveja se tornou a bebida alcoólica número um na Argentina em termos de hectolitros vendidos, segundo nossas estimativas.

Nossa principal embalagem na Argentina é a garrafa de vidro retornável de um litro, que respondeu por aproximadamente 81% de nossas vendas em 2017.

Segundo nossas estimativas, o consumo em bares e restaurantes representou 15% do volume de cerveja na Argentina em 2017, com vendas em supermercados representando 13% do volume de cerveja. Os principais canais de consumo em volume na Argentina são quiosques e pequenos armazéns.

Nossas principais marcas de cerveja na Argentina são Quilmes Clásica, Brahma e Stella Artois. Segundo a Nielsen, somos os líderes em produção de cerveja na Argentina, e nosso principal concorrente no país é a Compañía Cervecerías Unidas S.A.

### O mercado de refrigerantes na Argentina

PÁGINA: 101 de 430

Segundo nossas estimativas, em 2017 o volume de vendas anuais do mercado argentino de refrigerantes foi de 43,4 milhões de hectolitros. As garrafas não retornáveis representaram 90% de nossas vendas de refrigerante nesse país em 2017.

Somos os engarrafadores exclusivos da Pepsi na Argentina e nossa marca de refrigerante mais importante nesse país é a *Pepsi*. Segundo a Nielsen, fomos o segundo maior competidor no mercado de refrigerantes argentino em 2017, e ficamos atrás nesse mercado apenas da The Coca Cola Company.

#### O mercado de cervejas na Bolívia

Segundo nossas estimativas, o volume de vendas anuais do mercado boliviano de cervejas foi de 3,3 milhões de hectolitros em 2017. O mercado boliviano é fortemente influenciado por tendências macroeconômicas e por políticas governamentais, regulatórias e fiscais.

Nossa principal embalagem na Bolívia é a garrafa de vidro retornável de 620 ml, que respondeu por aproximadamente 48% de nossas vendas em 2017.

Nossas marcas de cerveja mais importantes na Bolívia são Paceña, Taquiña e Huari. A Companhia é líder na produção de cerveja na Bolívia, de acordo com a Nielsen.

#### O mercado de refrigerantes na Bolívia

Em março de 2009, por meio da Quinsa, adquirimos da SAB, 100% da Bebidas y Aguas Gaseosas Occidente S.R.L, tornando-se a engarrafadora exclusiva da *Pepsi* na Bolívia.

Segundo nossas estimativas, em 2017, o volume de vendas anuais do mercado boliviano de refrigerantes foi de 13,5 milhões de hectolitros.

Além disso, 99% de nossas vendas de refrigerantes nesse país são feitas em garrafas não retornáveis.

#### O mercado no Chile

Segundo nossas estimativas, o volume de vendas anuais do mercado chileno de cervejas foi de 8,8 milhões de hectolitros em 2017. O consumo de cerveja no Chile vem aumentado a cada ano desde 2009.Nossas marcas de cerveja mais importantes no Chile são Becker, Corona, Báltica e Stella Artois.

Somos o segundo maior competidor na produção de cervejas do Chile, de acordo com a Nielsen, e nosso principal concorrente e líder de mercado no país é a Compañía Cervecerías Unidas S.A.

Em 2015, nos tornamos os distribuidores exclusivos da marca Corona no Chile e, desde janeiro de 2016, também começamos a importar e distribuir Budweiser no país.

#### O mercado no Paraguai

Segundo nossas estimativas, o volume de vendas anuais do mercado paraguaio de cervejas foi de 4,3 milhões de hectolitros em 2017, excluindo contrabando.

O mercado de cerveja no Paraguai se distingue tradicionalmente dos mercados dos países do cone sul em alguns aspectos, porque (1) a cerveja não enfrenta concorrência significativa do vinho como bebida alcoólica alternativa; (2) o mercado de cerveja nacional tem enfrentado forte concorrência das cervejas importadas, que respondem por uma participação de mercado bem mais elevada no Paraguai do que nos países vizinhos; e (3) a sazonalidade de nossos produtos é menor em razão do clima mais quente durante

PÁGINA: 102 de 430

todo o ano.

Nossa principal embalagem no Paraguai é a lata, que respondeu por 48% de nossas vendas em 2017.

Nossas marcas de cerveja mais importantes no Paraguai são Brahma e Ouro Fino, com uma participação de mercado líder no país, segundo nossas estimativas. Também somos os distribuidores exclusivos da marca Budweiser no Paraguai.

#### O mercado de cervejas no Uruguai

Segundo nossas estimativas, o volume de vendas anuais do mercado uruguaio de cervejas foi de 1,1 milhão de hectolitros em 2017.

Nossa principal embalagem no Uruguai é a garrafa de vidro retornável de 1 litro, que respondeu por 79% de nossas vendas em 2017. Nossas marcas de cerveja mais importantes no Uruguai são Pilsen e Patricia, com uma participação de mercado líder em 2017, segundo nossas estimativas.

#### O mercado de refrigerantes no Uruguai

Segundo nossas estimativas, em 2017 o volume de vendas anuais do mercado uruguaio de refrigerantes foi de 3,5 milhões de hectolitros.

As garrafas não retornáveis responderam por 89% de nossas vendas nesse país em 2017. Nossa marca mais importante no Uruguai é a *Pepsi*, e nosso concorrente principal é The Coca-Cola Company.

#### iii. Canadá

Nosso segmento de negócio no Canadá está representado pelas operações da Labatt, que incluem as vendas de marcas de cerveja domésticas e da ABI, um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, bem como a exportação da marca de cerveja Kokanee para os Estados Unidos.

Segundo nossas estimativas, a Labatt é a líder do mercado de cervejas no Canadá. As principais embalagens nesse país são a garrafa de vidro retornável de 341 mle a lata de alumínio de 355 mililitros, predominantemente vendidas em lojas de varejo detidas pelo setor privado e público, bem como em estabelecimentos privados para consumo in loco. Nosso principal concorrente no Canadá é a Molson Coors, porém também concorremos com pequenas cervejarias, tais como Sleeman Breweries Ltd., ou Sleeman, e a Moosehead Breweries Ltd.

Nossas principais marcas no Canadá são: Budweiser e Bud Light (fabricadas e vendidas sob licença da subsidiária da ABI, a Anheuser-Busch, Inc., ou Anheuser-Busch), bem como Corona, Labatt Blue, Alexander Keith's, Stella Artois e Kokanee.

Em janeiro de 2016, adquirimos, por meio de nossas subsidiárias, o negócio de bebidas prontas, cidras e cervejas artesanais da Mark Anthony Group no mercado canadense. Em abril de 2016, uma subsidiária da Labatt Brewing Company Limited, uma de nossas subsidiárias integrais, adquiriu a Archibald Microbrasserie, conhecida por suas cervejas e produtos especiais sazonais.

#### d) eventual sazonalidade

Para fins exemplificativos, informamos que as vendas de bebidas nos mercados da Companhia são sazonais. Em geral, as vendas são maiores durante o verão e os principais feriados. Portanto, no hemisfério sul (América Latina Norte e América Latina Sul), o volume de vendas em geral é maior no quarto trimestre, devido ao verão antecipado e às festividades de final de ano. No Canadá, o volume de

PÁGINA: 103 de 430

vendas é maior no segundo e terceiro trimestres, devido à temporada de verão naquela região. Isso é demonstrado pela tabela abaixo, que define o volume de vendas da Companhia por trimestre e por unidade de negócio:

Volumes Trimestrais de 2017 (percentual de volumes anuais)

1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	2017			
25,5%	21,9%	23,4%	29,2%	100,0%			
25,9%	21,6%	23,2%	29,4%	100,0%			
25,6%	21,7%	23,0%	29,6%	100,0%			
26,6%	21,2%	23,7%	28,5%	100,0%			
22,8%	24,2%	25,2%	27,9%	100,0%			
26,7%	19,8%	22,9%	30,6%	100,0%			
19,0%	29,5%	28,3%	23,2%	100,0%			
25,4%	21,9%	23,6%	29,1%	100,0%			
	25,5% 25,9% 25,6% 26,6% 22,8% 26,7% 19,0%	25,5%     21,9%       25,9%     21,6%       25,6%     21,7%       26,6%     21,2%       22,8%     24,2%       26,7%     19,8%       19,0%     29,5%	25,5%       21,9%       23,4%         25,9%       21,6%       23,2%         25,6%       21,7%       23,0%         26,6%       21,2%       23,7%         22,8%       24,2%       25,2%         26,7%       19,8%       22,9%         19,0%       29,5%       28,3%	25,5%       21,9%       23,4%       29,2%         25,9%       21,6%       23,2%       29,4%         25,6%       21,7%       23,0%       29,6%         26,6%       21,2%       23,7%       28,5%         22,8%       24,2%       25,2%       27,9%         26,7%       19,8%       22,9%       30,6%         19,0%       29,5%       28,3%       23,2%			

- (1) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (2) Operação decervejas erefrigerantes na América Centrale Caribe ("CAC").

#### e) principais insumos e matérias primas

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores
- iii. eventual volatilidade em seus preços

#### <u>Cerveja</u>

As principais matérias-primas utilizadas no processo de fabricação da Companhia são: malte, cereais não maltados, lúpulo e água.

#### Malte e Cevada

O malte encontra-se amplamente disponível e as necessidades da Companhia são atendidas com fornecedores nacionais e internacionais, assim como suas próprias maltarias. No caso das operações de cerveja no Brasil, cerca de 80% das necessidades de malte são supridas pelas maltarias próprias, situadas no sul do Brasil, Argentina e Uruguai.

Para o restante de nossa demanda, nosso principal fornecedor de malte é a Cooperativa Agroindustrial Agrária, no Brasil. Os preços de mercado do malte são voláteis e dependem da qualidade e do nível de produção da colheita de cevada em todo o mundo, assim como intensidade da demanda.

A Companhia adquire a cevada para suas maltarias diretamente dos agricultores da América do Sul. Os preços da cevada dependem da qualidade da colheita de cevada e dos preços do trigo nos principais mercados mundiais. A Companhia celebra contratos de futuros ou instrumentos financeiros para evitar o impacto da volatilidade de curto prazo sobre os preços da cevada e do malte em seus custos de produção.

#### <u>Lúpulo</u>

Existem dois tipos de lúpulo utilizados na produção de cerveja: o lúpulo que confere o sabor amargo da cerveja, geralmente importado dos Estados Unidos, e o lúpulo responsável pelo aroma distinto da cerveja, geralmente importado da Europa. O fornecimento de lúpulos concentra-se em poucas empresas internacionais, notadamente, Barth-Haas Group, Hopsteiner, Kalsec e HVG.

PÁGINA: 104 de 430

#### Cereais Não Maltados

O xarope de milho é adquirido da Ingredion, Cargill e Tereos Syral. O milho é adquirido para produção interna de *grits* em algumas fábricas, sendo que *grits* de milho e arroz são comprados em outras fábricas de fornecedores locais, estando, de modo geral, amplamente disponíveis.

#### <u>Água</u>

Água representa uma pequena parte dos custos de matéria-prima da Companhia. A Companhia adquire a água que necessita a partir de várias fontes, tais como: lagos e reservatórios, poços profundos situados próximos de suas cervejarias, rios adjacentes às suas fábricas e empresas de serviço público. A Companhia monitora a qualidade, o gosto e a composição da água que utiliza, tratando-a para remover as impurezas e observa rigorosas normas de qualidade e regulamentações aplicáveis. Em decorrência dos avanços tecnológicos, a Companhia tem continuamente reduzido o consumo de água por hectolitro produzido.

#### Refrigerantes

As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia no processo de fabricação de refrigerantes são: concentrados (inclusive extrato de guaraná), açúcar, adoçante, sucos, água e gás de dióxido de carbono. A maior parte desses materiais é obtida a partir de fornecedores locais.

#### Fruta do Guaraná

A Companhia possui 1.070 hectares de terra que a abastece com 29 toneladas de sementes de guaraná (bagas) por ano, ou cerca de 10% de suas necessidades. O restante é adquirido diretamente de agricultores independentes na região amazônica, bem como em outras regiões produtoras de guaraná no Brasil. O foco da nossa propriedade é fornecer sementes de guaraná para produtores locais e promover o cultivo sustentável de guaraná na região amazônica. Aproximadamente 50 mil sementes são doadas por ano.

#### **Concentrados**

A Companhia dispõe de uma unidade de concentrados no norte do Brasil, em que produz os concentrados visando atender a necessidade de produção de sua marca própria Guaraná Antarctica, dentre outras. O concentrado dos refrigerantes *Pepsi* é adquirido da PepsiCo.

#### <u>Açúcar</u>

O açúcar encontra-se amplamente disponível e é adquirido pela nossa entidade regional de compras. A Companhia possui instrumentos derivativos para evitar o impacto da volatilidade no curto prazo dos preços do açúcar nos nossos custos de produção.

#### <u>Sucos</u>

Laranja, limão, uva e outros são adquiridos somente no Brasil. Nossos principais fornecedores são Louis Dreyfus Commodities, Cutrale, Dohler, Citrus Juice, Citrosuco, Golden e Tecnovin.

#### Outros

A Companhia compra todo o suco da fruta, polpa e concentrados utilizados na manufatura de seus refrigerantes com sabores de frutas de fornecedores locais.

PÁGINA: 105 de 430

#### **Embalagem**

Os custos de embalagem compreendem o custo das garrafas de vidro e garrafas PET, latas de alumínio, filme plástico (embalado a vácuo e esticado), rótulos de papel, lacres de plástico, tampas metálicas e papelão. A Companhia contrata instrumentos derivativos a fim de mitigar os riscos da volatilidade de curto prazo dos preços do alumínio sobre nossos custos de produção. Com relação a outros materiais, a Companhia geralmente define um preço fixo para o período, de acordo com as condições macroeconômicas vigentes.

Em abril de 2008, iniciamos a operação de uma fábrica de produção de garrafas de vidro no Rio de Janeiro, a qual expandimos em novembro de 2015. Essa unidade tem capacidade de produção anual de aproximadamente 240 mil toneladas de vidro e, em 2017, tal unidade atendeu 44% de nossas necessidades de vidro.

A escolha de materiais de embalagem varia pelo custo e disponibilidade em diferentes regiões bem como preferências do consumidor e a imagem de cada marca. Também usamos folha de alumínio para a produção de latas e tampas.

Nossas latas de alumínio são fornecidas principalmente de forma regional por companhias globais, enquanto nossas embalagens de vidro são fornecidas por diversos fornecedores, tanto de forma regional quanto global. Adquirimos os rótulos de nossas cervejas e refrigerantes principalmente de nossos fornecedores locais; no Brasil, a maior parte de nossas necessidades é atendida por uma gráfica pertencente à FAHZ, que é operada por nós em conformidade com contrato de arrendamento. Os lacres de plástico são adquiridos principalmente de forma regional e as pré-formas em PET são adquiridas principalmente de forma regional, tanto de fornecedores locais quanto globais. As tampas metálicas no Brasil proveem principalmente de nossa operação vertical em Manaus (Arosuco). Esses produtores também abastecem algumas de nossas operações CAC.

PÁGINA: 106 de 430

## 7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui, atualmente, qualquer cliente que seja responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

PÁGINA: 107 de 430

#### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Abaixo, seguem as informações sobre os efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia.

# a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades da Companhia e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Diversas operações da Companhia estão sujeitas à regulamentação e à fiscalização governamental local, inclusive (i) leis trabalhistas; (ii) leis previdenciárias; (iii) leis de saúde pública, vigilância sanitária, regulatórias de produtos, proteção ao consumidor e ambientais; (iv) leis de valores mobiliários; e (v) leis de defesas da concorrência. Além disso, existem regulamentações para (a) garantir a saúde e as condições de segurança nas unidades de produção, engarrafamento e distribuição de bebidas; e (b) impor restrições à publicidade de consumo da cerveja.

As leis ambientais nos países onde a Companhia opera estão mais relacionadas: (i) à conformidade dos procedimentos operacionais da Companhia às leis ambientais no que se refere, dentre outras questões, à emissão de gases e efluentes líquidos; e (ii) ao descarte de embalagens não retornáveis.

A Companhia tem à sua disposição profissionais competentes e capacitados, com conhecimento das demandas e exigências dos órgãos regulatórios, o que lhe tem permitido manter válidas as licenças necessárias para o adequado funcionamento de sua operação e um histórico positivo com a obtenção e/ou renovações das licenças necessárias para as suas atividades.

# b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia estabeleceu uma política de metas que monitora a evolução contínua da sua eco-eficiência, o Sistema de Gestão Ambiental, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e garantir a sustentabilidade do negócio. Tal sistema foi adotado há mais de 20anos e está presente em todas as unidades fabris.

A Companhia também gerencia a utilização de matérias-primas (como energia e água) no processo produtivo com o objetivo de evitar o desperdício de recursos naturais, reduzir a carga orgânica para descarte e melhorar sua produtividade.

A Companhia procura constantemente reduzir a geração de resíduos sólidos em seus processos, assim como promover a recuperação, o reuso, a reciclagem e a compostagem. Em 2017, a companhia garantiu uma receita incremental de, aproximadamente, R\$120 milhões com a venda e a reciclagem dos resíduos oriundos do processo produtivo das bebidas. No ano de 2017, mais de 99,33% dos subprodutos foram reaproveitados.

A Companhia realiza o monitoramento dos gases de efeito estufa e adota um inventário que inclui emissões diretas (escopo 1) e indiretas (escopo 2) englobando todas as suas unidades produtivas, incluindo as cinco plantas verticalizadas (vidros, rolhas, rótulos, extrato e xarope) e as cinco maltarias (Musa, Cympay, Pampa, Navegantes e Passo Fundo). Em 2017, foi realizada a auditoria do inventário pela KPMG Auditores Independentes que comprovou a sistemática e confiabilidade dos dados reportados.

Conforme mencionado acima, as leis ambientais nos países em que a Companhia opera estão mais relacionadas: (i) à conformidade dos procedimentos operacionais às leis ambientais no que se refere, dentre outras questões, à emissão de gases, lançamento de efluentes líquidos, descartes de resíduos sólidos; e (ii) ao descarte de embalagens não retornáveis.

PÁGINA: 108 de 430

#### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Durante o exercício social de 2017, a Companhia destinou o montante total de, aproximadamente, R\$74,4 milhões para o cumprimento de regulamentos e adesão às melhores práticas ambientais, divididos da seguinte forma (aproximadamente): (i) investimento no imobilizado: R\$23 milhões; (ii) tratamento de água e efluentes: R\$32 milhões; e (iii) destinação de resíduos: R\$18,5 milhões.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

#### Marcas

A Companhia é titular de diversas marcas, registradas ou depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, na classe do segmento de mercado em que ela atua, sendo as mais relevantes para desempenhos de suas atividades as seguintes: "AMBEV", "Skol", "Skol Beats", "Skol Litrão", "Skol 360°", "Skol Redondinha", "Skol Beats Senses", "Skol Beats Spirit", "Skol Ultra", "Brahma", "Brahma Zero", "Brahma Extra", "Brahma Black", "Brahma Chopp", "Brahma Internacional", "Antarctica", "Antarctica Sub Zero", "Cerveja Antarctica", "Cerveja Pilsen Antarctica Sub Zero", "Cerveja Original Pilsen – Antarctica", "Serramalte", "Bohemia", "Caracu", "Brahva Chopp", "Kronenbier", "Liber", "Quilmes", "Guaraná Antarctica", "Guaraná Antarctica Black", "Guaraná Champagne Antarctica", "Sukita", "Sukita Zero", "Soda Limonada Antarctica", "Fusion Energy Drink", "Cevejaria Colorado Chopp Natural de Ribeirão", "Wäls", "Bare", "Citrus Antarctica", "Do Bem" e "Água Tônica de Quinino Antarctica". Para mais informações sobre as marcas da Companhia, incluindo aquelas em fase de registro, vide item 9.1 deste Formulário de Referência.

#### **Patentes**

A Companhia não possui patentes que, atualmente, sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

#### Licenças e Contratos de Royalties

A Companhia possuicontratode longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Companhia detém o direito exclusivo para engarrafar, vender e distribuir certas marcas do portfólio de refrigerantes da PepsiCo no Brasil, incluindo *PepsiCola*, *Gatorade*, *H2OH!*, e *Lipton Ice Tea*. Além disso, a Companhia também é engarrafadora, por meio de suas subsdiárias, da PepsiCo na Argentina, Uruguai, Bolívia e República Dominicana. Em 2017, o volume de vendas dos produtos PepsiCo representou, aproximadamente, 32% do volume total de vendas do segmento NAB no Brasil, 62% do volume total de vendas do segmento NAB na República Dominicana, e todo o volume de vendas do segmento NAB na Argentina, Bolívia e Uruguai.

A Labatt Brewing Company Limited celebrou contratos de licenciamento de longo prazo com a Anheuser-Busch InBev SA/NV, ou "ABI", por meio dos quais a Labatt Brewing Company Limited recebeu o direito exclusivo e a licença para fabricar, embalar, vender, distribuir e comercializar algumas das marcas da ABI, inclusive as marcas *Budweiser* e *BudLight*, no Canadá, e o direito de utilizar as marcas registradas da ABI para estes fins. Os contratos vencem em janeiro de 2098 e são renováveis por qualquer uma das partes por um segundo prazo de 100 anos. Em 2017, as marcas da ABI vendidas pela Labatt Brewing Company Limited representaram, aproximadamente, 57% de seu volume total de vendas. Segundo estimativas da Companhia, atualmente, a marca *Budweiser* é mais vendida e a *BudLight* é a terceira mais vendida em termos de volume no Canadá.

A Companhia também possui contrato de licença com a ABI, por meio do qual tem o direito exclusivo de produção, distribuição e comercialização da marca *Budweiser* no Brasil. A Companhia também possui acordos de venda e distribuição de produtos da marca *Budweiser* no Paraguai, Guatemala, Republica Dominicana, El Salvador, Nicarágua, Uruguai e Chile.

PÁGINA: 109 de 430

#### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Em maio de 2018, a Quilmes, uma subsidiária da Ambev, celebrou um contrato de licença perpétua com a ABI para distribuição da marca *Budweiser* e, observadas determinadas condições, de outras marcas norteamericanas da ABI.

A Companhia e a ABI também são partes de um contrato de licenciamento recíproco, pelo qual a Companhia está autorizada a fabricar, embalar, comercializar e distribuir cerveja sob as marcas *Stella Artois* e *Beck's* na América Latina e Canadá, de forma exclusiva, e a ABI está autorizada a produzir, embalar, comercializar e distribuir cerveja sob a marca *Brahma* na Europa, Ásia, África e Estados Unidos, também de forma exclusiva. Desta maneira, desde 2005, a Companhia produz *Stella Artois* no Brasil e a ABI produz Brahma nos Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia, dentre outros.

Uma subsidiária da ABI, Metal Container Corp., é uma das empresas fornecedoras de lata da Companhia.

A Companhia também tem um contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, S. de R.L. de C.V. (anteriormente denominado Grupo Modelo, S.A.B. de C.V.), subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos Corona (*Corona Extra, Corona Light, Coronita, Pacifico e Negra Modelo*) nos países da América Latina, incluindo o Brasil, bem como no Canadá.

#### Concessões

A Companhia não possui concessões que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

#### Franquias

A Companhia é franqueadora das seguintes franquias, no segmento de bares: Nosso Bar, Seu Boteco, Quiosque Chopp Brahma, Carrinho Chopp Brahma, Chopp Brahma Express, Pit Stop e Central de Bebidas.

PÁGINA: 110 de 430

#### 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

# a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia totalizou R\$ 26.353,0 milhões no período exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando 55,0% da sua receita líquida do total consolidado. A receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia totalizou R\$ 24.954,6 milhões no período exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando 54,7% da sua receita líquida do total consolidado. Por fim, a receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia totalizou R\$ 26.326,2 milhões no período exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando 56,3% da sua receita líquida total.

## b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida proveniente dos países que compõe a América Latina Sul totalizou R\$ 10.769,7 milhões, representando 22,5% na receita líquida total da Companhia. As receitas provenientes do Canadá totalizaram R\$ 6.043,5 milhões, representando 12,6% na receita líquida total da Companhia. A receita líquida proveniente dos países que compõe a CAC (América Central e Caribe) totalizou R\$ 4.733,0 milhões, representando 9,9% na receita líquida total da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida proveniente dos países que compõe a América Latina Sul totalizou R\$ 10.212,9 milhões, representando 22,4% na receita líquida total da Companhia. As receitas provenientes do Canadá totalizaram R\$ 6.461,9 milhões, representando 14,2% na receita líquida total da Companhia. A receita líquida proveniente dos países que compõe a CAC (América Central e Caribe) totalizou R\$ 3.973,2 milhões, representando 8,7% na receita líquida total da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida proveniente dos países que compõe a América Latina Sul totalizou R\$ 11.255,6 milhões, representando 24,1% na receita líquida total da Companhia. As receitas provenientes do Canadá totalizaram R\$ 5.809,7 milhões, representando 12,4% na receita líquida total da Companhia. A receita líquida proveniente dos países que compõe a CAC (América Central e Caribe) totalizou R\$ 3.328,8 milhões, representando 7,1% na receita líquida total da Companhia.

## c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita total da Companhia proveniente de países estrangeiros onde atua totalizou R\$ 21.546,3 milhões, representando uma participação de 45,0% na sua receita líquida total.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita total da Companhia proveniente de países estrangeiros onde atua totalizou R\$ 20.648,0 milhões, representando uma participação de 45,3% na sua receita líquida total.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita total da Companhia proveniente de países estrangeiros onde atua totalizou R\$ 20.394,0 milhões, representando uma participação de 43,7% na sua receita líquida total.

PÁGINA: 111 de 430

### 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Abaixo, seguem as informações sobre os efeitos da regulação estrangeira nas atividades principais da Companhia.

As restrições governamentais sobre o consumo de cerveja nos mercados onde a Companhia atua variam de um país para o outro e, em alguns casos, de uma região local para outra. As restrições mais relevantes são:

- As leis de cada país ou província impõem uma idade mínima para o consumo de bebidas alcoólicas, estabelecida pelo governo (a idade permitida para o consumo de cerveja varia entre 18 e 21 anos), e, em alguns países, as leis impõem horários em que são permitidas as vendas de bebidas alcoólicas;
- Alguns governos locais e federais exigem que as lojas de varejo detenham suas próprias licenças especiais para a venda de álcool; este é o caso de algumas regiões da Argentina, Bolívia e do Canadá.
- Alguns governos locais e federais (incluindo Bolívia) proíbem a venda de bebidas alcoólicas a uma determinada distância de escolas, hospitais e outras áreas, bem como impõem determinadas restrições em relação ao horário de venda e consumo desses produtos em lugares públicos e clubes particulares.
- Em algumas províncias do Canadá, as vendas de cerveja fora de bares e restaurantes são autorizadas apenas em pontos de venda de propriedade do governo ou lojas licenciadas. Na Província de Ontário, a mais populosa do Canadá, as vendas de cerveja fora de bares e restaurantes limitam-se a três canais apenas, conforme regulação da *The Alcohol and Gaming Commission of Ontario*: a *Liquor Control Board of Ontario*, uma empresa estatal, a *The Beer Store*, uma empresa controlada conjuntamente pela Labatt Brewing Company Limited e outras 33 cervejarias, e lojas licenciadas elegíveis.
- Alguns governos locais no Canadá estabelecem um preço mínimo para as vendas de cerveja (denominado Social Reference Price ou SRP). Existe um SRP para cada tamanho de embalagem e o SRPpode variar de uma província para outra.

Muitos governos também impõem restrições sobre a divulgação da cerveja, que poderão afetar, dentre outras questões, (i) os canais de mídia utilizados, (ii) o conteúdo das campanhas publicitárias; e (iii) a época e o local onde a cerveja poderá ser divulgada.

PÁGINA: 112 de 430

#### 7.8 - Políticas socioambientais

#### a) indicar se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Anualmente, a Companhia publica, em sua página na rede mundial de computadores, seu relatório Anual e de Sustentabilidade, no qual divulga sua estratégia de sustentabilidade, iniciativas e resultados alcançados.

#### b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

O Relatório Anual e de Sustentabilidade da Companhia segue as diretrizes do *GRI – Global Reporting Initiative*, na sua última versão (G4 – nível essencial). Além disso, a Companhia considera a norma "AA 1000 – Accountability 1000" no seu processo de engajamento de *stakeholders*, utilizado para definição dos temas materiais da estratégia de sustentabilidade.

#### c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório Anual e de Sustentabilidade referente ao ano de 2017 foi auditado por entidade independente, no tocante ao GRI e AA1000, indicados no item (b) acima.

#### d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

#### www.ambev.com.br

#### e) indicar se o emissor possui política de responsabilidade socioambiental

A Companhia adotou diversas políticas relacionadas à responsabilidade socioambiental, incluindo política de responsabilidade de fornecedores, política de consumo inteligente, código de marketing e comunicação responsável, Código de Conduta, política de meio ambiente, entre outras.

#### f) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

A política de responsabilidade de fornecedores, o código de marketing e comunicação responsável e o Código de Conduta podem ser encontrados em: <a href="www.ambev.com.br">www.ambev.com.br</a>. As demais políticas são internas e não estão disponíveis no <a href="www.ambev.com.br">website</a> da Companhia.

PÁGINA: 113 de 430

## 7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes em relação à Companhia que não foram descritas nos itens anteriores.

PÁGINA: 114 de 430

## 8.1 - Negócios extraordinários

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer aquisição ou alienação de ativos que não se enquadre como operação normal da Companhia. Para mais informações sobre operações societárias realizadas pela Companhia, vide item 15.7.

PÁGINA: 115 de 430

## 8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos três últimos exercícios sociais na forma de condução dos negócios da Companhia.

PÁGINA: 116 de 430

# 8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, uma vez que nem a Companhia nem suas controladas celebraram nos últimos três exercícios sociais contratos com terceiros que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

PÁGINA: 117 de 430

## 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há qualquer outra informação relevante sobre a matéria que não tenha sido divulgada nesta seção.

PÁGINA: 118 de 430

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui outros bens do ativo não circulante relevantes.

PÁGINA: 119 de 430

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de cerveja	Brasil	SP	Agudos	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	MA	São Luís	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	SP	Jacareí	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	SC	Lages	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	RN	Natal	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Fábrica mista	Brasil	MG	Sete Lagoas	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	RJ	Petrópolis	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	PR	Ponta Grossa	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Fábrica de cerveja	Brasil	PB	João Pessoa	Própria
Fábrica mista	Brasil	SE	Estância	Própria
Fábrica mista	Brasil	CE	Aquiraz	Própria
Fábrica mista	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Fábrica mista	Brasil	GO	Anápolis	Própria
Fábrica mista	Brasil	MT	Cuiabá	Própria
Fábrica mista	Brasil	SP	Jaguariúna	Própria
Fábrica de refrigerante	Brasil	RJ	Cachoeiras de Macacu	Própria
Fábrica mista	Brasil	PE	Itapissuma	Própria
Fábrica mista	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica mista	Brasil	AM	Manaus	Própria
Fábrica mista	Brasil	MG	Juatuba	Própria
Fábrica mista	Brasil	PI	Teresina	Própria
Fábrica mista	Brasil	RS	Viamão	Própria
Fábrica mista	Brasil	RJ	Piraí	Própria
Fábrica de refrigerante	Brasil	PR	Almirante Tamandaré	Própria
Fábrica de refrigerante	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fábrica de refrigerante	Brasil	SP	Jundiaí	Própria

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de refrigerante	Brasil	RS	Sapucaia do Sul	Própria
Fábrica de rótulos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Fábrica de tampas metálicas	Brasil	AM	Manaus	Própria
Fábrica de garrafas de vidro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica de concentrados	Brasil	AM	Manaus	Própria
Fábrica de malte	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Fábrica de malte	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Fábrica de cerveja	Guatemala			Própria
Fábrica mista	República Dominicana			Própria
Fábrica mista	Cuba			Própria
Fábrica mista	Saint Vincente e Granadinas			Própria
Fábrica mista	Dominica			Própria
Fábrica mista	Barbados			Própria
Fábrica mista	Panamá			Própria
Fábrica mista	República Dominicana			Própria
Fábrica de cerveja	Argentina			Própria
Fábrica de cerveja	Argentina			Própria
Fábrica de cerveja	Argentina			Própria
Fábrica de cerveja	Bolívia			Própria
Fábrica de cerveja	Bolívia			Própria
Fábrica de cerveja	Bolívia			Própria
Fábrica de cerveja	Bolívia			Própria
Fábrica de cerveja	Bolívia			Própria
Fábrica de cerveja	Chile			Própria
Fábrica de cerveja	Uruguai			Própria
Fábrica de cerveja	Paraguai			Própria
Fábrica mista	Argentina			Própria
Fábrica mista	Argentina			Própria
Fábrica mista	Uruguai			Própria

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de refrigerante	Argentina			Própria
Fábrica de refrigerante	Argentina			Própria
Fábrica de refrigerante	Argentina			Própria
Fábrica de refrigerante e sucos	Argentina			Própria
Fábrica de refrigerante	Bolívia			Própria
Fábrica de refrigerante	Bolívia			Própria
Fábrica de tampas metálicas	Argentina			Própria
Fábrica de garrafas de vidro	Paraguai			Própria
Fábrica de latas	Bolívia			Própria
Fábrica de malte	Argentina			Própria
Fábrica de malte	Argentina			Própria
Fábrica de malte	Argentina			Própria
Fábrica de malte	Uruguai			Própria
Fábrica de malte	Uruguai			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria
Fábrica de cerveja	Canadá			Própria

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	AMBEV	02/07/1999 a 09/09/2023	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Conforme art 142 da Lei 9279/96 (LPI), outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	SKOL	02/12/1963 a 10/07/2025	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SKOL	04/09/2007 a 19/01/2020	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	SKOL BEATS	16/02/2016 a 16/02/2026	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SKOL LITRÃO	11/01/2011 a 11/01/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Aínda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	SKOL 360°	09/04/2013 a 09/04/2023	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SKOL REDONDINHA	18/01/2011 a 18/01/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	SKOL BEATS SENSES	6 07/06/2016 a 07/06/2026	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SKOL BEATS (MARCAS TRIDIMENSIONAL)	20/01/2009 a 20/01/2019	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	SKOL ULTRA	04/02/2009 a 27/09/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SKOL BEATS SPIRIT	24/06/2015 a 24/10/2027	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e civel, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	BRAHMA	28/12/1978 a 28/12/2018	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRAHMA	31/07/2012 a 31/07/2022	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	BRAHMA ZERO	11/01/2011 a 11/01/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRAHMA EXTRA	13/05/1971 a 27/10/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	BRAHMA INTERNACIONAL (MARCA TRIDIMENSIONAL)	10/11/2004 a 24/11/2019	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRAHMA BLACK	17/08/2006 a 16/06/2019	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	BRAHMA CHOPP	12/02/1982 a 26/07/2023	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CERVEJA ANTARCTICA	14/02/1992 a 23/11/2023	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	ANTARCTICA	20/04/1943 a 20/04/2028	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CERVEJA PILSEN ANTARCTICA SUB ZERO	09/06/2009 a 08/05/2022	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	ANTARCTICA SUB ZERO	11/02/2009 a 27/09/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CERVEJA ORIGINAL PILSEN – ANTARCTICA	16/06/1989 a 16/07/2021	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	SERRAMALTE	30/11/1962 a 04/10/2018	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BOHEMIA	07/11/1990 a 03/11/2022	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	CARACU	29/01/1958 a 01/02/2022	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRAHVA CHOPP	08/08/2002 a 09/12/2018	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	KRONENBIER	03/09/1991 a 24/10/2025	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LIBER	17/03/2003 a 25/08/2019	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Aínda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	QUILMES	23/02/1989 a 03/10/2020	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	GUARANÁ ANTARCTICA	08/02/2002 a 09/12/2018	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	GUARANÁ ANTARCTICA	31/07/2012 a 31/07/2022	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	GUARANÁ ANTARCTICA ZERO	09/01/2006 a 15/06/2020	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	GUARANÁ CHAMPAGNE ANTARCTICA	24/02/1992 a 03/05/2024	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	GUARANÁ ANTARCTICA BLACK	09/01/2015 a 08/08/2027	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	SODA LIMONADA ANTARCTICA	24/06/1988 a 11/09/2020	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ÁGUA TÔNICA DE QUININO ANTARCTICA	21/10/1991 a 06/07/2023	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	SUKITA	22/01/1959 a 22/07/2019	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUKITA ZERO	25/02/2010 a 20/06/2027	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	
Marcas	FUSION ENERGY DRINK	08/07/2014 a 05/09/2027	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CERVEJARIA COLORADO	23/05/2005 a 21/03/2027	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	WALS	10 anos após o registro	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e civel, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BARE	10/12/1976 a 25/12/2020	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	CITRUS ANTARCTICA	10 anos após o registro	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	DO BEM	10/07/2015 a 21/11/2027	Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente. Além disso, conforme artigo 142 da LPI, outros eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de renovação no prazo devido (1 ano antes do vencimento do respectivo registro); pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda, em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo INPI, de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável. Por fim, é impossível perder os direitos sobre a marca no âmbito judicial.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e civel, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	ambev.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	skol.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	skolbeats.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	brahma.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	antarctica.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	antarcticasubzero.com. br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	coronacerveja.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	budweiser.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	stellartoisbrasil.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	bohemia.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	guaranaantarctica.com. br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	guarana.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	sukita.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	fusionenergydrink.com. br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	aguaama.com.br	1 ano, com renovação anual	Ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do NIC.BR, compete decidir sobre o registro de domínios no Brasil.O cancelamento de um nome de domínio poderá se dar nas seguintes hipóteses, dentre outras: pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo NIC.br; pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio; por ordem judicial; pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de utilizar e/ou impedir terceiros de utilizar domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso sobre esse domínio da Internet. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		, ,
Ambev Luxemburgo S.à R.L	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Luxemburgo  Valor mercado			Holdings de instituições não financeiras.	100,000000
31/12/2017	1,000000	0,000000	3.100.000.000,00	Valor contábil	31/12/2017	37.538.275.000,00		
31/12/2016	5,000000	0,000000	6.190.091.750,00	!				
31/12/2015	29,000000	0,000000	4.753.998.060,00					
Razões para aquisição	o e manutenção de tal partici							
manutenção de determi Companhia detém parti	nada participação societária po cipação em determinadas soci	ossuem por finalidade edades produtoras e	o crescimento comercial e econ-	ômico da Compar s participações so	nhia, seja através da ocietárias nestas so	a otimização de sua produção e	ial previsto no seu estatuto social. As decisõe /ou ainda através da realização de investime tégia da Companhia de otimização da gestão	ntos estratégicos. A do seu processo produtivo.
Arosuco Aromas e Sucos Ltda.	03.134.910/0001-55	_	Controlada	Brasil	AM	Manaus	(i) Fabricação de outros produtos alimentícios; (ii) Fabricação de cervejas e chopes; (iii) Fabricação de malte, inclusive malte uísque; (iv) Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal; (v) Fabricação de gelo comum; (vi) Fabricação de gases industriais; (vii) Produção de sementes certificadas; (viii) Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante, dentre outros; (ix) Comércio atacadista de máquinas e equipamentos; partes e peças; (x) Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (xi) Pesquisa e desenvolvimento experimenta em ciências físicas e naturais; (xii) Fabricação e comércio atacadista de embalagens metálicas; (xviii) Promoção de vendas; (xiii) Pesquisas de mercado e de opinião pública; (xiv) Participar em outras sociedades.	e e
				Valor mercado	•			
31/12/2017	17,000000	0,000000	1.072.349.507,00	Valor contábil	31/12/2017	3.602.260.000,00		
31/12/2016	31,000000	0,000000	1.191.560.006,00	! !				
31/12/2015	3,000000	0,000000	128.739.398,00					

Bebidas Fantásticas e 24.398.780/0001-38

Participações Limited

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Controlada

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emiso (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
nanutenção de determi Companhia detém parti	inada participação societária po icipação em determinadas soci	essuem por finalidade edades produtoras e	o crescimento comercial e econ	ômico da Compa s participações s	nhia, seja através ocietárias nestas	da otimização de sua produc sociedades constituem uma	o social previsto no seu estatuto social. As decisõe ção e/ou ainda através da realização de investime estratégia da Companhia de otimização da gestão	ntos estratégicos. A
Aspen Equities Corp.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bahamas			Holdings de instituições não financeiras.	100,0000
				Valor mercade	0			
1/12/2017	-1,000000	0,000000	0,00	Valor contábi	il 31/12/2017	615.000,00		
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00	!				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	1 1 1				
	o e manutenção de tal partici	pação						
nanutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie	ilnada participação societária po icipação em determinadas soci edades localizadas fora do Bras	essuem por finalidade edades produtoras e	comercializadoras de insumos. A gia da Companhia de expansão	ômico da Compa s participações s de suas atividade	ocietárias nestas es para o exterior.	sociedades constituem uma	ção e/ou ainda através da realização de investimes estratégia da Companhia de otimização da gestão	do seu processo produti
nanutenção de determi	inada participação societária po	ssuem por finalidade		ômico da Compa				
nanutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie 3.Blend Máquinas e	inada participação societária po icipação em determinadas soci	essuem por finalidade edades produtoras e	comercializadoras de insumos. A	ômico da Compa s participações s	ocietárias nestas	sociedades constituem uma	estratégia da Companhia de otimização da gestão  (i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e	do seu processo produtiv
Companhia detém parti	ilnada participação societária po icipação em determinadas soci edades localizadas fora do Bras	essuem por finalidade edades produtoras e	comercializadoras de insumos. A gia da Companhia de expansão	ômico da Compa s participações s de suas atividade	ocietárias nestas es para o exterior.	sociedades constituem uma	(i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iii) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;	do seu processo produtiv
manutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie 3.Blend Máquinas e	ilnada participação societária po icipação em determinadas soci edades localizadas fora do Bras	essuem por finalidade edades produtoras e	comercializadoras de insumos. A gia da Companhia de expansão	ômico da Compa s participações s de suas atividade	ocietárias nestas es para o exterior.	sociedades constituem uma	estratégia da Companhia de otimização da gestão  (i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iii) Comércio atacadista de aparelhos	do seu processo produtiv
nanutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie 3.Blend Máquinas e	ilnada participação societária po icipação em determinadas soci edades localizadas fora do Bras	essuem por finalidade edades produtoras e	comercializadoras de insumos. A gia da Companhia de expansão	ômico da Compa s participações s de suas atividade	ocietárias nestas es para o exterior. SP	sociedades constituem uma	(i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iii) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; (iv) Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; (v) Pesquisas de mercado	do seu processo produtiv
nanutenção de determi companhia detém parti participação em socie .Blend Máquinas e lebidas Ltda.	ilnada participação societária po icipação em determinadas soci edades localizadas fora do Bras	essuem por finalidade edades produtoras e	comercializadoras de insumos. A gia da Companhia de expansão Coligada	ômico da Compa s participações s de suas atividade Brasil	ocietárias nestas es para o exterior. SP	sociedades constituem uma	(i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iii) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; (iv) Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; (v) Pesquisas de mercado	do seu processo produti
manutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie 3.Blend Máquinas e	inada participação societária pr icipação em determinadas soci edades localizadas fora do Bras 22.172.203/0001-06	essuem por finalidade dades produtoras e il faz parte da estraté	comercializadoras de insumos. A egia da Companhia de expansão Coligada  653.280,00	ômico da Compa s participações s de suas atividade Brasil  Valor mercade  Valor contábi	ocietárias nestas es para o exterior. SP	sociedades constituem uma de São Paulo	(i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iii) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; (iv) Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; (v) Pesquisas de mercado	do seu processo produtiv
nanutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie 8.Blend Máquinas e Bebidas Ltda.	inada participação societária pricipação em determinadas sociedades localizadas fora do Bras 22.172.203/0001-06	essuem por finalidade dades produtoras e il faz parte da estraté - 0,000000	comercializadoras de insumos. A egia da Companhia de expansão Coligada  653.280,00 0,00	ômico da Compa s participações s de suas atividade Brasil  Valor mercade  Valor contábi	ocietárias nestas es para o exterior. SP	sociedades constituem uma de São Paulo	(i) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iii) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; (iv) Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; (v) Pesquisas de mercado	do seu processo produtiv

Brasil

Jaguariúna

99,990000

Holdings de instituições não financeiras.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercad	lo			_
31/12/2017	-114,000000	0,000000	0,00	Valor contáb	il 31/12/2017	-14.436.000,00		
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00	1 1 1				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Brahmaco International Ltd	00.000.000/0000-00 -	Controlada	Gibraltar			Holdings de instituições não financeiras.	100,000000
			Valor merca	ado			
31/12/2017	2,000000	0,000000	0,00 Valor conta	<b>ábil</b> 31/12/2017	24.345.000,00		
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00				

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Cerveceria Nacional S 00 de R.L	.000.000/0000-00 -	Controlada	Panamá		Produção e venda no atacado de bebidas, como cerveja, água, bebidas efervescentes, carbonatadas e a base de malta	99,000000
			Valor mercado			
31/12/2017	6,000000	0,000000	0,00 Valor contábil 31/12/2017	1.808.503.000,00		
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Cervejaria ZX S.A.	01.131.570/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	Jaguariúna	(i) Fabricação de cervejas e chopes; (ii) Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente; (iii) Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (iv) Fabricação de gelo comum; (v) Fabricação de refrigerantes; (vi) Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; (vii) Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas; (viii) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (ix) Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente; (x) Holdings de instituições não financeiras.	91,000000
				Valor mercado	)			
31/12/2017	119,000000	0,00000	95.222,00	Valor contábi	I 31/12/2017	86.227.000,00		
31/12/2016	-31,000000	0,00000	970.117,00	1				
31/12/2015	-22,000000	0,00000	0,00	1				

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Dahlen S.A.	00.000.000/0000-00 -	Controlada	•	Uruguai	Holdings de instituições não financeiras. 100,000000
				Valor mercado	
31/12/2017	10,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2017	311.842.000,00
31/12/2016	-14,000000	0,000000	0,00		
31/12/2015	47,000000	0,000000	0,00		

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Hohneck S.A. 00.000.000/0000-00 - Controlada Argentina Holdings de instituições não financeiras. 100,000000

Valor mercado

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	9,000000	0,000000	0,	00 Valor contáb	il 31/12/2017	1.812.100.000,00		
31/12/2016	77,000000	0,000000	0,	00				
31/12/2015	34,000000	0,000000	0,	00				

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Ice Tea do Brasil Ltda. 01.985.609	0001-20 -	Coligada	Br	rasil SP	Jundiaí	(i) Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas; (ii) Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados; (iii) Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo; (iv) Fabricação de outras bebidas não alcoólicas não especificadas anteriormente.
			; <b>\</b>	/alor mercado		
31/12/2017	13,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2017	28.210.000,00	
31/12/2016	90,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	14,000000	0,000000	0,00			

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

Jalua Spain S.L.	00.000.000/0000-00 -	Controlada	Espanha	Holdings de instituições não financeiras.	00,000000
			Valor mercado		
31/12/2017	9,000000	0,000000	0,00 Valor contábil 31/12/2017	5.050.439.000,00	
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede UF sed	e Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
manutenção de determi Companhia detém parti	nada participação societária po cipação em determinadas soci	ossuem por finalidade edades produtoras e	o crescimento comercial e econ	ômico da Companhia, seja s participações societárias	através da otimização de sua produ nestas sociedades constituem uma	o social previsto no seu estatuto social. As decisõe ção e/ou ainda através da realização de investime estratégia da Companhia de otimização da gestão	entos estratégicos. A
Lambic Holding S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina		Holdings de instituições não financeiras.	100,00000
				Valor mercado			
31/12/2017	10,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2	787.663.000,00		
31/12/2016	1,000000	0,000000	0,00	1 1			
31/12/2015	22,000000	0,000000	0,00	1 1 1			
Razões para aquisição	o e manutenção de tal partici	pação					
Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.		-	egia da Companhia de expansão Controlada	Brasil SP	São Paulo	(i) Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; (ii) Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas	99,99000
						anteriormente.	
				Valor mercado		anteriormente.	
31/12/2017	-59,000000	0,000000	23.732.690,00		017 10.111.000,00	anteriormente.	
31/12/2017 31/12/2016	-59,000000 2,000000			Valor contábil 31/12/2	017 10.111.000,00	anteriormente.	
		0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2	017 10.111.000,00	anteriormente.	
31/12/2016 31/12/2015	2,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2	017 10.111.000,00	anteriormente.	
31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição Todas as aquisições so manutenção de determi Companhia detém parti	2,000000 6,000000 o e manutenção de tal partici cietárias realizadas pela Comp nada participação societária pr cipação em determinadas soci	0,000000 0,000000 pação anhia são baseadas ssuem por finalidade edades produtoras e	0,00 0,00 em decisões estratégicas de sua	Valor contábil 31/12/2  administração, sempre ter ômico da Companhia, seja s participações societárias	do em vista o cumprimento do objet através da otimização de sua produ nestas sociedades constituem uma	anteriormente. o social previsto no seu estatuto social. As decisõe ção e/ou ainda através da realização de investime estratégia da Companhia de otimização da gestão	entos estratégicos. A
31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição Todas as aquisições so manutenção de determi Companhia detém parti	2,000000 6,000000 o e manutenção de tal partici cietárias realizadas pela Comp nada participação societária pr cipação em determinadas soci	0,000000 0,000000 pação anhia são baseadas ssuem por finalidade edades produtoras e	0,00 0,00 em decisões estratégicas de sua o crescimento comercial e econcomercializadoras de insumos. A	Valor contábil 31/12/2  administração, sempre ter ômico da Companhia, seja s participações societárias	do em vista o cumprimento do objet através da otimização de sua produ nestas sociedades constituem uma	o social previsto no seu estatuto social. As decisõe ção e/ou ainda através da realização de investime	entos estratégicos. A o do seu processo produtivo
31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição Todas as aquisições so manutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie	2,000000 6,000000 e manutenção de tal partici cietárias realizadas pela Comp nada participação societária po- cipação em determinadas sociedades localizadas fora do Bras	0,000000 0,000000 pação anhia são baseadas ssuem por finalidade edades produtoras e	0,00 0,00 0,00 em decisões estratégicas de sua o crescimento comercial e econ comercializadoras de insumos. A gia da Companhia de expansão	Valor contábil 31/12/2 administração, sempre ter ômico da Companhia, seja s participações societárias de suas atividades para o	do em vista o cumprimento do objet através da otimização de sua produ nestas sociedades constituem uma	o social previsto no seu estatuto social. As decisõe ção e/ou ainda através da realização de investime estratégia da Companhia de otimização da gestão A Maltería Pampa S.A. tem por objetivo a produção de malte para ser utilizado no	entos estratégicos. A o do seu processo produtivo
31/12/2016 31/12/2015 Razões para aquisição Todas as aquisições so manutenção de determi Companhia detém parti A participação em socie	2,000000 6,000000 e manutenção de tal partici cietárias realizadas pela Comp nada participação societária po- cipação em determinadas sociedades localizadas fora do Bras	0,000000 0,000000 pação anhia são baseadas ssuem por finalidade edades produtoras e sil faz parte da estraté	em decisões estratégicas de sua e o crescimento comercial e econ comercializadoras de insumos. A egia da Companhia de expansão Controlada	administração, sempre ter ômico da Companhia, seja s participações societárias de suas atividades para o Argentina	do em vista o cumprimento do objet através da otimização de sua produ nestas sociedades constituem uma exterior.	o social previsto no seu estatuto social. As decisõe ção e/ou ainda através da realização de investime estratégia da Companhia de otimização da gestão A Maltería Pampa S.A. tem por objetivo a produção de malte para ser utilizado no	entos estratégicos. A o do seu processo produtivo

00.000.000/0000-00

3,000000

31/12/2017

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

0,000000

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2015	26,000000	0,000000	0,00		1			
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
manutenção de determi Companhia detém parti	nada participação societária po cipação em determinadas soci	ossuem por finalidade edades produtoras e	e o crescimento comercial e econo	òmico da Compan s participações so	hia, seja através d cietárias nestas so	a otimização de sua produç	o social previsto no seu estatuto social. As decisi ão e/ou ainda através da realização de investim estratégia da Companhia de otimização da gestâ	entos estratégicos. A
RPO Latam Estratégia em Compras Ltda.	04.294.012/0001-27		Controlada	Brasil	SP	Jaguariúna	(i) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (ii) Atividades di consultoria em gestão empresarial, exce consultoria técnica específica; (iii) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios el geral, exceto imobiliários; (iv) Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; (v) Consultoria em tecnologia da informação; (vi) Serviços entrega rápida; (vii) Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítim (viii) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; (ix) Carga e descarga; (x) Compra e venda de imóveis próprios; (x) Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormen (xiii) Participar em outras sociedades.	nde
				Valor mercado				
31/12/2017	-1178,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	9.531.000,00		
31/12/2016	-118,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-41,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
manutenção de determi	nada participação societária po	ossuem por finalidade	e o crescimento comercial e econo	òmico da Compan	hia, seja através d	a otimização de sua produç	social previsto no seu estatuto social. As decis ão e/ou ainda através da realização de investim sstratégia da Companhia de otimização da gestá	entos estratégicos. A

República

Dominicana

Valor mercado

168.042.769,00 Valor contábil 31/12/2017

4.578.454.000,00

Holdings de instituições não financeiras.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2016	-22,000000	0,000000	0,0	0				
31/12/2015	45,000000	0,000000	0,0	0				

#### Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Todas as aquisições societárias realizadas pela Companhia são baseadas em decisões estratégicas de sua administração, sempre tendo em vista o cumprimento do objeto social previsto no seu estatuto social. As decisões quanto à aquisição e à manutenção de determinada participação societária possuem por finalidade o crescimento comercial e econômico da Companhia, seja através da otimização de sua produção e/ou ainda através da realização de investimentos estratégicos. A Companhia detém participação em determinadas sociedades produtoras e comercializadoras de insumos. As participações societárias nestas sociedades constituem uma estratégia da Companhia de otimização da gestão do seu processo produtivo. A participação em sociedades localizadas fora do Brasil faz parte da estratégia da Companhia de expansão de suas atividades para o exterior.

# 9.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

PÁGINA: 157 de 430

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM. Nossas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstrações Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 - "Informações Financeiras Intermediárias").

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (www.ri.ambev.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br).

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

#### 2017

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 24.718,0 milhões, sendo R\$ 10.354,5 milhões em caixa e equivalentes a caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2017, totalizava R\$ 28.688,5 milhões. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 0,9x.

## 2016

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 23.886,8 milhões, sendo R\$ 7.876,8 milhões em caixa e equivalentes a caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2016, totalizava R\$ 28.773,6 milhões. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 0,8x.

### 2015

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 28.314,5 milhões, sendo R\$ 13.620,2 milhões em caixa e equivalentes a caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2015, totalizava R\$ 30.141,9 milhões. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 0,9x.

Observa-se índice de liquidez corrente estável ano contra ano, ainda próximo de um, mantendo sólida capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia, ou seja, as disponibilidades de curto prazo estão muito próximas às obrigações.

(em milhões de reais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	
Total do Ativo Corrente	24,718.0	23,886.8	28.314,5	
Total do Passivo Corrente	28,688.5	28.773,6	30.141,9	
Índice de Capital de Giro Líquido (AC-PC)	(3.970,5)	(4.886,8)	(1.827,4)	

PÁGINA: 158 de 430

#### b) Estrutura de capital.

Estrutura de	Em 31 de dezembro de							
Capital	2017	2017		2016				
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%		
Capital de Terceiros <sup>(1)</sup>	38.869,1	45	37.190,1	44	39.842,6	44		
Capital Próprio <sup>(2)</sup>	47.982,9	55	46.651,3	56	50.333,6	56		

<sup>(1)</sup> O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

A estrutura de capital da Companhia apresentou as seguintes composições: (i) em 31 de dezembro de 2015 – 56% de capital próprio e 44% de capital de terceiros; (ii) em 31 de dezembro de 2016 – 56% de capital próprio e 44% de capital de terceiros; e (iii) em 31 de dezembro de 2017 – 55% de capital próprio e 45% de capital de terceiros.

Adicionalmente, sua posição de caixa líquido de conta garantida e caixa líquido de dívida, durante o mesmo período, comportou-se da seguinte forma: (i) em 31 de dezembro de 2015 – caixa líquido de conta garantida de R\$ 13.617,6 milhões e caixa líquido de dívida de R\$ 10.018,1 milhões; (ii) em 31 de dezembro de 2016 – caixa líquido de conta garantida de R\$ 7.876,8 milhões e caixa líquido de dívida de R\$ 2.480,5 milhões; e (iii) em 31 de dezembro de 2017 – caixa líquido de conta garantida de R\$ 10.352,7 milhões e caixa líquido de dívida de R\$ 7.801,5 milhões.

Consideramos que o nível de dívida líquida mantido ao longo dos últimos exercícios é adequado para implementar nosso plano de negócios e cumprir nossas obrigações de curto e médio prazo.

#### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

(em milhões de reais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Endividamento Total	2.533,0	5.396,3	3.599,5
Endividamento de Curto Prazo	1.321,1	3.630,6	1.282,6
Total do Ativo Corrente	24,718.0	23,886.8	28.314,5
Caixa e Equivalentes	10.354,5	7.876,8	13.620,2
Índice de Liquidez Corrente	0,9x	0,8x	0,9x
Caixa Líquido de Dívida	7.801,5	2.480,5	10.018,1

## 2017

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito em 10.1(f) abaixo (endividamento total de R\$ 2.553,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$ 1.321,1milhões referentes à dívida de curto prazo), o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, evidenciados pelos valores de ativo circulante (R\$ 24.718,0 milhões), caixa e equivalentes a caixa (R\$ 10.354,5milhões), índice de liquidez corrente (0,9x) e caixa líquido de dívida (R\$ 7.801,5milhões), todos em 31 de dezembro de 2017, indicados em 10.1 (a) acima, os diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, custos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia possui capacidade para contratá-los.

## 2016

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito em 10.1(f) abaixo (endividamento total de R\$ 5.396,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$ 3.630,6milhões referentes à dívida de curto prazo), o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, evidenciados pelos valores de ativo circulante (R\$ 23.886,8 milhões), caixa e equivalentes a caixa (R\$ 7.876,8milhões), índice de liquidez corrente (0,8x) e caixa líquido de dívida (R\$ 2.480,5milhões), todos em 31 de dezembro de

<sup>(2)</sup> O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

2016, indicados em 10.1 (a) acima, os diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, custos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia possui capacidade para contratá-los.

#### 2015

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito em 10.1(f) abaixo (endividamento total de R\$ 3.599,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 1.282,6 milhões referentes à dívida de curto prazo), o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, evidenciados pelos valores de ativo circulante (R\$ 28.314,5 milhões), caixa e equivalentes a caixa (R\$ 13.620,2 milhões), índice de liquidez corrente (0,9x) e caixa líquido de dívida (R\$ 10.018,1 milhões), todos em 31 de dezembro de 2015, indicados em 10.1 (a) acima, os diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, custos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia possui capacidade para contratá-los.

# d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Desde 2014 a Companhia evoluiu substancialmente a cada ano, em seu ciclo de capital, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015, apresentava um capital de giro negativo, representando a falta de necessidade de captação de financiamento para capital de giro.

Em relação aos investimentos em ativos não circulantes, a posição atual de caixa e a expectativa de geração de caixa da Companhia são suficientes para fazer frente a tais investimentos. De qualquer forma, a Companhia dispõe de amplo acesso a fontes de financiamento para eventual complementação de caixa que se faça necessária para tais investimentos.

# e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia tem linhas de crédito disponíveis com os principais bancos brasileiros e estrangeiros, já tendo realizado captações no mercado de capitais nacional e internacional, sendo que a classificação da Companhia como grau de risco "investimento" pelas principais classificadoras de risco internacionais facilita a obtenção, pela Companhia, de novos financiamentos para suprir eventual deficiência de liquidez. A Companhia possui risco de credito Baa3 pela Moody's e BBB pela S&P.

#### f) níveis de endividamento e características das dívidas.

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo informações adicionais com relação a cada um dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

#### <u>2017</u>

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa, para a Debênture 2021 e BNDES/FINEP; e (ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"); (iii) TR (Taxa referencial), para a operação de CRI 2030; e (iv) taxa flutuante (Libor e CAD BA) para empréstimos internacionais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendia aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos bem como aos eventuais limites de endividamento a que está sujeita.

PÁGINA: 160 de 430

## Perfil de endividamento - 31 de dezembro de 2017

Instrumentos de Dívida	2018	2019	2020	2021	2022	Após	Total
Dívida TJLP BNDES ou TRtaxa flutuante							
Valor nominal	164.7	74.3	9.6	10.0	10.8	133.0	402.3
TJLP ou TR+ Taxa média de pagamento	9,1%	9,1%	9.4%	9.4%	9.4%	9.4%	9.2%
Dívida internacional							
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	=	-	5,0	-	-	-	5,0
Taxa média de pagamento	0,0%	0,0%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	199,1	-	-	-	-	-	199,1
Taxa média de pagamento	9,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,3%
Dólar americano taxa fixa	6.5	16.4	-	-	-	-	22.9
Taxa média de pagamento	2,2%	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%
Dólar americano taxa flutuante	78.2	477.0	-	-	-	-	555.3
Taxa média de pagamento	4,0%	2,5%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2.7%
Dólar Canadense taxa flutuante	685.9	-	-	-	-	-	685.9
Taxa média de pagamento	2,1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,1%
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa							
Valor nominal	38.4	27.0	19.7	7.8	3.8	33.2	129.9
Taxa média de pagamento	5,6%	5,6%	5,6%	5,6%	5,6%	5,6%	5,6%
Dívida em Reais - taxa fixa							
Valor nominal	148.3	129.4	48.2	147.7	43.5	35.7	552.7
Taxa média de pagamento	5.6%	5.5%	4.0%	11.2%	3.5%	3.6%	6.6%
Endividamento total	1,321.1	724.1	82.4	165.5	58.0	201.9	2,553.0

## <u>2016</u>

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa, para o Bond 2017, Debênture 2021 e BNDES/FINEP; e (ii) Cesta de moedas (UMBNDES) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para os empréstimos do BNDES; e (iii) TR (Taxa referencial), para a operação de CRI 2030

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendia aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos bem como aos eventuais limites de endividamento a que está sujeita.

PÁGINA: 161 de 430

## Perfil de endividamento - 31 de dezembro de 2016

Instrumentos de Dívida	2017	2018	2019	2020	2021	Após	Total
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante							
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante	22,7	-	-	-	-	-	22,7
UMBNDES + Taxa média de pagamento	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante							
Valor nominal	216,2	163,2	73,7	9,0	9,9	142,8	614,8
TJLP + Taxa média de pagamento	9,5%	9,3%	8,6%	0,0%	0,0%	0,0%	6,8%
Dívida internacional							
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	-	-	-	4,9	-	-	4,9
Taxa média de pagamento	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	0,0%	0,0%	2,7%
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	114,0	193,7	-	-	-	39,3	347,0
Taxa média de pagamento	9,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	8,9%
Dólar americano taxa fixa	-	-	11,5	-	-	-	11,5
Taxa média de pagamento	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,0%
Dólar americano taxa flutuante	1.508,7	329,3	22,1	-	-	-	1.860,1
Taxa média de pagamento	1,3%	2,2%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%
Dólar Canadense taxa flutuante	1.259,1	-	-	-	-	-	1.259,1
Taxa média de pagamento	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa							
Valor nominal	33,6	112,1	35,0	32,1	35,5	129,8	378,2
Taxa média de pagamento	6,4%	2,6%	6,19%	4,2%	3,5%	4,5%	4,1%
Dívida em Reais - taxa fixa							
Valor nominal	476,3	134,3	97,6	27,0	124,2	38,8	898,1
Taxa média de pagamento	9,0%	5,9%	6,0%	4,5%	12,5%	3,7%	8,3%
Endividamento total	3.630,6	932,5	239,9	73,0	169,6	350,7	5.396,3

## 2015

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa, para o Bond 2017; e (ii) Cesta de moedas (UMBNDES) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para os empréstimos do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendia aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos bem como aos eventuais limites de endividamento a que está sujeita.

PÁGINA: 162 de 430

#### Perfil de endividamento – 31 de dezembro de 2015

Instrumentos de Dívida	2016	2017	2018	2019	2020	Após	Total
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante							
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante	131,8	27,2	-	-	-	-	159,0
UMBNDES + Taxa média de pagamento	1,74%	1,7%	-	-	-	-	1,7%
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante							
Valor nominal	426,6	198,3	144,9	60,7	-	-	830,5
TJLP + Taxa média de pagamento	9,7%	9,8%	9,8%	9,8%	-	-	9,8%
Dívida internacional							
Outras moedas latino-americanas taxa Fixa	177,1	240,0	-	-	-	-	417,5
Taxa média de pagamento	9,1%	9,4%	-	-	-	-	9,3%
Dólar americano taxa Fixa	-	-	-	-	-	15,7	15,7
Taxa média de pagamento	-	-	-	-	-	6,0%	6,0%
Dólar americano taxa Flutuante	379,7	448,2	3,8	20,8	-	-	852,5
Taxa média de pagamento	1,7%	1,5%	6,0%	6,0%	-	-	1,8%
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa							
Valor nominal	34,3	34,4	31,1	22,3	13,2	46,7	182,0
Taxa média de pagamento	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,6%	4,7%	4,6%
Dívida em Reais - taxa fixa							
Valor nominal	133,1	423,8	136,6	103,2	31,9	313,7	1.142,3
Taxa média de pagamento	5,6%	8,1%	5,6%	5,8%	5,2%	9,8%	7,7%
Endividamento total	1.282,6	1.372,3	316,4	207,0	45,1	376,1	3.599,5

#### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, como contratos de folha de pagamento, operações de derivativos e contratos de fiança.

## iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia previam tão somente a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, no âmbito das quais foram prestadas garantias

PÁGINA: 163 de 430

reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia previam tão somente a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros previa cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- Covenants financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos;
- Cross Default
- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades e ativos da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou
- Não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do referido contrato de empréstimo,e/ou (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro incluindo o BNDES ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (e.g., Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Essas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, é concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

## g) limites dos financiamentos contratados e porcentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de financiamentos junto ao BNDES, FINEP, repasses de FINAME junto a bancos privados e outras linhas de crédito junto a bancos privados de R\$ 5.877,9 milhões. Deste total, R\$ 5.531,9 milhões (94%) estão sendo utilizados, restando uma disponibilidade adicional de R\$ 346,0 milhões (6%).

#### h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia para os períodos indicados.

#### BALANCO PATRIMONIAL

(em milhões de reais)	Em 31 de Dezembro de				
Ativo	2017	2016	2015		
Caixa e equivalentes de caixa	10.354,5	7.876,8	13.620,2		
Aplicações financeiras	11,9	282,8	215,1		
Instrumentos financeiros derivativos	350,0	196,6	1.512,4		
Contas a receber	4.944,8	4.368,1	4.165,7		
Estoques	4.319,0	4.347,1	4.338,2		
Impostos e contribuição social a recuperar	2.770,4	5.423,3	3.194,9		
Outros ativos	1.367,2	1.392,1	1.268,0		
Ativo circulante	24.718,0	23.886,8	28.314,5		
Aplicações financeiras	122,0	104,3	118,6		
Instrumentos financeiros derivativos	35,2	16,3	51,4		
Impostos e contribuição social a recuperar	2.537,7	347,7	892,8		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.279,3	2.268,2	2.749,9		
Outros ativos	1.964,4	1.973,6	2.140,2		
Benefícios a funcionários	58,4	33,5	8,6		

PÁGINA: 164 de 430

Investimentos	238,0	300,1	714,9
Imobilizado	18.822,3	19.153,8	19.140,1
Ativo intangível	4.674,7	5.245,9	5.092,2
Ágio	31.401,9	30.511,2	30.953,1
Ativo não circulante	62.133,9	59.954,6	61.861,8
Total do ativo	86.851,9	83.841,4	90.176,3
Passivo e patrimônio líquido			
Contas a pagar	11.854,0	10.868,8	11.833,7
Instrumentos financeiros derivativos	215,1	686,4	4.673,0
Empréstimos e financiamentos	1.321,1	3.630,6	1.282,6
Conta garantida	1,8	-	2,5
Salários e encargos	1.047,2	686,6	915,6
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.778,6	1.714,4	598,6
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.668,4	904,2	1.245,3
Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.825,4	3.378,2	3.096,8
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	6.807,9	6.735,8	6.370,7
Provisões	169,0	168,6	123,1
Passivo circulante	28.688,5	28.773,6	30.141,9
Contas a pagar	175,1	237,8	110,1
Instrumentos financeiros derivativos	2,4	27,0	145,1
Empréstimos e financiamentos	1.231,9	1.765,7	2.316,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.329,2	2.329,7	2.473,6
Imposto de renda e contribuição social a recolher (i)	2.418,0	- -	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	771,6	681,4	910,0
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros	429,1	471,8	1.023,6
passivos			
Provisões	512,6	765,4	499,5
Benefícios a funcionários	2.310,7	2.137,7	2.221,9
Passivo não circulante	10.180,6	8.416,5	9.700,7
Total do passivo	38.869,1	37.190,1	39.842,6
Patrimônio líquido			
Capital social	57.614,1	57.614,1	57.614,1
Reservas	63.361,2	64.230,0	62.574,8
Ajuste de avaliação patrimonial	(74.966,5)	(77.019,1)	(71.857,0)
Patrimônio líquido de controladores	46.008,8	44.825,0	48.331,9
Participação de não controladores	1.974,0	1.826,3	2.001,8
Total do patrimônio líquido	47.982,8	46.651,3	50.333,7
Total do passivo e patrimônio líquido	86.851,9	83.841,4	90.176,3

<sup>(</sup>i) Durante o terceiro trimestre de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("<u>PERT 2017</u>").

Para informações adicionais sobre as práticas contábeis adotadas pela Companhia, vide Item 10.5.

PÁGINA: 165 de 430

Patrimônio líquido de controladores

Participação de não controladores

Total do patrimônio líquido

(em milhões de reais, exceto percentuais)	Em 31 de Dezembro de						
·		Análise		Análise	Variação		
Ativo	2017	Vertical	2016	Vertical	2016/2015		
	10 25 4 5	11.00/	7.076.0	0.407	21.50		
Caixa e equivalentes de caixa	10.354,5	11,9%	7.876,8	9,4%	31,5%		
Aplicações financeiras	11,9	0,0%	282,8	0,3%	-95,89		
Instrumentos financeiros derivativos	350,0	0,4%	196,6	0,2%	78,0%		
Contas a receber	4.944,8	5,7%	4.368,1	5,2%	13,29		
Estoques	4.319,0	5,0%	4.347,1	5,2%	-0,69		
Impostos e contribuição social a recuperar	2.770,4	3,2%	5.423,3	6,5%	-48,99		
Outros ativos <b>Ativo circulante</b>	1.367,2 <b>24.718,0</b>	1,6% <b>28,5</b> %	1.392,1 <b>23.886,8</b>	1,7% <b>28,5%</b>	-1,89 <b>3,5</b> 9		
and the character	24.710,0	20,5 70	25.000,0	20,5 %	<b>3,5</b> /		
Aplicações financeiras	122,0	0,1%	104,3	0,1%	17,09		
Instrumentos financeiros derivativos	35,2	0,0%	16,3	0,0%	116,09		
Impostos e contribuições a recuperar	2.537,7	2,7%	347,7	0,4%	565,19		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.279,3	0,3%	2.268,2	2,7%	-90,19		
Outros ativos	1.964,4	2,3%	1.973,6	2,4%	-0,5%		
Benefícios a funcionários	58,4	0,1%	33,5	0,0%	74,39		
Investimentos	238,0	0,3%	300,1	0,4%	-20,79		
Imobilizado	18.822,3	21,7%	19.153,8	22,8%	-1,79		
Ativo intangível	4.674,7	5,4%	5.245,9	6,3%	-10,99		
Ágio	31.401,9	36,2%	30.511,2	36,4%	2,99		
Ativo não circulante	62.133,9	71,5%	59.954,6	71,5%	3,6%		
Total do ativo	86.851,9	100,0%	83.841,4	100,0%	3,6%		
Passivo e patrimônio líquido							
Contas a pagar	11.854,0	30,5%	10.868,8	29,2%	9,19		
Instrumentos financeiros derivativos	215,1	0,6%	686,4	1,8%	-68,79		
Empréstimos e financiamentos	1.321,1	3,4%	3.630,6	9,8%	-63,69		
Conta garantida	1,8	0,0%	-	0,0%	0,0		
Salários e encargos	1.047,2	2,7%	686,6	1,8%	52,59		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.778,6	4,6%	1.714,4	4,6%	3,79		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.668,4	4,3%	904,2	2,4%	84,59		
Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.825,4	9,8%	3.378,2	9,1%	13,29		
Opção de venda concedida sobre participação	6.807,9	17,5%	6.735,8	18,1%	1,19		
em controlada e outros passivos							
Provisões	169,0	0,4%	168,6	0,5%	0,29		
Passivo circulante	28.688,5	73,8%	28.773,6	77,4%	-0,3%		
Contas a pagar	175,1	0,5%	237,8	0,6%	-26,49		
Instrumentos financeiros derivativos	2,4	0,0%	27,0	0,1%	-91,19		
Empréstimos e financiamentos	1.231,9	3,2%	1.765,7	4,7%	-30,29		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.329,2	6,0%	2.329,7	6,3%	0,09		
Imposto de renda e contribuição social a recolher (i)	2.418,0	6,2%	-	0,0%	100,09		
Impostos, taxas e contribuições a recolher	771,6	2,0%	681,4	1,8%	13,29		
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	429,1	1,1%	471,8	1,3%	-9,09		
Provisões	512,6	1,3%	765,4	2,1%	-33,09		
Benefícios a funcionários	2.310,7	5,9%	2.137,7	5,7%	8,19		
Passivo não circulante	10.180,6	26,2%	8.416,5	22,6%	21,0%		
Total do passivo	38.869,1	100,0%	- 37.190,1	100,0%	4,5%		
Patrimônio líquido							
Capital social	57.614,1	66,3%	57.614,1	68,7%	0,09		
Reservas	63.361,2	73,0%	64.230,0	76,6%	-1,49		
Ajuste de avaliação patrimonial	(74.966,5)	-86,3%	(77.019,1)	-91,9%	-2,79		
Patrimônio líquido de controladores	46 008 8	53.0%	44 825 0	53.5%	2.69		

**53,0%** 2,3%

55,2%

44.825,0

1.826,3

46.651,3

46.008,8

1.974,0

47.982,8

PÁGINA: 166 de 430

2,6%

8,1%

2,9%

**53,5%** 2,2%

55,6%

Total do passivo e patrimônio líquido 86.851,9 100,0% 83.841,4 100,0% 3,6%

(i) Durante o terceiro trimestre de 2017, a Companhia aderiu ao PERT 2017.

#### Ativo

#### Caixa e equivalentes à caixa

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de caixa e equivalentes à caixa e aplicações financeiras de curto prazo totalizou R\$ 10.366,4 milhões, comparado a R\$ 8.159,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento de R\$ 2.206,8 milhões, ou 27,0%, é resultado principalmente de (i) um desempenho operacional mais forte; (ii) uma melhora do capital de giro, como resultado principalmente do aumento significativo no contas a pagar e demais contas a pagar; (iii) uma redução relevante de imposto de renda e contribuição social pagos em 2017; e (iv) menores valores em aquisição de imobilizado e intangíveis e de subsidiárias, líquido de caixa adquirido.

#### Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de recebíveis totalizou R\$ 4.944,8 milhões, comparado a R\$ 4.368,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 576,8 milhões, ou 13,2%, principalmente como resultado de um crescimento da nossa receita líquida por hectolitro de 8,5% em 2017, junto com um aumento de 0,9% do volume consolidado de vendas no ano.

#### **Estoques**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de estoques totalizou R\$ 4.319,0 milhões, comparado a R\$ 4.347,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução de R\$ 28,1 milhões, ou -0,6%, está demonstrada no quadro abaixo:

(em milhões de reais)	2017	2016
Produtos acabados	1.528,4	1.445,5
Produtos em elaboração	309,6	328,5
Matérias-primas	1.816,3	1.962,7
Materiais de produção	77,3	50,0
Almoxarifado e outros	476,9	447,2
Adiantamentos	210,9	234,5
Provisão para perdas	(100,4)	(121,3)
	4.319,0	4.347,1

## Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos e contribuições a recuperar, circulante e não circulante, totalizou R\$ 5.908,2 milhões, comparado a R\$ 5.771,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento se deu principalmente pelo acúmulo de créditos oriundos do exterior a serem compensados em anos subsequentes.

#### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de imobilizado totalizou R\$ 18.822,3 milhões, comparado com R\$ 19.153,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. A movimentação que resultou em uma diminuição líquida de R\$ 331,5 milhões, ou -1,7%, está demonstrada no quadro abaixo:

PÁGINA: 167 de 430

(em milhões de reais)		2016				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição			. =			
Saldo inicial	8.330,2	22.764,3	4.584,2	1.740,7	37.419,4	36.685,6
Efeito de variação cambial	3,1	34,6	(27,3)	8,3	18,7	(2.652,7)
Combinações de negócios Aquisição por meio de permuta de participações	228,9	(24,7)	-	-	204,2	700,4
societárias  Baixa por meio de permuta de participações	-	-	-	-	-	433,9
societárias	-	-	-	-	-	(571,4)
Aquisições	10,2	626,1	171,8	2.367,4	3.175,5	4.009,3
Alienações Transferências de (para) outras categorias de	(25,9)	(555,5)	(125,4)	-	(706,8)	(1.012,7)
ativos	415,4	1.657,8	473,2	(2.857,3)	(310,9)	(173,0)
Outros		36,2	-	(1,2)	35,0	
Saldo final	8.961,9	24.538,8	5.076,5	1.257,9	39.835,1	37.419,4
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(2.278,2)	(13.075,3)	(2.912,1)	-	(18.265,6)	(17.545,5)
Efeito de variação cambial	(12,1)	(104,9)	0,3	-	(116,7)	1.137,1
Baixa por meio de permuta de participações societárias	-	-	-	-	-	345,9
Depreciação	(299,0)	(2.245,5)	(655,9)	-	(3.200,4)	(3.083,8)
Perda por redução ao valor de recuperação	-	(125,0)	(0,2)	-	(125,2)	(120,9)
Alienações e baixas	5,3	539,5	109,5	-	654,3	928,8
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(1,9)	29,7	5,2	_	33,0	61,4
Outros	-	7,8	-,-	-	7,8	11,4
Saldo final Valor contábil:	(2.585,9)	(14.973,7)	(3.453,2)	-	(21.012,8)	(18.265,6)
31 de dezembro de 2016 31 de dezembro de 2017	6.052,0 6.376,0	9.689,0 9.565,1	1.672,1 1.623,3	1.740,7 1.257,9	19.153,8 18.822,3	19.153,8

## Ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ativo intangível totalizou R\$ 4.674,7 milhões, comparado a R\$ 5.245,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução líquida de R\$ 571,2 milhões, ou -10,9%, é resultado principalmente do impacto de conversão de moedas.

## <u>Ágio</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ágio totalizou R\$ 31.401,9 milhões, comparado com R\$ 30.511,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. A movimentação que resultou em um aumento líquido de R\$ 890,7 milhões está demonstrada no quadro abaixo:

	2017	2016
Saldo inicial	30.511,2	30.953,1
Efeito da variação cambial	489,7	(2.388,9)
Aquisição de subsidiárias	401,0	1.947,0
Saldo final	31.401,9	30.511,2

## **Passivo**

## Contas a pagar

PÁGINA: 168 de 430

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a pagar totalizou R\$ 11.854,0 milhões, comparado a R\$ 10.868,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 985,2 milhões ou 9,1%.

#### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes totalizaram R\$ 2.553,0milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado com R\$ 5.396,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$ 2.843,3 milhões, ou -52,7%, no endividamento bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social circulantes e não circulantes totalizou R\$ 4.086,4 milhões, comparado a R\$ 904,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento de R\$ 3.182,2 milhões, ou 351,9%, refere-se principalmente à adesão ao PERT 2017. Conforme anunciado em 29 de setembro de 2017, a Companhia aderiu a um programa especial de regularização tributária, envolvendo contingências tributárias em disputa, incluindo contingências relacionadas ao imposto de renda e à contribuição social sobre os lucros. O valor total a ser pago é de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, dos quais aproximadamente R\$ 1,0 bilhão já foi pago em 2017 e o restante será pago em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, acrescido de juros.

Além disso, o saldo de imposto de renda e contribuição social é também resultado de uma maior alíquota efetiva de impostos, que em 2017 foi de 39,3%, comparada a uma alíquota efetiva de 2,4% em 2016. Os principais eventos ocorridos no período e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: a redução da despesa de imposto reflete a dedutibilidade das subvenções para investimento decorrente de créditos diferidos e presumidos de ICMS.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio ("<u>JCP</u>"): segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir JCP, calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("<u>TJLP</u>"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda nos termos da legislação aplicável, cujo montante distribuído até a data foi de R\$ 4.869.768, dos quais R\$ 4.850.124 são dedutíveis, sendo o impacto tributário de R\$ 1.649.042.
- Imposto retido na fonte sobre dividendos: variação explicada por dois principais fatores, quais sejam, (i) reversão total da provisão relacionada ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias argentinas em 2016, devido à mudança na legislação que isenta de imposto retido na fonte o pagamento de dividendos no valor negativo de R\$ 240 milhões; e (ii) constituição de provisão e efeito de variação cambial em relação ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias canadenses, cujo montante aproximado perfaz R\$ 145 milhões, em oposição ao valor aproximado de R\$ 5 milhões no mesmo período anterior.
- Despesas não recorrentes: (i) as contingências cobertas pelo PERT 2017, incluem um processo em que se discutia a apuração do IRPJ e da CSLL pelo método do lucro presumido pela subsidiária CRBS S.A.. O valor total reconhecido como despesa após a conversão em Lei da MP nº 783/2017 foi de R\$ 2.926 milhões (principal e multa), sendo R\$2.785 milhões como despesa não recorrente na rubrica de imposto de renda e R\$ 141 milhões na rubrica de resultado financeiro, e (ii) uma despesa não recorrente, sem efeito caixa, de aproximadamente R\$ 510 milhões, relacionada aos efeitos fiscais da variação cambial sobre empréstimos entre empresas do grupo, que historicamente eram reportados no patrimônio líquido e foram reclassificados para o resultado no 4º trimestre de 2017, quando do reembolso desses empréstimos.

Ajustado por esses ajustes fiscais não recorrentes, a alíquota efetiva de impostos foi de 12,8% em 2017.

## Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 47.982,8 milhões, comparado a R\$ 46.651,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Os principais motivos de variação nas contas do patrimônio líquido foram: (i) lucro do exercício R\$ 7.850,5 milhões; (ii) ganhos na conversão de operações no exterior no total de R\$ 1.952,3 milhões; e (iii) distribuição de dividendos e JCP de R\$ 8.913,7 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo e Passivo)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo e passivo) totalizou R\$ 49,9 milhões passivo, comparado a R\$ 61,6 milhões passivo em 31 de dezembro de 2016. A variação de R\$ 11,7 milhões está descrita nos quadros abaixo, que demonstram a composição do imposto diferido por origem da diferença temporária.

(em milhões de reais)	2017				
	Ativo	Passivo	Líquido		
Aplicações financeiras	39,0	-	39,0		
Ativo intangível	-	(719,5)	(719,5)		
Benefícios a empregados	631,1	-	631,1		
Contas a pagar – variação cambial	1.382,4	(314,2)	1.068,2		
Contas a receber	52,3	-	52,3		
Derivativos	6,8	(5,8)	1,0		
Empréstimos e financiamentos	-	-	-		
Estoques	248,7	(18,1)	230,6		
Imobilizado	-	(920,5)	(920,5)		
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos	-	(788,6)	(788,6)		
Investimentos	-	(421,6)	(421,6)		
Prejuízos fiscais a utilizar	501,0	-	501,0		
Provisões	347,3	(39,7)	307,6		
Outros itens	-	(30,5)	(30,5)		
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.208,6	(3.258,5)	(49,9)		
Compensação	(929,3)	929,3	-		
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.279,3	(2.329,2)	(49,9)		
(em milhões de reais)	Ativo	2016 Passivo	Líquido		
Aplicações financeiras	9,0	1 455170	9,0		
Ativo intangível	0,7	(733,9)	(733,2)		
Benefícios a empregados	467,6	(755,7)	467,6		
Contas a pagar – variação cambial	977,4	(531,3)	446,1		
Contas a receber	42,7	(551,5)	42,7		
Derivativos	71,1	(110,7)	(39,6)		
Empréstimos e financiamentos	-	-	-		
Estoques	267,4	(13,8)	253,6		
Imobilizado		(905,7)	(905,7)		
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos	_	(684,8)	(684,8)		
Investimentos	_	(421,6)	(421,6)		
Prejuízos fiscais a utilizar	1.139,9	-	1.139,9		
Provisões	448,9	(44,6)	404,3		
Outros itens	(15,1)	(24,7)	(39,8)		
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.409,6	(3.471,1)	(61,5)		
Compensação	(1.141,4)	1.141,4	-		
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.268,2	(2.329,7)	(61,5)		
(Passers) virantito antituo inquito	,	, ,	(- )-)		

PÁGINA: 170 de 430

Análise comparativa do Balanço Patrimor (em milhões de reais, exceto percentuais)	<u>nial - Em 31 o</u>	- Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 Em 31 de Dezembro de			
	2016	Análise Vartical	2015	Análise	Variação
Ativo	2016	Vertical	2015	Vertical	2016/2015
Caixa e equivalentes de caixa	7.876,8	9,4%	13.620,2	15,1%	-42,2%
Aplicações financeiras	282,8	0,3%	215,1	0,2%	31,5%
Instrumentos financeiros derivativos	196,6	0,2%	1.512,4	1,7%	-87,0%
Contas a receber Estoques	4.368,1 4.347,1	5,2% 5,2%	4.165,7 4.338,2	4,6% 4,8%	4,9% 0,2%
Impostos e contribuição social a recuperar	5.423,3	6,5%	3.194,9	3,5%	69,7%
Outros ativos	1.392,1	1,7%	1.268,0	1,4%	9,8%
Ativo circulante	23.886,8	28,5%	28.314,5	31,4%	-15,6%
Aplicações financeiras	104,3	0,1%	118,6	0,1%	-12,1%
Instrumentos financeiros derivativos	16,3	0,0%	51,4	0,1%	-68,3%
Impostos e contribuições a recuperar	347,7	0,4%	892,8	1,0%	-61,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.268,2	2,7%	2.749,9	3,0%	-17,5%
Outros ativos Benefícios a funcionários	1.973,6 33,5	2,4% 0,0%	2.140,2 8,6	2,4% 0,0%	-7,8% 289,5%
Investimentos	300,1	0,4%	714,9	0,8%	-58,0%
Imobilizado	19.153,8	22,8%	19.140,1	21,2%	0,1%
Ativo intangível	5.245,9	6,3%	5.092,2	5,6%	3,0%
Ágio	30.511,2	36,4%	30.953,1	34,3%	-1,4%
Ativo não circulante	59.954,6	71,5%	61.861,8	68,6%	-3,1%
Total do ativo	83.841,4	100,0%	90.176,3	100,0%	-7,0%
Passivo e patrimônio líquido					
Contas a pagar	10.868,8	29,2%	11.833,7	29,7%	-8,2%
Instrumentos financeiros derivativos	686,4	1,8%	4.673,0	11,7%	-85,3%
Empréstimos e financiamentos	3.630,6	9,8%	1.282,6	3,2%	183,1%
Conta garantida	-	-	2,5	0,0%	-100,0%
Salários e encargos	686,6	1,8%	915,6	2,3%	-25,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar Imposto de renda e contribuição social a	1.714,4	4,6%	598,6	1,5%	186,4%
recolher	904,2	2,4%	1.245,3	3,1%	-27,4%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.378,2	9,1%	3.096,8	7,8%	9,1%
Opção de venda concedida sobre participação					
em controlada e outros passivos	6.735,8	18,1%	6.370,7	16,0%	5,7%
Provisões	168,6	0,5%	123,1	0,3%	37,0%
Passivo circulante	28.773,6	77,4%	30.141,9	75,7%	-4,5%
Contas a pagar	237,8	0,6%	110,1	0,3%	116,0%
Instrumentos financeiros derivativos	27,0	0,1%	145,1	0,4%	-81,4%
Empréstimos e financiamentos Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.765,7 2.329,7	4,7% 6,3%	2.316,9 2.473,6	5,8%	-23,8%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	681,4	1,8%	910,0	6,2% 2,3%	-5,8% -25,1%
Opção de venda concedida sobre participação	001,1	1,0 %	710,0	2,5 %	23,170
em controlada e outros passivos	471,8	1,3%	1.023,6	2,6%	-53,9%
Provisões	765,4	2,1%	499,5	1,3%	53,2%
Benefícios a funcionários	2.137,7	5,7%	2.221,9	5,6%	-3,8%
Passivo não circulante	8.416,5	22,6%	9.700,7	24,3%	-13,2%
Total do passivo	37.190,1	100%	39.842,6	100%	6,7%
Patrimônio líquido	···			·	
Capital social	57.614,1	68,7%	57.614,1	63,9%	0,0%
Reservas Ajuste de avaliação patrimonial	64,230,0 (77.019,1)	76,6% -91,9%	62.574,8 (71.857,0)	69,4% -79,7%	2,6% 7,2%
Patrimônio líquido de controladores	<b>44.825,0</b>	53,3%	<b>48.331,9</b>	56,3%	-7,2%
Participação de não controladores	1.826,3	2,2%	2.001,8	2,2%	-8,8%
Total do patrimônio líquido	46.651,3	55,6%	50.333,7	55,8%	-7,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	83.841,4	100,0%	90.176,3	100,0%	-7,0%

PÁGINA: 171 de 430

#### **Ativo**

#### Caixa e equivalentes à caixa

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e equivalentes à caixa e aplicações financeiras de curto prazo totalizou R\$ 8.159,6 milhões, comparado a R\$ 13.835,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. A diminuição de R\$ 5.675,7 milhões, ou -41,0%, é resultado principalmente de (i) um desempenho operacional mais fraco; (ii)uma piora do capital de giro, como resultado principalmente da redução significativa no contas a pagar e demais contas a pagar; (iii) um aumento relevante de imposto de renda e contribuição social pagos em 2016; e (iv) por maiores valores em aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido.

#### Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de recebíveis totalizou R\$ 4.368,1 milhões, comparado a R\$ 4.165,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 202,4 milhões, ou 4,9%.

#### Estoques

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de estoques totalizou R\$ 4.347,1 milhões, comparado a R\$ 4.338,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento de R\$ 8,9 milhões, ou 0,2%, refere-se principalmente ao aumento de estoque de produtos acabados e matérias-primas em 2016, impulsionado pelo impacto da conversão de moedas de nossas operações no exterior:

(em milhões de reais)	2016	2015
Produtos acabados	1.445,5	1.572,5
Produtos em elaboração	328,5	304,7
Matérias-primas	1.962,7	1.857,4
Materiais de produção	50,0	50,6
Almoxarifado e outros	447,2	420,4
Adiantamentos	234,5	239,4
Provisão para perdas	(121,3)	(106,8)
	4.347,1	4.338,2

## Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de impostos e contribuições a recuperar, circulante e não circulante, totalizou R\$ 5.771,0 milhões, comparado a R\$ 4.087,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento se deu principalmente pelo acúmulo de créditos oriundos do exterior a serem compensados em anos subsequentes.

### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de imobilizado totalizou R\$ 19.153,8 milhões, comparado com R\$ 19.140,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. A movimentação, que resultou em um aumento líquido de R\$ 13,7 milhões, ou 0,1%, está demonstrada no quadro abaixo:

PÁGINA: 172 de 430

(em milhões de reais)	es de reais)			2016		
Custo de aquisição	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Saldo inicial	7.718,3	22.369,6	4.465,1	2.132,6	36.685,6	30.377,7
Efeito de variação cambial	(474,7)	(1.528,0)	(427,4)	(222,6)	(2.652,7)	2.059,1
Aquisições por meio de combinações de negócios	283,4	360,4	56,0	0,6	700,4	123,5
Venda por meio de combinações de negócios	-	-	-	-	-	(145,9)
Aquisição por meio de troca de ações	221,2	185,0	-	27,7	433,9	-
Baixa por meio de troca de ações	(121,0)	(344,3)	(101,3)	(4,8)	(571,4)	-
Aquisições	8,4	819,4	276,0	2.905,5	4.009,3	5.291,1
Alienações	(106,0)	(693,1)	(210,3)	(3,3)	(1.012,7)	(833,1)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	800,6	1.595,3	526,1	(3.095,0)	(173,0)	(186,7)
Outros		-	-	-		(0,1)
Saldo final	8.330,2	22.764,3	4.584,2	1.740,7	37.419,4	36.685,6
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(2.244,0)	(12.562,6)	(2.738,9)	-	(17.545,5)	(14.637,6)
Efeito de variação cambial	95,6	804,8	236,7	-	1.137,1	(1.066,7)
Venda por meio de combinações de negócios	-	-	-	-	-	91,6
Baixa por meio de troca de ações	52,8	241,7	51,4	-	345,9	-
Depreciação	(277,8)	(2.117,6)	(688,4)	-	(3.083,8)	(2.717,7)
Perda por redução ao valor de recuperação	(0,1)	(120,7)	(0,1)	-	(120,9)	(110,7)
Alienações	95,3	646,0	187,5	-	928,8	762,5
Transferências de (para) outras categorias de ativos	-	21,7	39,7	-	61,4	117,5
Outros		11,4	-	-	11,4	15,6
Saldo final	(2.278,2)	(13.075,3)	(2.912,1)	-	(18.265,6)	(17.545,5)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2015	5.474,3	9.807,0	1.726,2	2.132,6	19.140,1	19.140,1
31 de dezembro de 2016	6.052,0	9.689,0	1.672,1	1.740,7	19.153,8	

## Ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de ativo intangível totalizou R\$ 5.245,9 milhões, comparado a R\$ 5.092,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento líquido de R\$ 153,7 milhões, ou 3,0%, é resultado principalmente do impacto de conversão de moedas e de aquisições de novas marcas.

## Ágio

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de ágio totalizou R\$ 30.511,2 milhões, comparado com R\$ 30.953,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. A movimentação que resultou em uma queda líquida de R\$ 441,9milhões está demonstrada no quadro abaixo:

PÁGINA: 173 de 430

	2016	2015	
Saldo inicial	30.953,1	27.502,9	
Efeito da variação cambial	(2.388,9)	2.858,6	
Aquisição de subsidiárias	1.947,0	591,6	
Saldo final	30.511,2	30.953,1	

#### **Passivo**

## Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a pagar totalizou R\$ 10.868,8 milhões, comparado a R\$ 11.833,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma diminuição de R\$ 964,9 milhões.

#### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes totalizaram R\$ 5.396,3milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado com R\$ 3.599,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 1.796,8 milhões, ou 49,9%, no endividamento bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 904,2 milhões, comparado a R\$ 1.245,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. A queda de R\$ 341,1 milhões, ou -27,4%, refere-se principalmente à menor alíquota efetiva de impostos, que em 2016 foi de 2,4%, comparada a uma alíquota efetiva de 22,0% em 2015.

Os principais eventos ocorridos no período e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis e despesas não dedutíveis: referem-se a receitas e despesas não tributáveis/dedutíveis em subsidiárias, cuja variação observada ocorre principalmente em decorrência do efeito de variação cambial.
- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: a Companhia possui incentivos fiscais estaduais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Tais subvenções para investimento decorrente de créditos diferidos e presumidos de ICMS são dedutíveis para fins de imposto de renda.
- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: a redução da despesa de imposto relacionada à apuração de lucros no exterior reflete o melhor gerenciamento da estrutura de capital do grupo.
- Resultado de transações intragrupo tributáveis/dedutíveis somente no Brasil: refere-se à variação cambial e juros gerados por operações entre companhias do grupo baseadas em diferentes jurisdições que são dedutíveis somente no Brasil. A variação observada ocorre principalmente em decorrência do efeito de variação cambial.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("<u>JCP</u>"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("<u>TJLP</u>"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda nos termos da legislação aplicável, cujo montante aproximado distribuído no ano é de R\$5,4 bilhões.
- Imposto retido na fonte sobre dividendos: variação explicada pela reversão de provisão relacionada ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias argentinas devido à mudança na legislação que isenta de imposto retido na fonte o pagamento de dividendos, cujo montante aproximado perfaz R\$ 300 milhões, em oposição à constituição de provisão e efeito de variação cambial no montante aproximado de R\$ 672 milhões no mesmo período anterior.

PÁGINA: 174 de 430

- Reconhecimento de ativo diferido sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores: o efeito verificado nessa rubrica é explicado principalmente pelo reconhecimento de ativo diferido sobre prejuízos fiscais auferidos em subsidiárias no exterior em períodos anteriores, os quais passaram a ser considerados recuperáveis em virtude da expectativa de geração de lucros (Parágrafo 19 do IAS 12) e de um melhor gerenciamento da estrutura de capital do grupo.

#### Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 46.651,3 milhões, comparado a R\$ 50.333,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Os principais motivos de variação nas contas do patrimônio líquido foram: (i) lucro do exercício R\$ 13.083,4 milhões; (ii) ganhos na conversão de operações no exterior no total de R\$ 4.127,7 milhões; e (iii) distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 11.500,6 milhões.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo e Passivo)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo e passivo), totalizou R\$ 61,5 milhões passivo, comparado a R\$ 276,3 milhões ativo em 31 de dezembro de 2015. A variação de R\$ 337,8 milhões está descrita nos quadros abaixo que demonstram a composição do imposto diferido por origem da diferença temporária.

(em milhões de reais)	2016				
	Ativo	Passivo	Líquido		
Aplicações financeiras	9,0	-	9,0		
Ativo intangível	0,7	(733,9)	(733,2)		
Benefícios a empregados	467,6	-	467,6		
Contas a pagar – variação cambial	977,4	(531,3)	446,1		
Contas a receber	42,7	-	42,7		
Derivativos	71,1	(110,7)	(39,6)		
Empréstimos e financiamentos	-	(1,4)	(1,4)		
Estoques	267,4	(13,8)	253,6		
Imobilizado	-	(905,7)	(905,7)		
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos	-	(684,8)	(684,4)		
Investimentos	-	(421,6)	(421,6)		
Prejuízos fiscais a utilizar	1.139,9	-	1.139,9		
Provisões	448,9	(44,6)	404,3		
Outros itens	(15,1)	(23,3)	(38,4)		
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.409,6	(3.471,1)	(61,5)		
Compensação	(1.141,4)	1.141,4	-		
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.268,2	(2.329,7)	(61,5)		

(em milhões de reais)	2015			
	Ativo	Passivo	Líquido	
Aplicações financeiras	9,1	-	9,1	
Ativo intangível	5,8	(774,6)	(768,8)	
Benefícios a empregados	570,3	-	570,3	
Contas a pagar – variação cambial	2.138,4	(357,1)	1.781,3	
Contas a receber	38,5	-	38,5	
Derivativos	59,3	(131,7)	(72,4)	
Empréstimos e financiamentos	-	(0,7)	(0,7)	
Estoques	223,5	(66,4)	157,0	
Imobilizado	-	(737,3)	(737,3)	
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos	-	(1.027,6)	(1.027,6)	
Investimentos	-	-	-	
Prejuízos fiscais a utilizar	308,4	-	308,4	
Provisões	251,2	(32,0)	219,3	
Outros itens	-	(200,6)	(200,6)	
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.604,4	(3.328,1)	276,3	
Compensação	(854,6)	854,6	-	
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.749,9	(2.473,5)	276,3	

PÁGINA: 175 de 430

## <u>Análise comparativa dos Resultados Operacionais - Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016</u>

Os resultados consolidados da Companhia são apresentados a seguir:

#### Destaques das Informações Financeiras Consolidadas

(em milhões de reais, exceto montantes relativos a volume, percentuais e valores por ação \*)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
		Análise		Análise	Variação
	2017	Vertical	2016	Vertical	2017/2016
Receita líquida	47.899,3	100,0%	45.602,6	100,0%	5,0%
Custo dos produtos vendidos	(18.041,8)	-37,7%	(16.678,0)	-36,6%	8,2%
Lucro bruto	29.857,5	62,3%	28.924,6	63,4%	3,2%
Despesas logísticas	(6.295,5)	-13,1%	(6.085,5)	-13,3%	3,5%
Despesas comerciais	(5.620,0)	-11,7%	(5.925,0)	-13,0%	-5,1%
Despesas administrativas	(2.623,8)	-5,5%	(2.166,1)	-4,7%	21,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.217,3	2,5%	1.223,1	2,7%	-0,5%
Itens não recorrentes	(108,7)	-0,2%	1.134,3	2,5%	-109,6%
Lucro operacional	16.426,8	34,3%	17.105,4	37,5%	-4,0%
Despesas financeiras	(4.268,3)	-8,9%	(4.597,9)	-10,1%	-7,2%
Receitas financeiras	774,4	1,6%	895,9	2,0%	-13,6%
Resultado financeiro líquido	(3.493,9)	-7,3%	(3.702,0)	-8,1%	-5,6%
Participação nos resultados de empreendimentos					
controlados em conjunto	(3,1)	0,0%	(5,0)	0.0%	-38,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.929,8	27,0%	13.398,4	29,4%	-3,5%
Imposto de renda e contribuição social	(5.079,3)	-10,6%	(315,0)	-0,7%	1.512,5%
Lucro líquido do período	7.850,5	16,4%	13.083,4	28,7%	-40,0%
Participação dos controladores	7.332,0	•	12.546,6	•	
Participação dos não controladores	518,5		536,8		

<sup>\*</sup> Discrepância nas somas dos valores deve-se ao arredondamento.

## Destaques das Informações Financeiras por Segmento de Negócio

A tabela abaixo contém alguns destaques das informações financeiras por segmento de negócio referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

•		2017					2016			
!	Brasil	CAC <sup>(1)</sup>	$LAS^{(2)}$	Canadá	Total	Brasil	CAC <sup>(1)</sup>	$LAS^{(2)}$	Canadá	Total
Receita Líquida	26.353,0	4.733,0	10.769,7	6.043,5	47.899,3	24.954,6	3.973,2	10.212,9	6.461,9	45.602,6
Custo dos produtos vendidos	-9.889,5	-2.045,6	-4.122,6	-1.984,2	-18.041,8	-9.071,8	-1.798,6	-3.685,4	-2.122,2	-16.678,0
Lucro bruto	16.463,6	2.687,4	6.647,2	4.059,4	29.857,5	15.882,8	2.174,6	6.527,5	4.339,7	28.924,6
Despesas administrativas, vendas e marketing	-8.473,4	-1.330,0	-2.483,7	-2.252,2	-14.539,3	-8.084,5	-1.038,4	-2.697,5	-2.356,4	-14.176,6
Outras receitas (despesas) operacionais	1.092,7	77,8	41,2	5,6	1.217,3	1.274,1	9,6	-39,0	-21,6	1.223,1
Itens não recorrentes	-33,0	-23,1	-41,3	-11,3	-108,7	1.196,7	-13,5	-41,5	-7,4	1.134,3
Resultado Operacional	9.049,9	1.412,1	4.163,3	1.801,5	16.426,8	10.269,1	1.132,4	3.749,6	1.954,3	17.105,4

<sup>(1)</sup> Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

PÁGINA: 176 de 430

<sup>(2)</sup> Inclui as operações de Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chilee, antes de 31 de dezembro de 2016, Colômbia, Equador e Peru.

#### Receita líquida

Para maiores informações sobre a receita líquida das vendas, veja seção 10.2 (b).

#### Custo dos produtos vendidos

O custo total das vendas aumentou 8,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando para R\$ 18.041,8 milhões, comparado a R\$ 16.678,0milhões no mesmo período de 2016. Como percentual de receita líquida da Companhia, o custo total das vendas aumentou para 37,7% em 2017, em relação a 36,6% em 2016.

#### Custo dos produtos vendidos por hectolitro

_	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2017	2016	Variação %		
	(Em reais, e	xceto percentuais)			
América Latina Norte	100,6	93,2	7,9%		
Brasil	93,0	84,8	9,6%		
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	98,4	92,1	6,8%		
NAB <sup>(2)</sup>	76,3	63,5	20,3%		
$CAC^{(3)}$	166,7	186,0	-10,4%		
América Latina Sul	121,0	111,9	8,2%		
Canadá	195,8	207,0	-5,4%		
Companhia Consolidado	110,8	104,4	6,2%		

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

Operações na América Latina Norte

## Operações Brasileiras

O custo total das vendas das operações brasileiras da Companhia aumentou 9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando para R\$ 9.889,5milhões em relação aos R\$ 9.071,8 milhões no mesmo período de 2016. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos das operações brasileiras da Companhia aumentou 9,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando para R\$ 93,0/hl em relação a R\$ 84,8/hl no mesmo período de 2016.

#### Operação de Cervejas no Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja e "near beer" no Brasil cresceu 7,6%, chegando a R\$ 7.895,1 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017. O custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentouum aumento de 16,3%. O principal fator que contribuiu para esse aumento foi o incremento do custo das nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americano na primeira metade do ano, parcialmente compensado pelo *mix* de produtos, economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

Operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("NAB") no Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas no Brasil aumentou 15,2%, chegando a R\$ 1.994,4milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 20,3% totalizando R\$ 76,3/hl, impactado negativamente pelo custo das nossas matérias primas indexadas pelo dólar americano e por preços de *commodities* mais altos, especialmente açúcar, bem como por maiores despesas com depreciação industrial, parcialmente compensados por economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

#### Operação na América Central e Caribe

O custo dos produtos vendidos nas operações da CAC aumentou 13,7% em 2017, chegando a R\$ 2.045,6milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro diminuiu 10,4% em termos reportados, mas aumentou 3,7% em termos orgânicos, desconsiderando efeitos de variação de moeda na conversão para reais.

PÁGINA: 177 de 430

O aumento do custo por hectolitro em moeda local é explicado por um maior *mix* de marcas premium e inflação de nossas matérias-primas, parcialmente compensados por ganhos de produtividades em função da alavancagem operacional.

Operações na América Latina Sul ("LAS")

A LAS acumulou custo dos produtos vendidos de R\$ 4.122,6milhões em 2017, representando um aumento de 11,9% em comparação com 2016. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos apresentou um aumento de 8,2% em termos reportados, mas um aumento de 28,8% em termos orgânicos, desconsiderando efeitos de variação de moeda na conversão para reais. Os principais fatores que explicam esse aumento são o impacto negativo de nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americanoe a inflação geral na Argentina.

#### Operações no Canadá

O custo dos produtos vendidos de nossas operações no Canadáapresentou uma redução de 6,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$ 1.984,2 milhões em comparação aos R\$ 2.122,1milhões no mesmo período do ano anterior. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos apresentou uma diminuição de 5,4% em termos reportados, mas um aumento de 1,4% em termos orgânicos, desconsiderando efeitos de variação de moeda na conversão para reais. O principal fator que explica esse crescimento é a inflação de nossas matérias-primas, sendo esta parcialmente compensada por economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 3,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando para R\$ 29.857,5 milhões, comparado a R\$ 28.924,6milhões no mesmo período de 2016. A tabela abaixo mostra a contribuição de cada unidade de negócio para o lucro bruto consolidado da Companhia.

			Lucro Bruto							
		2017			2016					
		(Em mi	lhões de reais,	exceto percen	tuais)					
	Valor	% Contrib.	Margem	Valor	% Contrib.	Margem				
América Latina Norte	19.151,0	64,1%	61,6%	18.057,4	62,4%	62,4%				
Brasil	16.463,6	55,1%	62,5%	15.882,8	54,9%	63,6%				
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	14.614,3	48,9%	64,9%	13.833,2	47,8%	65,3%				
NAB <sup>(2)</sup>	1.849,3	6,2%	48,1%	2.049,6	7,0%	54,2%				
$CAC^{(3)}$	2.687,4	9,0%	56,8%	2.174,6	7,5%	54,7%				
América Latina Sul	6.647,2	22,3%	61,7%	6.527,5	22,5%	63,9%				
Canadá	4.059,4	13,6%	67,2%	4.339,7	15,0%	67,2%				
Companhia Consolidado	29.857,5	100,0%	62,3%	28.924,6	100,0%	63,4%				

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

#### Despesas Administrativas, de Distribuição e com Vendas e Marketing

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing da Companhia totalizaram R\$ 14.539,3milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 2,6% comparado ao mesmo período de 2016. A análise das despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing em cada uma das unidades de negócio encontra-se abaixo.

Operações na América Latina Norte

#### Operações Brasileiras

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing, no Brasil, totalizaram R\$ 8.473,4milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 4,8% comparado ao mesmo período de 2016.

Operação de Cervejas no Brasil

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing totalizaram R\$ 7.390,9milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 4,2% comparado ao mesmo período de 2016, principalmente explicado por maiores despesas administrativas, impactadas pela provisão relativa à remuneração variável, e maiores despesas logísticas, impulsionadas pelo crescimento do volume de vendas e pela inflação geral, parcialmente compensadas por ganhos de eficiência em despesas com vendas e marketing.

Operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadasno Brasil

As despesas administrativas, com vendas e marketing relativas ao segmento de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas totalizaram R\$ 1.082,5milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 9,5% comparado ao mesmo período de 2016, explicado em sua maior parte por maiores despesas com vendas e *marketing*.

#### Operação na América Central e Caribe

As despesas administrativas, com vendas e marketing referentes às operações da Companhia na CAC totalizaram R\$ 1.330,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 28,1% comparado ao mesmo período de 2016, principalmente em decorrência do impacto da conversão de moedas e de maiores despesas com distribuição. Em termos orgânicos, desconsiderando os efeitos de variação cambial, nossas despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing caíram 0,9%, por conta de uma diminuição em despesas com vendas e *marketing* e gastos administrativos na região, à medida que nos beneficiamos de oportunidades de sinergia, principalmente no Panamá.

#### Operações na América Latina Sul

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing totalizaram R\$ 2.483,7milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, uma queda de 7,9%, se comparado ao mesmo período de 2016, uma vez que o aumento dos custos logísticos e administrativos impulsionados, sobretudo, pela alta inflação na Argentina, foi mais do que compensados pelo impacto da conversão de moedas. Em termos orgânicos, desconsiderando os efeitos de variação cambial, nossas despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing cresceram 16,6%, impactadas, principalmente, por pressões inflacionárias na Argentina.

#### Operaçõesno Canadá

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing de nossaoperação no Canadátotalizaram R\$ 2.252,2milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 4,4% em comparação a 2016, como resultado de um efeito positivo da conversão de moedas. Em termos orgânicos, desconsiderando os efeitos de variação cambial, nossas despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing cresceram 2,3%, explicado por maiores despesas logísticas e administrativas, parcialmente compensadas por ganhos de eficiência em iniciativas de vendas e *marketing*.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referentes ao exercício de 2017 representou um ganho de R\$ 1.217,3milhões, comparado ao ganho de R\$ 1.223,0milhões registrado em 2016. A diminuição de 0,5% é explicada principalmente por uma redução de subvenções governamentais relacionadas a incentivos fiscais de longo prazo de ICMS.

#### Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$ 108,7 milhões em 2017, comparada a uma receita de R\$ 1.134,3 milhões registrada em 2016, resultado, em grande parte, do ganho com a permuta de participações societárias por meio da qual a Companhia transferiu suas operações na Colômbia, Peru e Equador para a Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. que, por sua vez, transferiu a operação no Panamá para a Companhia.

PÁGINA: 179 de 430

#### Resultado Operacional

O resultado operacional diminuiu em 4%no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, alcançando R\$ 16.426,8 milhões em relação aos R\$ 17.105,4milhões no mesmo período de 2016, em decorrência, principalmente, de maiores despesas administrativas e uma receita proveniente de itens não recorrentes em 2016 sem o correspondente benefício em 2017.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi uma despesa de R\$ 3.493,9milhões, comparado a uma despesa de R\$ 3.702,0 milhões em 2016. A redução de 5,6% ainda inclui o impacto de duas despesas financeiras não recorrentes no total de R\$ 976,8 milhões, sendo (i) uma despesa de R\$ 835,7 milhões referente a perdas com variação cambial sobre empréstimos entre empresas do grupo, que historicamente estavam reportadas no patrimônio líquido e foram reclassificadas para o resultado do exercício quando da liquidação desses empréstimos; e (ii) uma despesa de R\$ 141,0 milhões paga como resultado da adesão ao PERT 2017. Excluindo tais despesas financeiras não recorrentes, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 2.517,1 milhões no ano, o que representa uma redução de 32,0% comparada ao resultado de 2016, impulsionado, principalmente, por despesas com juros, que incluem a opção de venda de nosso investimento na República Dominicana (cerca de R\$ 600 milhões em 2017) e perdas com instrumentos derivativos.

O endividamento total da Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 diminuiuR\$ 2.843,3 milhões em comparação a 2016, enquanto seu montante de caixa e equivalentes de caixa, líquido da conta garantida e aplicações financeiras correntes,aumentou R\$ 2.205,0 milhões.

#### Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 2017 totalizaram R\$ 5.079,3milhões, em comparação com R\$ 315,0 milhões registrados em 2016. A alíquota efetiva foi de 39,3%, contra a alíquota do ano anterior de 2,4%, já que não só enfrentamos uma difícil comparação com 2016, mas também fomos impactados por dois ajustes tributários não recorrentes, sendo o principal, deles de R\$ 2.784,7 milhões, relacionado ao PERT 2017, e outro, sem efeito caixa, de aproximadamente R\$ 510 milhões, relacionado aos efeitos fiscais da variação cambial sobre empréstimos entre empresas do grupo, que historicamente estavam reportadas no patrimônio líquido e foram reclassificadas para o resultado do exercício, quando da liquidação desses empréstimos. Acertada por esses dois ajustes fiscais não recorrentes, a alíquota efetiva de impostos foi de 12,8% no ano.

### Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 7.850,5milhões, representandouma queda de 40,0%, secomparado aos R\$ 13.083,4milhões em 2016, enquanto ajustado pelos itens não recorrentes, o lucro líquido aumentou 2,1% em 2017 para R\$ 12.199,7 milhões.

## Análise comparativa dos Resultados Operacionais - Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Os resultados consolidados da Companhia são apresentados a seguir:

## Destaques das Informações Financeiras Consolidadas

(em milhões de reais, exceto montantes relativos a volume, percentuais e valores por ação \*)

	E	xercícios ence	errados em 31	de dezembro	de
	2016	Análise Vertical	2015	Análise Vertical	Variação 2016/2015
Receita líquida	45.602,6	100%	46.720,2	100%	-2,4%
Custo dos produtos vendidos	(16.678,0)	-36,6%	(16.061,4)	-34,4%	3,8%
Lucro bruto	28,924,6	63,4%	30.658,8	65,6%	-5,7%
Despesas logísticas	(6.085,5)	-13,3%	(5.833,2)	-12,5%	4,3%

PÁGINA: 180 de 430

Despesas comerciais	(5.925,0)	-13,0%	(5.344,7)	-11,4%	10,9%
Despesas administrativas	(2.166,1)	-4,7%	(2.281,3)	-4,9%	-5,0%
Outras receitas (despesas) operacionais,					-36,8%
líquidas	1.223,1	2,7%	1.936,1	4,1%	
Itens não recorrentes	1.134,3	2,5%	(357,2)	-0,8%	-417,6%
Lucro operacional	17.105,4	37,5%	18.778,5	40,2%	-8,9%
Despesas financeiras	(4.597,9)	-10,1%	(3.562,4)	-7,6%	29,1%
Receitas financeiras	895,9	2,0%	1.294,2	2,8%	-30,8%
Resultado financeiro, líquido	(3.702,0)	-8,1%	(2.268,2)	-4,9%	63,2%
Participação nos resultados de controladas e					
coligadas	(5,0)	0,0%	3,1	0,0%	-261,3%
Lucro antes do imposto de renda e					
contribuição social	13.398,4	29,4%	16.513,4	35,3%	-18,9%
Imposto de renda e contribuição social	(315,0)	-0,7%	(3.634,2)	-7,8%	-91,3%
Lucro líquido do período	13.083,4	28,7%	12.879,2	27,6%	1,6%
Participação dos controladores	12.546,6		12.423,8		
Participação dos não controladores	536,8		455,4		

<sup>\*</sup> Discrepância nas somas dos valores deve-se ao arredondamento.

#### Destaques das Informações Financeiras por Segmento de Negócio

A tabela abaixo contém alguns destaques das informações financeiras por segmento de negócio referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

		2016				2015				
	Brasil	CAC <sup>(1)</sup>	LAS <sup>(2)</sup>	Canadá	Total	Brasil	CAC <sup>(1)</sup>	$LAS^{(2)}$	Canadá	Total
Receita Líquida	24.954,6	3.973,2	10.212,9	6.461,9	45.602,6	26.326,1	3.328,8	11.255,6	5.809,7	46.720,2
Custo dos produtos vendidos	(9.071,8)	(1.798,6)	(3.685,4)	(2.122,2)	(16.678,0)	(8.358,3)	(1.563,0)	(4.306,8)	(1.833,3)	(16.061,4)
Lucro bruto	15.882,8	2.174,6	6.527,5	4.339,7	28.924,6	17.967,8	1.765,8	6.948,8	3.976,4	30.658,8
Despesas administrativas, vendas e marketing	(8.084,5)	(1.038,3)	(2.697,4)	(2.356,4)	(14.176,6)	(7.667,5)	(905,9)	(2.770,4)	(2.115,4)	(13.459,2)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.274,1	9,6	(39,0)	(21,6)	1.223,1	1.871,6	(0,1)	60,4	4,2	1.936,1
Itens não recorrentes	1.196,7	(13,5)	(41,5)	(7,4)	1.134,3	(265,5)	(8,4)	(39,9)	(43,4)	(357,2)
Resultado Operacional	10.269,1	1.132,4	3.749,6	1.954,3	17.105,4	11.906,4	851,4	4.198,9	1.821,8	18.778,5

<sup>(1)</sup> Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

## Receita líquida

Para maiores informações sobre a receita líquida das vendas, veja seção 10.2 (b).

#### Custo dos produtos vendidos

O custo total das vendas aumentou 3,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando para R\$ 16.678,0 milhões, comparado a R\$ 16.061,4milhões no mesmo período de 2015. Como percentual de receita líquida da Companhia, o custo total das vendas aumentou para 36,6% em 2016, em relação a 34,4% em 2015.

PÁGINA: 181 de 430

<sup>(2)</sup> Inclui as operações de Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chilee, antes de 31 de dezembro de 2016, Colômbia, Equador e Peru.

#### Custo dos produtos vendidos por hectolitro

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2016	2015	Variação %	
	(Em reais, e.	xceto percentuais)		
América Latina Norte	93,2	80,4	16,0%	
Brasil	84,8	73,1	16,0%	
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	92,1	79,2	16,3%	
$NAB^{2)}$	63,5	55,2	15,1%	
CAC <sup>(3)</sup>	186,0	171,6	8,4%	
América Latina Sul	111,9	119,9	-6,7%	
Canadá	207,0	189,0	9,5%	
Companhia Consolidado	104,4	95,0	9,9%	

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

Operações na América Latina Norte

#### Operações Brasileiras

O custo total das vendas das operações brasileiras da Companhia aumentou 8,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando para R\$ 9.071,8milhões em relação aos R\$ 8.358,3 milhões no mesmo período de 2015. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos das operações brasileiras da Companhia aumentou 16,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando para R\$ 84,8/hl em relação a R\$ 73,1/hl no mesmo período de 2015.

#### Operação de Cervejas no Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja e "near beer" no Brasil cresceu 8,6%, chegando a R\$ 7.339,9 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2016. O custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentouum aumento de 16,3%. Os principais fatores que contribuíram para este aumento foram impactos desfavoráveis de hedges de moeda, maior depreciação industrial, aumento de peso dos produtos premium, todos os quais parcialmente compensados por economias em suprimentos, ganhos de produtividade, aumento de peso das garrafas de vidro retornáveis, além do benefício de nossos hedges de commodity.

Operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadasno Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas no Brasil aumentou 8,2%, chegando a R\$ 1.731,9milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 15,1% totalizando R\$ 63,5/hl, impulsionado por impactos desfavoráveis de nossos *hedges* de moeda, maior depreciação industrial, parcialmente compensados pelo benefício de nossos *hedges* de *commodities* junto com economia em suprimentos e ganhos de produtividade.

## Operação na América Central e Caribe

O custo dos produtos vendidos nas operações da CAC aumentou 15,1% em 2016, chegando a R\$ 1.798,6milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 8,4% em termos reportados, mas 3,3% em termos orgânicos, desconsiderando efeitos de variação de moeda na conversão para reais. O aumento do custo por hectolitro em moeda local é explicado pela inflação de certas matérias primas e de custos de embalagens.

#### Operações na América Latina Sul

A LAS acumulou custo dos produtos vendidos de R\$ 3.685,4milhões em 2016, representando uma diminuição de 14,4% em comparação com 2015. Por hectolitro, o custo dos produtos vendidos apresentou uma diminuição de 6,7% em termos reportados, mas um aumento de 13,4% em termos orgânicos, desconsiderando efeitos de variação de moeda na conversão para reais. Os principais efeitos que explicam esse aumento são os impactos desfavoráveis de transações em moeda estrangeira e a inflação geral na

PÁGINA: 182 de 430

Argentina, todos os quais parcialmente compensados pelo benefício de nossos *hedges* de moeda e de *commodities*.

#### Operações no Canadá

O custo dos produtos vendidos de nossas operações no Canadáapresentou um aumento de 15,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$ 2.122,2 milhões em comparação aos R\$ 1.833,3milhões no mesmo período do ano anterior. Por hectolitro, o aumento foi de 9,5%, explicado principalmente pelo efeito da conversão para reais, em função da apreciação da taxa média do dólar canadense, pelo incremento dos custos de produção e distribuição de nossas recentes aquisições nas categorias de cervejas artesanais, *ready-to-drink* e cidras, e por impactos desfavoráveis de transações em moeda estrangeira, parcialmente compensados por *hedges* de moeda e de *commodities*.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto diminuiu 5,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando para R\$ 28.924,6 milhões, comparado a R\$ 30.658,8 milhões no mesmo período de 2015. A tabela abaixo mostra a contribuição de cada unidade de negócio para o lucro bruto consolidado da Companhia.

<u>.</u>			Lucro B	ruto		
		2016			2015	
		(Em mi	lhões de reais, d	exceto percen	tuais)	
	Valor	% Contrib.	Margem	Valor	% Contrib.	Margem
América Latina Norte	18.057,4	62,4%	62,4%	19.733,6	64,4%	66,5%
Brasil	15.882,8	54,9%	63,6%	17.967,8	58,6%	68,3%
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	13.833,2	47,8%	65,3%	15.683,7	51,2%	69,9%
NAB <sup>(2)</sup>	2.049,6	7,1%	54,2%	2.284,1	7,5%	58,8%
$CAC^{(3)}$	2.174,6	7,5%	54,7%	1.765,8	5,8%	53,0%
América Latina Sul	6.527,5	22,6%	63,9%	6.948,8	22,7%	61,7%
Canadá	4.339,7	15,0%	67,2%	3.976,4	13,0%	68,4%
Companhia Consolidado	28.924,6	100,0%	63,4%	30.658,8	100,0%	65,6%

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

## Despesas Administrativas, com Vendas e Marketing

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing da Companhia totalizaram R\$ 14.176,6milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 5,3% comparado ao mesmo período de 2015. A análise das despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing em cada uma das unidades de negócio encontra-se abaixo.

Operações na América Latina Norte

#### Operações Brasileiras

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing, no Brasil, totalizaram R\$ 8.084,5milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 5,4% comparado ao mesmo período de 2015.

#### Operação de Cervejas no Brasil

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing totalizaram R\$ 7.095,9milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 4,6% comparado ao mesmo período de 2015, principalmente explicado por (i) maiores despesas com vendas e marketing, uma vez que continuamos a investir em nossas marcas, (ii) um crescimento de custos logísticos, impulsionado principalmente por inflação e maior peso das garrafas de vidro retornáveis, especialmente em supermercados, e (iii) maior despesa com depreciação, todos os quais parcialmente compensados por redução das despesas administrativas, devido a ganhos de eficiência.

Operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas no Brasil

PÁGINA: 183 de 430

As despesas administrativas, com vendas e marketing relativas ao segmento de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas totalizaram R\$ 988,6milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 12,2%, se comparado ao mesmo período de 2015, devido principalmente a maiores despesas administrativas e de distribuição, explicado em sua maior parte por uma revisão na alocação de custos logísticos e administrativos para melhor refletir as operações de NAB em nosso negócio no Brasil.

#### Operação na América Central e Caribe

As despesas administrativas, com vendas e marketing referentes às operações da Companhia na CAC totalizaram R\$ 1.038,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 14,6% comparado ao mesmo período de 2015, principalmente em decorrência do impacto da conversão de moedas, maiores despesas com distribuição, vendas e marketing, em função do forte crescimento de volume na região, e maior depreciação de moedas. Em termos orgânicos, desconsiderando os efeitos de variação cambial, nossas despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing cresceram 9,5%.

### Operações na América Latina Sul

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing totalizaram R\$ 2.697,4milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma queda de 2,6% comparado ao mesmo período de 2015, uma vez que o aumento dos custos de transporte e mão de obra impulsionados, sobretudo, pela alta inflação na Argentina, foi mais do que compensado pelo impacto da conversão de moedas. Em termos orgânicos, desconsiderando os efeitos de variação cambial, nossas despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing cresceram 27,3%.

### Operaçõesno Canadá

As despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing de nossaoperação no Canadátotalizaram R\$ 2.356,4milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, um au mento de 11,4% em comparação a 2015, como resultado de um efeito negativo da conversão de moedas. Em termos orgânicos, desconsiderando os efeitos de variação cambial, nossas despesas administrativas, de distribuição e com vendas e marketing cresceram 0,6%.

#### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício de 2016 representou um ganho de R\$ 1.223,1milhões, comparado ao ganho de R\$ 1.936,1milhões registrado em 2015. A diminuição de 36,8% é explicada principalmente por (i) uma redução de subvenções governamentais relacionadas a incentivos fiscais de longo prazo de ICMS como consequência da queda de volume e receitas, além de mudanças no *mix* geográfico de nossas receitas, uma vez que temos diferentes plantas pelo Brasil com diferentes programas de incentivos fiscais, e (ii) um aumento em outras receitas operacionais em 2015 sem o correspondente benefício em 2016.

#### Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma receita de R\$ 1.134,3 milhões em 2016, comparada a uma despesa de R\$ 357,2 milhões registrada em 2015. Essa variação é principalmente explicada por um ganho sem efeito caixa com a troca de ações por meio da qual a Companhia transferiu suas operações na Colômbia, Peru e Equador para a ABI que, por sua vez, transferiu a operação no Panamá para a Companhia.

## Resultado Operacional

O resultado operacional diminuiu em 8,9%no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, alcançando R\$ 17.105,4 milhões em relação aos R\$ 18.778,5milhões no mesmo período de 2015, em decorrência, principalmente, do menor lucro bruto, junto com maiores despesas comerciais e menores receitas operacionais relacionadas em sua maior parte a incentivos fiscais de longo prazo de ICMS, todos os quais parcialmente compensados por menores despesas administrativas e uma receita proveniente de itens não recorrentes.

PÁGINA: 184 de 430

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi uma despesa de R\$ 3.702,0milhões, comparado a uma despesa de R\$ 2.268,2 milhões em 2015. O aumento de 63,2% é explicado principalmente por (i) despesas com juros, a qual inclui a opção de venda de nosso investimento na República Dominicana (aproximadamente R\$ 600 milhões), e (ii) perdas com instrumentos derivativos.

O endividamento total da Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 aumentouR\$ 1.796,8 milhões em comparação a 2015, enquanto seu montante de caixa e equivalentes de caixa, líquido da conta garantida e aplicações financeiras correntes diminuiu R\$ 5.673,1 milhões.

#### Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 2016 totalizaram R\$ 315,0milhões, em comparação com R\$ 3.634,2 milhões registrados em 2015. A alíquota efetiva foi de 2,4%, contra a alíquota do ano anterior de 22,0%, devido, principalmente, a ganhos em outros ajustes tributários, dos quais (i) cerca de R\$ 400 milhões explicado pela reversão de provisões do imposto retido na fonte relacionado a lucros não distribuídos na Argentina, e (ii) aproximadamente R\$ 800 milhões em função do reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais em subsidiárias internacionais devido à melhora de nossa estrutura de capital fora do Brasil, revertendo um impacto negativo reportado na alínea de Outros Ajustes Tributários em 2015 e anos anteriores.

#### Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 13.083,4milhões, representandoum aumento de 1,6% comparado aos R\$ 12.879,1milhões em 2015.

## Fluxo de Caixa referente ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 comparado com 2016

_	Exercícios ence	rrados em 31 de de	zembro de		
_	2017	2016	2015	Variação	Variação
Fluxo de caixa				2017/2016	2016/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	17.874,1	12.344,4	23.580,8	44,8%	-47,7%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-3.073,0	-5.898,0	-5.997,0	-47,9%	-1,7%
Fluxo de caixa de atividades financeiras	-12.864,2	-11.645,1	-15.327,9	10,5%	-24,0%
Total	1.936,9	-5.198,7	2.256,0	-137,3%	-330,4%

#### Atividades Operacionais

O fluxo de caixa da Companhia proveniente de atividades operacionais aumentou 44,8%, passando para R\$ 17.874,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de2017, em relação aos R\$ 12.344,4milhões no mesmo período de 2016, principalmente em função de (i) um aumento de 5% nas receitas líquidas, juntamente com um aumento de 8,8% no custo dos produtos vendidos (excluindo depreciação e amortização) e um crescimento de 2,8% nas despesas de distribuição, administrativas, com vendas e marketing (excluindo depreciação e amortização) que nos levaram a um resultado operacional melhorado; (ii) uma melhora no capital de giro durante 2017, com aumento de R\$ 1.145,4 milhões em 2017; e (iii) uma redução R\$ 3.185,2 milhões em imposto de renda e contribuição social pagos no ano.

#### Atividades de Investimento

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 3.073,0 milhões, comparado aos R\$ 5.898,0 milhões no mesmo período de 2016, explicado, principalmente, por uma redução de investimentos em ativos imobilizados e intangíveis de R\$ 929,0 milhões em 2017, junto com queda dos valores em aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido, de R\$ 1.490,9 milhões no ano.

#### Atividades Financeiras

PÁGINA: 185 de 430

O fluxo de caixa das atividades financeiras no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou uma saída de caixa de R\$ 12.864,1 milhões em comparação à saída de caixa de R\$ 11.645,1 milhões no mesmo período de 2016, em função, principalmente, de (i) um aumento em pagamento de empréstimos, de R\$ 3.545,5 milhões; e (ii) uma redução de proventos com novos empréstimos de R\$ 887,5 milhões, parcialmente compensado por (i) uma redução no pagamento de dividendos e JCP de R\$ 1.510,8 milhões em 2017 e uma queda dos desembolsos de caixa líquido de custos financeiros, exceto juros, de R\$ 1.748,3 milhões, em comparação com o ano anterior.

### Fluxo de Caixa referente ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 comparado com 2015

#### Atividades Operacionais

O fluxo de caixa da Companhia proveniente de atividades operacionais diminuiu 47,7%, passando para R\$ 12.344,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de2016, em relação aos R\$ 23.580,9milhões no mesmo período de 2015, principalmente em função de (i) um desempenho operacional mais fraco, (ii) uma piora do capital de giro, como resultado principalmente da redução significativa no contas a pagar e demais contas a pagar, e (iii) um aumento relevante de imposto de renda e contribuição social pagos em 2016.

#### Atividades de Investimento

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 5.898,0 milhões, comparado aos R\$ 5.997,1 milhões no mesmo período de 2015, explicado, principalmente, por níveis mais baixos de investimentos em ativos imobilizados e intangíveis, o qual foi parcialmente compensado por maiores valores em aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido.

#### Atividades Financeiras

O fluxo de caixa das atividades financeiras no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou uma saída de caixa de R\$ 11.645,1 milhões em comparação à saída de caixa de R\$ 15.327,9 milhões no mesmo período de 2015, em função, principalmente, de (i) um menor pagamento de empréstimos, (ii) uma redução no pagamento de dividendos e JCP, e (iii) caixa gasto com recompra de ações em 2015 sem o correspondente gasto durante o exercício de 2016, todos os quais parcialmente compensados pela redução de proventos com novos empréstimos e maiores saídas de caixa líquido de custos financeiros, exceto juros.

PÁGINA: 186 de 430

- a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.
- i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia e suas subsidiárias são constituídas principalmente pela venda de cervejas, "near beer", refrigerantes e bebidas não carbonatadas e não alcoólicas, conforme as operações descritas na seção 10.1 acima. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir da venda de malte e subprodutos originados das operações.

A demanda pelos produtos está relacionada principalmente à renda disponível ao consumidor, ao preço e ao clima nos países em que a Companhia e suas subsidiárias operam.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### 2017

No Brasil, os resultados da nossa operação de cerveja em 2017 melhoraram consistentemente ao longo do ano, alcançando um ponto de inflexão e retomando crescimento. Apesar do volume negativo da indústria, nossa operação de cervejas gerou crescimento de volume, de receita e de EBITDA. Quanto à operação de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas e não Carbonatadas no Brasil, esta foi negativamente impactada pela forte retração da indústria de refrigerantes no país. Não obstante, tivemos bom desempenho das marcas *premium Fusion*, *Lipton* e *Do Bem*, que atingiram resultados positivos de volume em relação ao ano anterior. Neste contexto, estamos confiantes de que as iniciativas implementadas por meio de nossas plataformas comerciais contribuíram para nossa evolução em 2017.

Na América Central e Caribe (CAC), demos início à nossa operação no Panamá, com sólido crescimento do nosso portfólio de marcas, que inclui *Atlas Golden Light* e *Stella Artois*. Com isso, obtivemos uma expansão de EBITDA na região para cerca de 600 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de mais de 24% em relação ao ano anterior.

Na América Latina Sul (LAS), o nosso volume apresentou sólido crescimento, suportado pela expansão do mercado de cerveja na Argentina e no Paraguai e pela boa performance das nossas marcas, *Brahma*, *Patagonia* e *Stella Artois*.

E, no Canadá, mantivemos nossa liderança de mercado, principalmente devido ao desempenho de *Bud Light* e *Stella Artois* e do nosso portfólio de bebidas mistas, cidras e cervejas especiais, que inclui as marcas *Mill Street* e *Archibald*.

## 2016

No Brasil, 2016 provou ser um dos anos mais desafiadores de nossa história, impactado, principalmente, por (i) aumento de impostos estaduais, (ii) incertezas políticas e econômicas junto com uma taxa de desemprego dentre as maiores registradas em anos, deteriorando a renda disponível e conduzindo à queda da indústria, e (iii) CPV, impactado pelo câmbio. Apesar disso, continuamos a fazer investimentos estruturais no nosso negócio, inclusive nas nossas plataformas comerciais.

Na América Central e Caribe (CAC), tivemos um crescimento orgânico de 21,3% do nosso EBITDA, atingindo a marca de aproximadamente 430 milhões de dólares americanos. Esse resultado foi impulsionado pelos nossos volumes, que cresceram na região com a expansão do mercado de cerveja na República Dominicana e ganho de participação de mercado na Guatemala.

Na América Latina Sul (LAS), nossa estratégia de gestão da receita e disciplina de custo na Argentina desempenharam mais uma vez um importante papel para enfrentar o cenário adverso no país que, junto com o forte desempenho de volume em outros importantes mercados da região como Bolívia, Chile e Paraguai, conduziram ao sólido crescimento de EBITDA.

E, no Canadá, continuamos nosso bom momento de crescimento da receita líquida, impulsionados, principalmente, pelo benefício de nossas aquisições estratégicas nas categorias de cervejas artesanais,

PÁGINA: 187 de 430

ready-to-drink e cidras, o que nos ajudou a alcançar a maior participação de mercado dos últimos 17 anos e contribuiu para entregarmos crescimento, em moeda local, de receita líquida e EBITDA no país.

#### 2015

No Brasil, em 2015, além de uma difícil base de comparação com a Copa do Mundo FIFA 2014, o ambiente macroeconômico continuou a deteriorar ao longo dos trimestres do ano. Apesar disso, mantivemos o foco naquilo que podíamos controlar e entregamos crescimento de receita líquida e resultado operacional, enquanto pressionados por queda do volume das indústrias de cerveja e refrigerante no país.

Na América Central e Caribe (CAC), tivemos mais um ano de forte crescimento do volume em todos os principais países em que operamos na região, enquanto continuamos a capturar oportunidades significativas de crescimento da receita líquida e de expansão da margem EBITDA, focados em estratégias de crescimento orgânico e inorgânico.

Na América do Sul (LAS), fortalecemos ainda mais nossa estratégia no *mainstream*, *premium* e *near beer*, e fomos capazes de minimizar a volatilidade na Argentina, com crescimento de nosso EBITDA acima da taxa média de inflação da região.

E, no Canadá, aceleramos nosso crescimento de receita líquida com ótimo equilíbrio de volume e preço, através de crescimento do *mainstream* e expansão do *premium*, incluindo cervejas artesanais.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

## Receita líquida - Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017 comparado com 2016

A receita líquida aumentou 5,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando para R\$ 47.899,3 milhões em relação aos R\$ 45.602,6 milhões no mesmo período de 2016.

## Receita líquida

		Exercício ence	rrado em 31 de de	zembro de	
	2017		2016	1	Variação %
		Em milhões	de reais, exceto per	rcentuais	_
América Latina Norte	31.086,0	64,9%	28.927,8	63,4%	7,5%
Brasil	26.353,0	55,0%	24.954,6	54,8%	5,6%
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	22.509,3	47,0%	21.173,1	46,5%	6,3%
$NAB^{(2)}$	3.843,7	8,0%	3.781,5	8,3%	1,6%
$CAC^{(3)}$	4.733,0	9,9%	3.973,2	8,7%	19,1%
América Latina Sul	10.769,7	22,5%	10.212,9	22,4%	5,5%
Canadá	6.043,5	12,6%	6.461,9	14,2%	-6,5%
Companhia Consolidado	47.899,3	100,0%	45.602,6	100,0%	5,0%

<sup>(1)</sup> Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.

PÁGINA: 188 de 430

<sup>(2)</sup> Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

<sup>(3)</sup> Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

Volume de Vendas
Exercício encerrado em 31 de dezembro de

	Exercició checi rado em 31 de dezembro de				
	2017		2016		Variação %
	E	Em milhares de he	ectolitros, exceto pe	rcentuais	
América Latina Norte	118.631,8	72,9%	116.632,7	73,0%	1,7%
Brasil	106.360,0	65,3%	106.961,4	66,9%	-0,6%
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	80.233,6	49,3%	79.670,1	49,8%	0,7%
$NAB^{(2)}$	26.126,4	16,0%	27.291,3	17,1%	-4,3%
CAC <sup>(3)</sup>	12.271,8	7,5%	9.671,3	6,1%	26,9%
América Latina Sul	34.062,0	20,9%	32.934,5	20,6%	3,4%
Canadá	10.135,7	6,2%	10.254,5	6,4%	-1,2%
Companhia Consolidado	162.829,4	100,0%	159.821,6	100,0%	1,9%

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

#### Receita líquida por hectolitro Exercício encerrado em 31 de dezembro de

	2017	2016	Variação %
		(Em reais exceto percentu	ais)
América Latina Norte	262,0	248,0	5,6%
Brasil	247,8	233,3	6,2%
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	280,5	265,8	5,6%
$NAB^{(2)}$	147,1	138,6	6,2%
$CAC^{(3)}$	385,7	410,8	-6,1%
América Latina Sul	316,2	310,1	2,0%
Canadá	596,3	630,2	-5,4%
Companhia Consolidado	294,2	285,3	3,1%

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

#### Operações na América Latina Norte

#### Operações Brasileiras

A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e NAB no Brasil aumentou 5,6% em 2017, chegando a R\$ 26.353,0 milhões.

#### Operação de Cervejas no Brasil

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2017 aumentou 6,3%, acumulando R\$ 22.509,3 milhões, explicada principalmente por um aumento de 5,6% na receita por hectolitro, que chegou a R\$ 280,5/hl, junto com um aumento do volume de vendas de 0,7% no período. O aumento da receita líquida por hectolitro foi resultado de nossa estratégia de gestão da receita implementada no 3º trimestre do ano.

Operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas no Brasil

A receita líquida gerada pela operação de NAB em 2017 aumentou 1,6%, atingindo R\$ 3.843,7 milhões. Os volumes caíram 4,3% em 2017, menos do que a queda da indústria de refrigerantes, à medida que os consumidores continuaram a substituir o consumo de refrigerantes por água e sucos em pó de baixo custo. A receita líquida por hectolitro do segmento NAB no Brasil aumentou 6,2% em 2017, atingindo R\$ 147,1/hl no ano, principalmente devido à nossa gestão de receita e um *mix* positivo.

#### Operação na América Central e Caribe

As operações em CAC apresentaram um aumento da receita líquida em 2017 de 19,1%, acumulando R\$ 4.733,0 milhões, em função de um significativo aumento de volume de 26,9%, beneficiado por nossas recentes operações no Panamá, e um aumento orgânico de receita líquida por hectolitro, parcialmente compensados pelo efeito negativo da variação cambial na conversão para reais.

#### Operações na América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$ 10.769,7 milhões para a receita líquida consolidada em 2017, representando um aumento de 5,5%, em função principalmente do aumento de 3,4% do volume de venda na região. Nossa receita líquida por hectolitro aumentou 19,0% em moeda local em função da nossa estratégia de gestão de receita, a qual foi quase totalmente compensada pelo efeito negativo da variação cambial na conversão para reais.

#### Operações no Canadá

As operações no Canadá contribuíram com R\$ 6.043,5 milhões para a nossa receita líquida consolidada em 2017, uma queda de 6,5% em relação ao ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente do efeito negativo da variação cambial na conversão para reais. Em moeda local, o aumento de 1,5% da nossa receita líquida por hectolitro foi quase totalmente compensada pela queda de volume de 1,2%, impactada por uma fraca indústria de cervejas no ano.

### Receita líquida – Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016 comparado com 2015

A receita líquida diminuiu 2,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando para R\$ 45.602,6 milhões em relação aos R\$ 46.720,2 milhões no mesmo período de 2015.

Receita líquida Exercício encerrado em 31 de dezembro de

	Exercició enectrado em 31 de dezembro de				
	20	16	20	15	Variação %
América Latina Norte	Em milhões de reais, exceto percentuais				
	28.927,8	63,4%	29.654,9	63,5%	-2,5%
Brasil	24.954,6	54,7%	26.326,1	56,4%	-5,2%
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	21.173,1	46,4%	22.441,3	48,1%	-5,7%
NAB <sup>(2)</sup>	3.781,5	8,3%	3.884,8	8,3%	-2,7%
CAC <sup>(3)</sup>	3.973,2	8,7%	3.328,8	7,1%	19,4%
América Latina Sul	10.212,9	22,4%	11.255,6	24,1%	-9,3%
Canadá	6.461,9	14,2%	5.809,7	12,4%	11,2%
Companhia Consolidado	45.602,6	100,0%	46.720,2	100,0%	-2,4%

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

Volume de Vendas

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	201	16	201:	5	Variação %	
		Em milhares	de hectolitros, exce	to percentuais		
América Latina Norte	116.632,7	73,0%	123.463,5	73,0%	-5,5%	
Brasil	106.961,4	66,9%	114.354,2	67,6%	-6,5%	
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	79.670,1	49,8%	85.330,9	50,5%	-6,6%	
NAB <sup>(2)</sup>	27.291,3	17,1%	29.023,3	17,2%	-6,0%	
$CAC^{(3)}$	9.671,3	6,1%	9.109,2	5,4%	6,2%	
América Latina Sul	32.934,5	20,6%	35.914,5	21,2%	-8,3%	
Canadá	10.254,5	6,4%	9.700,3	5,7%	5,7%	
Companhia Consolidado	159.821,6	100,0%	169.078,2	100,0%	-5,5%	

PÁGINA: 190 de 430

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

#### Receita líquida por hectolitro Exercício encerrado em 31 de dezembro de

	2016	2015	Variação %
		(Em reais exceto percentu	ais)
América Latina Norte	248,0	240,2	3,3%
Brasil	233,3	230,2	1,3%
Cerveja Brasil <sup>(1)</sup>	265,8	263,0	1,1%
$NAB^{(2)}$	138,6	133,9	3,5%
CAC <sup>(3)</sup>	410,8	365,4	12,4%
América Latina Sul	310,1	313,4	-1,1%
Canadá	630,2	598,9	5,2%
Companhia Consolidado	285,3	276,3	3,3%

- (1) Operação de cervejas e "near beer" da Companhia no Brasil.
- (2) Refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.
- (3) Operação de cervejas e refrigerantes na América Central e Caribe.

Operações na América Latina Norte

#### Operações Brasileiras

A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e NAB no Brasil diminuiu 5,2 % em 2016, chegando a R\$ 24.954,6 milhões.

#### Operação de Cervejas no Brasil

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2016 diminuiu 5,7%, acumulando R\$ 21.173,1 milhões, explicada principalmente pela queda do volume de 6,6% parcialmente compensada por um aumento de 1,1% na receita por hectolitro, que chegou a R\$ 265,8/hl. O aumento da receita líquida por hectolitro foi principalmente impactado pelo aumento de impostos. Além disso, como parte de nossa estratégia de gestão da receita, utilizamos o nosso portfólio completo de embalagens e marcas para alcançar preços mais atrativos ao consumidor, incluindo as garrafas de vidro retornáveis de 300 ml que representaram 23% de nossos volumes em supermercados em 2016.

Operação de refrigerantes carbonatados e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas no Brasil

A receita líquida gerada pela operação de NAB em 2016 diminuiu 2,7%, atingindo R\$ 3.781,5 milhões, principalmente devido à queda no volume de vendas. Os volumes caíram 6,0% em 2016, em linha com a queda da indústria de refrigerantes de um dígito médio, uma vez que os consumidores continuaram a substituir o consumo de refrigerantes por água e sucos em pó de baixo custo. A receita líquida por hectolitro do segmento NAB no Brasil aumentou 3,5% em 2016, atingindo R\$ 138,6/hl no ano, principalmente devido à nossa gestão de receita.

#### Operação na América Central e Caribe

As operações em CAC apresentaram um aumento da receita líquida em 2016 de 19,4%, acumulando R\$ 3.973,2 milhões, em função do aumento de volume de 6,2%, do aumento orgânico de receita líquida por hectolitro e do efeito da variação cambial na conversão para reais.

PÁGINA: 191 de 430

Operações na América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$ 10.212,9 milhões para a receita consolidada da em 2016, representando uma diminuição de 9,3%, em função principalmente da queda de 8,3% do volume de venda na região. Nossa receita líquida por hectolitro aumentou 26,2% em moeda local em função da nossa estratégia de gestão de receita, a qual foi mais do que compensada pelo efeito negativo da variação cambial na conversão para reais.

#### Operações no Canadá

As operações no Canadá contribuíram com R\$ 6.461,9 milhões para a nossa receita consolidada em 2016, um aumento de 11,2% em relação ao ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente do aumento de 5,7% do nosso volume, impulsionado pelo benefício de nossas recentes aquisições em cervejas artesanais e *near beer*, e do aumento de nossa receita por hectolitro de 1,8% em moeda local, além do efeito positivo da valorização do dólar canadense na conversão para reais.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

#### 2017

Em 2017, nossos custos de produtos vendidos no Brasil foram mais uma vez severamente impactados pela taxa de *hedge* do real contra o dólar norte-americano, uma vez que esta foi significativamente maior do que a taxa média do ano anterior, principalmente na comparação do primeiro semestre do ano. Por outro lado, os preços de *commodities* foram *hedgeados* em dólares norte-americanos por valores menores em relação ao ano anterior e tiveram um efeito positivo no nosso custo de produtos vendidos, exceto pelo açúcar, que impactou especificamente o custos de produtos vendidos de nossa operação de NAB no país. Em nossas operações internacionais, no geral, os custos tiveram um impacto positivo pela apreciação do real frente às moedas locais de cada operação. Especificamente na América Latina Sul, as pressões inflacionárias, principalmente na Argentina, continuaram impactando significativamente os custos locais de mão de obra e logística.

#### 2016

Em 2016, nossos custos de produtos vendidos no Brasil foram severamente impactados pela taxa de *hedge* do real contra o dólar norte-americano, uma vez que esta foi significativamente maior do que a taxa média do ano anterior, principalmente na comparação do segundo semestre do ano. Por outro lado, os preços de *commodities* foram *hedgeados* em dólares americanos por valores menores em relação ao ano anterior e tiveram um impacto positivo no nosso custo de produtos vendidos. Na América Latina Sul, as pressões inflacionárias, principalmente na Argentina, continuaram impactando negativamente os custos locais de mão de obra e logística. Em reais, esse impacto foi compensado em grande parte pela desvalorização do peso argentino. No Canadá, com a apreciação do dólar canadense frente ao real, os custos tiveram um impacto negativo.

#### 2015

No ano de 2015, nossos custos de produtos vendidos no Brasil foram impactados negativamente pela taxa de hedge do real contra o dólar norte-americano, uma vez que esta foi mais uma vez maior do que a taxa média do ano anterior. Em contrapartida, os preços de commodities foram hedgeados em dólares americanos por valores menores em relação ao ano anterior e tiveram um impacto positivo no nosso custo de produtos vendidos. Na América Latina Sul, a alta inflação continuou impactando negativamente os custos locais de mão de obra e logística, além da desvalorização do real frente às moedas funcionais de nossas principais operações na região. No Canadá, com a apreciação do dólar canadense frente ao real, os custos também tiveram um impacto negativo

## 2017 vs 2016

Nosso resultado financeiro líquido reduziu 5,6% em 2017, de R\$ 3.702,0 milhões em 2016 para R\$ 3.493,9 milhões. O resultado desse ano ainda inclui o impacto de duas despesas financeiras não recorrentes no total de R\$ 976,8 milhões, sendo (i) uma despesa de R\$ 835,7 milhões referente a perdas com variação cambial

PÁGINA: 192 de 430

sobre empréstimos entre empresas do grupo, que historicamente estavam reportadas no patrimônio líquido e foram reclassificadas para o resultado do exercício, quando da liquidação desses empréstimos e (ii) uma despesa de R\$ 141,0 milhões paga como resultado da adesão ao PERT 2017. Excluindo tais despesas financeiras não recorrentes, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 2.517,1 milhões no ano, o que representa uma redução de 32% comparada ao resultado de 2016, impulsionado, principalmente, por menores perdas com instrumentos derivativos, impulsionadas principalmente pelo custo de carrego de nossos hedges de moeda relacionados em sua maior parte a nossa exposição de custo de mercadorias vendidas no Brasil e na Argentina.

#### 2016 vs 2015

Nosso resultado financeiro líquido aumentou 63,2% em 2016, de R\$ 2.268,2 milhões em 2015 para R\$ 3.702,0 milhões. Este resultado é explicado principalmente por (i) despesas com juros mais elevadas, das quais aproximadamente R\$ 600 milhões se referem a uma despesa sem efeito caixa relacionada à opção de venda associada ao nosso investimento na CND; e (ii) maiores perdas com instrumentos derivativos, impulsionadas principalmente pelo custo de carrego de nossos hedges de moeda relacionados em sua maior parte a nossa exposição de custo de mercadorias vendidas no Brasil e na Argentina, parcialmente compensado por ganhos de carrego de nossas posições de caixa em moeda estrangeira protegidas para Reais.

PÁGINA: 193 de 430

## 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não houve a introdução ou alienação de segmento operacional.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Renegociação acordo de acionistas Tenedora CND

Em 1º de dezembro de 2017, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes, S.A. ("<u>ELJ</u>"), sócia da Companhia na Tenedora CND, S.A. ("<u>Tenedora</u>"), titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A., exerceu de forma parcial sua opção de venda de aproximadamente 30% do capital social da Tenedora, conforme previsto no acordo de acionistas da Tenedora,. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia pagou à ELJ o valor de, aproximadamente, R\$3 bilhões (equivalentes a, aproximadamente, USD 926,5 milhões) e passou a ser titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes. Adicionalmente, considerando a importância estratégica da aliança com a ELJ, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em referida data, a extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes que foram cumpridas em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 36 – Eventos Subsequentes.

### Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes

Em setembro de 2017, a Cervecería y Maltería Quilmes S.A., uma subsidiária da Ambev, celebrou um acordo pelo qual a AB InBev concede uma licença perpétua à Quilmes na Argentina para distribuição da marca Budweiser e outras marcas norte-americanas após a recuperação dos direitos de distribuição destas marcas pela AB InBev da sociedade chilena Compañia Cervecerías Unidas S.A. - CCU. O acordo também prevê a transferência da Cerveceria Argentina Sociedad Anonima Isenbeck pela AB InBev para Quilmes e a transferência pela Quilmes de algumas marcas argentinas (Norte, Iguana e Baltica) e ativos comerciais relacionados, além de USD 50 milhões pela Quilmes. O fechamento da transação estava sujeito à aprovação da autoridade antitruste argentina (Comisión Nacional de Defensa de la Competencia) dos documentos principais da operação e a outras condições habituais de fechamento. A aprovação da autoridade antitruste argentina entrou em vigor em 27 de abril de 2018 e a transação foi concluída em 02 de maio de 2018.

#### c) eventos ou operações não usuais

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros – Equity Swap

Em 16 de maio de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação, pela Companhia ou suas controladas, de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como equity swap) por meio de instituições financeiras a serem definidas pela diretoria da Companhia, tendo por referência ações de emissão da Companhia ou American Depositary Receipts com lastro nessas ações ("ADR's"). A liquidação do equity swap deveria ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar de tal aprovação, sendo que os contratos poderiam acarretar a exposição em até 80 milhões de ações ordinárias, com valor limite de até R\$2,3 bilhões.

Em 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, pela Companhia ou suas controladas, de novos contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (*equity swap*), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos ainda em vigor cuja celebração foi autorizada na reunião do Conselho de Administração de 16 de maio de 2017, conforme mencionado acima. Tais contratos poderão acarretar a exposição em até 44 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$820 milhões e, somados ao saldo dos contratos já celebrados no contexto da aprovação de 16 de maio de 2017 e ainda não liquidados, poderão acarretar exposição equivalente a até 80 milhões de ações ordinárias.

Em 15 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, pela Companhia ou suas controladas, de novos contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (*equity swap*), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos ainda em vigor cuja celebração foi autorizada nas reuniões do Conselho de Administração de 16 de maio de 2017 e 21 de dezembro de 2017, conforme mencionado acima. Tais contratos poderão acarretar a exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de

PÁGINA: 194 de 430

# 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

até R\$1,8 bilhões e e, somados ao saldo dos contratos já celebrados no contexto das aprovações de 16 de maio de 2017 e 21 de dezembro de 2017 e ainda não liquidados, poderão acarretar exposição equivalente a até 122.242.125 de ações ordinárias.

PÁGINA: 195 de 430

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

a.I) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017: Demonstrações contábeis consolidadas e individuais

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

a.II) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016: Demonstrações contábeis consolidadas e individuais

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia.

a.III) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015: Demonstrações contábeis consolidadas e individuais

Com exceção a mudança de prática contábil relacionada à consolidação de fundo exclusivo na controladora, não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015.

### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

b.1) Referente às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada, no Brasil os entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vigente a partir de 1 de janeiro de 2018), que visa substituir o IAS 39/CPC 38 , introduz novas exigências para a classificação de ativos financeiros que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável que exigirá um reconhecimento mais efetivo e introduz um novo padrão de *hedge accounting* e teste de *impairment* com maior divulgações sobre a atividade de gestão de risco. O novo modelo de *hedge accounting* representa uma revisão significativa da política e alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco. A IFRS 9/CPC 48 também remove a volatilidade no resultado que foi causada por mudanças no risco de crédito dos passivos determinados para serem mensurados pelo valor justo. A Companhia avaliou o impacto decorrentes da aplicação da nova regra e concluiu que não tem impacto relevante em sua posição financeira, desempenho financeiro ou atividades de gerenciamento de risco.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (vigente a partir de 1 de janeiro de 2018) requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A nova norma também resultará em maiores e aprimoradas divulgações sobre receita, fornecerá orientações para transações que não foram anteriormente abordadas de forma abrangente (por exemplo, receitas de serviços e modificações de contratos) e melhorará a orientação para elementos múltiplos. Na data de implementação (1° de janeiro de 2018), o ajuste ao saldo inicial do patrimônio líquido resultou em uma diminuição do lucro acumulado em R\$355.383 no primeiro trimestre de 2018 para refletir a alteração na política contábil relacionada ao desempenho que, de acordo com a IFRS 15, devem ser vinculadas ao preço da transação subjacente às receitas de 2017.

IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento.

PÁGINA: 196 de 430

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia está em processo de avaliar o impacto total da aplicação da IFRS 16/CPC 06 (R2) e espera mudanças na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial. Outras normas, interpretações e alterações às normas As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1 de janeiro de 2017 não foram listadas acima devido à sua não aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as demonstrações contábeis da Companhia.

b.II) Referente às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

Não houve.

b.III) Referente às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Com exceção da mudança de prática contábil relacionada à consolidação de fundo exclusivo na controladora, mencionada no item a.III) acima, não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis.

#### c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

PÁGINA: 197 de 430

Consideramos uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide Nota 3 das demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis seguintes refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos que são importantes para o entendimento de seus resultados:

### i) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3 - Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente.

## (ii) Combinações de negócios:

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no

PÁGINA: 198 de 430

valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

## (iii) Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's ou CPC's. A IFRS 3/CPC 15(R1) - Combinação de Negócios é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United States) e UKGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma permuta de participações societárias entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias, inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

Com relação a transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/ transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados passíveis de distribuição a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos do IAS 16/CPC 27 - Ativo imobilizado. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação seja prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Companhia faz para seu controlador (produtos, insumos etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

PÁGINA: 199 de 430

### (iv) Negócios em conjunto:

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

#### (v) Benefícios a funcionários:

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Panamá, Uruguai, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

## v.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

## v.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados à reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

#### Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrenner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

#### Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

#### Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

## (vi) Pagamento baseado em ações:

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia.

O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

## (vii) Provisões:

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

#### Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitruste, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

#### (viii) Imposto corrente e diferido:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos, o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto JCP, conforme Nota 3 (v)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12 / CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

## ix) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de hedge de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de hedge do IAS 39 / CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo a manutenção da documentação requerida e teste de efetividade do hedge.

## Contabilização de hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de hedge de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de hedge ou uma relação de hedge são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorra, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação protegida, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

#### Contabilização de hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do hedge de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

#### Contabilização de hedge de investimento líquido

Quando um instrumento financeiro derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

## Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

#### (x) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

## 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

## a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas, especialmente as de número 29 e 30.

## b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

## 10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

#### b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

## 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos), em especial: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2017, os investimentos em ativo imobilizado e ativos intangíveis consolidados somaram R\$ 3.203,7 milhões, consistindo em R\$ 1.859,7 milhões para nosso segmento de negócio da América Latina Norte, R\$ 1.051,2 milhões relacionados a investimentos em nossas operações da América Latina Sul e R\$ 292,8 milhões relacionados a investimentos no Canadá.

Em 2016, os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis consolidados somaram R\$4.132,7 milhões, consistindo em R\$ 2.450,1 milhões para nosso segmento de negócio da América Latina Norte, R\$1.365,5 milhões relacionados a investimentos em nossas operações da América Latina Sul e R\$317,1 milhões relacionados a investimentos no Canadá.

Em 2015, os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis consolidados somaram R\$5.261,2 milhões, consistindo em R\$3.321,3 milhões para nosso segmento de negócio da América Latina Norte, R\$1.654,1 milhões relacionados a investimentos em nossas operações da América Latina Sul e R\$285,8 milhões relacionados a investimentos no Canadá.

Esses investimentos incluíram principalmente expansão de capacidade produtiva, controle de qualidade, automação, modernização e reposição de linhas de embalagens, inovações, armazenamento para distribuição direta, coolers, investimentos para a reposição de garrafas e engradados, ativos de mercado de antigos operadores bem como investimentos contínuos em tecnologia da informação.

Em 2018, planejamos investir com o objetivo de fortalecer nossas plataformas de crescimento e aprimorar nossa excelência operacional por meio de inovações que nos deixem em uma melhor posição para atender o mercado consumidor.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes do caixa operacional gerado e linhas de crédito com instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Em adição, em reuniões realizadas no dia 28 de agosto de 2015 e 14 de outubro de 2015, a Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Referida emissão foi realizada nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 12.431 de forma que os recursos obtidos pela Companhia com a captação serão exclusivamente alocados nos projetos de investimento (incluindo reembolsos, na forma da Lei 12.431), descritos na respectiva escritura de emissão, conforme aditada, inseridos no âmbito do plano de investimentos da Companhia (*capex*).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos nesta data.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve nenhuma divulgação de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item 10.8.a acima, que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços

## 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia investiu nos últimos anos no lançamento de novos produtos e embalagens e a Companhia tem intenção de continuar investindo em inovações de produtos. Entretanto, por envolver segredos comerciais, essas informações não podem ser reveladas antecipadamente.

Em 2015, lançamos a *Skol Ultra* e extensões de *Brahma Extra*, endereçando diferentes ocasiões de consumo e fortalecendo o valor das marcas mãe *Skol* e *Brahma*, expandimos nosso portfólio de *near beer* com o lançamento da *Skol Beats Spirit*, e elevamos a experiência do consumidor no bar através do lançamento do Cubo Skol, uma nova geração de *coolers*, e Skol Draft, já presente em mais de 10.000 pontos de venda do Brasil. Além disso, anunciamos o investimento de R\$ 180 milhões em um novo centro de desenvolvimento tecnológico no Rio de Janeiro, para acelerar a inovação de produtos e o desenvolvimento de novos líquidos e embalagens mais modernas. Estima-se que o centro de desenvolvimento inicie suas operações em 2017.

Em 2016, seguimos agregando novas marcas e bebidas ao portfólio de cerveja e *near-beer*, incluindo *Bohemia-14 Weiss, Bohemia 838 Pale Ale, Bohemia Aura Lager, Três Fidalgas*, novos sabores da *Colorado* e *Skol Beats Secret*. Entre os produtos não alcoólicos, destaca-se a *Do Bem*, que adicionou ao grupo sucos e chás, inaugurando uma nova fase na nossa história. Também desenvolvemos a *AMA*, água mineral com 100% do lucro destinado a projetos de acessibilidade à água potável no semiárido brasileiro. São iniciativas que integram uma estratégia abrangente de mercado, atendendo demandas diferentes dos consumidores.

Em 2017, com o objetivo de proporcionar às pessoas uma experiência que vai além de um copo de cerveja, apresentamos aos consumidores edições especiais dos nossos produtos, como a Brahma Extra Märzen Lager, lançada para celebrar as edições brasileiras da Oktoberfest com um rótulo limitado que reforça a tradição cervejeira de quase 130 anos da história da marca. Para celebrar as frutas brasileiras, independente de nome, sabor e aparência, a Colorado lançou quatro cervejas: Eugenia, Nassau, Rosália e Murica, esta, inclusive, ganhou como melhor Cream Ale do Mundo, no World Beer Awards (Londres). Valorizando os microprodutores dos ingredientes brasileiros usados em nossas cervejas, a Colorado lançou uma edição limitada com os produtores nos rótulos, e revertemos 10% do faturamento com sua venda aos respectivos produtores. Construímos o Ateliê Wäls, que abriga adega, cervejaria, restaurante, escritório, loja e área externa para foodtrucks, tudo em um só lugar. Em não alcoólicos, a marca de energéticos Fusion expandiu seu portfólio de produtos em três linhas de bebidas. Além da linha tradicional, lançou também o Wake Up e T-Break, que misturam Fusion com o sabor de suco de frutas e chá gelado, respectivamente.

## 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não houve outros fatores com influência relevante nos últimos três exercícios sociais

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Na divulgação de resultados de 26 de julho de 2018, a Companhia informou que a expectativa é de que o CPV (custo dos produtos vendidos) por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, para nosso negócio de Bebidas Não Alcoólicas no Brasil ("NAB Brasil") cresça um dígito médio no ano de 2018, considerando a evolução do custo de NAB Brasil para o restante do ano.

Esclarecemos que as projeções são dados hipotéticos que não constituem promessa de desempenho.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

O período projetado para o CPV por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, para NAB Brasil é o ano de 2018 e a validade é o dia 31 de dezembro de 2018.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A projeção com relação ao CPV por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, para NAB Brasil tem como premissa a capacidade de a Companhia manter sua eficiência no controle de custos e o conhecimento com antecedência do impacto da variação cambial no custo dos produtos vendidos em virtude da nossa política de *hedge*. Entretanto, a Companhia não consegue fazer o *hedge* de todas as *commodities* a que está exposta. Os preços internacionais de *commodities* são fatores externos, podendo afetar à projeção em questão. A administração da Companhia pode influenciar os fatores internos como eficiência das linhas e a gestão do negócio. Já os fatores externos acima mencionados, escapam ao controle da Companhia.

d) valores dos indicadores que são objeto da projeção

O CPV por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, de NAB Brasil em 2017 foi de R\$67,7, uma variação em relação ao ano anterior de +21,8%.

PÁGINA: 209 de 430

## 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no Formulário e quais delas estão sendo repetidas no Formulário

O crescimento do CPV (custo dos produtos vendidos) por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, no Brasil, que foi objeto de projeção da Companhia para 2017, não foi objeto de projeção para 2018.

O crescimento do CPV por hectolitro, excluindo depreciação e amortização,para NAB Brasil não foi objeto de projeção da Companhia em 2017, mas foi incluído pela Companhia na divulgação de resultados de 26 de julho de 2018.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

#### 2017

O CPV por hectolitro (excluindo depreciação e amortização) no Brasil em 2017 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia de 2 de março de 2017, quando se estimou um crescimento (i) de dois dígitos na primeira metade do ano, e (ii) entre um dígito baixo e estável na segunda metade de 2017. Nas divulgações de resultados de 4 de maio, 27 de julho e 26 de outubro de 2017, a Companhia reafirmou esta projeção.

Ao final do primeiro semestre de 2017, o CPV por hectolitro (excluindo depreciação e amortização) no Brasil cresceu 22,3%, em linha com nossa projeção de crescimento de dois dígitos. Já no segundo semestre de 2017, o CPV por hectolitro (excluindo depreciação e amortização) no Brasil aumentou 1,0%, também em linha com nossa projeção de um resultado estável ou de crescimento de um dígito baixo.

## 2016

O custo dos produtos vendidos (excluindo depreciação e amortização) no Brasil em 2016 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia de 25 de fevereiro de 2016, quando se estimou crescimento em 2016 entre 13% e 17%, a qual foi mantida na divulgação de resultados de 04 de maio de 2016. Na divulgação dos resultados do 2º trimestre de 2016, em 29 de julho de 2016, a Companhia atualizou as projeções de custo dos produtos vendidos (excluindo depreciação e amortização) no Brasil para 2016 com a expectativa de crescimento entre um dígito médio e um dígito alto no ano, a qual foi mantida na divulgação de resultados de 28 de outubro de 2016. Findo 2016, o custo dos produtos vendidos (excluindo depreciação e amortização) no Brasil cresceu 7,9%, em linha com a nossa projeção de crescimento.

O crescimento das despesas de vendas, gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização) no Brasil em 2016 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia de 25 de fevereiro de 2016, quando se estimou crescimento em 2016 de um dígito baixo no ano, a qual foi mantida nas divulgações de resultados de 4 de maio, 29 de julho e 28 de outubro. Ao final de 2016, as despesas de vendas, gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização) no Brasil cresceram 3,5%, no limite superior de nossa projeção.

O CAPEX no Brasil em 2016 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia em 25 de fevereiro de 2016 quando se estimou níveis inferiores aos de 2015, a qual foi mantida nas divulgações de resultados de 4 de maio, 29 de julho e 28 de outubro. Findo 2016, o CAPEX total no Brasil foi de R\$2,0 bilhões, o que representa uma redução de 35% destes investimentos no Brasil em relação ao ano anterior, em linha com a nossa projeção.

### 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

### 2015

O crescimento da receita líquida no Brasil em 2015 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia de 26 de fevereiro de 2015, quando se estimou crescimento entre um dígito médio e um dígito alto para o ano de 2015. Nas divulgações de resultados de 6 de maio, 30 de julho e 30 de outubro de 2015, a Companhia reafirmou esta projeção.

Ao final de 2015, a receita líquida no Brasil cresceu 8,0%, no limite superior de nossa expectativa original divulgada em 26 de fevereiro de 2015.

O custo dos produtos vendidos (excluindo depreciação e amortização) no Brasil em 2015 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia de 26 de fevereiro de 2015, quando se estimou crescimento entre um dígito médio e um dígito alto para o ano de 2015. Nas divulgações de resultados de 6 de maio e 30 de julho esta projeção foi mantida. Em 30 de outubro, quando da divulgação do resultado do terceiro trimestre, atualizamos a projeção com a expectativa de crescer no limite inferior da nossa estimativa original, ou um dígito médio. Findo 2015, o custo dos produtos vendidos (excluindo depreciação e amortização) no Brasil cresceu 4,0% no ano, em linha com nossa projeção de crescimento.

O crescimento das despesas de vendas, gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização) no Brasil em 2015 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia de 26 de fevereiro de 2015, quando se estimou crescimento abaixo da inflação, o qual foi mantido nas divulgações de resultados de 6 de maio, 30 de julho e 30 de outubro de 2015. Ao final de 2015, as despesas de vendas, gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização) no Brasil cresceram 8,3%, em linha com nossa projeção, tendo em vista a inflação geral acumulada de 10,67% no Brasil no ano.

O investimento no Brasil em 2015 foi objeto de projeção na divulgação de resultados da Companhia em 26 de fevereiro de 2015 quando se estimou níveis similares ou inferiores aos R\$ 3,1 bilhões que tivemos em 2015 no país. Findo 2015, investimos um total de R\$ 3,1 bilhões no Brasil, no limite superior de nossa projeção.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do Formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A projeção relativa a 2018 permanece válida conforme descrito nos itens acima.

a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

A Companhia é administrada por um conselho de administração e por uma diretoria.

O conselho de administração é composto por no mínimo três e no máximo 15 conselheiros (podendo ter de dois a 15 suplentes, vinculados especificamente ou não a um conselheiro efetivo), sendo que no mínimo dois membros do conselho de administração deverão ser conselheiros independentes, nos termos do artigo 15, parágrafo 4°, do Estatuto Social da Companhia. O conselho de administração possui, ainda, dois Copresidentes, com idênticas prerrogativas e atribuições, eleitos pela maioria de votos de seus membros. O regimento interno do conselho de administração foi aprovado em reunião do conselho de administração realizada em 31 de julho de 2013.

A diretoria da Companhia, por sua vez, é formada por no mínimo dois e no máximo 15 diretores. Os conselheiros e os diretores possuem mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social admite a criação, pelo conselho de administração, de comitês de assessoramento, compostos em sua maioria por membros do conselho de administração, aos quais cabe a análise e a discussão das matérias definidas como de sua competência, bem como a formulação de propostas e recomendações para deliberação pelo conselho de administração.

O conselho de administração da Companhia possui dois comitês de assessoramento: um Comitê de Operações, Finanças e Remuneração, formado por, no mínimo, três e, no máximo, seis membros, que é o principal elo entre as políticas e decisões tomadas pelo conselho de administração e os administradores da Companhia, e um Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas, formado por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, destinado a assessorar o conselho de administração em matérias específicas. A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

### Conselho de Administração

Compete ao conselho de administração, nos termos do Estatuto Social e sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia;
- (b) aprovar os orçamentos anual e operacional de investimento da Companhia;
- (c) aprovar o plano trienal estratégico da Companhia;
- (d) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- (e) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- (f) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais de cada um dos membros da administração da Companhia;
- (g) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da administração e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os ocupantes de cargos de direção equivalentes) da Companhia;

- (h) indicar os auditores independentes da Companhia;
- (i) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- (j) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, as contas da diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- (k) submeter à assembleia geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (I) convocar a assembleia geral ordinária e, quando julgar conveniente, a assembleia geral extraordinária;
- (m) aprovar quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), de seus administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia), sem prejuízo do disposto no item "q" abaixo;
- (n) aprovar a criação, subscrição, aquisição, cessão, transferência, oneração e/ou alienação, pela Companhia, a qualquer título ou forma, em qualquer valor, de ações, quotas e/ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia ou a ela coligada, salvo nos casos de operações que envolvam apenas a Companhia e empresas por ela integralmente controladas ou de operação de endividamento, sendo que nesta última hipótese se aplicará o previsto no item "o" abaixo;
- (o) aprovar a contratação pela Companhia de operação de endividamento em valor superior a dez por cento do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas;
- (p) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo as marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, salvo em casos de licenciamento de marcas para uso em brindes, materiais promocionais ou divulgação em eventos por períodos inferiores a três anos;
- (q) aprovar a concessão de empréstimos e a prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia, em valor superior a um por cento do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, a quaisquer terceiros, exceto se em favor de sociedades controladas pela Companhia;
- (r) aprovar a celebração pela Companhia de quaisquer contratos de longo prazo (entendidos como tal os contratos com prazo de duração superior a um ano) que envolvam valor superior a cinco por cento do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas;
- (s) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;
- (t) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia, salvo nos casos de paralisação para manutenção em seus equipamentos;
- (u) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, bem como o cancelamento ou a posterior alienação de tais ações, observadas as disposições legais aplicáveis;

- (v) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 134/90 (ou norma que a substitua);
- (w) deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em número de ações, e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, nos termos do artigo 59, § 2°, da Lei nº 6.404/76;
- (x) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, excetuados aqueles referidos no item "n" acima, e a constituição de ônus reais, em valor superior a um por cento do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por transação isolada ou conjunto de transações correlatas;
- (y) exercer as demais atribuições legais conferidas em assembleia geral ou pelo Estatuto Social; e
- (z) resolver os casos omissos do Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou o Estatuto Social não confiram a outro órgão da Companhia.

Compete, ainda, ao conselho de administração, com base em planos aprovados pela assembleia geral, outorgar opção de compra de ações e ações restritas a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob o seu controle.

De acordo com o Estatuto Social, o conselho de administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos lucros apurados nesse balanço, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei nº 6.404/76, podendo, ainda, deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Conforme indicado acima, compete ao conselho de administração indicar e substituir os auditores independentes da Companhia. O trabalho dos auditores e o plano anual de trabalho são avaliados anualmente pelo conselho fiscal, considerando que o conselho fiscal da Companhia executa as funções de comitê de auditoria para fins do Sarbanes-Oxley Act de 2002 até a extensão permitida pela legislação brasileira, sendo tais avaliações posteriormente reportadas ao conselho de administração, ao menos anualmente, tanto pelo presidente do Conselho Fiscal quanto pelo Diretor da área de auditoria interna da Companhia. Nos termos do Regimento Interno do conselho fiscal, tal órgão deve verificar junto aos auditores independentes da Companhia, a qualificação e a independência dos auditores, devendo apresentar ao conselho de administração recomendações quanto à manutenção ou substituição da empresa contratada. A Companhia possui "Política de Contratação de Serviços Relacionados e Não Relacionados à Auditoria", aprovada pelo conselho de administração em reunião de 30 de agosto de 2013, que tem como objetivo regular o processo de contratação, pela companhia e/ou por suas subsidiárias, de serviços prestados pelos auditores externos, sejam tais serviços relacionados ou não à auditoria. De acordo com tal política, a contratação de quaisquer serviços prestados pelos auditores externos deve ser precedida de manifestação favorável do Conselho Fiscal, podendo, ainda, depender de aprovação do conselho de administração, a depender da natureza dos serviços em questão. Cabe ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores monitorar o cumprimento da política. Cabe, ainda, a aos administradores diligenciar junto aos auditores independentes para que a comunicação relativa ao último exercício social seja disponibilizada em tempo hábil, observados os normativos aplicáveis ao tema. Por fim, a Companhia observa o rodízio a cada cinco anos, no máximo, em seus auditores independentes, nos termos da Instrução CVM 308/99, conforme alterada, com um intervalo mínimo de três anos para a sua recontratação.

### Comitê de Operações, Finanças e Remuneração

- O Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia, criado por meio de deliberação do conselho de administração em reunião realizada em 31 de julho de 2013, data em que seu Regimento Interno também foi aprovado pelo conselho de administração, tem por finalidade assessorar o conselho de administração nas seguintes matérias:
- (a) acompanhar o planejamento trienal da Companhia;
- (b) opinar sobre as decisões do conselho de administração a respeito da definição da política de remuneração para administradores e funcionários de alta performance da Companhia, inclusive seus pacotes individuais de remuneração, de forma a garantir alinhamento de interesses entre acionistas e beneficiários dos pacotes de remuneração, e que estes tenham remuneração e incentivos adequados para alcançarem desempenho excepcional;
- (c) acompanhar a evolução dos passivos atuariais da Companhia e investimentos em planos de pensão;
- (d) opinar acerca de estudo técnico de viabilidade preparado pela diretoria relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, que permitam a realização do ativo fiscal diferido;
- (e) acompanhar a estratégia de relações com investidores e a evolução do *rating* da Companhia pelas agências de classificação de risco;
- (f) acompanhar a avaliação dos membros da diretoria, principais executivos e talentos, além dos respectivos planos de sucessão;
- (g) opinar sobre o planejamento anual de investimentos (capex) da Companhia;
- (h) opinar sobre propostas da diretoria referentes a oportunidades de reestruturações societárias, fusões, aquisições, cisões, incorporações ou alienações de participações societárias envolvendo a Companhia;
- (i) acompanhar a evolução da estrutura de capital e do fluxo de caixa da Companhia, e opinar sobre a estratégia de remuneração dos acionistas da Companhia; e
- (j) verificar o cumprimento da política de gestão de riscos financeiros da Companhia.

### Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas

- O Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia, criado por meio de deliberação do conselho de administração em reunião realizada em 31 de julho de 2013, data em que seu Regimento Interno também foi aprovado pelo conselho de administração, tem como função assessorar o conselho de administração nas seguintes matérias:
- (a) situações de conflito de interesses em geral, entre a Companhia e partes relacionadas;
- (b) cumprimento, por parte da Companhia, dos dispositivos legais, regulamentares e estatutários referentes a operações com partes relacionadas;

- (c) cumprimento, por parte da Companhia, dos dispositivos legais, regulamentares e estatutários referentes a condutas concorrenciais; e
- (d) outros assuntos que o conselho de administração considerar relevante e no interesse da Companhia.
- b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. A diretoria não possui regimento interno próprio.

Seguem abaixo as atribuições específicas dos membros da diretoria da Companhia:

### Compete ao Diretor Geral:

- (a) submeter à aprovação do conselho de administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- (b) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da assembleia geral e do conselho de administração, com a participação dos demais diretores;
- (c) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais;
- (d) coordenar e superintender as atividades da diretoria; e
- (e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Vendas:

- (a) desenvolver o planejamento estratégico de vendas da Companhia;
- (b) responsabilizar-se pela gestão da equipe comercial e desenvolver e implementar um modelo de atuação na área; e
- (c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Gente e Gestão:

- (a) gerir e administrar os recursos humanos da Companhia; e
- (b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Logística:

(a) estabelecer, gerenciar e responsabilizar-se pela estratégia de distribuição e logística de préprodução e pós-produção da Companhia; e

(b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Marketing:

- (a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de marketing da Companhia; e
- (b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Industrial:

- (a) administrar as filiais, armazéns, fábricas e demais unidades de negócios da Companhia relacionadas à sua produção industrial; e
- (b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Refrigerantes:

- (a) coordenar e supervisionar o setor de bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e estabelecer o planejamento do setor; e
- (b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- (a) gerenciar e responder pelo controle orçamentário da Companhia;
- (b) prover informações financeiras e gerenciais;
- (c) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia;
- (d) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão;
- (e) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia; e
- exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor Jurídico:

- (a) estabelecer, gerir e coordenar a estratégia jurídica adotada pela Companhia, bem como supervisionar seus processos judiciais e administrativos;
- (b) responsabilizar-se pelos atos societários da Companhia; e
- (c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

### Compete ao Diretor de Relações Corporativas:

(a) responsabilizar-se pela comunicação externa, bem como pelas relações corporativas e governamentais da Companhia; e

(b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados:

- (a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de tecnologia da informação da Companhia, bem como do seu centro de serviços compartilhados; e
- (b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

Compete aos demais diretores da Companhia exercer as atribuições que lhes forem definidas pelo conselho de administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos.

O Diretor Geral e os demais diretores, atuando sempre em conjunto de dois diretores, têm poderes para representar a Companhia em documentos que importem em responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Companhia, tais como contratos em geral, endossos em cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer títulos de crédito, confissões de dívidas, concessão de avais e fianças, contratos de abertura de crédito, atos praticados por filiais, procurações *ad negotia* e *ad judicia*, e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros, bem como para com ela.

A representação da Companhia nos documentos acima enumerados poderá ser objeto de delegação, podendo ser assinados por um procurador em conjunto com um diretor ou por dois procuradores conjuntamente, desde que os instrumentos de mandato que constituírem tais procuradores sejam assinados por dois diretores.

A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos diretores ou por procurador devidamente constituído, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal.

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O conselho fiscal da Companhia tem caráter permanente e é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros (e igual número de suplentes), com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a eleição de seus membros, sendo permitida a reeleição.

O conselho fiscal possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 30 de julho de 2013.

Compete ao conselho fiscal da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76, do Estatuto Social e do seu Regimento Interno:

- (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de

investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

- (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- (e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- (h) exercer as atribuições acima, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;
- (i) estabelecer, em seu Regimento Interno, procedimentos para o recebimento, registro e tratamento a ser dado às reclamações recebidas a respeito da contabilidade, controles internos contábeis e assuntos relacionados à auditoria da Companhia, bem como a quaisquer outras comunicações recebidas sobre tais matérias;
- (j) assistir às reuniões do conselho de administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar;
- (k) comparecer ou se fazer representar por um de seus membros, ao menos, às assembleias gerais em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar, respondendo aos pedidos de informações formulados pelos acionistas da Companhia;
- (I) fornecer aos acionistas ou grupo de acionistas que representem no mínimo cinco por cento do capital social da Companhia, sempre que solicitadas, informações exclusivamente sobre matéria de sua competência;
- (m) solicitar à administração da Companhia esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais;
- (n) recomendar ao conselho de administração da Companhia proposta anual quanto à contratação dos auditores independentes da Companhia, incluindo o plano anual de auditoria e outros temas pertinentes;
- (o) verificar determinadas matérias previstas em seu Regimento Interno junto aos auditores independentes da Companhia;
- (p) receber, registrar, processar e examinar reclamações eventualmente recebidas a respeito da contabilidade, controles internos contábeis e assuntos relacionados à auditoria da Companhia, bem como denúncias anônimas recebidas de empregados ou terceiros relacionadas a fraudes contábeis; e
- (q) deliberar sobre o Regimento Interno do conselho fiscal.

Adicionalmente, o conselho fiscal da Companhia executa as funções de comitê de auditoria para fins do Sarbanes-Oxley Act de 2002 até a extensão permitida pela legislação brasileira. De acordo com o

Regimento Interno do conselho fiscal, no mínimo um de seus membros terá que observar as exigências do Sarbanes-Oxley Act qualificando-se como especialista financeiro do conselho fiscal. Dessa forma, o conselho fiscal é composto de um "especialista financeiro", de acordo com o significado contido no Sarbanes-Oxley Act, a saber, o Sr. José Ronaldo Vilela Rezende, que possui grande experiência financeira profissional.

### d) Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, *informando*, *em caso positivo*:

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros;
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação;
- iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
- iv. se foram contratados serviços e consultoria ou assessoria externos.

Os membros do conselho de administração fazem uma auto-avaliação anualmente. Os membros da diretoria são avaliados anualmente de forma objetiva com base em metas de resultado associadas ao desempenho da Companhia, sendo tal avaliação utilizada para verificação de seu direito à remuneração variável, não havendo contratação de terceiros para esta avaliação. As informações sobre os mecanismos de avaliação de desempenho da diretoria relacionados ao sistema de remuneração variável da Companhia estão descritos na seção 13.1.(d) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, os membros da diretoria realizam avaliação anual de suas competências, a qual é feita por seus pares e subordinados, bem como por meio de autoavaliação (avaliação 360°), não havendo contratação de terceiros para esta avaliação. Tal processo de avaliação ocorre nos meses de maio e junho de cada ano e é dividido nas seguintes etapas: (i) nomeação de avaliadores; (ii) validação pelo gestor; (iii) avaliação 360°; e (iv) entrega de relatório final, acompanhado de reunião de feedback. Com relação à figura do gestor, o Diretor Geral é avaliado pelo Co-presidente do Conselho de Administração e os demais diretores estatutários pelo Diretor Geral. Em adição, o Conselho de Administração avalia anualmente o desempenho da diretoria como um todo, analisando inclusive o antigimento das metas individuais e da entidade.

Esta avaliação anual é pautada em competências de liderança relacionadas aos três pilares principiológicos da Companhia (Sonha Grande, Desenvolve Gente e Vive a Cultura), quais sejam: (i) transformação de sonho em realidade; (ii) liderança de mudanças; (iii) desenvolvimento de talentos; (iv) incentivo à diversidade e à inclusão; (v) liderança com impacto; e (vi) condução a resultados. Dessa forma, além do cumprimento de metas de resultado associadas ao desempenho da Companhia, os membros da diretoria também são avaliados com base em sua aderência à cultura da companhia e, consequentemente, aos seus princípios.

PÁGINA: 220 de 430

### a) prazos de convocação

Considerando ser a Companhia emissora de ações que servem de lastro para programa de ADR, suas assembleias gerais deverão ser convocadas com o prazo mínimo de 30 dias de antecedência, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 559/15.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia: (i) aumentar para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à Companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

### b) competências

Os acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, têm poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76:

- (a) reformar o Estatuto Social, inclusive para alterar o objeto social;
- (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal;
- (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras de cada exercício;
- (d) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (e) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (f) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (g) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e cessação do estado de liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (h) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial e extrajudicial;
- (i) alterar as preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criar nova classe mais favorecida;
- (j) emitir ações preferenciais ou aumentar classe de ações preferenciais já existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais;
- (k) reduzir o dividendo obrigatório;
- (l) participar em grupo de sociedades;
- (m) fixar a remuneração global dos administradores e dos membros do conselho fiscal;
- (n) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais desdobramentos de ações;
- (o) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social (fora do limite do capital autorizado); e
- (p) deliberar sobre planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações em favor

dos administradores, empregados da Companhia e a pessoas naturais que prestem serviços à mesma, assim como aos administradores, em pregados e prestadores de serviço de sociedades que sejam controladas pela Companhia.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos: ri.ambev.com.br; http://www.cvm.gov.br; http://www.bmfbovespa.com.br.

Endereço físico: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, CEP 04530-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### d) identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 19, § 3º, estabelece que o "conselheiro não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de conselho de administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia".

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

### e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei nº 6.404/76, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o representante do acionista deverá comparecer à assembleia geral munido de documento que comprove sua identidade e os respectivos poderes. A Companhia solicita que, em sendo possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na assembleia geral sejam depositados, na sede da Companhia com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a sua realização.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil.

A Companhia exige reconhecimento de firma, notarização, consularização e/ou tradução juramentada das procurações outorgadas por acionistas, conforme aplicável. A Companhia não admite procurações

outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Em vista do disposto na Instrução CVM nº 570/15, , os dispositivos da Instrução CVM nº 481/09 pertinentes à adoção do voto a distância passaram a ser aplicáveis à Companhia, em caráter obrigatório, desde 1º de janeiro de 2017.

Desta maneira, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Companhia, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 4° andar, CEP 04530-001, São Paulo/SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores:

- (i) boletim de voto à distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida;
- (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia; e
- (iii) cópia autenticada dos seguintes documentos:
  - para pessoas físicas documento de identidade com foto do acionista,
  - para pessoas jurídicas (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, (b) demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do acionista, nos termos de seu estatuto ou contrato social, incluindo, sem limitação, ata de eleição de conselheiros, diretores, procurações etc., e (c) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is),
  - para fundos de investimento (a) último regulamento consolidado do fundo, (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, (c) demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do gestor ou administrador do fundo, conforme o caso, e (d) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is).

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Em relação aos documentos indicados nos itens (i) a (iii) acima, a Companhia exige reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada, conforme o caso.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até sete dias antes da data da assembleia a que se refere. Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

### h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o acionista pode exercer o voto em assembleias gerais por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto à distância: (i) por ocasião da assembleia geral ordinária; (ii) sempre que a assembleia geral for convocada para deliberar sobre eleição de (a) membros do conselho fiscal, ou (b) do conselho de administração, quando a eleição se fizer necessária por vacância da maioria dos cargos do conselho, por vacância em conselho que tiver sido eleito por voto múltiplo ou para preenchimento das vagas dedicadas à eleição em separado de que tratam os artigos 141, § 4º, e 239 da Lei nº 6.404/76; e (iii) sempre que assembleia geral extraordinária for convocada para ocorrer na mesma data marcada para a assembleia geral ordinária.

Para demais informações sobre procedimentos do voto a distância, vide demais seções do item 12 deste Formulário de Referência.

# i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Desde 01/01/2017, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto a distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 4º andar, CEP 04530-001, São Paulo/SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no artigo 21-M da Instrução CVM nº 481/09) e à qualidade e participação do acionista, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

### j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância

Além da possibilidade de votar à distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber:

- (i) o custodiante do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou
- (ii) ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central.

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

### a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2017, foram realizadas 15 reuniões do Conselho de Administração, sendo 8 ordinárias e 7 extraordinárias.

Em geral, o conselho de administração reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões do conselho de administração são convocadas por qualquer dos seus copresidentes ou pela maioria de seus membros, através de carta, telegrama, e-mail ou pessoalmente, com pelo menos 24 horas de antecedência.

### b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A AmBrew S.A, a InterBrew International B.V e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência celebraram acordo de acionistas regulando o exercício do direito de voto decorrente da titularidade das ações de emissão da Companhia e o exercício, pela Companhia, do direito de voto decorrente da titularidade de ações ou quotas representativas do capital de suas subsidiárias, entre outras questões. O referido acordo de acionistas da Companhia foi celebrado em 16 de abril de 2013 e tornou-se eficaz em 30 de julho de 2013, data de aprovação da Incorporação de Ações, e permanecerá em vigor até 1º de julho de 2019.

Embora cada ação ordinária de emissão da Companhia conceda aos acionistas o direito a um voto na eleição do conselho de administração da Companhia, a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, a AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. tem a prerrogativa de eleger a maioria dos conselheiros da Companhia.

Segundo o acordo de acionistas da Companhia, cada uma das partes – Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, AmBrew S.A. e InterBrew International B.V. – tem representação no conselho de administração da Companhia e de suas subsidiárias e, além dos membros e respectivos suplentes, têm o direito de nomear, até dois observadores cada uma, para comparecerem às reuniões do conselho de administração da Companhia, sem direito a voto. Os conselhos de administração da Companhia e de suas subsidiárias serão compostos por, no mínimo três e não mais que 15 membros efetivos e o mesmo número de suplentes, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência tem o direito de nomear quatro conselheiros e seus respectivos suplentes ao conselho de administração da Companhia e de suas subsidiárias, desde que permaneça titular de, no mínimo, 1.501.432.405 ações de emissão da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos). A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência não poderá, nos termos do acordo de acionistas da Companhia, nomear mais de quatro conselheiros, ainda que a sua participação no capital social da Companhia aumente em relação à participação mínima de 1.501.432.405 ações de emissão da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos). A AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. poderão nomear membros e respectivos suplentes para o conselho de administração da Companhia e de suas subsidiárias, em um número proporcional ao número de membros nomeados pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência. A referida proporção baseia-se na relação que se estabelecerá entre a participação da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência e a participação conjunta da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V. no capital votante da Companhia.

O acordo de acionistas estabelece que a Companhia terá dois copresidentes do conselho de administração, com deveres e direitos iguais, devendo um ser nomeado pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner

Instituição Nacional de Beneficência e o outro nomeado conjuntamente pela AmBrew S.A e pela InterBrew International B.V. Na eventualidade de um impasse, nenhum dos copresidentes terá o voto de qualidade nas matérias submetidas ao conselho de administração da Companhia.

Cada uma das partes ao acordo em questão poderá destituir o conselheiro por ela nomeado ao conselho de administração da Companhia ou de suas subsidiárias e também terá o direito de nomear o seu respectivo substituto ou o novo suplente, se o suplente originalmente nomeado for confirmado para a posição em aberto.

O acordo de acionistas da Companhia estabelece, ainda, que os acionistas poderão, por consenso, determinar a criação de comitês dentro do conselho de administração da Companhia, com a finalidade de analisar questões específicas, cuja análise exija que seus membros tenham conhecimentos técnicos específicos.

Com relação às questões submetidas à votação dos acionistas ou seus representantes no conselho de administração da Companhia ou de suas subsidiárias, a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, a AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. devem envidar esforços no sentido de (i) chegarem a um consenso no tocante ao exercício dos respectivos direitos de voto na Companhia e em suas subsidiárias; e (ii) concordar sobre como orientar os seus respectivos representantes a votar sobre assuntos em pauta. O acordo de acionistas da Companhia prevê que as partes deverão realizar uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral ou reunião do conselho de administração da Companhia ou de suas subsidiárias, de sorte a discutir e determinar a posição consensual a ser adotada pelas partes nas referidas reuniões ou assembleias.

Se as partes não chegarem a um consenso com relação a uma questão em particular, a posição a ser adotada por todas as partes do acordo será determinada pelo acionista ou grupo de acionistas detentor do maior número de ações da Companhia com direito a voto, atualmente constituído pela AmBrew S.A e pela InterBrew International B.V. Esta regra não se aplica em caso de (i) eleição de membros do conselho de administração, que deverá obedecer a regra de eleição específica, descrita acima; e (ii) votação de questões que requerem aprovação unânime da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V. As questões que exigem aprovação unânime são as seguintes:

- qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias para modificar: (a) o objeto social, (b) o prazo de duração, e/ou (c) a composição, os poderes e os deveres dos órgãos administrativos;
- aprovação do orçamento anual de investimentos da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias quando o valor dos investimentos exceder 8,7% das vendas líquidas da Companhia orçadas para o mesmo exercício social;
- nomeação, destituição ou substituição do diretor geral da Companhia;
- aprovação ou alteração da política de remuneração do conselho de administração e da diretoria da Companhia e de suas subsidiárias;
- aprovação de planos de opção de compra de ações para os administradores e empregados da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- alteração na política estatutária de dividendos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- aumentos de capital da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias, com ou sem direito de
  preferência, por subscrição, criação de uma nova classe de ações ou mudanças nas características
  das ações existentes, bem como redução do capital, emissão de debêntures, conversíveis ou não em
  ações, bônus de subscrição e criação de partes beneficiárias pela Companhia e/ou por qualquer de
  suas subsidiárias, exceto quando tais negócios jurídicos sejam realizados entre a Companhia e suas
  subsidiárias ou entre as subsidiárias;
- fusões, cisões, transformações, incorporações, aquisições e desinvestimentos envolvendo a

Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias, neste último caso (a) quando envolver uma sociedade que não seja controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, e (b) desde que venha a resultar a redução dos dividendos médios pagos pela Companhia nos cinco anos imediatamente anteriores, corrigidos pela variação do IGP-M calculado pela Fundação Getulio Vargas desde a data de cada pagamento;

- criação, aquisição, cessão, transferência, constituição de gravame e/ou alienação, a qualquer título
  ou forma, de ações, quotas e/ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer das
  subsidiárias, exceto em favor da própria Companhia e/ou de outra subsidiária;
- contratação, pela Companhia e/ou por qualquer das subsidiárias, de operação de endividamento que resulte em um índice dívida/patrimônio líquido superior a 1,5;
- celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo as marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou das suas subsidiárias;
- concessão de empréstimos e prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, em valor superior a 1% do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado a quaisquer terceiros, exceto em favor (a) de empregados da Companhia e de suas subsidiárias, ou (b) das próprias subsidiárias;
- eleição dos membros de comitês do conselho de administração da Companhia;
- cancelamento do registro da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias como companhias abertas:
- pedido de recuperação judicial ou declaração de falência pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;
- liquidação ou dissolução da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias; e
- nomeação de auditores externos da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

O acordo de acionistas da Companhia prevê que, sempre que as partes não chegarem a um consenso em uma reunião preliminar sobre quaisquer das matérias apresentadas acima, elas exercerão seus direitos de voto no sentido da não aprovação da referida matéria. O acordo de acionistas da Companhia dispõe também que qualquer voto da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V., ou de quaisquer dos membros do conselho de administração nomeados por cada uma delas, que viole as suas disposições será considerado nulo, sem efeito e ineficaz.

A AmBrew S.A e InterBrew International B.V. e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência e a Companhia, a última na qualidade de interveniente anuente, celebraram em 16 de abril de 2013, acordo de acionistas que, observado o cumprimento de certas condições, passará a vigorar a partir de 2 de julho de 2019 ("Novo Acordo de Acionistas"). A eficácia do Novo Acordo de Acionistas estava condicionada à aprovação da Incorporação de Ações, que ocorreu em 30 de julho de 2013, conforme descrito no item 6.3 acima, e sua vigência está condicionada à manutenção pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência da titularidade de um número mínimo de ações de emissão da Companhia.

O Novo Acordo de Acionistas regula, dentre outras matérias, o exercício do direito de voto decorrente da titularidade de ações da Companhia e o exercício, pela Companhia, do direito de voto decorrente da titularidade de ações ou quotas representativas do capital de suas subsidiárias. Os principais termos do Novo Acordo de Acionistas estão descritos abaixo.

O Novo Acordo de Acionistas estabelece que a administração da Companhia será composta por um conselho de administração e uma diretoria. O conselho de administração da Companhia não terá mais dois copresidentes.

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência terá o direito de eleger dois

membros efetivos e os respectivos suplentes para o conselho de administração da Companhia, desde que mantenha, no mínimo, a titularidade de 1.501.432.405 ações de emissão da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos). Um dos membros do conselho de administração indicado pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência terá o direito de participar, na qualidade de observador, do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e do Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia, bem como de qualquer outro comitê que venha a ser criado pelo conselho de administração. Adicionalmente, as Partes do Novo Acordo de Acionistas se comprometem a envidar seus melhores esforços para permitir a participação do referido observador nas reuniões do conselho fiscal. A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência poderá destituir os conselheiros por ela nomeados ao conselho de administração da Companhia, e também terá o direito de nomear o seu respectivo substituto ou o novo suplente, se o suplente originalmente nomeado for confirmado para a posição em aberto.

O Novo Acordo de Acionistas estabelece, ainda, que o conselho de administração da Companhia poderá criar comitês específicos. O Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e o Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia foram criados em reunião do conselho de administração da Companhia realizada imediatamente após a conclusão da Incorporação de Ações, em 31 de julho de 2013.

As regras mencionadas acima relativas à administração da Companhia, que estarão previstas no Novo Acordo de Acionistas, não se aplicam aos órgãos da administração das subsidiárias da Companhia.

O Novo Acordo de Acionistas da Companhia estabelece que as Partes devem realizar uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral ou reunião do conselho de administração da Companhia ou de suas controladas para discutir e determinar a decisão consensual a ser adotada pelas Partes nas referidas assembleias gerais ou reuniões.

Se as Partes não chegarem a um consenso com relação a uma matéria em particular, a decisão a ser adotada por todas as Partes do Novo Acordo de Acionistas será determinada pelo acionista titular do maior número de ações da Companhia com direito a voto. Esta regra não se aplica em caso de deliberação sobre as matérias a seguir listadas: (i) eleição de membros do conselho de administração ou de membro de qualquer comitê criado pelo conselho de administração, que deverá obedecer a regra de eleição específica, descrita acima; e (ii) votação das seguintes questões que requerem aprovação unânime das Partes: qualquer reforma do Estatuto Social da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas para modificar (a) o objeto social para a cessação das atividades de produção, comercialização e distribuição de bebidas, (b) a forma de destinação do resultado de cada exercício social, nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia e disposições equivalentes nos estatutos sociais das suas controladas que sejam patrocinadoras da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, (c) o dividendo mínimo obrigatório de 40% do lucro líquido da Companhia, (d) qualquer outro dispositivo que modifique os direitos da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência nos termos do Novo Acordo de Acionistas, e (e) transformação da Companhia em outro tipo societário.

O Novo Acordo de Acionistas passará a vigorar a partir de 2 de julho de 2019, observadas as condições descritas acima, e permanecerá em vigor pelo prazo em que Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência for titular de, pelo menos, 1.501.432.405 ações do capital social da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos). A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência poderá rescindir o Novo Acordo de Acionistas a qualquer momento.

PÁGINA: 228 de 430

### c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei nº 6.404/76, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia e aquele que ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal.

A Lei nº 6.404/76 dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e a extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2(d) acima, a Lei nº 6.404/76 dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável. O acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

A Companhia não possui política de indicação e preenchimento de cargos do conselho de administração.

PÁGINA: 229 de 430

## 12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não aplicável, uma vez que o Estatuto Social da Companhia não prevê cláusula compromissória para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

PÁGINA: 230 de 430

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Bernardo Pinto Paiva	19/09/1968	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2016	11/05/2019	2
927.838.997-87	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	11/05/2016	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de				
Fernando Mommensohn Tennenbaum	07/01/1977	Pertence apenas à Diretoria	15/05/2018	01/07/2021	1
245.809.418-02	Engenheiro de produção	19 - Outros Diretores	01/07/2018	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pedro de Abreu Mariani	29/10/1966	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2016	11/05/2019	2
929.007.207-53	Advogado	19 - Outros Diretores	11/05/2016	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretor Jurídico e de Relações Corporativas			
Ricardo Morais Pereira de Melo	01/12/1971	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2016	11/05/2019	2
765.157.884-87	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	11/05/2016	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro da diretoria.		Diretor de Vendas e Diretor de Gente e Gestão			
Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda	16/04/1976	Pertence apenas à Diretoria	06/11/2017	11/05/2019	1
072.401.457-86	Engenheiro	19 - Outros Diretores	01/01/2018	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretor de Refrigerantes			
Maurício Nogueira Soufen	31/07/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/10/2016	11/05/2019	1
162.743.818-13	Engenheiro Mecânico - Automação e Sistemas	19 - Outros Diretores	19/10/2016	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretor Industrial e de Logística			
Daniel Cocenzo	09/04/1974	Pertence apenas à Diretoria	31/01/2018	11/05/2019	1
029.453.467-96	Administrador	19 - Outros Diretores	01/02/2018	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretor de Premium e High End			

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Paula Nogueira Lindenberg	20/09/1975	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2016	11/05/2019	2
267.121.178-36	Administradora	19 - Outros Diretores	11/05/2016	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretora de Marketing			
Fernando Maffessoni	07/08/1977	Pertence apenas à Diretoria	31/01/2018	11/05/2019	1
928.806.140-15	Administrador	19 - Outros Diretores	01/04/2018	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro da diretoria.	a Companhia é o de	Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compa	rtilhados		
Rodrigo Figueiredo de Souza	09/12/1975	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2016	11/05/2019	2
200.176.968-79	Engenheiro	19 - Outros Diretores	11/05/2016	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro da diretoria.		Diretor de Suprimentos			
Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa	09/07/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2018	Até a AGO de 2020	1
694.514.864-53	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	01/09/2018	Sim	0.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro suplente do conselho de administração.					
Victorio Carlos De Marchi	13/11/1938	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	3
008.600.938-91	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2017	Sim	100.00%
Presidente do Comitê de Operações, Finanças e Rende Compliance Concorrencial e de Partes Relacionad					
Carlos Alves de Brito	08/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	3
595.438.507-63	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2017	Sim	65.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de copresidente do conselho de administração.					
Milton Seligman	19/08/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/01/2018	Até a AGO de 2020	1
093.165.740-72	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/01/2018	Sim	83.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho de administração.	a Companhia é o de				
José Heitor Attilio Gracioso	20/11/1931	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	3
006.716.908-25	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2017	Sim	76.00%

Outros cargos e funções exercidas no emissor  Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas.  Michel Dimitrios Doukeris  09/04/1973  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Suplente)  11/01/2018  Até a AGO de 2020  1 810.940.279-87  Engenheiro Químico 23 - Conselho de Administração (Suplente)  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Vicente Falconi Campos  30/09/1940  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo)  22 - Conselho de Administração (Efetivo)  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite  03/08/1965  Pertence apenas ao Conselho de Administração  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  28/24/2017  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta  06/11/1957  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo)  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  706.988.307-25  Engenheiro  22 - Conselho de Administração (Efetivo)  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  Cecilia Sicupira  24/05/1981  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo)  28/04/2017  Até a AGO de 2020  1  Até a AGO de 2020  3  Cecilia Sicupira  24/05/1981  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo)  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  Cecilia Sicupira  24/05/1981  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo)  28/04/2017  Até a AGO de 2020  1  Até a AGO de 2020  3  Conselho de Administração (Efetivo)  28/04/2017  Até a AGO de 2020  3  Administração (Efetivo)	Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
Membro do Comité de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas.  Michel Dimitrios Doukeris 09/04/1973 Pertence apenas ao Conselho de Administração 11/01/2018 Até a AGO de 2020 1 810.940.279-87 Engenheiro Químico 23 - Conselho de Administração (Suplente) 11/01/2018 Sim 0.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Vicente Falconi Campos 30/09/1940 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 000.232.216-15 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 94.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Michel Dimitrios Doukeris  09/04/1973 Pertence apenas ao Conselho de Administração 11/01/2018 Até a AGO de 2020 1 810.940.279-87 Engenheiro Químico 23 - Conselho de Administração (Suplente) 11/01/2018 Sim 0.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração Vicente Falconi Campos 30/09/1940 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 000.232.216-15 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) Sim 94.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração  28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 Conselho de Operações, Finanças e Remuneração.  Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 Conselho de Operações, Finanças e Remuneração.  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 Operações, Finanças e Remuneração.  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 Operações, Finanças e Remuneração.  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 Operações, Finanças e Remuneração.  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 Operações, Finanças e Remuneração.  Pertence apenas ao Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Até a AGO de 2020 Até a AGO de 2	Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
B10.940.279-87 Engenheiro Químico 23 - Conselho de Administração (Suplente) 11/01/2018 Sim 0.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Vicente Falconi Campos 30/09/1940 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  000.232.216-15 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 94.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite 03/08/1965 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1  555.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%	Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de	Partes Relacionadas.				
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Vicente Falconi Campos 30/09/1940 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 000.232.216-15 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 94.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite 03/08/1965 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Michel Dimitrios Doukeris	09/04/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/01/2018	Até a AGO de 2020	1
membro do conselho de administração.  Vicente Falconi Campos 30/09/1940 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 000.232.216-15 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 94.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite 03/08/1965 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	810.940.279-87	Engenheiro Químico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	11/01/2018	Sim	0.00%
000.232.216-15 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 94.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite 03/08/1965 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1  055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de		Companhia é o de				
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite 03/08/1965 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Vicente Falconi Campos	30/09/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	3
membro do conselho de administração.  Luis Felipe Pedreira Dutra Leite 03/08/1965 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	000.232.216-15	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2017	Sim	94.00%
824.236.447-87 Economista 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1  055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de		Companhia é o de				
Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3  706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1  055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Luis Felipe Pedreira Dutra Leite	03/08/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	3
Roberto Moses Thompson Motta 06/11/1957 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 3 706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) Sim 82.00% Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração. Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) Sim 76.00% Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	824.236.447-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2017	Sim	76.00%
706.988.307-25 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 82.00%  Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1  055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remun	eração.				
Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.  Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00% Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Roberto Moses Thompson Motta	06/11/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	3
Cecília Sicupira 24/05/1981 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1 055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00% Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	706.988.307-25	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2017	Sim	82.00%
055.532.167-37 Administradora 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 76.00%  Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Membro do Comitê de Operações, Finanças e Remun	eração.				
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de	Cecília Sicupira	24/05/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	1
	055.532.167-37	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2017	Sim	76.00%
monara da concenta da deliminativação.	Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho de administração.	Companhia é o de				
Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano 01/04/1967 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 2	Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	01/04/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	2
086.323.078-43  Bacharel em Política, 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) 28/04/2017 Sim 100.00% Filosofia e Economia	086.323.078-43		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2017	Sim	100.00%
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho de administração.		Companhia é o de				
Marcos de Barros Lisboa 02/08/1964 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 2	Marcos de Barros Lisboa	02/08/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	2
806.030.257-49 Economista 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) 28/04/2017 Sim 100.00%	806.030.257-49	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2017	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas	Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de	Partes Relacionadas				
Nelson José Jamel 17/03/1972 Pertence apenas ao Conselho de Administração 28/04/2017 Até a AGO de 2020 1	Nelson José Jamel	17/03/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2020	1
025.217.577-80 Engenheiro 22 - Conselho de Administração (Efetivo) 28/04/2017 Sim 6.00%	025.217.577-80	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2017	Sim	6.00%

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho de administração.	a Companhia é o de					
José Ronaldo Vilela Rezende	07/06/1962	Conselho Fiscal	27/04/2018	Até a AGO de 2019	3	
501.889.846-15	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	07/05/2018	Sim	100.00%	
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na Companhia é o de membro do conselho fiscal.						
Aldo Luiz Mendes	13/10/1958	Conselho Fiscal	27/04/2018	Até a AGO de 2019	1	
210.530.301-34	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/05/2018	Não	100.00%	
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho fiscal.	a Companhia é o de					
Vinicius Balbino Bouhid	06/08/1961	Conselho Fiscal	27/04/2018	Até a AGO de 2019	3	
667.460.867-04	Bancário e Engenheiro Civil	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/05/2018	Não	100.00%	
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho fiscal.	a Companhia é o de					
Emanuel Sotelino Schifferle	27/02/1940	Conselho Fiscal	27/04/2018	Até a AGO de 2019	6	
009.251.367-00	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	07/05/2018	Sim	100.00%	
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho fiscal.	a Companhia é o de					
Ary Waddington	25/09/1932	Conselho Fiscal	27/04/2018	Até a AGO de 2019	6	
004.469.397-49	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/07/2018	Sim	100.00%	
Não aplicável, uma vez que o único cargo exercido na membro do conselho fiscal.	a Companhia é o de					
Experiência profissional / Declaração de eventuais	condenações / Critéri	os de Independência				

Bernardo Pinto Paiva - 927.838.997-87

Nos últimos 5 anos, ocupou diferentes cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambey, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, que faz parte do grupo econômico da Companhia. De 2008 a 2009 ocupou o cargo de Presidente da Labatt Brewing Company Limited, e de 2009 a 2012 ocupou o cargo de Presidente da Quilmes Industrial Société Anonyme, ambas subsidiárias da Companhia cuja atividade principal é a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja. De 2012 a 2014 ocupou o cargo de Diretor de Vendas da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Geral da Companhia. O Sr. Bernardo Pinto Paiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Fernando Mommensohn Tennenbaum - 245.809.418-02

Nos últimos 5 anos, ocupou diversos cargos na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas e que faz parte do grupo econômico da Companhia, incluindo o de Vice-Presidente Global de Tesouraria. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, na Companhia, incluindo Tesoureiro, Diretor de Fusões e Aquisições e Gerente do departamento de relações com investidores. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia. O Sr. Fernando Mommensohn Tennenbaum declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Pedro de Abreu Mariani - 929.007.207-53

Ocupou, desde 2005, o cargo de Diretor Jurídico da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Jurídico e de Diretor de Relações Corporativas da Companhia. O Sr. Pedro de Abreu Mariani declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Ricardo Morais Pereira de Melo - 765.157.884-87

Nos últimos 5 anos, ocupou diversos cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, que faz parte do grupo econômico da Companhia, incluindo Diretor Vendas no Canadá e Diretor de Estratégia de Vendas nos Estados Unidos. Desde 2015, ocupou o cargo de Diretor de Revendas nos Estados Unidos. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Gente e Gestão da Companhia. O Sr. Ricardo Morais Pereira de Melo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - 072.401.457-86

Nos últimos 5 anos, ocupou diversos cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, que faz parte do grupo econômico da Companhia, incluindo Diretor Geral das operações do CAC (América Central e Caribe) e Vice Presidente de Finanças da Europa. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Refrigerantes da Companhia. O Sr. Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerdadeclarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### Maurício Nogueira Soufen - 162.743.818-13

Nos últimos 5 anos, ocupou diversos cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e na Companhia, incluído o de Diretor do Centro de Engenharia da Companhia entre 2014 e 2016 e o de Diretor de Operações Industrial – Regional Centro Oeste entre 2012 e 2013. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Industrial e, desde 01/01/2017, acumulou o cargo de Diretor de Logística da Companhia. O Sr. Maurício Nogueira Soufen declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Daniel Cocenzo - 029.453.467-96

Ingressou na Companhia em 1999, e nos últimos 5 anos, ocupou diferentes cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, incluindo os cargos de Diretor de Gente e Gestão da zona CAC, Diretor de Vendas da República Dominicana e Diretor de Vendas Regional (RJ/ES). Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Premium e High End da Companhia. O Sr. Daniel Cocenzo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paula Nogueira Lindenberg - 267.121.178-36

Nos últimos 5 anos, ocupou diversos cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, na Companhia e na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, que faz parte do grupo econômico da Companhia, incluindo o de Diretora de Marketing de Brahma, de Antarctica e de Portfólio Premium, além de Diretora Global de Insights. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora de Marketing da Companhia. A Sra. Paula Nogueira Lindenberg declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fernando Maffessoni - 928.806.140-15

Nos últimos 5 anos, ocupou diferentes cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e na Companhia, incluindo os cargos de Diretor de Planejamento e Performance Supply, Diretor do Centro de Serviços Compartilhados eDiretor de Logística. Ele ingressou na Companhia em 1998. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados da Companhia. O Sr. Fernando Maffessoni declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rodrigo Figueiredo de Souza - 200.176.968-79

Nos últimos 5 anos, ocupou diversos cargos na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, na Companhia e na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas e que faz parte do grupo econômico da Companhia, incluindo o de Diretor Regional de Fábrica e Diretor de Logística da Latin America Norte.

Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Suprimentos da Companhia. O Sr. Rodrigo Figueiredo de Souza declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa - 694,514,864-53

Nos últimos 5 anos, ocupou diferentes cargos na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, que faz parte do grupo econômico da Companhia, na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, e na Companhia. De 2005 a 2011, ocupou o cargo de Vice Presidente de Marketing da Companhia, de 2011 a 2012, ocupou o cargo de Presidente da BU Austral na Zona Latin American South, de 2013 a 2014, ocupou o cargo de Presidente da Labatt, subsidiária da Companhia e de 2014 a 2016, ocupou o cargo de Vice Presidente Global Brands da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente da Zona Latin American South e o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Carlos Lisboa declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Victorio Carlos De Marchi - 008.600.938-91

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e da Companhia. Além disso, foi, de 2003 a 2009, Copresidente do Conselho de Administração da Quilmes Industrial Société Anonyme, subsidiária da Companhia, cuja atividade principal é a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, e que faz parte do grupo econômico da Companhia. Atualmente, é (i) desde 1985, membro do conselho de administração da Fundação Zerrenner, cuja atividade principal é a prestação de assistência gratuita à saúde e educação, sendo que desde 2006, é diretor executivo da Fundação; (ii) desde 2012, membro do conselho de Instituto Vargas – FGV, instituição de ensinc;(iii) desde 2006, presidente do conselho deliberativo do Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, entidade de previdência privada; (iv) desde 2004, membro do conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, instituto privado de estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional; (v) desde 1994, membro representante do Brasil no Conselho de Empresários da América Latina – CEAL; (vi) desde 1992, membro do conselho de estudos econômicos da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e desde 2008, membro do conselho estratégico da FIESP; (vii) desde 2002, membro do comitê executivo da ALAFACE – Associação Latino Americana de Fabricantes de Cervejas – Cerveceros Latinoamericanos, sendo que, desde 2015, é presidente do conselho executivo da ALAFACE; (viii) desde 2003, membro do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO, sendo que, desde 2012, é presidente do conselho de administração da ETCO; (ix) desde 2005, presidente do conselho de Administração da Companhia. O Sr. Victorio Carlos De

Carlos Alves de Brito - 595.438.507-63

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e da Companhia. Além disso, durante 2005, atuou como Diretor Geral para a América do Norte da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. Atua também, desde dezembro de 2005, como Diretor-Presidente da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas e que faz parte do grupo econômico da Companhia. Ocupou, desde 2006, o cargo de Copresidente do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. Além disso, atualmente, ocupa os seguintes cargos: (i) membro do Board of Trustees and Finance Committee da Greenwich Academy, Inc., entidade de ensino nos Estados Unidos; (ii) membro do Advisory Board da Tsinghua University School of Economics and Management, entidade de ensino na China; (iii) Presidente do Grupo CEO, da International Alliance for Responsible Drinking (IARD), organização sem fins lucrativos dedicada a abordar a questão de consumo responsável; e (iv) membro do Global Brewers Initiative (GBI), consórcio de fabricantes de cervejas no mundo. Atualmente, também, ocupa o cargo de Copresidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Carlos Alves de Brito declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Milton Seligman - 093.165.740-72

Atuou como Diretor de Relações Corporativas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, entre 2004 e 2013 e foi membro do conselho de administração da Tenedora CND, S.A. entre 2013 a 2016, empresa holding das operações da Companhia na República Dominicana. Atualmente, (i) é sócio-diretor, desde 2014, da Milton Seligman e Associados Consultoria e Participações Ltda., empresa de consultoria empresarial, (ii) presidente do conselho de administração, desde 2015, do Instituto Sonho Grande, que atua na melhoria do ensino público brasileiro; (iii) membro consultivo, desde 2014, da Fundação Brava, organização sem fins lucrativos que desenvolve e apoia iniciativas de impacto para contribuir com o desenvolvimento do Brasil, (iv) membro consultivo, desde 2014, da Fundação Lemann, organização familiar sem fins lucrativos focada em projetos inovadores em educação; (v) Global Fellow, desde 2015, do Woodrow Wilson International Center for Scholars, um centro de pesquisa independente focado em políticas públicas e localizado em Washington, DC/USA, e (vi) coordenador, desde 2017, do Programa de Cursos em Gestão e Políticas Públicas do INSPER, instituição de ensino superior e pesquisa. Atualmente, também, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e do Conselho de Administração da Fundação Zerrener, cuja atividade é a prestação de serviços de assisência gratuita à saúde e educação. O Sr. Milton Seligman declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática

José Heitor Attilio Gracioso - 006.716.908-25

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e da Companhia. Atualmente, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e o cargo de membro do Conselho Fiscal da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing e membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner, cuja atividade principal é a prestação de assistência gratuita à saúde e educação. O Sr. José Heitor Atilio Gracioso declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Michel Dimitrios Doukeris - 810.940.279-87

Nos últimos 5 anos, ocupou os seguintes cargos na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas e que faz parte do grupo econômico da Companhia: (i) de 2013 a 2016, o cargo de Diretor Geral das operações na zona APAC (Asia Pacific) da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A; (ii) de 2016 a 2017, o cargo de Chief Sales Officer do global da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, e (iii) desde 2017, o curpa o cargo de Diretor Geral das operações na América do Norte da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A. Atualmente, também, ocupa o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Michel Dimitrios Doukeris declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Vicente Falconi Campos - 000.232.216-15

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia. Adicionalmente descrito no item 6.3 deste Formulário, e da Companhia. Adicionalmente, atua como membro do Conselho Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), cuja atividade principal é o desenvolvimento e difusão de métodos e técnicas de gerenciamento voltados à obtenção de resultados nas organizações privadas e públicas. É também fundador e Presidente do Conselho de Administração da FALCONI - Consultores de Resultados, a maior empresa de consultoria de gestão do Brasil. É consultor do Governo Federal Brasileiro bem como de diversos Governos Estaduais e Municipais além das maiores empresas brasileiras como o Grupo Gerdau, Vale, Amil (United Health), Petrobras, B2W, entre diversas outras. Formou-se em Engenharia em 1963 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tem os diplomas de M.Sc. e Ph.D. em Engenharia pela Colorado School of Mines, EUA. É Professor Emérito da UFMG. Condecorado com a Medalha da Ordem do Rio Branco por serviços prestados à nação. Escolhido pela American Society for Quality Control como uma das "21 vozes do Século XXI". Ocupou os seguintes cargos (i) de 2012 a 2013, foi membro do conselho de administração da Vigor Alimentos S.A., companhia de lácteos brasileira; (ii) de 2012 a 2014, foi membro do conselho de administração da Qualicorp S.A., empresa cuja principal atividade é a administração e vendas de planos de saúde; e (iii) de 2012 a 2013, foi membro do conselho de incorporação e construção de ináveis. Atualmente, é (i) presidente do Conselho do ISMART – Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos, entidade privada, sem fins lucrativos, que identifica jovens talentos de baixa renda, e lhe concede bolsas em escolas particulares de excelência, do ensino fundamental à universidade

Luis Felipe Pedreira Dutra Leite - 824.236.447-87

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas — Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e da Companhia. De 2013 a 2015 fez parte do conselho de administração da WhitbySchool, entidade de ensino nos Estados Unidos. Atualmente, é Diretor Financeiro da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas e que faz parte do grupo econômico da Companhia. Atualmente, também, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e o cargo de membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia. O Sr. Luis Felipe Pedreira Dutra Leite declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Moses Thompson Motta - 706.988.307-25

Nos últimos 5 anos, atuou como (i) membro do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, e da Companhia; (ii) entre 2004 e 2014, membro do Conselho de Administração da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, e que faz parte do grupo econômico da Companhia. Atualmente, atua como membro do conselho de administração das seguintes empresas (i) desde 2001, das Lojas Americanas S.A., companhia aberta cuja atividade principal é o comércio geral; (ii) desde 2001, da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a administração de empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros; (iii) desde 2013, da Restaurant Brands International (anteriormente denominada Burger King Worldwide Inc.), empresa do setor alimentício; e (iv) desde 2005, da 3G Capital, veículo de private equity criado pelos Srs. Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles, e Carlos Alberto Sicupira, todos controladores indiretos da Companhia. Atualmente, também, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e de membro do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia. O Sr. Roberto Moses Thompson Motta declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cecília Sicupira - 055.532.167-37

Nos últimos 5 anos, e até o momento, ocupa os seguintes cargos, das seguintes empresas: (i) desde 2007, membro suplente do conselho de administração da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a administração de empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros; (ii) desde 2012, membro do conselho de administração da S-BR Global Investiments Ltd., que tem como principal atividade de consultoria de investimentos; (iii) desde 2012, membro do conselho de administração e da diretoria da S-Velame Administração de Recursos e Participações S.A., holding detentora de participação acionária na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A.; (iv) desde 2013, membro do conselho de administração e do comitê de remuneração da Lojas Americanas S.A., companhia aberta cuja atividade principal é o comércio geral; e (v) desde julho de 2016, membro do conselho de administração da Restaurants Brands International Inc., que tem como principal atividade a operação de restaurantes de fast food e outros gêneros alimentícios. Atualmente, também, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. A Sra. Cecília Sicupira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa. que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano - 086.323.078-43

Nos últimos 5 anos, ocupou os seguintes cargos, nos períodos indicados, das seguintes empresas: (i) de 2008 a 2014, membro do conselho de administração da San Antonio Internacional, Ltd., que tem como principal atividade a prestação de serviços de perfuração e engenharia para a indústria de óleo e gás; (ii) de 2014 a 2015, membro do conselho de administração da BRZ Investimentos S.A., que tem como principal atividade a gestão de fundos de investimento; (iii) de 2007 a 2013, membro do conselho de administração da Estácio Participações S.A., que tem como principal atividade a participação em entidades de ensino superior; (iv) de 2007 a 2013, membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., empresa holding que participa em diversas companhias de diversos segmentos, tais como field marketing, recrutamento e reposicionamento de profissionais e terceirização de mão de obra agrícola; (v) de 2009 a 2013, membro do conselho de administração da BHG S.A. – Brazil Hospitality Group, que tem como principal atividade a propriedade e administração de hotéis; e (vi) de 2006 a 2013, membro do conselho de administração da BR Malls Participações S.A. empresa proprietária e administradora de shoppings centers. Atualmente, ocupa os seguintes cargos: (i) diretor geral e membro do conselho de administração da GP Investments, Ltd., cuja principal atividade é a participação no capital de outras empresas por meio de operações de private equity; (ii) membro do conselho de administração da Apen Ltd. /GP Advisors Zurich, empresa do grupo da GP Investments, Ltd. Indicada no item anterior; (iii) membro do conselho da Fundação Estudar, organização sem fins lucrativos que tem como objetivo potencializar jovens talentos para que possam agir grande e transformar o Brasil; e (iv) está no Conselho de várias organizações sem fins lucrativos, incluindo Fundação Bienal, Museu de Arte de São Paulo, a Biblioteca Bodleian em Oxford-UK e John Carter Brown Library, em Providence, Rhode Island-USA. Atualmente, também, ocupa o cargo de membr

Marcos de Barros Lisboa - 806.030.257-49

Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor Executivo do Unibanco S.A. e como Vice-Presidente de Seguros, Controles e Apoio Operacional do Itaú Unibanco S.A., ambas as companhias com atividade preponderante no setor financeiro. Até 2013, foi membro do conselho de administração do Itaú Unibanco S.A. Além disso, entre 2003 e 2005, atuou como Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Desde o fim da década de 80, desenvolve atividades no corpo docente de diversas instituições de ensino no Brasil e no exterior. Possui Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia. Atualmente, (i) é diretor presidente do INSPER, instituição de ensino superior e pesquisa, (ii) membro do conselho de administração da Natura Cosméticos S.A., empresa que atua no setor de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal; e (iii) membro do conselho de administração da Mercedes-Benz do Brasil Ltda., empresa que atua na fabricação de veículos automotores. Atualmente, ainda, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Marcos de Barros Lisboa declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nelson José Jamel - 025.217.577-80

Nos últimos 5 anos, ocupou diferentes cargos na Anheuser-Busch InBev N.V/S.A, companhia aberta cuja atividade principal é a produção e comercialização de bebidas, que faz parte do grupo econômico da Companhia, na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, companhia aberta cuja atividade principal era a fabricação, distribuição e comercialização de cerveja, refrigerantes e outros produtos não alcoólicos, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, e na Companhia. De 2007 a 2008, ocupou o cargo de Vice-Presidente de Finanças para a Europa Ocidental da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A. Ocupou também o cargo de Diretor Financeiro da Companhia Cervecera AmBev Dominicana, C. por A., sociedade que faz parte do grupo econômico da Companhia. Desde 2009, ocupou o cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, permanecendo no cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia até 2015. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Financeiro da North America Zone da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A. Foi eleito em 28 de abril de 2017 como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia e ocupa, desde 15 de maio de 2018, o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Nelson José Jamel declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação or ramial, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Ronaldo Vilela Rezende - 501.889.846-15

Nos últimos 5 anos, ocupou os seguintes cargos nos períodos indicados das seguintes empresas/ instituições: (i)sócio de gestão de riscos da prática de consultoria na PricewaterhouseCoopers Brasil de 2005 a 2011, cuja atividade principal é a prestação de serviços de auditoria de processos e sistemas; (ii) Líder da Indústria de Agribusiness da PricewaterhouseCoopers no Brasil (de 2006 a 2014) e nas Américas ( de 2009 a 2014); e (iii) sócio responsável na PricewaterhouseCoopers Brasil pelo delivery de projetos de Risk Assurance Services (RAS) (serviços relacionados com auditoria de processos e sistemas) desde 1998. Conselheiro Fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança – IBGC.Bacharel em ciências contábeis pela UNA, em Belo Horizonte. Pós-graduado em finanças pela Fundação Dom Cabral. Mestre em Agroenergia pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Atualmente, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. José Ronaldo Vilela Rezende declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Aldo Luiz Mendes - 210.530.301-34

Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos, nos períodos indicados, nas seguintes empresas/instituições: (i) Diretor Executivo, de janeiro de 2017 até dezembro de 2017, do Banco Original, instituição financeira que atua no financiamento de grandes empresas, agronegócio e varejo; e (ii) Diretor de Política Monetária, entre 2009 e 2016, do Banco Central do Brasil, autarquia federal, com suas funções definidas na Lei nº 4.595/64. Formado em ciências econômicas pela Universidade de Brasília. Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo. Possui as seguintes especializações: (i) Orçamento Público, pelo IPEA; e (ii) Formação de Administradores – Área Internacional BB, pela FGV-SP. Atualmente, ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia e desde abril de 2018 ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Cielo S.A., companhia aberta que atua no segmento de meios de pagamento. O Sr. Aldo Luiz Mendes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação oriminal, qualquer condenação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Vinicius Balbino Bouhid - 667,460,867-04

Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos, nos períodos indicados, nas seguintes empresas: (i) Diretor Geral Estatutário (CEO), entre 2013 e 2015, da BB Securities Ltd., em Londres, que atua como distribuidora de valores mobiliários, tendo à época implementado uma nova governança na referida empresa, com implementação da equipe de compliance e de novos processos; (ii) Gerente Executivo, entre 2009 e 2013, responsável pela área de governança corporativa e private equity da BB Banco de Investimento S.A.; (iii) Membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil Securities em Londres entre 2013 e 2015; e (iv) Membro do Conselho Fiscal da Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, que atua no setor elétrico, entre 2011 e 2013. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília com MBA Executivo pela Universidade de Mato Grosso. Atualmente, ocupa o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e desde 2017 o cargo de membro titular do conselho fiscal da Norte Energia S.A. (usina hidrelétrica Belo Monte). O Sr. Vinicius Balbino Bouhid declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Emanuel Sotelino Schifferle - 009.251.367-00

Nos últimos 5 anos, ocupou os seguintes cargos, nos períodos indicados, das seguintes empresas: (i) Sócio Diretor, desde 1992, da ASPA Assessoria e Participações S/C Ltda., sociedade cuja atividade principal é a assessoria a empresas em programas de reestruturação, aquisição, negociação de contratos e gestão transitória, tendo atuado na gestão de companhias em recuperação judicial, na reorganização de sociedades, reestruturação e renegociação de contratos, dentre outros; (ii) Membro do Conselho Fiscal, entre 2004 e 2009, da ALL – América Latina Logística, companhia aberta cuja principal atividade é a prestação de serviços de transporte de cargas de modais ferroviário e rodoviário; (iii) Membro Suplente do Conselho Fiscal, de 2005 a 2014, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário; (iv) Membro do Conselho Fiscal, entre 2007 e 2011, da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a administração de empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros; (v) Membro do Conselho Fiscal, desde 2008, da Estácio Participações S.A., companhia aberta cujas principals atividades são o desenvolvimento e administração de atividade e instituição na área de educação; e (vi) Membro do Conselho Fiscal, entre 2011 e 2015, da Allis Participações S.A., companhia aberta cujas principais são a prestação de serviços de marketing e vendas em diversos seguimentos do mercado. Atualmente, ocupa o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Emanuel Sotelino Schifferle declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### Ary Waddington - 004.469.397-49

Nos últimos 5 anos, ocupou o cargo de (i) Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, sucedida pela Companhia desde 2 de janeiro de 2014, conforme descrito no item 6.3 deste Formulário, de 2005 a 2014; (ii) Presidente do Conselho Fiscal, de 2008 a 2012, da União Química Farmacêutica Nacional S.A., companhia cujas atividades principais são a produção e desenvolvimento de produtos farmacêuticos; (iii) membro do Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A., companhia aberta cujas atividades principais são a geração e a comercialização de energia elétrica, sendo que de 2012 a 2015 foi membro titular, e desde 2015 é membro suplente; e (iv) Presidente do Conselho Fiscal, desde 2008, da Richard Saigh Indústria e Comércio S.A., companhia cujas atividades principais são a moagem de trigo e a fabricação e comercialização de farinha de trigo. Atualmente é, ainda, sócio da MAW Consultoria e Planejamento Ltda., que atua no setor de consultoria empresarial. Atualmente é, ainda, sócio do MAW Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Ary Waddington declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação oriminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no e	emissor					
Bolívar Moura Rocha	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	15/05/2018	Até a AGO de 2020	100.00%
052.370.578-61	Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas		10/03/1964	15/05/2018	3	
Não aplicável, uma vez que o único carg	o que ocupa na Companhia é o de Mer	mbro do Comitê de Compliance Concorre	ncial e de Partes Rela	cionadas		
Everardo de Almeida Maciel	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Consultor Tributário	15/05/2018	Até a AGO de 2020	100.00%
018.711.614-87	Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas		13/02/1947	15/05/2018	2	
Não aplicável, uma vez que o único carg	o que ocupa na Companhia é o de Mer	mbro do Comitê de Compliance Concorre	ncial e de Partes Rela	cionadas.		
José Heitor Attilio Gracioso	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	15/05/2018	Até a AGO de 2020	100.00%
006.716.908-25	Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas		20/11/1931	15/05/2018	3	
Membro do Conselho de Administração						
Luis Felipe Pedreira Dutra Leite	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	15/05/2018	Até a AGO de 2020	50.00%
824.236.447-87	Comitê de Operações, Finanças e Remuneração		03/08/1965	15/05/2018	3	
Membro do Conselho de Administração						
Marcos de Barros Lisboa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	19/09/2018	Até a AGO de 2020	0.00%
806.030.257-49	Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas		02/08/1964	19/09/2018	1	
Membro do Conselho de Administração						
Roberto Moses Thompson Motta	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/05/2018	Até a AGO de 2020	100.00%
706.988.307-25	Comitê de Operações, Finanças e Remuneração		06/11/1957	15/05/2018	3	
Membro do Conselho de Administração						
Victorio Carlos De Marchi	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Advogado	15/05/2018	Até a AGO de 2020	100.00%

### 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no em	issor					
008.600.938-91	Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas		13/11/1938	15/05/2018	3	
Copresidente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração						
Victorio Carlos De Marchi	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Advogado	15/05/2018	Até a AGO de 2020	100.00%
008.600.938-91	Comitê de Operações, Finanças e Remuneração		13/11/1938	15/05/2018	3	

Copresidente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Bolívar Moura Rocha - 052.370.578-61

Nos últimos 5 anos, atuou como sócio do escritório de advocacia Levy & Salomão Advogados, sendo responsável pelo setor de solução de controvérsias, infraestrutura e concorrencial. É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e PhD em Ciências Políticas e Direito Internacional pela Université de Genève. Atualmente ocupa o cargo de membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia. O Sr. Bolívar Moura Rocha declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Everardo de Almeida Maciel - 018.711.614-87

Nos últimos 5 anos, atuou como consultor tributário, sendo, desde 2003, sócio presidente da Logos Consultoria Fiscal Ltda., empresa de consultoria na área tributária. Atualmente, é (i) membro do Conselho Superior de Economia da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; (ii) membro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO-SP; (iii) membro do Conselho de Altos Estudos de Finanças e Tributação e do Conselho Político e Social, ambos da Associação Comercial de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrener, cuja atividade principal é a prestação de assistência gratuita à saúde e educação; (v) membro do Conselho Fiscal do Instituto Fernando Henrique Cardoso; (vi) membro do Conselho Científico da Série Editorial IDP/Saraiva; (vii) membro da Comissão Julgadora do Prêmio Innovare, (viii) membro da Academia Internacional de Direito e Economia e da Comissão de Juristas para Desburocratização, instituída pelo Senado Federal; e (ix) presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Ética Concorrencial (ETCO). Além disso, leciona em cursos de pós-graduação no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), em Brasília. Exerceu vários cargos públicos, secretário da Receita Federal (1995-2002), Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal (1991-1994), Secretário Executivo dos Ministérios da Fazenda (2002), do Interior (1987) e da Educação (1985), e Ministro da Casa Civil da Presidência da República (1986). Atualmente ocupa o cargo de membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia. O Sr. Everardo de Almeida Maciel declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação oriminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Heitor Attilio Gracioso - 006.716.908-25

Vide resumo da experiência profissional e declaração no item 12.6 deste Formuláro de Referência.

Luis Felipe Pedreira Dutra Leite - 824.236.447-87

Vide resumo da experiência profissional e declaração no item 12.6 deste Formuláro de Referência.

Marcos de Barros Lisboa - 806.030.257-49

Vide resumo da experiência profissional e declaração no item 12.6 deste Formuláro de Referência.

Roberto Moses Thompson Motta - 706.988.307-25

Vide resumo da experiência profissional e declaração no item 12.6 deste Formuláro de Referência.

Victorio Carlos De Marchi - 008.600.938-91

Victorio Carlos De Marchi - 008.600.938-91

Vide resumo da experiência profissional e declaração no item 12.6 deste Formuláro de Referência.

## 12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Cecília Sicupira	055.532.167-37	Ambev S.A.	07.526.557/0001-00	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Carlos Alberto da Veiga Sicupira	041.895.317-15	Carlos Alberto da Veiga Sicupira		
Acionista controlador indireto				
<u>Observação</u>				

### 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do Emissor			
Victorio Carlos De Marchi	008.600.938-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
José Heitor Attilio Gracioso	006.716.908-25	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
James Terence Coulter Wright	872.316.898-68	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho Fiscal da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho Consultivo da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			

### 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Everardo de Almeida Maciel	018.711.614-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas da Compan	hia		
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2016			
Administrador do Emissor			
Victorio Carlos De Marchi	008.600.938-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor  José Heitor Attilio Gracioso	006.716.908-25	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia	000.7 10.300 23	Oubordinação	Controlador Biroto
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Vicente Falconi Campos	000.232.216-15	Subordinação	Controlador Direto

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho Consultivo da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Álvaro Antônio Cardoso de Souza	249.630.118-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho Consultivo da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
James Terence Coulter Wright	872.316.898-68	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho Fiscal da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho Consultivo da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcel Herrmann Telles	235.839.087-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		

		Tino de releçõe de Administrador com e	
Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Everardo de Almeida Maciel	018.711.614-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas da Ce	ompanhia		
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2015			
Exercício Social 31/12/2015  Administrador do Emissor			
Exercício Social 31/12/2015  Administrador do Emissor  Victorio Carlos De Marchi	008.600.938-91	Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi	008.600.938-91	Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor	008.600.938-91	Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada	008.600.938-91 60.480.480/0001-67	Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia		Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB		Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.		Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner. Observação  Administrador do Emissor		Subordinação	Controlador Direto  Controlador Direto
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner. Observação	60.480.480/0001-67	·	
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner. Observação  Administrador do Emissor José Heitor Attilio Gracioso	60.480.480/0001-67	·	
Administrador do Emissor Victorio Carlos De Marchi Membro do Conselho de Administração da Companhia Pessoa Relacionada FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner. Observação  Administrador do Emissor José Heitor Attilio Gracioso Membro do Conselho de Administração da Companhia	60.480.480/0001-67	·	

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	,	p	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Vicente Falconi Campos	000.232.216-15	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia	000.202.210 10	Cuboramação	Controlador Brioto
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.	00.100.100/0001 0/		
Observação			
2223492			
Administrador do Emissor			
Álvaro Antônio Cardoso de Souza	249.630.118-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia		Casoramaşao	
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.	001.001.00,000.0.		
Observação			
Administrador do Emissor			
James Terence Coulter Wright	872.316.898-68	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho Fiscal da Companhia		ŕ	
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
Observação			
Administrador do Emissor			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcel Herrmann Telles	235.839.087-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia			
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Everardo de Almeida Maciel	018.711.614-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companh	ia		
Pessoa Relacionada			
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INB	60.480.480/0001-67		
Membro do Conselho de Administração da Fundação Zerrenner.			
Observação			

# 12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

O Estatuto Social da Companhia possui disposição em seu artigo 45, abaixo transcrito, regulamentando os procedimentos de defesa dos administradores e empregados em cumprimento de mandato por questões decorrentes do exercício de suas funções.

"Artigo 45 - A Companhia assegurará aos membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas destinadas a aconselhar os administradores, a defesa em processos judiciais e administrativos instaurados por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, inclusive por meio de contrato de seguro permanente, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, com o pagamento das despesas processuais, honorários advocatícios, indenizações e quaisquer outros valores decorrentes dos referidos processos.

§1º - A garantia prevista no caput deste artigo estende-se aos empregados que regularmente atuarem em cumprimento de mandato outorgado pela Companhia ou sociedades por esta controladas.

§2º - Se alguma das pessoas mencionadas no caput ou no § 1º for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei."

Referido artigo foi aprovado em assembleia de acionistas da Companhia realizada em 01 de março de 2013. Em adição, a antiga Companhia de Bebidas das Américas, incorporada pela Companhia, já continha previsão similar em seu estatuto social, conforme aprovação feita em assembleia geral realizada em 28 de abril de 2010, com acionistas presentes representando 94,5520% do capital social votante.

A Companhia possui apólice de seguro com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. aplicável aos seus administradores e aos administradores de sociedades por ela controladas, com valor do prêmio de aproximadamente US\$ 32 mil, com limite máximo de garantia de US\$ 25 milhões, tendo a cobertura com condições usuais de mercado.

Desta maneira, a Companhia assegurará aos administradores, membros do Conselho Fiscal ou a determinados empregados, a defesa em processos judiciais e administrativos instaurados por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, com o pagamento dos honorários advocatícios, despesas, indenizações e quaisquer outros valores relacionados a referidos processos, exceto em caso de culpa ou dolo de referidas pessoas. A apólice não inclui a cobertura de eventuais multas ou outras penalidades cíveis e administrativas impostas a tais pessoas, que sejam impostas por órgãos estatais ou autogeridos de regulação e fiscalização das atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Adicionalmente, a Anheuser-Busch InBev SA/NV, controladora indireta da Companhia, possui apólice de seguro com um pool de seguradoras que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos seus administradores e pelos administradores de sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, com limite máximo de garantia calculado através de comparativos com outras companhias de perfil de risco semelhante, tendo a cobertura condições usuais de mercado.

PÁGINA: 251 de 430

### 12.12 - Outras informações relevantes

Não aplicável, pois o item 12.12 foi revogado pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017.

PÁGINA: 252 de 430

a. <u>objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política deremuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por suaaprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais narede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:</u>

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alto desempenho, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas e assegurando um alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas. Não há uma política formalmente aprovada pelo Conselho de Administração.

#### b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

#### a) Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com a média do mercado; e (ii) remuneração variável, com o objetivo de estimular e recompensar resultados expressivos por meio de participação nos lucros. A Companhia também possui planos de opção de compra de ações e plano de pagamento baseado em ações. Além disso, certos membros do Conselho de Administração participam do plano de previdência privada, ao qual a Companhia também realiza contribuições parciais.

#### b) Diretoria

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em componentes fixo e variável, sendo o salário-base (componente fixo) alinhado com a média do mercado, enquanto o foco principal é na remuneração variável (participação nos lucros) e nos incentivos de longo prazo. Aos membros da Diretoria também são oferecidas opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia e pagamento baseado em ações, e, eventualmente, no caso de executivos identificados como de alto potencial para o longo prazo, pela concessão de Direitos Sobre a Valorização de Ações (conforme definido no item 13.4 abaixo). O objetivo é promover o alinhamento de interesses para geração de valor no longo prazo.

Os membros da Diretoria fazem jus ao recebimento dos benefícios previstos na política de benefícios da Companhia, conforme descrita no item 14.3, "b", do Formulário de Referência da Companhia. Tais benefícios incluem assistência médica, odontológica, educacional e social aos diretores e dependentes cobertos, gratuitamente ou a custo reduzido. Além disso, certos membros da Diretoria participam do plano de previdência privada, ao qual a Companhia também realiza contribuições parciais.

#### c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em assembleia geral. A remuneração não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração atribuída a um diretor, considerando-se, para o cálculo, a média da remuneração dos diretores, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. A remuneração dos membros suplentes equivale a 50% da remuneração dos membros efetivos. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

#### d) Comitês

Todos os membros do Comitê de *Compliance* e do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração que fazem parte do Conselho de Administração da Companhia não recebem remuneração específica pela atuação nesses Comitês. Os membros que não se enquadram nessa condição recebem honorários fixos anuais. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2017	Conselho de administração	Diretoria estatutária
Remuneração fixa	33,50%	26,70%
Honorários	27,91%	20,90%
Benefícios diretos e indiretos	5,58%	4,18%
Encargos	0,00%	1,62%
Remuneração variável	10,67%	20,29%
Pagamento baseado em ações e Opções	55,84%	53,01%

2016	Conselho de administração	Diretoria estatutária
Remuneração fixa	34,42%	38,81%
Honorários	28,68%	30,46%
Benefícios diretos e indiretos	5,74%	6,19%
Encargos	0,00%	2,16%
Remuneração variável	0,00%	0,00%
Pagamento baseado em ações e Opções	65,58%	61,19%

2015	Conselho de administração	Diretoria estatutária
Remuneração fixa	41,01%	19,44%
Honorários	34,18%	15,56%
Benefícios diretos e indiretos	6,84%	3,11%
Encargos	0,00%	0,77%
Remuneração variável	11,19%	24,04%
Pagamento baseado em ações e Opções	47,79%	56,52%

Tanto para o Conselho de Administração quanto para a Diretoria, a proporção dos elementos da remuneração descritos acima tende a, em maior ou menor grau, se repetir nos anos em que a Companhia tem um atendimento de metas qualificável para a distribuição de remuneração variável.

A remuneração variável é definida conforme o desempenho verificado em relação às metas previamente estabelecidas. Assim, caso não sejam atingidos os resultados mínimos estabelecidos, não haverá qualquer pagamento de remuneração variável.

Os membros do Conselho Fiscal têm 100% de sua remuneração composta de forma fixa, sendo 83,33% a título de honorários e 16,67% a título de encargos incidentes sobre remuneração (percentuais aplicáveis para 2017, 2016 e 2015).

Os membros dos Comitês que não fazem parte do Conselho de Administração da Companhia têm 100% de sua remuneração composta por honorários fixos anuais e são reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração global dos administradores, conforme aprovada em Assembleia Geral Ordinária, é reajustada anualmente com base em pesquisa de mercado e avaliada periodicamente pela área de Gente & Gestão da Companhia de modo a se assegurar que seus montantes sejam suficientes para atender os objetivos de diferenciação em relação ao mercado.

A remuneração variável, quando em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, desde que as metas conferidas ao administrador e à Companhia tenham sido alcançadas.

Para a fixação do montante das opções a serem outorgadas, ver itens 13.4 e 13.8 abaixo. Para a descrição da forma de cálculo do benefício resultante dos Direitos Sobre a Valorização de Ações, ver item 13.4 abaixo. Para descrição relativa ao plano de pagamento baseado em ações, ver item 13.4 abaixo.

Tanto para fins de remuneração quanto para fins de outorga de opções são levados ainda em consideração o atingimento de metas anual e outros resultados entregues no ano, critérios de meritocracia e o nível de senioridade do executivo.

Para mais informações, vide o subitem (h) abaixo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos administradores é definida de modo a encorajá-los a alcançar resultados de curto e de longo prazo da Companhia. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa baseada em pesquisa de mercado, estimulando-se, no entanto, a busca de resultados expressivos para a obtenção de remuneração variável acima da média do mercado. Para isso, as metas da Companhia que definem o alcance dos resultados deverão ser desafiadoras, mas atingíveis.

Com a possibilidade de outorga de opções e de concessão de ações, estimula-se a conjunção dos interesses de acionistas e administradores no longo prazo, mediante o recebimento, a título oneroso ou gratuito, conforme o caso, de ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda ou entrega condicionada à permanência na Companhia por determinado período. Além disso, ações adicionais são concedidas a depender do nível de reinvestimento da remuneração variável.

Por fim, a Companhia passou a adotar, para determinados executivos considerados estratégicos e com potencial de alto desempenho, a prática de concessão de Direitos Sobre a Valorização de Ações, permitindo que tais participantes recebam valor em dinheiro baseado no valor das ações da Companhia, sujeito, porém à permanência na Companhia no horizonte de longo a longuíssimo prazo, considerando-se que os valores têm períodos de *lock-up* de cinco a dez anos, assim estimulando a retenção de talentos estratégicos e a geração de valor para os acionistas no longo prazo.

Para o Conselho Fiscal e Comitês, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição pelo exercício de suas funções.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Existem 4 membros do Conselho de Administração que não são remunerados pela Companhia. Tais membros também são integrantes do Conselho de Administração do Controlador, sendo a remuneração destes membros assumida, portanto, pelo Controlador (Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. - "ABI").

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são EBITDA, fluxo de caixa, receita líquida, além de outros indicadores específicos das diversas diretorias da Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração variável (participação nos resultados) é definida de acordo com as seguintes bases: (i) abaixo de determinado nível de alcance das metas não será conferida qualquer remuneração variável, mas, por outro lado, atingimentos excepcionais das metas deverão ser remunerados com participação nos lucros equivalentes ou mesmo superiores aos maiores níveis de mercado; e (ii) a remuneração variável apenas será concedida se tanto as metas da Companhia quanto as metas do administrador forem alcançadas.

Os executivos têm a possibilidade de reinvestir sua remuneração variável na Companhia, destinando parte ou a totalidades desta para o exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. Nesse caso, a Companhia poderá conceder a tais executivos opções ou ações adicionais, a depender do nível de reinvestimento de sua remuneração variável.

Para alguns executivos considerados de alto potencial, a Companhia também adota prática de remuneração variável definida como Direitos Sobre a Valorização de Ações, pela qual os executivos recebem, ao término de prazos de carência de cinco ou dez anos, o valor por ação equivalente ao preço de fechamento das ações ou *American Depositary Receipts* ("ADRs") de emissão da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ou na New York Stock Exchange ("NYSE"), respectivamente, no pregão imediatamente anterior aos respectivos prazos de carência.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A remuneração fixa reflete uma compensação baseada em pesquisa de mercado, porém como o ciclo do segmento em que a Companhia atua é de médio e longo prazo, o alinhamento da remuneração aos interesses da Companhia é verificado por meio da concessão de parcela expressiva da remuneração remetida a esses períodos.

Os resultados de médio prazo alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento de bônus anual. Neste caso, os resultados da Companhia e dos seus administradores durante o ano influenciarão o montante a ser atribuído como remuneração variável.

Ainda, o plano de opção de compra de ações da Companhia exige um comprometimento de recursos no longo prazo, em razão do período de *vesting* das opções, da restrição à venda das ações correspondentes ou do condicionamento das opções ou da entrega das ações à permanência na Companhia.

O plano de pagamento baseado em ações reforça a necessidade de comprometimento de longo prazo, uma vez a entrega de ações da Companhia está condicionada à permanência na Companhia e ao decurso de um prazo de carência.

O Direito Sobre a Valorização de Ações, eventualmente concedido a determinados executivos considerados como de alto potencial pela Companhia, alinha os interesses de longo e longuíssimo prazo mediante a possibilidade de recebimento, após o decurso de prazos de carência de cinco ou dez anos, de valor correspondente à valorização das ações de emissão da Companhia, de maneira a incentivar a retenção de talentos, bem comoreferida valorização de ações.

De tal forma, entende-se que a política de remuneração da Companhia encontra-se totalmente alinhada com o acompanhamento de sua performance e, portanto, reafirma o compartilhamento do risco e do resultado entre os administradores e a Companhia.

#### f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Certos administradores da Companhia receberam, em 25 de novembro de 2008, opções de compra de ações de emissão da ABI, controladora da Companhia, num total de aproximadamente cinco milhões de opções, sendo aproximadamente um milhão de opções para membros da Diretoria, na época, e aproximadamente 4 milhões para membros do Conselho de Administração, na época. Cada uma destas opções dá direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da ABI. Metade destas opções se tornou exercível em 1º de janeiro de 2014 e a outra metade se tornará em 1º de janeiro de 2019, para exercício em até cinco anos, nos dois casos, e a um preço de exercício de € 10,32, equivalente ao valor de mercado das ações da ABI na data da outorga. Além disso, o exercício das opções estava condicionado à meta de que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA da ABI fosse menor do que 2,5 antes de 31 de dezembro de 2013, meta essa que foi atingida. Em 2016, houve uma concessão de ações restritas de emissão da ABI, observados os prazos de *lock-up* aplicáveis, num total de, aproximadamente, cento e sete mil ações restritas, sendo aproximadamente duas mil e quinhentas para membros da Diretoria e cento e quatro mil ações restritas para membros do Conselho de Administração.

Em 2017, certos membros do Conselho de Administração receberam 2,1 milhões em opções da ABI e certos Diretores receberam 2,2 milhões em opções da ABI, sendo que 3,75milhões em opções estão condicionadas o atingimento de EBITDA CAGR de 7% no ano 5, caso não seja atingida a condição, nova avaliação será feita para o ano 6 e posteriormente ano 7. As demais opções não possuem condição de performance e possuem um *vesting period* de 5 anos. Além disso, em 2017, houve uma concessão de ações restritas de emissão da ABI no total de 0,4 milhões de ações com período de *vesting* de 5 anos.

### g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, uma vez que não há qualquer forma de remuneração ou benefício que esteja vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

### h. <u>práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:</u>

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Do processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia participam os seguintes órgãos: Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e Conselho de Administração. O Comitê de Operações, Finanças e Remuneração é responsável por opinar sobre as propostas da administração a serem apreciadas pelo Conselho de Administração a respeito da definição da política de remuneração para administradores e funcionários de alta performance da Companhia, inclusive seus pacotes individuais de remuneração, de forma a garantir incentivos adequados para alcançarem desempenho excepcional e sustentável. Já ao Conselho de Administração compete decidir a respeito das recomendações do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração, bem como definir os critérios gerais de outorga de opções, remuneração de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro, dentre outros) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos gerenciais equivalentes) da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual, fixa e variável, dos membros do Conselho de Administração foi definida com base em pesquisa de remuneração realizada com empresas abertas de grande porte e é atualizada anualmentecom base na variação do IPCA, até que o Conselho de Administração entenda ser necessária a realização de nova pesquisa. Todos os conselheiros recebem a mesma remuneração, sendo que (i) os Conselheiros remunerados pelo Controlador e os suplentes não recebem honorários da Companhia; e(ii) o co-presidente do Conselho de Administração remunerado pela Companhia possui remuneração diferenciada em função de seu maior tempo de dedicação.

A remuneração individual, fixa e variável, dos membros da Diretoria é definida com base em pesquisa de remuneração realizada anualmente, utilizando na comparação o grupo de empresas classificadas como "de bens de consumo não duráveis". Para a definição dos honorários, utiliza-se como referência o valor mensal pago pela mediana das empresas incluídas na pesquisa. Se há variação positiva desse indicador em relação ao ano anterior, corrige-se a referência do ano anterior. Depois de atualizada a referência de mercado para cada nível de cargo, os honorários são definidos variando de acordo com critérios de meritocracia e com o nível de senioridade do executivo. Sem prejuízo da avaliação pelo Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e pelo Conselho, indicada no item (i) acima, os honorários da Diretoria são analisados anualmente pela área deGente&Gestão da Companhia, que pode fazer recomendações de ajuste, se necessário. Eventuais recomendações precisam ser aprovadas pelo Diretor Geral para serem implementadas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Operações, Finanças e Remuneração avalia a retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas pela Companhia. Caso referidoComitê considere necessário, propõe-se ao Conselho de Administração ajustes nessas práticas. Ademais, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia a título de remuneração variável e no montante de opções a serem outorgadas a tal executivo, são revistas e validadas pelo Conselho de Administração anualmente.

PÁGINA: 258 de 430

#### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	11,00	6,00	30,00
Nº de membros remunerados	9,00	11,00	6,00	26,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.976.160,00	12.142.834,00	1.700.989,00	19.819.983,00
Benefícios direto e indireto	0,00	939.457,00	0,00	939.457,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.195.233,00	2.428.567,00	340.198,00	3.963.998,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	4.249.890,00	23.429.920,00	0,00	27.679.810,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	6.384.775,00	26.546.092,00	0,00	32.930.867,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	
Total da remuneração	17.806.058,00	65.486.870,00	2.041.187,00	85.334.115,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	11,00	6,00	30,00
Nº de membros remunerados	9,00	11,00	6,00	26,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.432.873,00	11.038.940,00	1.546.354,00	18.018.167,00
Benefícios direto e indireto	0,00	854.052,00	0,00	854.052,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.086.575,00	2.207.788,00	309.271,00	3.603.634,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	2.075.768,00	10.713.235,00	0,00	12.789.003,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	10.866.993,00	27.998.463,00	0,00	38.865.456,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	
Total da remuneração	19.462.209,00	52.812.478,00	1.855.625,00	74.130.312,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Nº total de membros	12,00	11,00	6,00	29,00	
Nº de membros remunerados	9,00	11,00	6,00	26,00	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	5.086.590,00	12.225.100,00	1.480.778,00	18.792.468,00	
Benefícios direto e indireto	0,00	866.594,00	0,00	866.594,00	
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	1.017.318,00	2.483.074,00	296.156,00	3.796.548,00	
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS		
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	11.631.786,00	24.554.818,85	0,00	36.186.604,85
Observação		órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	
Total da remuneração	17.735.694,00	40.129.586,85	1.776.934,00	59.642.214,85

Remuneração total do Exercício	o Social em 31/12/2015 - Valores Anu	ais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	10,25	5,67	27,92
Nº de membros remunerados	9,00	10,25	5,67	24,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.669.682,00	8.933.817,00	1.395.475,00	14.998.974,00
Benefícios direto e indireto	0,00	440.023,00	0,00	440.023,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	933.936,00	1.786.763,00	279.095,00	2.999.794,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.529.566,00	13.803.619,35	0,00	15.333.185,35
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	6.530.174,00	32.445.718,00	0,00	38.975.892,00

	órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente com duas casas decimais.	
Total da remuneração	13.663.358,00	57.409.940,35	1.674.570,00	72.747.868,35

# 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração variável - prevista para o exercício de 2018

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	13,00	11,00	6,00	30,00
Número de membros remunerados	1,00	11,00	0,00	12,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	504.674	2.782.303		3.286.978
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.249.890	23.429.920		27.679.811
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	3.162.886	15.499.729		18.662.616

#### Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	13,00	11,00	6,00	30,00
Número de membros remunerados	1,00	11,00	0,00	12,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	186.364	1.153.034	-	1.339.398
Valor máximo previsto no plano de remuneração	3.923.454	24.274.405	-	28.197.859
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	969.878	6.000.633	-	6.970.511
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	2.075.768	10.713.235		12.789.003

# 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	12,00	11,00	6,00	29,00
Número de membros remunerados	1,00	11,00	0,00	12,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	177.490	1.240.922	-	1.418.412
Valor máximo previsto no plano de remuneração	3.736.623	26.124.683	-	29.861.306
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	2.335.389	15.640.958	-	17.976.347
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

#### Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	12,00	10,25	5,67	27,92
Número de membros remunerados	1,00	10,25	0,00	11,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	167.207	910.379	-	1.077.586
Valor máximo previsto no plano de remuneração	3.520.145	19.165.875	-	22.686.020
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	2.200.090	11.978.672	-	14.178.762
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.529.566	13.803.619	-	15.333.185

<sup>(1)</sup> Conforme tabela do item 13.2 acima, a Companhia oferece programa de participação nos resultados apenas, sendo o bônus, portanto, inaplicável para fins deste item 13.3.

a. termos e condições gerais:

#### Plano de Opção

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("<u>Plano de Opção</u>"), empregados de alto nível e administradores da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente (beneficiários), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia ou ADR lastreados em ações de emissão da Companhia, em casos de beneficiários que não residam no Brasil. Atualmente, aproximadamente 800 pessoas, dentre administradores e empregados, são titulares de opções de compra de ações da Companhia, considerando todos os programas do Plano de Opção em conjunto.

O Plano de Opção foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de julho de 2013 e estabelece as condições gerais para a outorga das opções, os critérios para definição de seu preço de exercício, seus termos e condições gerais e as restrições para alienação das ações adquiridas por meio de seuexercício. O Plano de Opção é administrado pelo Conselho de Administração, que realiza as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicos aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações – tais como a identificação dos beneficiários, o preço de exercício das opções, eventuais restrições às ações adquiridas, os prazos de carência e de exercício das opções e regras aplicáveis em caso de desligamento dos beneficiários, podendo, inclusive, estabelecer metas relacionadas ao desempenho da Companhia. O Conselho de Administração, pode, ainda, definir regras específicas para beneficiários que tenham sido transferidos para outros países, inclusive para sociedades controladoras da Companhia ou por ela controladas.

#### Programa de Migração e Programas Recepcionados

Em 31 de julho de 2013, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhiaprograma de migração ("<u>Programa de Migração</u>"), com o objetivo de recepcionar, no âmbito do Plano de Opção, as opções outorgadas e não exercidas pelosbeneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev ("<u>Antigo Plano de Opção</u>"), que foi incorporada pela Companhia em 2 de janeiro de 2014 ("<u>Incorporação</u>").Para tanto, foram outorgadasaos beneficiários do Antigo Plano de Opção, em substituição às opções outorgadas e não exercidas no âmbito de tal plano, um número de opções proporcional ao número de ações da Companhia.

As condições específicas do Programa de Migração são as mesmas dos programas de opção da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev vigentes na data daIncorporação, os quais permanecem integralmente em vigor e são aplicáveis às opções então outorgadas no âmbito do Programa de Migração, observados os ajustes necessários em virtude da Incorporação e dos termos e condições previstos no Plano de Opção ("Programas Recepcionados"). Os Programas 2012.1, 2012.2, 2012.3, 2013.1 devem ser aqui entendidos como os Programas Recepcionados. As condições individuais e a quantidade de opções outorgadas a cada beneficiário constam de termo de adesão assinado por cada um dos beneficiários.

Em 19 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração também recepcionou a regra de *Dividend Waiver*aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em 22 de dezembro de 2010. Entende-se por "*Dividend Waiver*" a outorga de opções de compra de ações adicionais a determinados executivos expatriados para os Estados Unidos da América, com vistas a compensar dividendos e juros sobre o capital próprio atribuído a opções pertencentes a tais executivos, que renunciem, com relação a cada uma de tais opções, ao direito à dedução do preço de exercício dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia entre a data da outorga das opções e a data de seu exercício, sendo aplicável a cada nova opção os demais termos dos respectivos programas que regem as opções originalmente pertencentes aos executivos ("*Dividend Waiver*").

PÁGINA: 265 de 430

Direito Sobre a Valorização de Ações(Share Appreciation Right)

A Companhia também recepcionou o incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev em 26 de agosto de 2011, concedido a determinados executivos identificados como de alto potencial pela Companhia (sendo tal incentivo denominado "Direitos Sobre a Valorização de Ações"). Trata-se de incentivo que se encontra fora do âmbito do Plano de Opção, por não envolver a liquidação por meio da concessão ou aquisição de ações. No âmbito do programa de Direitos Sobre a Valorização de Ações, cada beneficiário receberá dois lotes separados de Direitos Sobre a Valorização de Ações (lote A e lote B)em que cada Direito sobre a Valorização de Ações corresponderá a uma ação ou ADR, conforme o caso, sujeitos, respectivamente, a períodos de lock-up de cinco e dez anos. Decorridos cinco ou dez anos da concessão dos Direitos Sobre a Valorização de Ações, conforme o caso, o beneficiário que permanecer na Companhia, ou em qualquer sociedade pertencente a seu grupo, receberá, em recursos imediatamente disponíveis, o montante equivalente, em reais, ao preço de fechamento das ações ou ADRs de emissão da Companhia na B3 ou NYSE, respectivamente, no pregão imediatamente anterior ao término de referidos períodos de lock-up. Os Direitos Sobre a Valorização de Ações outorgados não envolvem a entrega, subscrição ou aquisição de ações ou ADRs e, portanto, não atribuirão ao beneficiário a condição de acionista da Companhia ou qualquer direito ou privilégio decorrente de tal condição. Os benefícios atribuídos por meio da concessão de Direitos Sobre a Valorização de Ações são considerados parte da remuneração variável.

#### Plano de Ações

A Companhia implementou um Plano de Pagamento Baseado em Ações ("<u>Plano de Ações</u>"e, em conjunto com o Plano de Opção, "<u>Planos</u>"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, segundo o qual determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias, diretas ou indiretas, são elegíveis para receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs, no caso de não residentes no Brasil. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas "<u>Ações Restritas</u>".

O Conselho de Administração tem amplos poderes de organização e gestão do Plano de Ações, em conformidade com seus termos e condições gerais, devendo estabelecer os termos e condições aplicáveis a cada programa de Ações Restritas (Programas de Pagamento Baseado em Ações - "Programas de Ações"), que, por sua vez, estabelecem os termos e condições específicos para os participantes daquele programa, incluindo as condições e procedimento de transferência das Ações Restritas e regras aplicáveis em caso de desligamento.

Segundo o Plano de Ações, os participantes poderão receber até 0,3% das ações correspondentes ao capital social da Companhia, sendo a entrega das Ações Restritas isenta de contrapartida financeira.

#### b. principais objetivos do plano:

Os principais objetivos dos Planos são: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos administradores e empregados de alto nível ser titulares de ações da Companhia, nos termos e condições previstos nos Planos, incentivando, dessa forma, a integração desses executivos e empregados à Companhia; e (b) possibilitar à Companhia obter e manter, de forma efetiva, os serviços de seus administradores e empregados de alto nível, oferecendo a eles a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos nos Planos.

Os objetivos do incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações são os mesmos dos acima descritos, com vistas a promover o alinhamento de interesses para geração de valor no longo prazo, exceto pelo fato de que não há entrega de ações.

#### c. forma como os planos contribuem para esses objetivos:

A possibilidade de aquisição ou recebimento de ações de emissão da Companhia em condições diferenciadas prevista nos Planos permite que se criem incentivos consideráveis para que os empregados e administradores da Companhia se comprometam com a criação de valor no longo prazo, de maneira a buscar a valorização futura das ações. Permite, adicionalmente, que os empregados e administradores da Companhiaintegrem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, maximizando seus resultados. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados-chave, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

#### d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Os Planos e o incentivo de Direitos Sobre a Valorização das Ações incentivam o comprometimento direto dos respectivos beneficiários ou participantes, conforme o caso, com o desempenho da Companhia no médio e longo prazo,uma vez que parcela significativa de acréscimo patrimonial está atrelada a tal desempenho.

O Plano de Opção contém elementos que estimulam o comprometimento dos beneficiários mediante a opção de destinação de recursos próprios para a compra de ações. Em adição, o Plano de Opção, o incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações e o Plano de Ações estimulam a permanência de executivos que a Companhia considera como altamente estratégicos para seus negócios e atividades, mediante a concessão de um atrativo adicional de remuneração variável no horizonte de longo a longuíssimo prazo.

#### e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

As outorgas realizadas com base no Planode Opção preveem mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. No curto prazo, verifica-se que os administradores que participam do Plano de Opção são estimulados a contribuir para os bons resultados da Companhia, tendo em vista que, na condição de titulares de ações da Companhia, eles também passam a ter direito ao recebimento de dividendos. No que se refere ao médio e ao longo prazo, os modelos utilizados para a outorga de opções pela Companhia permitem a destinação de um percentual da participação nos lucros recebida pelo beneficiário para o exercício imediato das opções, que darão direito a ações que estarão sujeitas à restrição de alienação e com entrega condicionada à permanência do beneficiário na Companhia. Com isso, espera-se que o beneficiário tenha seus interesses alinhados com a expectativa de valorização das ações da Companhia no médio e no longo prazo, já que as correspondentes ações estarão sujeitas a período de lock-up,ou seja, período durante o qual tais ações não podem ser alienadas (ver também o item "l" abaixo). Adicionalmente, há modelos de outorga em que as opções concedidas ao beneficiário sujeitam-se a período de carência durante o qual tais opções não poderão ser exercidas e, portanto, convertidas em ações. Assim, a outorga de opções com essas características serve como um forte incentivo para o alinhamento de interesses dos empregados e administradores da Companhia no longo prazo, pela possibilidade de que existam ganhos expressivos na hipótese de valorização das ações da Companhia.

Já no caso do incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações, as outorgas realizadas são voltadas essencialmente ao alinhamento de interesses de longo a longuíssimo prazo. Quaisquer valores apenas poderão ser pagos pela Companhia ao beneficiário após o período de *lock-up* aplicável, que é de cinco ou dez anos, estimulando a geração sustentável de valor ao longo do tempo e, principalmente, incentivando a permanência dos executivos que a Companhia tenha considerado como estratégicos e de alto potencial com relação aos seus objetivos de longo prazo.

A mesma lógica se aplica ao Plano de Ações, em cujos programas os participantes apenas receberão as ações concedidas após o decurso de longos prazos de carência e, ainda, condicionado à permanência do respectivo participante na Companhia.

#### f. número máximo de ações abrangidas:

Em 31 de dezembro de 2017, a quantidade máxima de ações objeto de outorga de opções ainda não exercidas correspondia a 23.475.138 ações ordinárias de emissão da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções de todos os programasno âmbito do Plano de Opção em aberto, incluindo o Programa de Migração.

Até 31 de dezembro de 2017 não havia sido concedida qualquer Ação Restrita no âmbito do Plano de Ações para membros da Diretoria e/ou do Conselho de Administração da Companhia.

#### g. número máximo de opções a serem outorgadas:

Considerando que cada opção assegura ao beneficiário o direito a adquirir uma ação ordinária da Companhia, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima. Na data de 31 de dezembro de 2017, essa quantia corresponde, em relação os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, a 23.475.1380pções no âmbito de todos os programasdo Plano de Opção.

Até 31 de dezembro de 2017, não havia sido concedida qualquer Ação Restrita no âmbito do Plano de Ações para membros da Diretoria e/ou do Conselho de Administração da Companhia.

#### h. condições de aquisição de ações:

Com relação aos cinco últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, nos Programas Recepcionados, denominados Programas 2012.1, 2012.2, 2012.3 e 2013.1, bem como nos programas da Companhia, denominados Programas 2013.2, 2013.3, 2014.1, 2014.2, 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.1, 2016.2,2016.3, 2017.1,2017.2, 2017.4,2018.1 e 2018.2, todos no âmbito do Plano de Opção foram realizados dois tipos de outorga, a saber: (i) em um tipo de outorga, o preço de exercício das opções deve ser pago à vista (ou em até cinco dias úteis), porém a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência do beneficiário na Companhia pelo prazo de dois a dez anos (dependendo do programa) a contar da data do exercício; e (ii) no outro tipo de outorga, o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de carência de cinco anos, mediante pagamento à vista do preço de exercício, em contrapartida à entrega das ações. O exercício das opções não está condicionado ao atendimento de metas de desempenho da Companhia.

O incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações não envolve a aquisição de ações propriamente dita. O pagamento pela Companhia ao beneficiário, em dinheiro, dos valores referenciados na cotação de mercado das ações ou ADRs da Companhia está sujeito à permanência do beneficiário na Companhia pelo prazo de cinco anos para o lote A e de dez anos para o lote B, não estando condicionado ao atendimento de metas de desempenho da Companhia.

No Programa 2018.1,no âmbito do Plano de Ações, a concessão foi realizada a título gratuito e as ações somente serão transferidas aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo. Não há vinculação dos participantes ao atendimento de metas de desempenho da Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de exercício das opções decorrentesdos ProgramasRecepcionados denominados Programas 2012.1, 2012.2, 2012.3, 2013.1, bem como nos Programas 2013.2, 2013.3, 2014.1, 2014.2, 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.1, 2016.2, 2016.3, 2017.1, 2017.2, 2017.4, 2018.1 e 2018.2, todos no âmbito do Plano de Opção, corresponde ao preço de fechamento da ação da Companhia negociadas na B3 no pregão imediatamente anterior à data de sua concessão, negociada na B3, podendo ser aplicado um desconto a depender do programa.

O incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações não envolve a aquisição de ações propriamente dita, mas sim o pagamento de um montante pela Companhia ao beneficiário. Este montante é determinado, ao fim do período de *lock-up* de cada lote, com base no preço de fechamento das ações ou ADRs de emissão da Companhia na B3 ou NYSE, respectivamente, no pregão imediatamente anterior ao pagamento. Cada Direito Sobre a Valorização das Ações corresponderá ao direito relativo a uma ação ou ADR, conforme o caso.

No Programa 2018.1,no âmbito do Plano de Ações, a concessão das ações será realizada a título gratuito aos participante, observados os termos do Plano de Ações e do respectivo programa.

#### j. critérios para fixação do prazo de exercício:

No âmbito do Plano de Opção, de acordo com os Programas Recepcionados denominados Programas 2012.1, 2012.2, 2012.3, 2013.1, bem como nos Programas 2013.2, 2013.3, 2014.1, 2014.2, 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.1, 2016.2, 2016.3, 2017.1, 2017.2, 2017.4 e 2018.1, os lotes outorgados apenas poderão ser exercidos (i) integralmente, no ato da assinatura do contrato de outorga de opção pelo beneficiário; ou (ii) em prazo de cinco anos após o prazo de *vesting* das respectivas opções.O programa 2018.2 possui lote único que poderá ser exercido, integral ou parcialmente, em até 45 dias da data da outorga. O critério utilizado na fixação destes prazos leva em conta os objetivos de curto, médio e longo prazo deste formato de incentivo.

Com relação ao incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações, para o lote A, é estabelecido um prazo de cinco anos para o recebimento dos valores correspondentes, enquanto, para o lote B, há um prazo de dez anos. A Companhia espera, com esses prazos de carência, atender ao objetivo principal de retenção de executivos considerados de alto potencial e estratégicos para os negócios e atividades da Companhia, incentivando sua permanência na Companhia pela possibilidade de recebimento, no horizonte de longo prazo, de quantias potencialmente atrativas e atreladas ao valor das ações de emissão da Companhia.

No âmbito do Plano de Ações, de acordo com o Programa 2018.1, a entrega das Ações Restritas será realizada após o decurso de prazo de carência de 5 anos. Nestes casos, o critério é o atendimento de objetivos de longo prazo da Companhia.

#### k. forma de liquidação:

A Companhia pretende utilizar ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções e poderá ainda, quando aplicável, utilizar ADRs lastreados em ações de emissão da Companhia. A Companhia também pode emitir novas ações com o aumento de capital correspondente, mediante deliberação do Conselho de Administração no limite do capital autorizado. A regra é que o preço de exercício seja pago à vista, quando do exercício das opções, em um prazo de até cinco dias após a data do seu exercício, a depender do programa.

Os Direitos Sobre a Valorização de Ações não envolvem a entrega de ações nem o pagamento de valores pelo beneficiário, sendo liquidadas mediante o pagamento do benefício pela Companhia, em moeda

corrente, diretamente ao beneficiário, imediatamente após o término do período de carênciacorrespondente.

No âmbito do Plano de Ações, de acordo com o Programa 2018.1, as Ações Restritas serão entregues pela Companhia ao respectivo participante, a título gratuito, após o decurso do prazo de carência de cinco anos.

#### 1. restrições à transferência das ações:

No âmbito dos Programas Recepcionados, denominados Programas 2012.1, 2012.2, 2012.3, 2013.1, bem como dos Programas 2013.2, 2013.3, 2014.1, 2014.2, 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3,2016.1, 2016.2, 2016.3, 2017.1, 2017.2, 2017.4, 2018.1 e 2018.2, nos termos do Plano de Opção, as ações decorrentes do exercício de opções podem (i) estar livres e desembaraçadas, podendo ser alienadas a qualquer tempo, observado o direito de preferência da Companhia; ou (ii) estar sujeitas a um *lock-up* de, pelo menos,cinco anos contados da data do exercício das opções, a depender do programa.

O incentivo de Direitos Sobre a Valorização de Ações pela Companhia não envolve a entrega de ações. Desta forma, não há que se falar em restrições à transferência de ações, valendo ressaltar apenas que o recebimento dos valores correspondentes está sujeito aos prazos de carênciadescritos no subitem "h" acima.

No âmbito do Programa de Ações, de acordo com o Programa 2018.1, no âmbito do Plano de Ações, as ações entregues estarão livres e desembaraçadas, podendo ser alienadas a qualquer tempo, observado o direito de preferência da Companhia.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Os Planos poderão ser alterados ou extintos pelo Conselho de Administração, observados os termos nele estabelecidos. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão poderá alterar os direitos e obrigações da Companhia ou dos beneficiários e participantes que se encontrem em vigor. Adicionalmente, em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, as opções existentes estarão sujeitas às regras estabelecidas para o caso pelo Conselho de Administração.

n. <u>efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de</u> remuneração baseado em ações:

#### Programas (Plano de Opção)

- <u>Programas 2012.2, 2012.3, 2013.2, 2013.3, 2014.2, 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.2, 2016.3, 2017.1 e 2017.4</u>: Para tais Programas, na hipótese de desligamento do beneficiário, as seguintes regras serão aplicadas, conforme cada evento descrito, a saber: (i) em caso de demissão por justa causa ou motivo análogo, renúncia ou pedido de demissão ou licença não remunerada superior a 24 meses, as opções que não estejam livres para exercício caducarão e as opções que já estejam livres para exercício poderão ser exercidas em até 90 dias a contar da data de desligamento do beneficiário, sendo extintas após tal prazo; (ii) no caso de demissão sem justa causa ou desligamento em virtude de terceirização ou alienação de empresa do grupo ou unidade de negócios da Companhia, as opções que não estejam livres para exercício caducarão e as opções que já estejam livres para exercício poderão ser exercidas em até 180 dias a contar da data de desligamento do beneficiário, sendo extintas após tal prazo; (iii) no caso de desligamento após atingimento de 70 anos cumulados (*i.e.*, soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento), as opções que já estejam livres poderão ser exercidas enquanto, em relação àquelas que não estejam livres, se o desligamento ocorreu antes de 24 meses após a outorga das opções, o beneficiário somente poderá exercê-las proporcionalmente se subscreveu, no âmbito de outros Programas de Opção em que tenha figurado como beneficiário, o lote B nos últimos cinco anos,

condicionado à assinatura de um contrato de não competição e, se o desligamento ocorreu após 24 meses, o beneficiário poderá exercer as suas opções proporcionalmente, também condicionado à assinatura do referido contrato de não competição; (iv) no caso de desligamento após atingimento de 80 anos cumulados (*i.e.*, soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento) as opções que não estejam livres poderão ser exercidas dentro dos respectivos prazos, sendo que, as opções que ainda não estejam livres poderão ser exercidas, mediante assinatura de contrato de não competição, caso assim determine o conselho de administração da Companhia; e (v) em falecimento ou invalidez permanente, as opções livres poderão ser exercidas dentro dos respectivos prazos e as opções que ainda não estejam livres poderão ser exercidas imediatamente, podendo o conselho de administração condicionar tal exercício à assinatura de um contrato de não competição, no caso de invalidez permanente.

- Programas 2012.2, 2012.3, 2013.2, 2013.3, 2014.2, 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.2, 2016.3, 2017.1 e 2017.4:Para tais Programas, na hipótese de desligamento do beneficiário, as seguintes regras serão aplicadas, conforme cada evento descrito, a saber: (i) em caso de demissão por justa causa ou motivo análogo, renúncia ou pedido de demissão ou licença não remunerada superior a 24 meses, as opções que não estejam livres para exercício caducarão e as opções que já estejam livres para exercício poderão ser exercidas em até 90 dias a contar da data de desligamento do beneficiário, sendo extintas após tal prazo; (ii) no caso de demissão sem justa causa ou desligamento em virtude de terceirização ou alienação de empresa do grupo ou unidade de negócios da Companhia, as opções que não estejam livres para exercício caducarão e as opções que já estejam livres para exercício poderão ser exercidas em até 180 dias a contar da data de desligamento do beneficiário, sendo extintas após tal prazo; (iii) no caso de desligamento após atingimento de 70 anos cumulados (i.e., soma da idade mais tempo de servico com a Companhia na data do desligamento), as opções que já estejam livres poderão ser exercidas enquanto, em relação àquelas que não estejam livres, se o desligamento ocorreu antes de 24 meses após a outorga das opções, o beneficiário somente poderá exercê-las proporcionalmente se tiver participado, mediante destinação da totalidade de sua remuneração variável líquida dos outros Programas de Opção em que tenha figurado como beneficiário, condicionado à assinatura de um contrato de não competição e, se o desligamento ocorreu após 24 meses, o beneficiário poderá exercer as suas opções proporcionalmente, também condicionado à assinatura do referido contrato de não competição; (iv) no caso de desligamento após atingimento de 80 anos cumulados (i.e., soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento) as opções que não estejam livres poderão ser exercidas dentro dos respectivos prazos, sendo que, as opções que ainda não estejam livres poderão ser exercidas, mediante assinatura de contrato de não competição, caso assim determine o conselho de administração da Companhia; e (v) em falecimento ou invalidez permanente, as opções livres poderão ser exercidas dentro dos respectivos prazos e as opções que ainda não estejam livres poderão ser exercidas imediatamente, podendo o conselho de administração condicionar tal exercício à assinatura de um contrato de não competição, no caso de invalidez permanente.

- <u>Programas 2012.1, 2013.1, 2014.1,2015.1, 2016.1, 2017.2</u>: Para tais Programas, caso o contrato de trabalho ou mandato do beneficiário venha a cessar durante o prazo de carência, por qualquer razão, exceto nos casos previstos abaixo, o beneficiário perderá o direito ao recebimento das respectivas ações. Na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do beneficiário depois de decorridos 24 meses da data de outorga das opções, por qualquer motivo que não seja (a) justa causa, renúncia ou pedido de demissão, ou (b) as hipóteses previstas abaixo: (i) o beneficiário terá direito a receber, sempre proporcionalmente ao número de meses civis completos pelos quais tenha permanecido no desempenho de suas funções à Companhia, ou suas controladas, controladoras e coligadas, desde a data de outorga das opções, as ações que lhe tenham sido atribuídas até a data do término de suas funções à Companhia, ou suas controladas, controladoras e coligadas, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração; e (ii) a restrição de alienação sobre as ações, prevista no Programa, permanecerá em vigor.Em caso de desligamento após atingimento de 70 anos cumulados (*i.e.*, soma da idade mais tempo de serviço com a

Companhia na data do desligamento): (i) se o desligamento ocorreu antes de 24 meses após a outorga das opções, o beneficiário perderá o direito ao recebimento das ações, exceto se o beneficiário destinou 100% do Bônus a ele atribuído para o exercício integral de opções nos últimos cinco anos (ou em período menor em que se tornou elegível a participar de Programas da Companhia), hipótese na qual o beneficiário terá direito a receber, sempre proporcionalmente ao número de meses civis completos pelos quais tenha permanecido no desempenho de suas funções à Companhia, ou suas controladas, controladoras e coligadas, desde a data de outorga das opções, as ações que lhe tenham sido atribuídas até a data do término de suas funções à Companhia, ou suas controladas, controladoras e coligadas, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia, e (ii) se o desligamento ocorreu depois de 24 meses após a outorga das opções, o beneficiário terá direito a receber, sempre proporcionalmente ao número de meses civis completos pelos quais tenha permanecido no desempenho de suas funções à Companhia, ou suas controladas, controladoras e coligadas, desde a data de outorga das opções, as ações que lhe tenham sido atribuídas até a data do término de suas funções à Companhia, ou suas controladas, controladoras e coligadas, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia.

Em caso de desligamento após atingimento de 80 anos cumulados (*i.e.*, soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento), o beneficiário terá direito ao recebimento das ações, observado o prazo de carência estabelecido no Programa. Neste caso, a restrição de alienação sobre as ações, prevista no Programa, permanecerá em vigor.

Em caso de falecimento ou de invalidez permanente – nesta última hipótese, condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração – do beneficiário, ele ou seus herdeiros ou sucessores, conforme o caso, direito ao recebimento imediato das ações decorrentes das opções outorgadas, bem como as ações já atribuídas no período, livres e desembaraçadas.

- *Programa 2018.2*: em tal Programa, no âmbito do Plano de Opção, caso o contrato de trabalho ou mandato do beneficiário venha a cessar (a) após a data do exercício, por qualquer motivo, o beneficiário manterá o direito às ações adquiridas no âmbito do Programa, bem como aquelas adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou outra forma de aquisição relativos a tais ações ou (b) antes da data de exercício, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções.

#### Direitos Sobre a Valorização de Ações

#### Em relação ao lote A:

Nas hipóteses de (i) demissão por justa causa ou motivo análogo; (ii) licença não remunerada superior a 24 meses; (iii) renúncia ou pedido de demissão; (iv) demissão sem justa causa; (v) desligamento em virtude de terceirização ou alienação de controlada, coligada ou unidade de negócios da Companhia; e (vi) desligamento após atingimento de 70 anos cumulados (*i.e.*, soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento), os Direitos Sobre a Valorização de Ações serão cancelados e extintos de pleno direito.

Nas hipóteses de (i) desligamento após atingimento de 80 anos cumulados (i.e., soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento); e (ii) invalidez permanente, os Direitos Sobre a Valorização de Ações outorgados durante o período contado desde a data de concessão dos Direitos Sobre a Valorização de Ações até a data do desligamento permanecerão válidos e sua liquidação observará os prazos de carência estabelecidos no respectivo contrato, sendo que o recebimento da bonificação correspondente estará condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia.

Na hipótese de falecimento do beneficiário, a liquidação dos Direitos Sobre a Valorização de Ações darse-á de forma *pro rata* de acordo com fórmula calculada com base no número de meses civis completos de duração do contrato de trabalho entre a Companhia e o beneficiário ou, conforme o caso, do mandato do beneficiário como administrador da Companhia, contados a partir da data da concessão.

#### Em relação ao lote B:

Nas hipóteses de (i) demissão por justa causa ou motivo análogo; (ii) licença não remunerada superior a 24 meses; e (iii) renúncia ou pedido de demissão, os Direitos Sobre a Valorização de Ações serão cancelados e extintos de pleno direito.

Nas hipóteses de (i) demissão sem justa causa; (ii) desligamento em virtude de terceirização ou alienação de controlada, coligada ou unidade de negócios da Companhia; e (iii) desligamento após atingimento de 70 anos cumulados (i.e., soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento), serão observadas as seguintes regras: (a) desligamento anterior ao fim do prazo de 5 anos: Os Direitos Sobre a Valorização de Ações serão cancelados e extintos de pleno direito. (b) desligamento entre 5 e 10 anos do aniversário da concessão: a liquidação dos Direitos Sobre a Valorização de Ações dar-se-á de forma *pro rata* de acordo com fórmula calculada com base no número de meses civis completos de duração do contrato de trabalho entre a Companhia e o beneficiário ou, conforme o caso, do mandato do beneficiário como administrador da Companhia, contados a partir da data da concessão.

Nas hipóteses de (i) desligamento após atingimento de 80 anos cumulados (i.e., soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento); e (ii) invalidez permanente, os Direitos Sobre a Valorização de Ações outorgados durante o período contado desde a data da concessão até a data do desligamento permanecerão válidos e sua liquidação observará os prazos de carência estabelecidos no contrato, sendo que o recebimento da bonificação correspondente estará condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia.

Na hipótese de falecimento do beneficiário, a liquidação dos Direitos Sobre a Valorização de Ações darse-á de forma *pro rata* de acordo com fórmula calculada com base no número de meses civis completos de duração do contrato de trabalho entre a Companhia e o beneficiário ou, conforme o caso, do mandato do beneficiário como administrador da Companhia, contados a partir da data da concessão.

#### Programa (Plano de Ações)

#### - Programa 2018.1:

Para tal Programa, caso o contrato de trabalho ou mandato do beneficiário venha a cessar durante o prazo de carência, por qualquer razão, exceto nos casos previstos abaixo, o beneficiário perderá o direito ao recebimento das respectivas ações. Na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do beneficiário depois de decorridos 24 meses da data de outorga das Ações Restritas, por qualquer motivo que não seja (a) demissão por justa causa ou motivo análogo, renúncia ou pedido de demissão ou licença não remunerada superior a 24 meses, ou (b) as hipóteses previstas abaixo: (i) o beneficiário terá direito a receber as ações correspondentes de forma *pro rata* equivalente ao resultado das Ações Restritas e ações adicionais detidas pelo beneficiário na data do desligamento multiplicado pelo número de meses civis completos de emprego ou de mandato pelo período entre a data da outorga e o respectivo encerramento da relação com a Companhia (que será sempre inferior a 60 meses), dividido por 60, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e ao cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração; e (ii) a restrição de alienação sobre as ações, prevista no Programa, permanecerá em vigor.

Em caso de desligamento após atingimento de 70 anos cumulados (i.e., soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento), exceção feita aos casos de demissão por justa causa, com relação às Ações Restritas e ações adicionais que ainda não estejam livres para entrega ao beneficiário: (i) se o desligamento ocorreu antes de 24 meses após a data da outorga das açõeso beneficiário tiver participado, mediante destinação da totalidade de sua remuneração variável líquida (i.e., montante total de gratificação anual, bônus ou participação nos lucros, líquido de imposto de renda e de outros encargos incidentes), de todos os programas de opção de compra de ações da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em que seu nome tenha constado da lista de beneficiários nos 5 anos imediatamente anteriores ao seu desligamento (ou, caso o beneficiário tenha se tornado elegível a participar de tais programas há menos de 5 anos, tantos anos quanto o beneficiário tenha se tornado elegível), o beneficiário receberá Ações Restritas e ações adicionais, nos termos do Programa, de forma pro rata equivalente ao resultado das Ações Restritas e ações adicionais detidas pelo beneficiário na data do desligamento multiplicado pelo número de meses civis completos de emprego ou de mandato pelo período entre a data da outorga e o respectivo encerramento da relação com a Companhia (que será sempre inferior a 60 meses), dividido por 60, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e ao cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração, e (ii) se o desligamento ocorreu depois de 24 meses após a data da outorga das ações, o beneficiário receberá Ações Restritas e ações adicionais, nos termos do Programa, de forma prorata equivalente ao resultado das Ações Restritas e ações adicionais detidas pelo beneficiário na data do desligamento multiplicado pelo número de meses civis completos de emprego ou de mandato pelo período entre a data da outorga e o respectivo encerramento da relação com a Companhia (que será sempre inferior a 60 meses), dividido por 60, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e ao cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração. Em ambos os casos, a restrição de alienação sobre as ações, prevista no Programa, permanecerá em vigor.

Em caso de desligamento após atingimento de 80 anos cumulados (*i.e.*, soma da idade mais tempo de serviço com a Companhia na data do desligamento), exceção feita aos casos de demissão por justa causa, o beneficiário receberá as Ações Restritas e ações adicionais que ainda não estejam livres para entrega, sendo certo que poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e ao cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia. Neste caso, a restrição de alienação sobre as ações, prevista no Programa, permanecerá em vigor.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente, o beneficiário (ou seus herdeiros ou sucessores) receberá imediatamente as Ações Restritas e ações adicionais que ainda não estejam livres para entrega na forma do Programa, sendo certo que na hipótese de invalidez permanente poderá o Conselho de Administração determinar que o recebimento esteja condicionado à assinatura e cumprimento pelo beneficiário de contrato de não competição com a Companhia. No caso de falecimento, todas as ações estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento. No caso de invalidez permanente, a restrição de alienação sobre as ações, prevista no Programa, permanecerá em vigor.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria

estatuária

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de total membros	13	11
Nº de membros remunerados	8	9
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	18,15	18,87
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,0344%	0,0427%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (\*)

(\*) Baseada na melhor estimativa da administração da Companhia com base nos dados do exercício social encerrado em 2017.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de total membros	13	11
Nº de membros remunerados	8	9
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	17,68	18,06
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,0386%	0,0367%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria

estatuária

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de total membros	12	11
Nº de membros remunerados	7	6
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	16,03	16,42
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	1	ı
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	1	ı
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	1
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,0401%	0,0326%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
$N^{\circ}$ de total membros	12	10,25
Nº de membros remunerados	9	10
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	13,72	14,55
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	ı	ı
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	1,09	1,45
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	1	1
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,0467%	0,0461%

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

7.278.811,44

4.465.570,72

2.501.834,63

7.172.033,44

4.129.422,10

3.817.662,86

NA

Prazo de restrição à transferência das ações

Valor justo das opções na data da outorga

NA

NA

NA

 $_{\rm A}^{\rm N}$ 

Ν

Diretoria Estatutária 6.286.552,29 Diretoria Estatutária 01/12/2020 01/12/2025 01/12/2022 01/12/2015 01/12/2017 1.074.538 01/12/2027 785.962 Conselho de administração Conselho de administração 4.902.828,03 01/12/2015 01/12/2020 01/12/2017 01/12/2022 01/12/2025 01/12/2027 612.965 659.232 4.127.859,54 Diretoria Estatutária Diretoria Estatutária 01/12/2019 01/12/2014 01/12/2024 10/02/2022 10/02/2017 10/02/2027 677.502 454.902 Ϋ́ Conselho de administração 9.640.019,36 Diretoria Estatutária 01/12/2014 01/12/2019 01/12/2016 01/12/2026 01/12/2024 1.582.208 1.188.079 01/12/2021  $_{\rm A}^{\rm N}$ Conselho de administração 3.318.603,63 Diretoria Estatutária 01/12/2016 02/12/2013 02/12/2018 02/12/2023 01/12/2026 01/12/2021 684.057 491.377 Ν Conselho de administração 8.135.707,30 Diretoria Estatutária 02/12/2013 02/12/2018 02/12/2023 22/12/2015 22/12/2020 22/12/2025 1.204.633 505.918 Prazo para que as opções se tornem exercíveis Prazo para que as opções se tornem exercíveis Prazo de restrição à transferência das ações Valor justo das opções na data da outorga Outorga de opções de compras de ações Outorga de opções de compras de ações Prazo máximo para exercício das opções Prazo máximo para exercício das opções Quantidade de opções outorgadas Quantidade de opções outorgadas Exercício Corrente (\*) Cont I Exercício Corrente (\*) Data de outorga Data de outorga

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

Exercício Corrente (*) Cont II	Diretoria Estatutária	Conselho de administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	10/02/2018	01/12/2018	01/12/2018
Quantidade de opções outorgadas	550.481	659.232	1.074.538
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	10/02/2023	01/12/2023	01/12/2023
Prazo máximo para exercício das opções	10/02/2028	01/12/2028	01/12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA
Valor justo das opções na data da outorga	2.501.834,63	4.465.570,72	7.278.811,44

(\*) Baseada na melhor estimativa da administração da Companhia com base nos dados do exercício social corrente.

# 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

31/12/2017	Conselho de administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de administração	Diretoria Estatutária	Conselho de administração
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	30/11/2012	30/11/2012	20/12/2012	02/12/2013	02/12/2013	01/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	1.322.880	499.990	096.06	1.204.633	491.377	1.582.208
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30/11/2017	30/11/2017	20/12/2017	02/12/2018	02/12/2018	01/12/2019
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2022	30/11/2022	20/12/2022	02/12/2023	02/12/2023	01/12/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor justo das opções na data da outorga	7.420.076,38	2.804.459,96	522.781,27	8.135.707,30	3.318.603,63	9.640.019,36

31/12/2017	Diretoria	Conselho de	Diretoria	Diretoria	Conselho de	Diretoria
Cont I	Estatutária	administração	Estatutária	Estatutária	administração	Estatutária
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	01/12/2014	01/12/2015	01/12/2015	22/12/2015	01/12/2016	01/12/2016
Quantidade de opções outorgadas	677.502	612.965	785.962	505.918	684.057	1.118.079
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2019	01/12/2020	01/12/2020	22/12/2020	01/12/2021	01/12/2021
Prazo máximo para exercício das opções	01/12/2024	01/12/2025	01/12/2025	22/12/2025	01/12/2026	01/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor justo das opções na data da outorga	4.127.859,54	4.902.828,03	6.286.552,29	3.817.662,86	4.129.422,10	6.148.233,38

31/12/2017 Cont II	Diretoria Estatutária	Conselho de administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	10/02/2017	01/12/2017	01/12/2017
Quantidade de opções outorgadas	454.902	659.232	1.074.538
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	10/02/2022	01/12/2022	01/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	10/02/2027	01/12/2027	01/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA
Valor justo das opções na data da outorga	2.501.834,63	4.465.570,72	6.255.011,18

# 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

31/12/2016	Conselho de Administracão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administracão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administracão
Outorga de opções de compras de ações	2		s.			
Data de outorga	30/11/2011	30/11/2011	30/11/2012	30/11/2012	20/12/2012	02/12/2013
Quantidade de opções outorgadas	1.514.280	1.157.120	1.148.120	578.635	096.06	1.052.074
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30/11/2016	30/11/2016	30/11/2017	30/11/2017	20/12/2017	02/12/2018
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2021	30/11/2021	30/11/2022	30/11/2022	20/12/2022	02/12/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor justo das opções na data da outorga	6.495.943,90	4.963.802,34	6.439.841,93	3.245.582,29	522.781,27	7.105.372,44
31/12/2016 Cont I	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	02/12/2013	01/12/2014	01/12/2014	01/12/2015	01/12/2015	22/12/2015
Quantidade de opções outorgadas	510.730	1.421.323	756.157	484.967	845.876	505.918
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	02/12/2018	01/12/2019	01/12/2019	01/12/2020	01/12/2020	22/12/2020
Prazo máximo para exercício das opções	02/12/2023	01/12/2024	01/12/2024	01/12/2025	01/12/2025	22/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	VN	NA	NA
Valor justo das opções na data da outorga	3.449.307,62	8.659.785,08	4.607.085,87	3.879.030,29	6.765.777,10	3.817.662,86
31/12/2016 Cont II	Conselho de	Diretoria Estatutária				
Outorga de opções de compras de ações	OBŠB TAGUIIII					
Data de outorga	01/12/2016	01/12/2016				
Quantidade de opções outorgadas	684.057	1.350.459				
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2021	01/12/2021				
Prazo máximo para exercício das opções	01/12/2026	01/12/2026				
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA				
	0 0 0 0 0 0	4 4 1 7 0				

4.129.422,10

Valor justo das opções na data da outorga

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria

estatuária

							0
31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	<u>ırıa</u>
Outorga de opções de compras de ações							
Data de outorga	30/03/2010	30/03/2010	19/08/2010	30/11/2010	30/11/2010	30/11/2011	
Quantidade de opções outorgadas	852.850	147.125	58.050	811.900	1.121.300	1.514.280	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30/03/2015	30/03/2015	30/03/2015	30/11/2015	30/11/2015	30/11/2016	
Prazo máximo para exercício das opções	30/03/2020	30/03/2020	30/03/2020	30/11/2020	30/11/2020	30/11/2021	
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
Valor justo das opções na data da outorga	2.899.690,00	500.225,00	255.746,24	2.934.823,64	4.053.230,39	6.496.261,20	
					•		
31/12/2015 Cont 1	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	
Outorga de opções de compras de ações		in in the state of				in .	
Data de outorga	30/11/2011	30/11/2012	30/11/2012	02/12/2013	02/12/2013	01/12/2014	
Quantidade de opções outorgadas	1.368.595	1.148.120	950.485	1.052.074	925.027	1.421.323	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30/11/2016	30/11/2017	30/11/2017	02/12/2018	02/12/2018	01/12/2019	
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2021	30/11/2022	30/11/2022	02/12/2023	02/12/2023	01/12/2024	
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
Valor justo das opções na data da outorga	5.871.272,55	6.440.953,20	5.332.220,85	6.428.172,14	5.651.914,97	7.390.879,60	
							,
31/12/2015 Cont II	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária			
Outorga de opções de compras de ações							
Data de outorga	01/12/2014	01/12/2015	01/12/2015	22/12/2015			
Quantidade de opções outorgadas	1.142.103	484.967	1.090.569	505.918			
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2019	01/12/2020	01/12/2020	22/12/2020			
Prazo máximo para exercício das opções	01/12/2024	01/12/2025	01/12/2025	22/12/2025			
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA			
Valor justo das opções na data da outorga	5.938.935,60	3.802.141,28	8.550.060,96	3.966.397,12			

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Memória de cálculo da diluição potencial decorrente do exercício de opções

Sempre que necessário, as quantidades e valor justo foram ajustadas para refletir todos os desdobramentos ocorridos no período.

A diluição potencial, expressa nos quadros acima e constante da tabela abaixo, considera que 100% das opções outorgadas para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária sejam exercidas na data-base deste Formulário de Referência, isto é, 31 de dezembro de 2017, e que a Companhia emita novas ações em decorrência do exercício das opções. A diluição é calculada através da razão entre o número das novas ações emitidas pelo total de ações do capital após a emissão.

PÁGINA: 281 de 430

# 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

852.850,0 15.717.615.419 852.850,0 15.717.615.419 811.900,0 15.717.615.419 1.692.005,0 15.717.615.419 1.322.880,0 15.717.615.419 1.322.880,0 15.717.615.419 1.322.880,0 15.717.615.419 684.057,0 15.717.615.419 684.057,0 15.717.615.419 2.194.500,0 15.717.615.419 147.125,0 15.717.615.419 147.125,0 15.717.615.419 147.125,0 15.717.615.419 147.125,0 15.717.615.419 147.125,0 15.717.615.419 189.015,0 15.717.615.419 189.015,0 15.717.615.419 189.015,0 15.717.615.419 199.990,0 15.717.615.419 199.990,0 15.717.615.419 190.960,0 15.717.615.419 189.015,0 15.717.615.419 188.075,0 15.717.615.419 188.079,0 15.717.615.419 188.079,0 15.717.615.419 188.079,0 15.717.615.419 188.079,0 15.717.615.419 188.079,0 15.717.615.419 188.079,0 15.717.615.419	Órgão	Data da Outorga	Número de Opções	Ações do capital do final do exercício (Data 31.12.2017)	Diluição potencial se exercício total
30/03/2010         852.850,0         15.717,615.419           19/08/2010         58.050,0         15.717,615.419           30/11/2011         811.900,0         15.717,615.419           30/11/2011         1.692.005,0         15.717,615.419           30/11/2012         1.322.880,0         15.717,615.419           01/12/2014         1.582.208,0         15.717,615.419           01/12/2017         684,057,0         15.717,615.419           01/12/2017         684,057,0         15.717,615.419           01/12/2017         689,232,0         15.717,615.419           30/03/2009         318.375,0         15.717,615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717,615.419           30/13/2010         147.125,0         15.717,615.419           30/13/2010         147.125,0         15.717,615.419           30/11/2011         2.084.800,0         15.717,615.419           25/10/2011         2.084.800,0         15.717,615.419           30/11/2011         1.032.715,0         15.717,615.419           20/12/2013         499.900,0         15.717,615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717,615.419           20/12/2014         677.502,0         15.717,615.419 <t< td=""><td></td><td>28/08/2009</td><td>701.175,0</td><td>15.717.615.419</td><td>0,0045%</td></t<>		28/08/2009	701.175,0	15.717.615.419	0,0045%
19/08/2010         58.050,0         15.717.615.419           30/11/2010         811.900,0         15.717.615.419           30/11/2011         1.692.005,0         15.717.615.419           30/11/2012         1.322.880,0         15.717.615.419           02/12/2013         1.204.633,0         15.717.615.419           01/12/2014         1.582.208,0         15.717.615.419           01/12/2015         612.965,0         15.717.615.419           01/12/2017         684.057,0         15.717.615.419           01/12/2017         689.232,0         15.717.615.419           30/03/2009         318.375,0         15.717.615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           28/08/2009         147.125,0         15.717.615.419           30/11/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         2.50.325,0         15.717.615.419           20/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           20/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           <		30/03/2010	852.850,0	15.717.615.419	0,0054%
30/11/2010         811.900,0         15.717.615.419           30/11/2011         1.692.005,0         15.717.615.419           30/11/2012         1.322.880,0         15.717.615.419           02/12/2013         1.204.633,0         15.717.615.419           01/12/2014         1.582.208,0         15.717.615.419           01/12/2015         612.965,0         15.717.615.419           01/12/2017         659.232,0         15.717.615.419           30/03/2009         318.375,0         15.717.615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/12/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           30/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           20/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           21/12/2015         499.990,0         15.717.615.419           22/12/2015         499.990,0         15.717.615.419		19/08/2010	58.050,0	15.717.615.419	0,0004%
30/11/2011       1.692.005,0       15.717.615.419         30/11/2012       1.322.880,0       15.717.615.419         02/12/2013       1.204.633,0       15.717.615.419         01/12/2014       1.882.208,0       15.717.615.419         01/12/2015       642.055,0       15.717.615.419         01/12/2017       684.057,0       15.717.615.419         01/12/2017       689.232,0       15.717.615.419         30/03/2009       318.375,0       15.717.615.419         28/08/2009       2.194.500,0       15.717.615.419         30/03/2010       147.125,0       15.717.615.419         27/06/2011       2.084.800,0       15.717.615.419         27/06/2011       2.084.800,0       15.717.615.419         27/10/2011       132.715,0       15.717.615.419         21/12/2011       189.015,0       15.717.615.419         20/11/2011       499.990,0       15.717.615.419         20/11/2012       499.990,0       15.717.615.419         20/11/2013       491.377,0       15.717.615.419         20/11/2014       677.502,0       15.717.615.419         22/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         22/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         2		30/11/2010	811.900,0	15.717.615.419	0,0052%
30/11/2012       1.322.880,0       15.717.615.419         02/12/2013       1.204.633,0       15.717.615.419         01/12/2014       1.582.208,0       15.717.615.419         01/12/2015       612.965,0       15.717.615.419         01/12/2017       684.057,0       15.717.615.419         01/12/2017       659.232,0       15.717.615.419         30/04/2008       372.875,0       15.717.615.419         30/03/2010       147.125,0       15.717.615.419         28/08/2009       2.194.500,0       15.717.615.419         30/03/2011       2.084.800,0       15.717.615.419         25/10/2011       2.084.800,0       15.717.615.419         25/10/2011       250.325,0       15.717.615.419         20/11/2012       1032.715,0       15.717.615.419         20/12/2013       499.990,0       15.717.615.419         20/12/2012       499.990,0       15.717.615.419         20/12/2013       491.377,0       15.717.615.419         21/12/2014       677.502,0       15.717.615.419         22/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         22/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         22/12/2016       188.079,0       15.717.615.419         10		30/11/2011	1.692.005,0	15.717.615.419	0,0108%
02/12/2013         1.204.633,0         15.717.615.419           01/12/2014         1.582.208,0         15.717.615.419           01/12/2015         684.057,0         15.717.615.419           01/12/2016         684.057,0         15.717.615.419           01/12/2017         659.232,0         15.717.615.419           30/04/2008         372.875,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           27/106/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           21/12/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           20/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           01/12/2017         454.902,0         15.717.615.419	Conselho de administração	30/11/2012	1.322.880,0	15.717.615.419	0,0084%
01/12/2014         1.582.208,0         15.717.615.419           01/12/2015         612.965,0         15.717.615.419           01/12/2017         684.057,0         15.717.615.419           01/12/2017         689.232,0         15.717.615.419           30/04/2008         372.875,0         15.717.615.419           30/03/2009         318.375,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         250.325,0         15.717.615.419           30/11/2012         10.32.715,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         50.960,0         15.717.615.419           22/12/2015         50.5018,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419		02/12/2013	1.204.633,0	15.717.615.419	0,0077%
01/12/2015         612.965,0         15.717.615.419           01/12/2016         684.057,0         15.717.615.419           01/12/2017         659.232,0         15.717.615.419           30/04/2008         372.875,0         15.717.615.419           30/03/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           27/106/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           27/107/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           20/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           21/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           22/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           22/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419           10/12/2017         454.902,0         15.717.615.419		01/12/2014	1.582.208,0	15.717.615.419	0,0101%
01/12/2016         684,057,0         15.717,615,419           01/12/2017         659,232,0         15.717,615,419           30/04/2008         372,875,0         15.717,615,419           30/03/2009         318,375,0         15.717,615,419           28/08/2009         2.194,500,0         15.717,615,419           30/03/2010         147,125,0         15.717,615,419           30/11/2010         934,225,0         15.717,615,419           27/06/2011         2.084,800,0         15.717,615,419           25/10/2011         250,325,0         15.717,615,419           30/11/2012         189,015,0         15.717,615,419           20/12/2012         499,990,0         15.717,615,419           20/12/2012         90,960,0         15.717,615,419           01/12/2013         491,377,0         15.717,615,419           01/12/2014         677,502,0         15.717,615,419           01/12/2015         785,962,0         15.717,615,419           01/12/2016         188,079,0         15.717,615,419           01/12/2016         188,079,0         15.717,615,419           10/02/2017         454,902,0         15.717,615,419           10/12/2017         174,538,0         15.717,615,419           10/12/		01/12/2015	612.965,0	15.717.615.419	0,0039%
01/12/2017         659.232,0         15.717.615.419           30/04/2008         372.875,0         15.717.615.419           30/03/2009         318.375,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           25/10/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         250.325,0         15.717.615.419           30/11/2012         1.032.715,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         785.962,0         15.717.615.419           22/12/2015         785.962,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419		01/12/2016	684.057,0	15.717.615.419	0,0044%
30/04/2008         372.875,0         15.717.615.419           30/03/2009         318.375,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         250.325,0         15.717.615.419           30/11/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         785.962,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419           10/02/2017         1.074.538,0         15.717.615.419		01/12/2017	659.232,0	15.717.615.419	0,0042%
30/03/2009         318.375,0         15.717.615.419           28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         250.325,0         15.717.615.419           30/11/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         785.962,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419           10/12/2017         1.074.538,0         15.717.615.419		30/04/2008	372.875,0	15.717.615.419	0,0024%
28/08/2009         2.194.500,0         15.717.615.419           30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         250.325,0         15.717.615.419           30/11/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           21/12/2011         189.015,0         15.717.615.419           30/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         785.962,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419           01/12/2017         1.074.538,0         15.717.615.419		30/03/2009	318.375,0	15.717.615.419	0,0020%
30/03/2010         147.125,0         15.717.615.419           30/11/2010         934.225,0         15.717.615.419           27/06/2011         2.084.800,0         15.717.615.419           25/10/2011         250.325,0         15.717.615.419           30/11/2011         1.032.715,0         15.717.615.419           30/11/2012         499.990,0         15.717.615.419           20/12/2012         90.960,0         15.717.615.419           02/12/2013         491.377,0         15.717.615.419           01/12/2014         677.502,0         15.717.615.419           01/12/2015         785.962,0         15.717.615.419           01/12/2015         505.918,0         15.717.615.419           01/12/2016         1.188.079,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419           10/02/2017         454.902,0         15.717.615.419		28/08/2009	2.194.500,0	15.717.615.419	0,0140%
30/11/2010       934.225,0       15.717,615,419         27/06/2011       2.084.800,0       15.717,615,419         25/10/2011       250.325,0       15.717,615,419         30/11/2011       1.032.715,0       15.717,615,419         21/12/2011       189.015,0       15.717,615,419         30/11/2012       499.990,0       15.717,615,419         20/12/2012       90.960,0       15.717,615,419         01/12/2013       491.377,0       15.717,615,419         01/12/2014       677.502,0       15.717,615,419         01/12/2015       505.918,0       15.717,615,419         01/12/2016       1.188.079,0       15.717,615,419         10/02/2017       454,902,0       15.717,615,419         10/02/2017       454,902,0       15.717,615,419		30/03/2010	147.125,0	15.717.615.419	0,0009%
27/06/2011       2.084.800,0       15.717.615.419         25/10/2011       250.325,0       15.717.615.419         30/11/2011       1.032.715,0       15.717.615.419         21/12/2012       499.990,0       15.717.615.419         20/12/2012       90.960,0       15.717.615.419         20/12/2013       491.377,0       15.717.615.419         01/12/2014       677.502,0       15.717.615.419         01/12/2015       785.962,0       15.717.615.419         22/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         01/12/2016       1.188.079,0       15.717.615.419         10/02/2017       454.902,0       15.717.615.419         10/02/2017       454.902,0       15.717.615.419		30/11/2010	934.225,0	15.717.615.419	0,0059%
25/10/2011       250.325,0       15.717,615.419         30/11/2011       1.032.715,0       15.717,615.419         21/12/2011       189.015,0       15.717,615.419         30/11/2012       499.990,0       15.717,615.419         20/12/2013       491.377,0       15.717,615.419         02/12/2013       491.377,0       15.717,615.419         01/12/2014       677.502,0       15.717,615.419         22/12/2015       785.962,0       15.717,615.419         01/12/2016       1.188.079,0       15.717,615.419         10/02/2017       454.902,0       15.717,615.419         10/02/2017       454.902,0       15.717,615.419         10/12/2017       1.74.538,0       15.717,615.419		27/06/2011	2.084.800,0	15.717.615.419	0,0133%
30/11/2011       1.032.715,0       15.717.615.419         21/12/2011       189.015,0       15.717.615.419         30/11/2012       499.990,0       15.717.615.419         20/12/2012       90.960,0       15.717.615.419         02/12/2013       491.377,0       15.717.615.419         01/12/2014       677.502,0       15.717.615.419         22/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         01/12/2015       505.918,0       15.717.615.419         01/12/2016       1.188.079,0       15.717.615.419         10/02/2017       454.902,0       15.717.615.419         01/12/2016       1.074.538,0       15.717.615.419		25/10/2011	250.325,0	15.717.615.419	0,0016%
21/12/2011       189,015,0       15.717,615,419         30/11/2012       499,990,0       15.717,615,419         20/12/2012       90.960,0       15.717,615,419         02/12/2013       491,377,0       15.717,615,419         01/12/2015       785,962,0       15.717,615,419         22/12/2015       505,918,0       15.717,615,419         01/12/2016       1.188,079,0       15.717,615,419         10/02/2017       454,902,0       15.717,615,419         01/12/2016       1.188,079,0       15.717,615,419         10/02/2017       454,902,0       15.717,615,419		30/11/2011	1.032.715,0	15.717.615.419	0,0066%
30/11/2012         499,990,0         15.717,615,419           20/12/2012         90.960,0         15.717,615,419           02/12/2013         491,377,0         15.717,615,419           01/12/2014         677,502,0         15.717,615,419           01/12/2015         785,962,0         15.717,615,419           22/12/2015         505,918,0         15.717,615,419           01/12/2016         1.188,079,0         15.717,615,419           10/02/2017         454,902,0         15.717,615,419           01/12/2017         1.074,538,0         15.717,615,419	Diretoria Estatutária	21/12/2011	189.015,0	15.717.615.419	0,0012%
90.960,0 15.717,615.419 491.377,0 15.717,615.419 677.502,0 15.717,615.419 785.962,0 15.717,615.419 505.918,0 15.717,615.419 1.188.079,0 15.717,615.419 454.902,0 15.717,615.419 1.074.538,0 15.717,615.419	Checona Estatuana	30/11/2012	499.990,0	15.717.615.419	0,0032%
491.377,0       15.717.615.419         677.502,0       15.717.615.419         785.962,0       15.717.615.419         505.918,0       15.717.615.419         1.188.079,0       15.717.615.419         454.902,0       15.717.615.419         1.074.538,0       15.717.615.419		20/12/2012	90.960,0	15.717.615.419	0,0006%
677.502,0 15.717.615.419 785.962,0 15.717.615.419 505.918,0 15.717.615.419 1.188.079,0 15.717.615.419 454.902,0 15.717.615.419 1.074.538.0 15.717.615.419		02/12/2013	491.377,0	15.717.615.419	0,0031%
785.962,0 15.717,615.419 505.918,0 15.717,615.419 1.188.079,0 15.717,615.419 454.902,0 15.717,615.419 1.074.538,0 15.717,615.419		01/12/2014	677.502,0	15.717.615.419	0,0043%
505.918,0       15.717,615,419         1.188.079,0       15.717,615,419         454.902,0       15.717,615,419         1.074.538,0       15.717,615,419		01/12/2015	785.962,0	15.717.615.419	0,0050%
1.188.079,0 15.717.615.419 454.902,0 15.717.615.419 1.074.538.0 15.717.615.419		22/12/2015	505.918,0	15.717.615.419	0,0032%
454.902,0 15.717.615.419 1.074.538.0 15.717.615.419		01/12/2016	1.188.079,0	15.717.615.419	0,0076%
1.074.538.0		10/02/2017	454.902,0	15.717.615.419	0,0029%
2622		01/12/2017	1.074.538,0	15.717.615.419	0,0068%

## 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Sempre que necessário, as quantidades e valor justo foram ajustadas para refletir todos os desdobramentos ocorridos no período.

Em consonância com. o método contábil do custo precedente adotado pela Ambev S.A, as informações anteriores a 2014 são conforme as informações históricas da Companhia de Pebidas das Américas – Ambev.

 $\widehat{\mathcal{O}}\,\widehat{\mathbb{G}}$ 

31/12/2017	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
N° de total membros	11	11	13	11	13	11	13	13	11	11
Nº de membros remunerados	2	1	1	2	1	1	1	1	5	1
Data da outorga	30/04/08	30/03/09	28/08/09	28/08/09	30/03/10	30/03/10	19/08/10	30/11/10	30/11/10	27/06/11
Opções ainda não exercíveis										
Quantidade	1			-				-	1	1
Data em que se tornarão exercíveis	ı	1	1	1	,	1	1	-	1	1
Prazo máximo para exercício das opções	ı	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Prazo de restrição à transferência das ações	ı	1	1	-	1	1	1	-	1	1
Preço médio ponderado de exercício	ı	1	1	1	1	1	1	-	1	1
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Opções exercíveis										
Quantidade	372.875	318.375	701.175	2.194.500	852.850	147.125	58.050	811.900	934.225	250.790
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/18	30/03/19	28/08/19	28/08/19	30/03/20	30/03/20	30/03/20	30/11/20	30/11/20	30/04/18
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	0,78	0,00	66'0	66'0	2,81	2,81	7,47	9,36	9,36	10,11
Valor justo das opções no último dia do exercício social	20,50	21,28	20,29	20,29	18,47	18,47	13,81	12,44	12,44	11,36
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	7.642.910,57	6.775.020,00	14.229.720,58	44.535.418,12	15.753.494,76	2.717.632,55	801.947,74	10.101.609,08	11.623.569,08	2.848.915,76

31/12/2017 Cont I	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N° de total membros	111	11	111	11	13	111	11	111	11	13
Nº de membros remunerados	1	1	1	1	4	L	1	1	1	5
Data da outorga	27/06/11	27/06/11	25/10/11	25/10/11	30/11/11	30/11/11	21/12/11	21/12/11	21/12/11	30/11/12
Opções ainda não exercíveis										
Quantidade	1	1	-	1	,	-	1	1	ı	1
Data em que se tornarão exercíveis	1	1	-	1		-	1	1	ı	1
Prazo máximo para exercício das opções	1	1	-	1	,	-	1	1	ı	
Prazo de restrição à transferência das ações	1	ı	-	-	1	-	-	ı	ı	1
Preço médio ponderado de exercício	1	1	-	-	1	-	-	1	ı	1
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	ı	-	-	-	-	-	1	ı	1
Opções exercíveis										
Quantidade	239.295	1.594.715	217.965	32.360	1.692.005	1.032.715	34.625	89.730	64.660	1.322.880
Prazo máximo para exercício das opções	30/03/19	28/08/19	28/08/19	30/03/20	30/11/21	30/11/21	30/04/18	28/08/19	30/03/20	30/11/22
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	10,11	10,11	11,71	11,71	11,97	11,97	13,42	13,42	13,42	17,20
Valor justo das opções no último dia do exercício social	11,70	11,81	11,61	11,61	11,58	11,58	10,90	10,90	10,90	9,64
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	2.799.940,18	18.836.981,34	2.530.439,14	375.679,63	19.600.900,05	11.963.406,43	377.429,99	978.102,32	704.826,66	12.748.153,56

31/12/2017 Cont II	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N° de total membros	11	11	13	11	13	11	13	11	11	13
Nº de membros remunerados	9	1	5	L	9	L	7	6	1	7
Data da outorga	30/11/12	20/12/12	02/12/13	02/12/13	01/12/14	01/12/14	01/12/2015	01/12/2015	22/12/2015	01/12/2016
Opções ainda não exercíveis										
Quantidade	-		1.204.633	491.377	1.582.208	677.502	612.965	785.962	505.918	684.057
Data em que se tornarão exercíveis	1	1	02/12/18	81/21/20	01/12/19	01/17/10	01/12/2020	01/12/2020	22/12/2020	01/12/2021
Prazo máximo para exercício das opções	-		02/12/23	02/12/23	01/12/24	01/12/24	01/12/2025	01/12/2025	22/12/2025	01/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	-	1	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-			-	-	1	1	1	-	1
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	10,10	10,10	11,02	11,02	11,16	11,16	11,51	12,41
Opções exercíveis										
Quantidade	499.990	096.06	1	1	1	1	1	ı	ı	1
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/22	20/17/22	1		-		-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	1	,			-	-	-	
Preço médio ponderado de exercício	17,20	17,84	1	1	1	1	-	-	-	1
Valor justo das opções no último dia do exercício social	9,64	9,30		•	-		-	1	1	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	4.818.236,95	846.116,10	1		1		1	1	1	

31/12/2017 Cont III	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° de total membros	11	11	13	11
Nº de membros remunerados	6	1	8	7
Data da outorga	01/12/2016	10/05/20/1	01/12/2017	01/12/2017
Opções ainda não exercíveis				
Quantidade	1.188.079	454.902	659.232	1.074.538
Data em que se tornarão exercíveis	01/12/2021	10/02/2022	01/12/2022	01/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	01/12/2026	10/02/2027	01/12/2027	01/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	ı	1	1	ı
Valor justo das opções no último dia do exercício social	12,41	12,71	12,23	12,23
Opções exercíveis				
Quantidade	-	-	1	I
Prazo máximo para exercício das opções	1	-	1	I
Prazo de restrição à transferência das ações	1	1	1	1
Preço médio ponderado de exercício	ı	1	1	ı
Valor justo das opções no último dia do exercício social	1	-	-	ı
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social				1

Sempre que necessário, as quantidades e valor justo foram ajustadas para refletir todos os desdobramentos ocorridos no período. Em consonância com o método contábil do custo precedente adotado pela Companhia, as informações anteriores a 2013 estão de acordo com as informações históricas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.  $\widehat{\mathcal{O}}\,\widehat{\Xi}$ 

PÁGINA: 287 de 430

# 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

#### 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	13	11
N° de membros remunerados	3	8
Opções exercidas		
Número de ações	989.925	849.860
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,78	R\$ 7,54
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	19.983.774	9.079.088
Ações entregues		
Número de ações entregues	477.306	142.254
Preço médio ponderado de aquisição	14,40	14,40
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	1.388.960	413.959

#### 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12	11
Nº de membros remunerados	2	7
Opções exercidas		
Número de ações	2.582.100	351.600
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,41	R\$ 3,55
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	46.902.330	5.238.260
Ações entregues		
Número de ações entregues	487256	848.540
Preço médio ponderado de aquisição	9,17	9,17
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	4.935.903	8.595.710

# 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

31/12/2015 (\*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12	10,25
Nº de membros remunerados	2	7
Opções exercidas		
Número de ações	664.875	2.809.625
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 9,19	R\$ 3,90
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	6.005.494	42.711.611
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

<sup>(\*)</sup> Não contempla as informações de Ações Restritas ou "phantom", uma vez que a orientação para a inclusão destas informações foi divulgada pela CVM posteriormente ao término de referido exercício.

#### a. modelo de precificação:

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano de Opção(incluindo as recepcionadas pela Companhia nos termos do Programa de Migração descrito no item 13.4 acima, com os devidos ajustes) é precificado com base no Modelo Binomial de Hull. O modelo parte da premissa básica de que o comportamento do preço de uma ação em períodos futuros pode ser aproximado por duas trajetórias possíveis: uma ascendente e outra descendente. Deste modo, é construída uma árvore de trajetórias para o preço da ação. O fator ascendente e o fator descendente são determinados a partir da volatilidade da ação e pelo intervalo de tempo entre os passos de árvore. As trajetórias para o preço da ação são determinadas até o vencimento.Em paralelo, é construída também uma árvore representando o valor da opção a cada período. O valor da opção é determinado de forma retroativa ("backwards"), isto é, partindo da data de término do período de carência. No período final, a regra de decisão do titular da opção é entre exercer ou não a opção.

No caso dos Direitos Sobre a Valorização de Ações, o número de Direitos Sobre a Valorização de Ações será transformado, na data do fim do prazo de carência de cada lote, em montante equivalente, ao preço de fechamento das ações ou ADRs de emissão da Companhia na B3 ou na NYSE, respectivamente, no pregão imediatamente anterior ao referido prazo, sendo que cada Direito Sobre a Valorização de Ações corresponderá a uma ação ou ADR, conforme o caso.Não há preço de exercício para os Direitos Sobre a Valorização de Ações, que representam apenas uma obrigação da Companhia em pagar ao beneficiário, na data do término dos prazos de carência, o valor equivalente à cotação de mercado das ações da Companhia negociadas na B3ou ADRs negociadas na NYSE, não havendo qualquer desembolso por parte do beneficiário.

Para as outorgas de ações diferidas e aquelas feitas no âmbito do Plano de Ações, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação ou ADR negociada, respectivamente, na B3 ou na NYSE, conforme o caso, no pregão imediatamente anterior à data de sua outorga, podendo haver a aplicação de desconto, conforme previsto em cada programa. Para os programas no âmbito do Plano de Ações, a concessão das ações será realizada a título gratuito aos participantes, após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo, observados os demais termos do Plano de Ações e de cada programa. Para informações especificas sobre tais programas, verificar o item 13.4.

b. <u>dados e premissas utilizadas no modelo de precificação</u>, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da respectiva outorga.

PÁGINA: 290 de 430

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado com base no cálculo do valor das respectivas opções é o Valor de Mercado, conforme definido abaixo.

Preço de exercício

Programas de 2008 a 2010

As opções componentes doslote A e C (conforme especificado em tais programas) devem ser exercidas pelo preço de exercício equivalente ao valor médio dos preços de fechamento das ações negociadas na B3 dos 30 dias anteriores à data de sua outorga, ou, em casos específicos (*e.g.*, para funcionários de companhias controladas com sede no exterior), ao valor médio de fechamento dos ADRs negociados na NYSE durante o mesmo período("Valor de Mercado"), observadas eventuais determinações específicas constantes do programa. Para as opções componentes do lote B, o preço de exercício é equivalente ao Valor de Mercado com a aplicação de desconto de 10%.No caso das opções suplementares previstas em tais programas como integrantes do lote C, o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos pela Companhia sobre as ações correspondentes no período entre a outorga das opções e o exercício destas é deduzido do preço de exercício.

Programas de 2010 a 2017

O preço de exercício de cada opção outorgada no âmbito do Plano de Opçãocorresponde ao preço de fechamento,em reais, das ações da Companhia negociadas na B3no pregão imediatamente anterior à data de sua outorga.

Volatilidade esperada

A volatilidade prevista das opções é baseada na volatilidade histórica, calculada desde 29 de março de 2004. Com base no Modelo Binomial de Hull, presume-se que todos os funcionários exerceriam de imediato suas opções se o preço da ação da Companhia atingisse 2,5 vezes o preço de exercício. A Companhia não utiliza o método da janela móvel, no qual a estimativa da volatilidade tem extensão fixa "m" (ou seja, a cada atualização diária, agrega-se informação do dia anterior e desconsidera-se a informação de m+1 dias atrás). Para calcular a volatilidade prevista, a Companhia utilizou os retornos diários da ação da Companhia. A cada atualização diária do cálculo, a base é acrescida da informação relativa àquele dia e nenhuma informação é desconsiderada. Ou seja, a base tem extensão móvel com início em 29 de março de 2004 até a data do cálculo.

Prazo de vida da opção

Programas de 2008 a 2010

Segundo este modelo de outorga de opções da Companhia, as opções componentes dos lotes denominados A e B devem ser exercidas imediatamente, sendo seu prazo de vida equivalente a zero. Já as opções suplementares integrantes do denominado lote C têm prazo de vida de dez anos no total, somando-se o prazo de carência de cinco anos com o prazo para exercício de cinco anos.

PÁGINA: 291 de 430

Programas de 2010 a 2017

No âmbito do Plano de Opção, as opções têm um prazo de carência de cinco anos a contar da data de outorga, podendo o beneficiário exercê-las em até cinco anos após o encerramento do prazo de carência, mediante pagamento do preço de exercício em até cinco dias úteis da data de exercício, em contrapartida à entrega das ações, portanto, tendo um prazo de vida de até dez anos.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável foi calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, correspondendo a 5%.

No entanto, nos casos em que as opções concedidas são protegidas em relação aos dividendos (Programas anteriores a 2010), isto é, têm descontado de seu preço de exercício os valores dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação correspondente, foi considerado que a taxa de distribuição de dividendos é igual a zero, para fins de cálculo do valor justo das opções.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas com base no preço de fechamento do contrato futuro de DI1 (Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia) divulgado pela B3 nas respectivas datas de outorga para prazo de vencimento semelhante.

Para fins de ilustração, os dados explicados neste item "b" foram os seguintes com relação às opções outorgadas nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017:

#### MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE OPÇÕES

Premissas	2017
Modelo de precificação	Binomial de Hull
Valor justo das opções concedidas	6,51
Preço da ação	19,80
Preço de exercício	19,80
Estimativa de volatilidade	26,7%
Carência (em anos)	5
Estimativa de dividendos	5%
Taxa de juros livre de riscos	10,1%

Premissas	2016
Modelo de precificação	Binomial de Hull
Valor justo das opções concedidas	6,21
Preço da ação	17,18
Preço de exercício	17,18
Estimativa de volatilidade	27,0%
Carência (em anos)	5
Estimativa de dividendos	5%
Taxa de juros livre de riscos	12,4%

Premissas	2015
Modelo de precificação	Binomial de Hull
Valor justo das opções concedidas	7,84
Preço da ação	18,41
Preço de exercício	18,41
Estimativa de volatilidade	27,5%
Carência (em anos)	5
Estimativa de dividendos	5%
Taxa de juros livre de riscos	15,9%

<sup>(</sup>i) Informações baseadas em médias ponderadas dos programas concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

## c. <u>método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:</u>

Com base no Modelo Binomial de Hull, utilizado pela Companhia, presume-se que todos os funcionários exerceriam de imediato suas opções se o preço da ação de emissão da Companhia atingisse 2,5 vezes o preço de exercício. A premissa relativa ao período em que a opção será exercida após o término da carência está relacionada com o comportamento dos beneficiários das opções, que difere de indivíduo para indivíduo. Idealmente, aferir o comportamento passado dos participantes seria uma maneira mais adequada de estimar o comportamento futuro, porém o Plano de Opções, que recepcionou, no âmbito do Programa de Migração, os programas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, sofreu alterações importantes, principalmente em relação à proteção quanto a dividendos, fator relevante para a decisão sobre o exercício da opção. Diante disto, a Companhia optou por utilizar como premissa a média do resultado de dois estudos, citados pelo próprio Hull, e realizados por Huddart and Lang e Carpenter, que concluíram que o exercício de opções de um programa de remuneração acontecia quando o preço da ação de emissão da Companhia atingia 2,8 vezes o preço de exercício, no primeiro estudo, e 2,2 vezes o preço de exercício, no segundo estudo.

#### d. forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade prevista para os programas de opções de 2009 (aprovados pela Companhia de Bebida das Américas – Ambev e recepcionados pela Companhia) é baseada em dados históricos dos últimos 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias. A partir dos Programas de opções de 2010, a volatilidade é medida desde março de 2004. Conforme explicação contida no subitem "c" acima, o Modelo Binomial de Hull, adotado pela Companhia, presume que todos os funcionários exerceriam de imediato suas opções se o preço da ação da Companhia atingisse 2,5 vezes o preço de exercício.

#### e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não foram incorporadas outras características na mensuração do valor justo das opções.

<sup>(</sup>ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, sendo as ADRs expressas em dólar.

# 13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

#### Instrumentos emitidos pela Ambev – 31.12.2017:

Órgão	Nº Ações e ADRs	Nº Ações Diferidas	Nº Opções	Total
Conselho de Administração	28.394.126	1.714.133	10.181.955	40.290.214
Diretoria Estatutária	5.895.216	1.629.896	13.293.183	20.818.295
Conselho Fiscal	7.225	0	0	7.225
Total Geral	34.296.567	3.344.029	23.475.138	61.115.734

#### Instrumentos emitidos pela AB-Inbev – 31.12.2017:

Órgão	Nº Ações e ADRs	Nº Ações Diferidas	Nº Opções	Total
Conselho de Administração	2.172.960	419.389	7.826.823	10.419.172
Diretoria Estatutária	2.811.849	78.924	3.658.115	6.548.888
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Total Geral	4.984.809	498.313	11.484.938	16.968.060

# 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	13	11	
Nº de membros remunerados	9	11	
Nome do plano	Contribuição Definida	Contribuição Definida	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	
Condições para se aposentar antecipadamente	53 anos de idade e 11 anos de plano	53 anos de idade e 11 anos de plano	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 23.225.902,43	R\$ 5.388.969,47	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.307.974,38	R\$ 854.051,67	
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim, em caso de desligamento da Companhia e desde que o participante não seja elegível a benefício de aposentadoria pelo Plano, nem opte por benefício proporcional diferido, por portabilidade ou por autopatrocínio. O valor resgatado corresponderá às contribuições feitas pelo próprio participante.	Sim, em caso de desligamento da Companhia e desde que o participante não seja elegível a benefício de aposentadoria pelo Plano, nem opte por benefício proporcional diferido, por portabilidade ou por autopatrocínio. O valor resgatado corresponderá às contribuições feitas pelo próprio participante.	

PÁGINA: 295 de 430

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	11,00	11,00	10,25	13,00	12,00	12,00	6,00	6,00	5,67
Nº de membros remunerados	11,00	11,00	10,25	9,00	9,00	9,00	6,00	6,00	5,67
Valor da maior remuneração(Reais)	14.065.113,97	14.930.055,45	21.358.583,28	10.292.851,37	8.304.164,90	10.095.576,27	412.360,99	390.081,07	421.187,76
Valor da menor remuneração(Reais)	2.466.975,34	1.217.949,83	1.864.211,66	412.360,99	390.081,07	358.109,18	206.180,50	133.813,92	179.054,54
Valor médio da remuneração(Reais)	4.801.134,36	3.648.144,26	5.600.969,79	2.162.467,67	1.970.632,67	1.518.150,89	309.270,83	296.155,67	295.512,35

#### Observação

Diretoria Estatutária				
31/12/2017	Inclui remuneração baseada em ações da Companhia e do Controlador.			
31/12/2016	Inclui remuneração baseada em ações da Companhia e do Controlador.			
31/12/2015	Inclui remuneração baseada em ações da Companhia e do Controlador.			

	Conselho de Administração					
31/12/2017	- A média de remuneração do Conselho de Administração apresentada neste item é calculada com base no número de membros do Conselho de Administração (9 membros) que recebem remuneração da Companhia pelo exercício de sua atividade Inclui remuneração baseada em ações da Companhia e do Controlador.					
31/12/2016	- A média de remuneração do Conselho de Administração apresentada neste item é calculada com base no número de membros do Conselho de Administração (9 membros) que recebem remuneração da Companhia pelo exercício de sua atividade Inclui remuneração baseada em ações da Companhia e do Controlador.					
31/12/2015	- A média de remuneração do Conselho de Administração apresentada neste item é calculada com base no número de membros do Conselho de Administração (9 membros) que recebem remuneração da Companhia pelo exercício de sua atividade Inclui remuneração baseada em ações da Companhia e do Controlador.					

	Conselho Fiscal				
31/12/2017	- Foram considerados os três membros titulares e os três membros suplentes do Conselho Fiscal.				
31/12/2016	- Foram considerados os três membros titulares e os três membros suplentes do Conselho Fiscal.				
31/12/2015	- Foram considerados os três membros titulares e os três membros suplentes do Conselho Fiscal.				

## 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguro de responsabilidade civil deadministradores (D&O) nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores nas hipótesesde destituição do cargo ou aposentadoria. Para mais informações sobre as apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, vide item 12.11 de seu Formulário de Referência.

# 13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

#### 31/12/2017

Órgão	Nº de Membros	Remuneração parte relacionada	Remuneração total	%
Conselho de Administração	6,00	690.908,00	19.462.209,00	4
Conselho Fiscal	-	-	1.855.625,00	-
Diretoria Estatutária	-	-	52.812.478,00	-
Total geral	6,00	690.908,00	74.130.312,00	1

#### 31/12/2016

Órgão	Nº de Membros	Remuneração parte relacionada	Remuneração total	%
Conselho de Administração	5,00	780.162,14	12.215.136,48	6
Conselho Fiscal	-	-	1.776.934,08	-
Diretoria Estatutária	-	-	40.129.587,03	-
Total geral	5,00	780.162,14	54.121.657,59	1

#### 31/12/2015

Órgão	Nº de Membros	Remuneração parte relacionada	Remuneração total	%
Conselho de Administração	5,00	833.588,37	13.663.358,00	6
Conselho Fiscal	-	-	1.674.570,00	-
Diretoria Estatutária	-	-	57.409.940,35	-
Total geral	5,00	833.588,37	72.747.868,35	1

PÁGINA: 298 de 430

## 13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia nos três últimos exercícios sociais como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, uma vez que eles não recebem da Companhia remuneração por qualquer outra razão (ex.: consultoria, assessoria etc.), exceto em decorrência do exercício do cargo que ocupam.

PÁGINA: 299 de 430

## 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício Social 31/12/2017 - remuneração recebida em função de exercício no cargo do emissor

	Conselho de Administração (*)	Conselho Risco		Total
Controladores diretos e indiretos	105.107.234,59	6.494.841,30	-	111.602.075,89
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social 31/12/2016 - remuneração recebida em função de exercício no cargo do emissor

	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	56.083.356,67	9.776.078,67	-	65.859.435,34
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social 31/12/2015 - remuneração recebida em função de exercício no cargo do emissor

	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	47.916.134,70	10.768.115,39	-	58.684.250,09
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<sup>(\*)</sup> Valores originais em dólar, porém convertidos para reais pela taxa média anual de cada exercício social.

PÁGINA: 300 de 430

#### 13.16 - Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 13.4 acima, a Companhia recepcionou por meio do Programa de Migração determinados programas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, que foi incorporada pela Companhia em 2 de janeiro de 2014. A partir de 2010 a extinta Companhia de Bebidas das Américas – Ambev aprovou programas de opções de compra de ação em que o exercício da opção é imediato, porém a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência do Beneficiário na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício. Haja vista a recepção pelo Programa de Migração, apresentamos na tabela abaixo as mesmas informações requeridas para opções com exercício imediato e com *lockup* de cinco anos, a respeito das ações diferidas em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

31/12/2017	Conselho de administração	Diretoria Estatutária	Conselho de administração	Diretoria Estatutária
Nº de total membros	3,00	6,00	3,00	7,00
Outorga de opções de compras de ações				
Data de outorga	28/03/2013	28/03/2013	28/03/2014	28/03/2014
Quantidade de opções outorgadas	146.770	45.500	183.243	65.283
Quantidade de ações entregues no exercício das opções no período de <i>lock up</i>	569.897	192.194	847.109	278.827
Prazo para que as ações diferidas se tornem exercíveis	28/03/2018	28/03/2018	28/03/2019	28/03/2019
Preço médio ponderado de exercício	17,692	17,692	16,870	16,870
Valor justo das ações diferidas na data de exercício	10.082.617,72	3.400.296,25	14.290.728,83	4.703.811,49
Valor justo das ações diferidas no último dia do exercício social	12.127.408,16	4.089.888,32	18.026.479,52	5.933.438,56
Diluição ocorrida após exercício das ações diferidas	0,003626%	0,001223%	0,005390%	0,001774%

31/12/2017 (Cont I)	Conselho de administração	Diretoria Estatutária	Conselho de administração	Diretoria Estatutária
Nº de total membros	2,00	8,00	2,00	10,00
Outorga de opções de compras de ações				
Data de outorga	30/03/2015	30/03/2015	30/03/2016	30/03/2016
Quantidade de opções outorgadas	40.490	67.668	74.248	225.458
Quantidade de ações entregues no exercício das opções no período de <i>lock up</i>	104.943	261.676	192.184	897.199
Prazo para que as ações diferidas se tornem exercíveis	30/03/2020	30/03/2020	30/03/2021	30/03/2021
Preço médio ponderado de exercício	18,430	18,430	18,250	18,250
Valor justo das ações diferidas na data de exercício	1.934.099,49	4.822.688,68	3.507.358,00	16.373.881,75
Valor justo das ações diferidas no último dia do exercício social	2.233.187,04	5.568.465,28	4.089.675,52	19.092.394,72
Diluição ocorrida após exercício das ações diferidas	0,000668%	0,001665%	0,001223%	0,005708%

#### 13.16 - Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 13.4 acima, a partir de 2011 o Conselho de Administração aprovou para determinados executivos que a Companhia identifique como de alto potencial, a concessão de Direitos Sobre a Valorização de Ações. Como esta modalidade de incentivo não envolve instrumentos patrimoniais, ela não implica em diluição dos demais sócios.

Na tabela abaixo divulgamos informações sobre os direitos concedidos com prazos de *lockup* ainda em curso:

31/12/2017	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº de total membros	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00
Data de outorga	15/12/2010	20/12/2012	22/12/2014	22/12/2014	22/12/2015	22/12/2015
Quantidade de ações para cálculo de valorização	221.124	138.448	183.970	183.970	713.091	713.091
Cotação da ação na data da outorga	9,72	17,84	15,95	15,95	18,00	18,00
Prazo de <i>lock up</i> do direito de valorização de ações	15/12/2020	20/12/2022	22/12/2019	22/12/2024	22/12/2020	22/12/2025

#### 14.1 - Descrição dos recursos humanos

#### a) Empregados:

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía os seguintes empregados:

Localização	Atividade Desempenhada	Total
	Produção	18.537
	Vendas e Distribuição	10.387
Brasil		
	Administração	1.987
Total		30.911

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía os seguintes empregados:

Localização	Atividade Desempenhada	Total
	Produção	16.963
Brasil	Vendas e Distribuição	13.867
	Administração	1.722
Total		32.552

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía os seguintes empregados:

Localização	Atividade Desempenhada	Total
	Produção	16.888
	Vendas e Distribuição	13.389
Brasil		
	Administração	1.508
Total		31.785

#### b) Terceirizados:

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía os seguintes empregados terceirizados:

Localização	Atividade Desempenhada	Total
	Produção	12.291
Brasil	Vendas e Distribuição	17.714
	Administração	115
Total		30.120

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía os seguintes empregados terceirizados:

Localização	Atividade Desempenhada	Total
	Produção	11.935
Brasil	Vendas e Distribuição	22.614
	Administração	115
Total		34.664

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía os seguintes empregados terceirizados:

### 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Localização	Atividade Desempenhada	Total
	Produção	12.304
	Vendas e Distribuição	20.731
Brasil		
	Administração	115
Total		33.150

#### c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade médio (desligamentos voluntários) da Companhia para os anos de 2015, 2016 e 2017foi, respectivamente de 5,52%, 4,04% e 8,23%.

PÁGINA: 304 de 430

### 14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não aplicável, uma vez que não houve alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

#### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### (1) Política de Salários e Remuneração Variável

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance. Nesse sentido, busca-se proporcionar aos empregados, uma remuneração fixa em linha com o mercado e uma remuneração variável diferenciada, balizada tanto pela performance individual dos empregados, quanto pela performance da Companhia, assegurando-se, ainda, um alinhamento com os interesses dos acionistas por meio do estímulo à postura de "dono" por parte dos empregados.

Os bônus variáveis, baseados no desempenho dos empregados, são calculados anualmente considerando o alcance das metas da Companhia, do departamento ou unidade de negócio, assim como de metas individuais, estabelecidas pelo Conselho de Administração.

A distribuição de bônus está sujeita a um sistema de três níveis, segundo o qual a Companhia deverá, inicialmente atingir metas de eficiência aprovadas pelo Conselho de Administração. Em seguida, cada unidade de negócio deverá atingir metas próprias. Por fim, o empregado deverá atingir suas metas individuais.

Para os empregados envolvidos em operações, a Companhia possui um prêmio coletivo, considerando locais de produção e centros de distribuição com desempenhos extraordinários. A concessão de bônus aos centros de distribuição e locais de produção tem como base uma classificação entre os diferentes locais de produção e centros de distribuição.

#### (2) Política de Benefícios

Além do salário, os empregados da Companhia recebem benefícios adicionais. Alguns desses benefícios são obrigatórios conforme previsto na legislação brasileira, alguns são previstos em acordos coletivos e outros são concedidos voluntariamente pela Companhia.

O pacote de benefícios dos empregados da Companhia no Brasil é fornecido pela Companhia, diretamente, e pela Fundação Zerrener, indiretamente, que oferece assistência médica, odontológica, educacional e social a empregados ativos e aposentados da Companhia e a seus beneficiários e dependentes cobertos, gratuitamente ou a custo reduzido. A Companhia pode contribuir voluntariamente com até 10% de seu lucro líquido consolidado, conforme determinação da legislação societária brasileira e por seu estatuto social, para auxiliar a Fundação Zerrener.

A Companhia fornece planos de saúde e benefícios em conformidade com a legislação local para os empregados situados nas suas operações fora do Brasil.

#### (3) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados nãoadministradores

Em 30 de julho de 2013 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária seu Plano de Opções, segundo o qual empregados de alto nível e administradores da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente são elegíveis a receber opções de compra de ações ou ADRs de emissão da Companhia. Também em 30 de julho de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Migração com o objetivo de recepcionar as opções outorgadas e não exercidas pelos beneficiários no âmbito do plano de opção de compra de ações da extinta Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, cujas ações foram incorporadas pela Companhia na mesma data.

PÁGINA: 306 de 430

#### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Além disso, em 29 de abril de 2016 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada seu Plano de Ações, segundo o qual determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias, diretas ou indiretas, são elegíveis para receber ações da Companhia incluindo na forma de ADRs.

Para mais informações sobre o Plano de Opções, o Programa de Migração e o Plano de Ações da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

#### c.i) Grupos de beneficiários:

Empregados de alto nível e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente.

#### c.ii) Condições para exercício:

1) decurso do prazo de até cinco anos a contar da data da opção; 2) pagamento do preço de exercício em até cinco dias úteis contados da data do exercício; e 3) atendimento das metas de performance estabelecidas pela Companhia.

#### c.iii) Preços de exercício:

Programa 2009 = R\$3,91720

Programa 2009.2 = R\$5,35960

Programa 2010 = R\$6,95880

Programa 2010.3 = R\$9,35960

Programa 2011.2 = R\$11,9720

Programa 2012.2 = R\$17,198

Programa 2012.3 = R\$17,84

Programas 2013.2 = R\$17,56

Programa 2013.3 = R\$16,70

Programas 2014.2 = R\$16,85

Programa 2014.3 = R\$15,95

Programa 2015.2 = R\$18,64

Programa 2015.3 = R\$18,00

Programa 2016.2 = R\$17,15

Programa 2016.3 = R\$16,34

Programa 2017.1 = R\$16,89

Programa 2017.1 = R\$16,89

Programa 2017.2 = R\$17,21

Programa 2017.4 = R\$20,56

#### c.iv) Prazos de exercício:

Programa 2009 = de 30/03/2014 até 30/03/2019

Programa 2009.2 = de 28/08/2014 até 28/08/2019

Programa 2010 = de 30/03/2015 até 30/03/2020

Programa 2010.3 = de 30/11/2015 até 29/11/2020

Programa 2011.2 = de 30/11/2016 até 29/11/2021

Programa 2012.2 = de 30/11/2017 até 30/11/2022

Programa 2012.3 = de 20/12/2017 até 20/12/2022

Programas 2013.2 = de 02/12/2018 até 02/12/2023Programa 2013.3 = de 19/12/2018 até 19/12/2023

Programas 2014.2 = de 03/12/2019 até 01/12/2024

#### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Programa 2014.3 = de 23/12/2019 até 23/12/2024 Programa 2015.2 = de 01/12/2020 até 01/12/2025 Programa 2015.3 = de 22/12/2020 até 22/12/2025 Programa 2016.2 = de 01/12/2021 até 01/12/2026 Programa 2016.3 = de 22/12/2021 até 22/12/2026 Programa 2017.1 = de 15/12/2019 até 15/12/2026 Programa 2017.1 = de 10/02/2022 até 10/02/2027 Programa 2017.2 = de 30/03/2017 até 30/03/2022 Programa 2017.4 = de 01/12/2022 até 01/12/2027

#### c.v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Programa 2009 = 2.352.415 opções Programa 2009.2 = 16.615.845 opções Programa 2010 = 10.659.920 opções Programa 2010.3 = 10.281.950 opções Programa 2011.2 = 10.117.550 opções Programa 2012.2 = 8.781.750 opções Programa 2012.3 = 1.759.250 opções Programa 2013.3 = 1.759.250 opções Programa 2013.3 = 1.002.229 opções Programa 2014.2 = 9.652.230 opções Programa 2014.3 = 1.306.807 opções Programa 2015.2 = 8.065.142 opções Programa 2015.3 = 4.200.798 opções Programa 2016.2 = 11.756.260 opções

Programa 2017.1 = 454.902 opções Programa 2017.2 = 2.494.980 opções Programa 2017.4 = 11.961.319 opções

Programa 2016.3 = 2.922.258 opções Programa 2017.1 = 222.005 opções

PÁGINA: 308 de 430

#### 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Todos os empregados da Companhia no Brasil são representados por sindicatos, todavia menos de 5% dos empregados no Brasil são membros atuantes. O número de empregados administrativos e do setor de distribuição que são membros de sindicatos não é significativo. As negociações salariais são conduzidas anualmente entre os sindicatos dos trabalhadores e a Companhia. As negociações coletivas são realizadas separadamente em cada unidade ou centro de distribuição, tendo validade de um ou dois anos, e a Companhia normalmente firma novos acordos coletivos na data ou antes do término dos acordos existentes.

A Companhia conduz as negociações salariais com os sindicatos em conformidade com a legislação local para os empregados situados nas suas operações fora do Brasil.

### 14.5 - Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista contro	lador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou	Mandatório	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidad	des) Ações ordinári	as % Qtde. ações preferenciais (Unidade	es)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações	s (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
FAHZ - FUNDAÇÃO ANTONIO E HE	LENA ZERRENNER INB					
60.480.480/0001-67	Brasil	Sim	Não	;	31/08/2017	
Não						
1.605.713.	901 10,2100	00%	0	0,000000%	1.605.713.901	10,210000%
Ambrew S.A.						
06.250.266/0001-79	Luxemburgo	Sim	Não	(	07/12/2017	
Sim	Letícia Rudge Barbosa Kina		Fisica	2	255.726.488-17	
1.285.261.	.445 8,1700	00%	0	0,000000%	1.285.261.445	8,170000%
Interbrew International BV						
06.614.548/0001-08	Holanda	Sim	Sim		20/06/2017	
Sim	Letícia Rudge Barbosa Kina		Fisica	2	255.726.488-17	
8.441.956.	047 53,6900	00%	0	0,000000%	8.441.956.047	53,690000%
OUTROS						
4.384.091.	427 27,9000	00%	0	0,000000%	4.384.091.427	27,900000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da	última alteração: 26/03/2018					
5.124.	491 0,0300	00%	0	0,000000%	5.124.491	0,030000%
TOTAL						
15.722.147.	.311 100,0000	00%	0	0,000000%	15.722.147.311	100,000000%

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	<i>l</i> landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ambrew S.A.				06.250.266/0001-79	
nheuser-Busch InBev N.V/S.A					
	Bélgica	Não	Sim	15/12/2010	
Não					
4.717.365	100,000000	0	0,000000	4.717.365	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,00000	0	0,000000	0	0,00000
TOTAL					
4.717.365	100,00000	0	0,00000	4.717.365	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
nterbrew International BV				06.614.548/0001-08	
Anheuser-Busch InBev Nederland Hol	ding BV				
	Holanda	Não	Sim	20/05/2009	
Não					
402.073	100,000000	0	0,000000	402.073	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
			0,00000	402.073	100,000000

ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Ma	andatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Anheuser-Busch InBev N.V/S.A					
BRC Sarl					
	Luxemburgo	Sim	Não	11/10/2016	
Não					
37.598.236	1,940000	0	0,000000	37.598.236	1,940000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Eugenie Patri Sebastian (EPS) SA	Luxemburgo	Sim	Não	20/12/2010	
Não				20/12/2010	
133.467.609	8,310000	0	0,00000	133.467.609	8,310000
	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	3,00000	10011011000	0,0.0000
·	0	0.000000			
InBev Foundations					
	Bélgica	Não	Não	20/12/2010	
Não					
12.483.080	0,790000	0	0,000000	12.483.080	0,790000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	54,670000	0	0,000000	0	54,670000

Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Nome do Representante Legal ou Ma	ndatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
	•	•	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Holanda	Sim	Não	11/10/2016	
34,290000	0	0,000000	663.074.832	34,290000
Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
0	0.000000			
100,00000	0	0,00000	846.623.757	100,000000
	Nome do Representante Legal ou Ma Ações ordinárias %  Holanda  34,290000  Qtde. de ações (Unidades) 0	Nome do Representante Legal ou Mandatório  Ações ordinárias %  Qtde. ações preferenciais (Unidades)  Holanda  Sim  34,290000  Qtde. de ações (Unidades)  Ações %  0  0.000000	Nome do Representante Legal ou Mandatório  Ações ordinárias %  Qtde. ações preferenciais (Unidades)  Ações preferenciais %  Holanda  Sim  Não  34,290000  Qtde. de ações (Unidades)  Ações %  0  0.000000	Nome do Representante Legal ou Mandatório Tipo pessoa CPF/CNPJ  Ações ordinárias % Qtde. ações preferenciais (Unidades) Ações preferenciais % Qtde. total de ações (Unidades)  CPF/CNPJ acionista  Holanda Sim Não 11/10/2016  34,290000 0 0,000000 663.074.832  Qtde. de ações (Unidades) Ações % 0 0.000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou l	Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Anheuser-Busch InBev Nederland Ho	Iding BV				
Anheuser-Busch InBev N.V/S.A					
	Bélgica	Não	Não	13/05/2009	
Não					
7.686	42,700000	0	0,000000	7.686	42,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
InBev Belgium S.A.					
	Bélgica	Não	Sim	13/05/2009	
Não					
10.315	57,300000	0	0,000000	10.315	57,300000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,00000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
18.001	100,000000	0	0,00000	18.001	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou l	Mandatório 1	Γipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades	) Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Anheuser-Busch InBev N.V/S.A					
BRC Sarl					
	Luxemburgo	Sim	Não	09/02/2012	
Não					
37.598.236	1,940000	0	0,00000	37.598.236	1,940000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Eugenie Patri Sebastian (EPS) SA Não	Luxemburgo	Sim	Não	20/12/2010	
133.467.609	8,310000	0	0,00000	133.467.609	8,310000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
InBev Foundations					
	Bélgica	Não	Não	20/12/2010	
Não					
12.483.080	0,790000	0	0,00000	12.483.080	0,790000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	54,670000	0	0,00000	0	54,670000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mar	ndatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		•		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Anheuser-Busch InBev N.V/S.A					
Stichting Anheuser-Busch InBev					
	Holanda	Sim	Não	11/10/2016	
Não					
663.074.832	34,290000	0	0,00000	663.074.832	34,290000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
846.623.757	100,000000	0	0,00000	846.623.757	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA		·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
nBev Belgium S.A.					
nheuser-Busch InBev N.V/S.A					
	Bélgica	Não	Sim	30/06/2010	
Não					
4.717.365	100,000000	0	0,000000	4.717.365	100,000000
classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
OTAL					
4.717.365	100,000000	0	0,00000	4.717.365	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou l	Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Stichting Anheuser-Busch InBev					
BRC Sarl					
	Luxemburgo	Não	Sim	20/12/2010	
Não					
331.537.416	50,000000	0	0,000000	331.537.416	50,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
rotal .	0	0.000000			
Eugenie Patri Sebastian (EPS) SA Não	Luxemburgo	Não	Sim	20/12/2010	
331.537.416	50,000000	0	0,000000	331.537.416	50,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,00000
TOTAL					
	100,000000		0,00000	663.074.832	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou	Mandatório	Γipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades	) Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRC Sarl					
BR Global Investiments Limited					
	Bahamas	Não	Não	20/06/2017	
Não					
0	0,000000	30.434.178	100,00000	30.434.178	16,361000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
ΓΟΤΑL	0	0,000000			
OUTROS 0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
S-BR Global Investments Limited					
	Bahamas	Sim	Sim	20/06/2017	
Não					
155.578.322	100,000000	0	0,000000	155.578.322	83,639000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
155.578.322	100,000000	30.434.178	100,000000	186.012.500	100,000000

Nacionalidade-UF  Nome do Representante Legal ou  Ações ordinárias %	Participa de acordo de acionistas  Mandatório Ti  Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Acionista controlador ipo pessoa Ações preferenciais %	Última alteração CPF/CNPJ  Qtde. total de ações (Unidades)  CPF/CNPJ acionista	Total ações % Composição capital social
Nome do Representante Legal ou  Ações ordinárias %	Mandatório Ti	ipo pessoa	CPF/CNPJ  Qtde. total de ações (Unidades)	<del>-</del>
Ações ordinárias %			Qtde. total de ações (Unidades)	<del>-</del>
	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %		<del>-</del>
	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %		<del>-</del>
Luxemburgo			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luxemburgo				
Luxemburgo				
Luxemburgo				
	Não	Sim	20/12/2010	
50,000000	0	0,00000	331.537.416	50,000000
Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
0	0.000000			
Luvomburgo	Não	Sim	20/12/2010	
Luxemburgo	inao	Silli	20/12/2010	
E0 00000	0	0.00000	224 527 446	50,000000
	·	0,00000	331.337.410	50,00000
	·			
0	0.000000			
0,000000	0	0,00000	0	0,000000
100,00000	0	0.00000	663 074 832	100,00000
	50,000000  Qtde. de ações (Unidades)  0  Luxemburgo  50,000000  Qtde. de ações (Unidades)  0	50,000000 0  Qtde. de ações (Unidades) Ações % 0 0.000000  Luxemburgo Não  50,000000 0  Qtde. de ações (Unidades) Ações % 0 0.000000	50,000000 0 0,000000  Qtde. de ações (Unidades) Ações % 0 0.000000  Luxemburgo Não Sim  50,000000 0 0,000000  Qtde. de ações (Unidades) Ações % 0 0.000000  0 0,000000	50,000000 0 0,000000 331.537.416  Qtde. de ações (Unidades) Ações %  Luxemburgo Não Sim 20/12/2010  50,000000 0 0,000000 331.537.416  Qtde. de ações (Unidades) Ações %  0 0.000000 0 0,000000 0  0,000000 0 0,000000 0

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BR Global Investiments Limited					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
S-BR Global Investments Limited					
	Bahamas	Não	Sim	01/09/2012	
Não					
186.012.500	100,000000	0	0,00000	186.012.500	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
186.012.500	100,000000	0	0,00000	186.012.500	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou	Mandatório	ipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	•			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRC Sarl					
BR Global Investments Limited					
	Bahamas	Não	Não	20/06/2017	
Não					
0	0,000000	30.434.178	100,000000	30.434.178	16,361000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
ГОТАL	0	0,000000			
OUTROS 0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
S-BR Global Investments Limited					
3-BK Global lilvestillerits Lillilleu	Bahamas	Sim	Sim	20/06/2017	
Não					
15.557.832.203	100,000000	0	0,000000	15.557.832.203	83,639000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
15.557.832.203	100,000000	30.434.178	100,00000	15.588.266.381	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mar	ndatório 1	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S-BR Global Investments Limited					
DUTROS					
0	0,00000	0	0,000000	0	0,000000
Santa Erika Ltd.					
	Bahamas	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
1.640.810	50,000000	637.730	76,340000	2.278.540	55,345000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0,000000			
Santa Heloisa Ltd.					
	Bahamas	Não	Não	20/06/2017	
Não					
820.405	25,000000	0	0,00000	820.405	19,927000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
Santa Paciência Ltd.					
	Bahamas	Não	Não	20/06/2017	
Não					
820.405	25,000000	197.643	23,659000	1.018.048	24,728000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0,000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mand	latório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	•			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S-BR Global Investments Limited					
TOTAL					
3.281.620	100,00000	835.373	99,99900	4.116.993	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BR Global Investments Limited					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
S-BR Global Investments Limited					
	Bahamas	Não	Sim	01/09/2012	
Não					
186.012.500	100,00000	0	0,00000	186.012.500	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
186.012.500	100,000000	0	0,00000	186.012.500	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Erika Ltd.					
NPAR Investment Fund					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
99.992	100,000000	0	0,000000	99.992	100,000000
classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
OTAL					
99.992	100,000000	0	0,000000	99.992	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	andatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Heloisa Ltd.					
CCCHHS Holdings Ltd					
	Jersey	Não	Sim	25/10/2017	
Não					
49.996	100,00000	0	0,00000	49.996	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
ΓΟΤΑL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
49.996	100,000000	0	0,00000	49.996	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	<i>l</i> landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Paciência Ltd.					
ICMT Holding Limited					
	Jersey	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
49.996	100,000000	0	0,000000	49.996	100,000000
classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
49.996	100,00000	0	0,00000	49.996	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou		ipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)			F- F		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	,		3	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S-BR Global Investments Limited					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santa Erika Ltd.					
	Bahamas	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
1.640.810	50,000000	637.730	76,340000	2.278.540	55,345000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Santa Heloisa Ltd.					
	Bahamas	Não	Não	20/06/2017	
Não					
820.405	25,000000	0	0,000000	820.405	19,927000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
ГОТАL	0	0.000000			
Santa Paciência Ltd.					
	Bahamas	Não	Não	20/06/2017	
Não					
820.405	25,000000	197.643	23,659000	1.018.048	24,728000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,00000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mand	latório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S-BR Global Investments Limited					
TOTAL					

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CCCHHS Holdings Ltd					
Beta Holding Ltd.					
	Jersey	Não	Sim	25/10/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,00000	0	0,000000	0	0,000000
OTAL					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INPAR Investment Fund					
OUTROS					
0	0,002000	0	0,000000	0	0,002000
Stichting Enable					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
188.379.030.843	99,998000	0	0,00000	188.379.030.843	99,998000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
188.379.030.843	100,000000	0	0,00000	188.379.030.843	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MCMT Holding Limited					
Alfa T Holding Limited					
	Jersey	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Erika Ltd.					
INPAR Investment Fund					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
99.992	100,000000	0	0,000000	99.992	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
99.992	100,000000	0	0,000000	99.992	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Heloisa Ltd.					
CCCHHS Holdings Ltd					
	Jersey	Não	Sim	25/10/2017	
Não					
49.996	100,000000	0	0,00000	49.996	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
49.996	100,000000	0	0,00000	49.996	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	<i>l</i> landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Paciência Ltd.					
ICMT Holding Limited					
	Jersey	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
49.996	100,000000	0	0,00000	49.996	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,00000	0	0,000000
OTAL					
49.996	100,00000	0	0,00000	49.996	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alfa T Holding Limited					
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
anta Maria Isabel CV					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
35.371.743	100,000000	0	0,00000	35.371.743	100,000000
lasse ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
rotal .					
35.371.743	100,000000	0	0,00000	35.371.743	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
CIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Beta Holding Ltd.					
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santa Carolina CV					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
49.996	100,00000	0	0,000000	49.996	100,000000
lasse ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
OTAL					
49.996	100,000000	0	0,00000	49.996	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CCCHHS Holdings Ltd					
Beta Holding Ltd.					
	Jersey	Não	Sim	25/10/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INPAR Investment Fund					
OUTROS					
0	0,002000	0	0,000000	0	0,002000
Stichting Enable					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
188.379.030.843	99,998000	0	0,00000	188.379.030.843	99,998000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
188.379.030.843	100,000000	0	0,00000	188.379.030.843	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	·			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MCMT Holding Limited					
Alfa T Holding Limited					
	Jersey	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,00000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,00000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	<i>l</i> landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Stichting Enable					
npar VOF					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
ΓΟΤΑL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alfa T Holding Limited					
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
anta Maria Isabel CV					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
35.371.743	100,000000	0	0,00000	35.371.743	100,000000
lasse ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
rotal .					
35.371.743	100,000000	0	0,00000	35.371.743	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
CIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Beta Holding Ltd.					
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
anta Carolina CV					
	Holanda	Não	Sim	25/10/2017	
Não					
87.393.284	100,00000	0	0,000000	87.393.284	100,000000
lasse ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
OTAL					
87.393.284	100,000000	0	0,00000	87.393.284	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
npar VOF					
orge Paulo Lemann					
005.392.877-68	Brasil/Suíça	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
996	99,600000	0	0,000000	996	99,600000
lasse ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
UTROS					
4	0,400000	0	0,000000	4	0,400000
OTAL					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou I	Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Carolina CV					
Carlos Alberto da Veiga Sicupira					
041.895.317-15	Brasil	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	<i>l</i> landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Maria Isabel CV					
Marcel Herrmann Telles					
235.839.087-91	Brasil	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,00000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Stichting Enable					
Inpar VOF					
	Holanda	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,00000	0	0,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,00000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
npar VOF					
Jorge Paulo Lemann					
005.392.877-68	Brasil/Suíça	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
996	99,600000	0	0,000000	996	99,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
FOTAL	0	0.000000			
DUTROS					
4	0,400000	0	0,000000	4	0,400000
TOTAL					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Carolina CV					
Carlos Alberto da Veiga Sicupira					
041.895.317-15	Brasil	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,00000	0	0,00000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
rotal .					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santa Maria Isabel CV					
larcel Herrmann Telles					
235.839.087-91	Brasil	Não	Sim	20/06/2017	
Não					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
DUTROS					
0	0,00000	0	0,000000	0	0,000000
OTAL					
100	100,000000	0	0,00000	100	100,000000

# 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	53.593
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.943
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	833

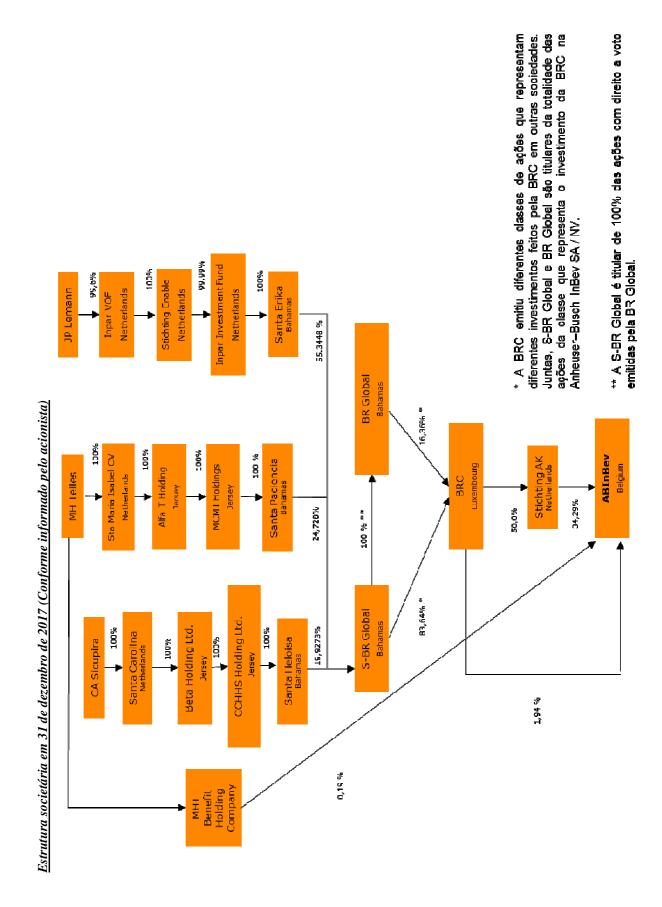
### Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	4.347.501.920	27,650000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	4.347.501.920	27,650000%

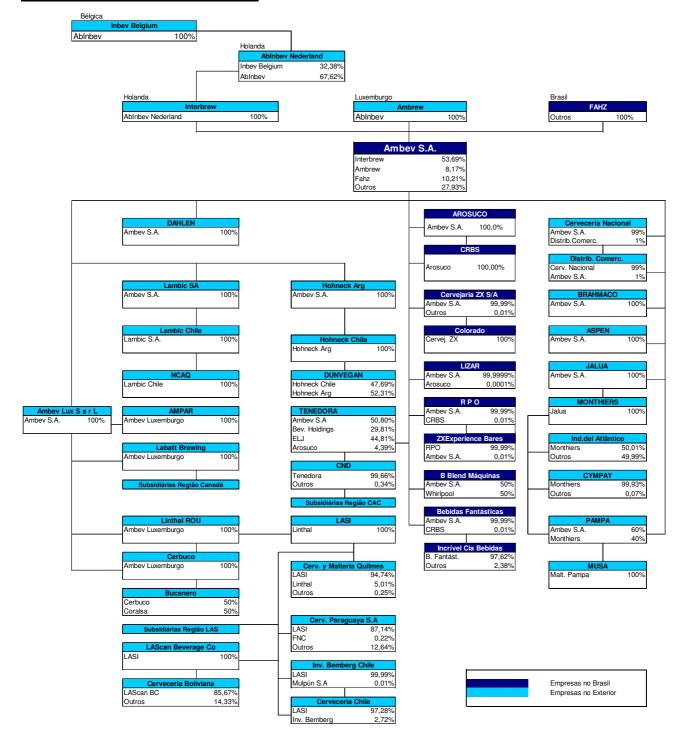
PÁGINA: 354 de 430

#### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



#### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

#### Estrutura societária em 30 de abril de 2018



#### 1) Acordo de Acionistas que vigorará até 2019

#### a) Partes

O acordo de acionistas foi celebrado entre Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, InterBrew International B.V. e AmBrew S.A.

#### b) Data de celebração

O acordo de acionistas foi celebrado em 16 de abril de 2013. O acordo de acionistas se tornou eficaz em 30 de julho de 2013, data de aprovação da Incorporação de Ações, conforme descrito no item 10.3 acima.

#### c) Prazo de vigência

O acordo de acionistas da Companhia permanecerá em vigor até 1º de julho de 2019.

#### d) Exercício do direito de voto, do poder de controle

Com relação às questões submetidas à votação dos acionistas ou seus representantes no conselho de administração da Companhia ou de suas subsidiárias, a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, a AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. deverão envidar esforços no sentido de (i) chegarem a um consenso no tocante ao exercício dos respectivos direitos de voto na Companhia e em suas subsidiárias, e (ii) concordar sobre como orientar os seus respectivos representantes a votar sobre assuntos em pauta. O acordo de acionistas da Companhia prevê que as partes deverão realizar uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral ou reunião do conselho de administração da Companhia ou de suas subsidiárias, de sorte a discutir e determinar a posição consensual a ser adotada pelas partes nas referidas reuniões ou assembleias.

Se as partes não chegarem a um consenso com relação a uma questão em particular, a posição a ser adotada por todas as partes do acordo será determinada pelo acionista ou grupo de acionistas detentor do maior número de ações da Companhia com direito a voto, atualmente constituído pela AmBrew S.A e pela InterBrew International B.V. Esta regra não é aplicável em caso de (i) eleição de membros do conselho de administração, que deverá obedecer a regra de eleição específica, descrita abaixo, e (ii) votação de questões que requerem aprovação unânime da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V. As questões que exigem aprovação unânime são as seguintes:

- qualquer alteração do estatuto social da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias para modificar: (i) o objeto social, (ii) o prazo de duração, e/ou (iii) a composição, os poderes e os deveres dos órgãos administrativos;
- aprovação do orçamento anual de investimentos da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias quando o valor dos investimentos exceder 8,7% das vendas líquidas da Companhia orçadas para o mesmo exercício social;
- nomeação, destituição ou substituição do diretor geral da Companhia;
- aprovação ou alteração da política de remuneração do conselho de administração e da diretoria da Companhia e de suas subsidiárias;

PÁGINA: 357 de 430

- aprovação de planos de opção de compra de ações para os administradores e empregados da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- alteração na política estatutária de dividendos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- aumentos de capital da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias, com ou sem direito de preferência, por subscrição, criação de uma nova classe de ações ou mudanças nas características das ações existentes, bem como redução do capital, emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, bônus de subscrição e criação de partes beneficiárias pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, exceto quando tais negócios jurídicos sejam realizados entre a Companhia e suas subsidiárias ou entre as subsidiárias;
- fusões, cisões, transformações, incorporações, aquisições e desinvestimentos envolvendo a
  Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias, neste último caso (i) quando envolver uma
  sociedade que não seja controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia e (ii) desde que
  venha a resultar a redução dos dividendos médios pagos pela Companhia nos 5 anos
  imediatamente anteriores, corrigidos pela variação do IGP-M calculado pela Fundação
  Getúlio Vargas desde a data de cada pagamento;
- criação, aquisição, cessão, transferência, constituição de gravame e/ou alienação, a qualquer título ou forma, de ações, quotas e/ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer das subsidiárias, exceto em favor da própria Companhia e/ou de outra subsidiária;
- contratação, pela Companhia e/ou por qualquer das subsidiárias, de operação de endividamento que resulte em um índice dívida/patrimônio líquido superior a 1,5;
- celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo as marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou das suas subsidiárias;
- concessão de empréstimos e prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, em valor superior a 1% do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado a quaisquer terceiros, exceto em favor: (i) de empregados da Companhia e de suas subsidiárias; (ii) das próprias subsidiárias;
- eleição dos membros de comitês do conselho de administração da Companhia;
- cancelamento do registro da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias como companhias abertas;
- pedido de recuperação judicial ou declaração de falência pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;
- liquidação ou dissolução da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias; e
- nomeação de auditores externos da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

PÁGINA: 358 de 430

O acordo de acionistas da Companhia prevê que sempre que as partes não chegarem a um consenso em uma reunião preliminar sobre quaisquer das matérias apresentadas acima, elas exercerão seus direitos de voto no sentido da não aprovação da referida matéria. O acordo de acionistas da Companhia estabelecerá que qualquer voto da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V., ou de quaisquer dos membros do conselho de administração da Companhia nomeados por cada um deles, que viole as suas disposições será considerado nulo, sem efeito e ineficaz.

## e) Descrição das cláusulas relativas a indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Embora cada ação ordinária da Companhia conceda aos acionistas o direito a um voto na eleição do conselho de administração da Companhia, a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, a AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. terão a prerrogativa de eleger a maioria dos conselheiros da Companhia.

O acordo de acionistas da Companhia estabelece que cada uma das partes – Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, AmBrew S.A. e InterBrew International B.V. – terá representação no conselho de administração da Companhia e de suas subsidiárias e, além dos membros e respectivos suplentes, terão o direito de nomear até dois observadores cada uma, para comparecerem às reuniões do conselho de administração da Companhia, sem direito a voto. Os conselhos de administração da Companhia e de suas subsidiárias serão compostos por, no mínimo três, e não mais que 15 membros efetivos e o mesmo número de suplentes, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência terá o direito de nomear quatro conselheiros e seus respectivos suplentes nos conselhos de administração da Companhia e de suas subsidiárias, desde que permaneça titular de determinado número mínimo de ações de emissão da Companhia. A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência não poderá nomear mais de quatro conselheiros, ainda que a sua participação no capital social da Companhia aumente em relação à participação mínima que detinha na data de assinatura do acordo. A AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. poderão nomear membros e respectivos suplentes para o conselho de administração da Companhia e de suas subsidiárias, em um número proporcional ao número de membros nomeados pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência. A referida proporção baseia-se na relação entre a participação da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência e a participação conjunta da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V. terão no capital votante da Companhia.

O acordo de acionistas estabelece que a Companhia terá dois copresidentes do conselho de administração, com deveres e direitos iguais, devendo um ser nomeado pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência e o outro nomeado conjuntamente pela AmBrew S.A e pela InterBrew International B.V. Na eventualidade de um impasse, nenhum dos copresidentes terá o voto de qualidade nas matérias submetidas ao conselho de administração da Companhia.

Cada uma das partes poderá destituir o conselheiro por eles nomeado ao conselho de administração da Companhia ou de suas subsidiárias, e também terá o direito de nomear o seu respectivo substituto ou o novo suplente, se o suplente originalmente nomeado for confirmado para a posição em aberto.

O acordo de acionistas da Companhia determina que os acionistas poderão, por consenso, determinar a criação de comitês dentro do conselho de administração da Companhia, com a finalidade de analisar questões específicas, cuja análise exija que os seus membros tenham conhecimentos técnicos específicos, tendo estabelecido, desde logo, a constituição do Comitê de *Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas*e do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração.

PÁGINA: 359 de 430

Dependerá de aprovação unânime da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V. a eleição dos membros dos comitês do conselho de administração da Companhia, conforme indicado no item acima.

#### f) Transferência de ações e preferência para adquiri-las

O acordo de acionistas contém os seguintes dispositivos com relação à transferência de ações de emissão da Companhia vinculadas do acordo:

- a) A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, a AmBrew S.A e a InterBrew International B.V. concordaram em (i) não alienar, direta ou indiretamente, suas ações, em negociações privadas, em bolsa de valores ou mercado de balcão, inclusive em função de ofertas públicas, voluntárias ou obrigatórias, ressalvado eventuais transferências permitidas pelo acordo de acionistas, durante a vigência do acordo de acionistas, bem como (ii) não constituir qualquer tipo de gravame sobre suas ações, em ambos os casos sem o prévio consentimento, por escrito, da AmBrew S.A e da InterBrew International B.V., no caso da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência e vice-versa.
- Na hipótese de as ações de propriedade de qualquer das acionistas virem a ser objeto de arresto, sequestro, penhora judicial ou qualquer outra medida constritiva, e não sendo tal constrição sobre as ações levantada dentro de 30 dias contados da efetivação da medida constritiva, tal fato deverá ser comunicado pela acionista titular das ações objeto da medida constritiva à outra acionista por meio de notificação, com cópia para os dois copresidentes do conselho de administração da Companhia, sendo tal notificação considerada como uma oferta de venda das ações objeto da constrição à outra acionista. Independentemente da notificação acima referida, será igualmente considerada como oferta de venda das ações objeto da medida constritiva, a ciência da referida medida constritiva pela outra acionista, sendo considerada efetiva tal oferta 30 dias após a efetivação da medida constritiva, desde que as ações não tenham sido liberadas de tal medida constritiva até tal data. Esta oferta permanecerá válida por 30 dias, e o preço das ações da Companhia será o menor entre (i) o valor patrimonial das ações, conforme determinado no último balanço auditado, corrigido tal valor pela variação do IGP-M ou índice que venha a substituí-lo, da data do referido balanço auditado até a data do requerimento para levantamento da medida constritiva; e (ii) o valor de cotação das ações em bolsa de valores, considerada a média ponderada dos 20 pregões que antecederem a data do requerimento para levantamento da medida constritiva, nos quais tenha havido negociação com as ações (sendo certo que, na falta de negociação de tais ações em pelo menos metade desses pregões, o prazo será ampliado para 40 pregões; prevalecendo ainda a falta de negócios em metade ou mais desses pregões, será sucessivamente). O valor que eventualmente sobejar, se houver, será pago à acionista cujas ações tiverem sido objeto da constrição. No entanto, caso as obrigações asseguradas pela constrição judicial excedam o preço acima, a acionista cujas ações tiverem sido objeto da constrição será tida como responsável, perante a outra acionista, pela diferença do montante que a outra acionista porventura tenha que depositar para adquirir as ações.
- c) Se a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, de um lado, e a AmBrew S.A. e a InterBrew International B.V., de outro lado, pretenderem alienar os direitos de subscrição correspondentes às ações de emissão da Companhia de que sejam titulares, tal parte deverá oferecer primeiramente tais direitos à outra parte que, então, poderá escolher adquirir tal direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas, no prazo de 10 dias. Caso o acionista ofertado escolha não adquirir tal direito de preferência ofertado, ou não se manifeste no prazo, o acionista que ofertou referido direito de preferência poderá aliená-lo a terceiros, que terão mais 10 dias para concluir a alienação em questão.

PÁGINA: 360 de 430

O acordo de acionistas prevê que, caso os mecanismos acima descritos não sejam observados, nas hipóteses de (i) transferências de ações ou de direitos de subscrição ou (ii) criação de gravames nas ações da Companhia, tal transferência ou criação de gravame será considerada nula, sem efeito e ineficaz, não devendo tal evento ser registrado nos livros societários da Companhia.

## g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Conforme mencionado no item "d" acima, a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, a AmBrew S.A. e a InterBrew International B.V. obrigam-se a exercer seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia, bem como a fazer com que seus representantes no conselho de administração da Companhia e de cada uma das subsidiárias da Companhia exerçam seus respectivos direitos de voto, sempre em consonância com a orientação prevalecente sobre a respectiva matéria, aprovada em reunião prévia eventualmente convocada, e, neste caso, em bloco único com a outra acionista.

Não obstante o disposto acima, as deliberações em reunião prévia não obrigarão o voto das acionistas, ou dos membros por elas indicados para o conselho de administração da Companhia e de qualquer das subsidiárias, nas matérias relativas a:

- a) tomada das contas dos administradores da Companhia e de qualquer das subsidiárias;
- b) exame, discussão e deliberação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de qualquer das subsidiárias;
- c) casos tipificados como exercício abusivo de poder, previstos no artigo 117, §1º, da Lei nº 6.404/76; e
- d) práticas inerentes ao dever de diligência e lealdade e demais deveres dos administradores, fixados nos artigos 153 a 158 da Lei nº 6.404/76.

#### 2) Acordo de Acionistas em vigor a partir de 2019 ("Novo Acordo de Acionistas")

A partir de 2 de julho de 2019, espera-se que entre em vigor um novo acordo de acionistas, celebrado em 16 de abril de 2013 entre AmBrew S.A., InterBrew International B.V., e Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência ("Partes"). A eficácia do Novo Acordo de Acionistas estava condicionada à aprovação da incorporação de ações, que ocorreu em 30 de julho de 2013, conforme descrito neste Formulário de Referência, e está condicionada à titularidade, pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, de 1.501.432.405ações de emissão da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos). O Novo Acordo de Acionistas regula, dentre outras matérias, o exercício do direito de voto decorrente da titularidade de ações da Companhia e o exercício, pela Companhia, do direito de voto decorrente da titularidade de ações ou quotas representativas do capital de suas subsidiárias.

#### a) Partes

O Novo Acordo de Acionistas da Companhia foi celebrado entre AmBrew S.A., InterBrew International B.V. e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência.

#### b) Data de celebração

PÁGINA: 361 de 430

O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado em 16 de abril de 2013.

#### c) Prazo de vigência

O Novo Acordo de Acionistas passará a vigorar a partir de 2 de julho de 2019, desde que preenchido o requisito acima indicado, e permanecerá em vigor enquanto a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência for titular de 1.501.432.405 ações de emissão da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos). A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, no entanto, poderá resolver o Novo Acordo de Acionistas a qualquer momento.

#### d) Exercício do direito de voto, do poder de controle

O Novo Acordo de Acionistas da Companhia estabelece que as Partes deverão realizar uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral ou reunião do conselho de administração da Companhia ou de suas controladas para discutir e determinar a decisão consensual a ser adotada pelas Partes nas referidas assembleias gerais ou reuniões.

Se as Partes não chegarem a um consenso com relação a uma matéria em particular, a decisão a ser adotada por todas as Partes do Novo Acordo de Acionistas será determinada pelo acionista titular do maior número de ações da Companhia com direito a voto. Esta regra não será aplicável em caso de deliberação sobre as matérias a seguir listadas: (i) eleição de membros do conselho de administração ou de membro de qualquer comitê criado pelo conselho de administração, que deverá obedecer a regra de eleição específica, descrita abaixo; e (ii) votação das seguintes questões que requerem aprovação unânime das Partes (a) qualquer reforma do estatuto social da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas para modificar: (x) o objeto social para a cessação das atividades de produção, comercialização e distribuição de bebidas; (w) a forma de destinação do resultado de cada exercício social, nos termos previstos no estatuto social da Companhia e disposições equivalentes nos estatutos sociais das suas controladas que sejam patrocinadoras da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência; (y) o dividendo mínimo obrigatório de 40% do lucro líquido da Companhia; e/ou (z) qualquer outro dispositivo que modifique os direitos da Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência nos termos do Novo Acordo de Acionistas; e (b) transformação da Companhia em outro tipo societário.

## e) Descrição das cláusulas relativas a indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência terá o direito de eleger dois membros efetivos e os respectivos suplentes para o conselho de administração da Companhia, desde que mantenha a titularidade de 1.501.432.405 ações de emissão da Companhia (conforme tal número for ajustado por bonificações, desdobramentos e grupamentos).

Um dos membros do conselho de administração indicado pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência terá o direito de participar, na qualidade de observador, do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração e do Comitê de *Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas*da Companhia, bem como de qualquer outro comitê que venha a ser criado pelo conselho de administração. Adicionalmente, as Partes do Novo Acordo de Acionistas se comprometeram a envidar seus melhores esforços para permitir a participação do referido observador nas reuniões do Conselho Fiscal, quando e se instalado. A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência poderá destituir os conselheiros por ela nomeados ao conselho de administração da Companhia, e também terá o direito de nomear o seu respectivo substituto ou o novo suplente, se o suplente originalmente nomeado for confirmado para a posição em aberto.

PÁGINA: 362 de 430

As regras mencionadas acima relativas à administração da Companhia, previstas no Novo Acordo de Acionistas, não se aplicam aos órgãos da administração das subsidiárias da Companhia.

#### f) Transferência de ações e preferência para adquiri-las

O Novo Acordo de Acionistas estabelece que, na ocorrência de qualquer das hipóteses indicadas a seguir, as ações objeto das referidas transferências continuarão vinculadas ao Novo Acordo de Acionistas, devendo o terceiro adquirente aderir ao Novo Acordo de Acionistas para que a transferência em questão seja eficaz: (i) alienação de ações de emissão da Companhia, pela AmBrew S.A e/ou InterBrew International B.V., que resulte na redução da participação conjunta de tais acionistas para menos que 50% mais uma ação representativa do capital votante da Companhia; e/ou (ii) alienação de ações de emissão da Companhia pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, em uma única vez, para um único comprador, em bloco único representativo de determinado número mínimo de ações de emissão da Companhia, observado o procedimento para alienação de ações pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência descrito abaixo.

O Novo Acordo de Acionistas prevê, ainda, que a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência poderá, a qualquer momento, desvincular ações da Companhia de sua titularidade do Novo Acordo de Acionistas para vendê-las em bolsa de valores ou mercados de balcão organizados, desde que: (i) mantenha determinado número mínimo de ações de emissão da Companhia vinculadas ao Novo Acordo de Acionistas, e (ii) observe o procedimento para alienação de ações descrito abaixo.

Caso a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência deseje alienar ações da Companhia de que é titular, ou desvinculá-las do Novo Acordo de Acionistas, observada as condições acima indicadas, ela deverá oferecer as ações em questão às demais partes do Novo Acordo de Acionistas, pelo preço médio ponderado de cotação das ações de emissão da Companhia nos últimos 20 pregões imediatamente anteriores à data da oferta, na bolsa onde forem mais negociadas (ou, na falta de negociação de tais ações em pelo menos metade desses pregões, nos últimos 40 pregões imediatamente anteriores à data da oferta). As partes ofertadas terão cinco dias para aceitar ou recusar a oferta, a contar da data da primeira oferta. Caso a oferta seja expressa ou tacitamente rejeitada (ou as partes ofertadas deixem de realizar o pagamento do preço tempestivamente), a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência terá 10 dias para concluir a alienação das ações a terceiro, ou desvinculá-las do Novo Acordo de Acionistas para aliená-las em bolsa de valores ou mercado de balcão organizados, a contar do fim do prazo de cinco dias mencionado acima.

## g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

O Novo Acordo de Acionistas prevê que cada uma dos acionistas da Companhia, partes do referido acordo, obriga-se a exercer seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia, bem como a fazer com que seus representantes nos conselhos de administração da Companhia e de suas controladas atuem e votem em tais órgãos corporativos, sempre de forma a assegurar a observância dos princípios básicos e demais termos do Novo Acordo de Acionistas, sendo vedada a prática de qualquer ato que não esteja em total conformidade com o Novo Acordo de Acionistas.

Não obstante o disposto acima, as deliberações em reunião prévia não obrigam o voto das acionistas, ou dos membros por elas indicados para o conselho de administração da Companhia e de qualquer das subsidiárias, nas matérias relativas a:

a) tomada das contas dos administradores da Companhia e de qualquer das subsidiárias;

PÁGINA: 363 de 430

- b) exame, discussão e deliberação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de qualquer das subsidiárias;
- c) casos tipificados como exercício abusivo de poder, previstos no artigo 117, §1º, da Lei nº 6.404/76; e
- d) práticas inerentes ao dever de diligência e lealdade e demais deveres dos administradores, fixados nos artigos 153 a 158 da Lei nº 6.404/76.

PÁGINA: 364 de 430

# 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 17 de junho de 2013, foi aprovada a contribuição ao capital da Companhia da totalidade das ações emitidas pela Companhia de Bebidas das Américas – Ambev de titularidade da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A., detidas através da InterBrew International B.V. e da AmBrew S.A. Como consequência, a InterBrew International B.V. aumentou o valor da sua participação no capital da Companhia, enquanto a Ambrew S.A. passou também a ser acionista da Companhia.

Em 30 de julho de 2013, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev que não eram de propriedade da Companhia. Como consequência da incorporação de ações, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passou a ser subsidiária integral da Companhia e os antigos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passaram a ser titulares da mesma proporção de ações na Companhia de que eram titulares anteriormente na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

PÁGINA: 365 de 430

## Reestruturação Societária da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev

#### b) Principais Condições do Negócio

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev anunciou sua intenção de propor aos seus acionistas uma reorganização societária visando à migração de sua estrutura acionária com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias, à simplificação da estrutura societária e ao aprimoramento da governança da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, com vistas a aumentar a liquidez das ações e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital. A proposta apresentada aos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambey, em Fato Relevante publicado em 10 de maio de 2013, previa que a reorganização societária seria realizada por meio da incorporação, pela Companhia, de todas as ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev que não fossem de propriedade da incorporadora, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas ("Incorporação de Ações"); na qual todas as ações emitidas e em circulação da Companhia de Bebidas das Américas -Ambev, incluindo ações na forma de American Depositary Receipts ("ADRs"), exceto as ações e ADRs da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev detidas pela Companhia, deveriam ser trocadas por ações ordinárias e ADRs emitidas pela Companhia. Em virtude da Incorporação de Ações, cada ação de emissão da Companhia de Bebidas das Américas -Ambev, seja ela ordinária ou preferencial, ou ADR representativo de ação, ordinária ou preferencial, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambey, daria direito ao recebimento por parte de seu titular de cinco ações ordinárias de emissão da Companhia ou cinco ADRs da Companhia, conforme o caso.

Em 10 de maio de 2013, foram realizadas reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e reunião do conselho de administração da Companhia, nas quais tais órgãos aprovaram a proposta da Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Ambev S.A.

Como passo preliminar à Incorporação de Ações, foi realizada, em 17 de junho de 2013, a contribuição ao capital da Companhia da totalidade das ações emitidas pela Companhia de Bebidas das Américas – Ambev de titularidade da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A., detidas através da InterBrew International B.V. e da AmBrew S.A. Como consequência, a Companhia passou a ser titular de 1.301.670.110 ações ordinárias e 637.049.453 ações preferenciais de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, passando a ser sua controladora. A contribuição não teve efeito para fins da relação de substituição proposta na Incorporação de Ações ou de diluição dos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

Em 30 de julho de 2013, foram realizadas as assembleias gerais extraordinárias da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Companhia que aprovaram, dentre outras matérias, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Ambev

	S.A., o laudo de avaliação das ações e a Incorporação de Ações, bem como o aumento do capital social da Companhia subscrito pelos administradores da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e integralizado mediante a versão da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, excluídas aquelas de titularidade da Companhia.  Como consequência da Incorporação de Ações, a Companhia de Bebidas das Américas - Ambev passou a ser subsidiária integral da Companhia e os antigos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev passaram a ser titulares da mesma proporção de ações na Companhia de que eram titulares anteriormente na Companhia de Bebidas das Américas - Ambev.
c) Sociedades Envolvidas  d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores da Companhia	Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, Ambev S.A., AmBrew S.A., InterBrew International B.V. e Anheuser-Busch InBev N.V/S.A.  Após a realização da contribuição de ações, a Companhia passou a ser titular de 74,0432% do capital votante e 61,8818% do capital total da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. Adicionalmente, a AmBrew S.A. passou a ser titular de 13,03% do capital social da Companhia.  Após a Incorporação de Ações, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passou a ser subsidiária integral da Companhia, e todos os atuais acionistas da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev passaram a ser acionistas da Companhia.
e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes da operação: (i) a Companhia era titular de participação de 0,476% no capital social da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev; (ii) o único acionista da Companhia era a InterBrew International B.V.; e (iii) InterBrew International B.V. e AmBrew S.A. eram acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.  Após a conclusão da operação: (i) a Companhia passou a ser titular da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev; e (ii) os antigos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passaram a ser titulares da mesma proporção de ações na Companhia de que eram titulares anteriormente na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Tanto os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias quanto aqueles minoritários titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev participaram do processo de deliberação acerca da Incorporação de Ações. Na assembleia geral extraordinária que deliberou sobre a Incorporação de Ações, os minoritários titulares de ações preferenciais tiveram a oportunidade de manifestar sua posição em separado.  Os votos de AmBrew S.A., Interbrew International B.V. e Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência e da Companhia, na assembleia geral extraordinária que deliberou sobre a Incorporação de Ações estava vinculado à posição, manifestada em separado, dos demais acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, de forma que a implementação da Incorporação de Ações decorreu da

manifestação	favorável	tanto	dos	acionistas	minoritários
ordinaristas qu	anto prefer	encialis	tas.		

a) Evento	Obtenção do Registro de Companhia Aberta
b) Principais Condições do	Em 30 de outubro de 2013 a Comissão de Valores Mobiliários -
Negócio	CVM concedeu o registro da Companhia como emissor de
	valores mobiliários na categoria "A", nos termos da Instrução
	CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009.
c) Sociedades Envolvidas	Ambev S.A.
d) Efeitos Resultantes da	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Operação no Quadro Acionário	
especialmente, sobre a	
Participação do Controlador, de	
Acionista com mais de 5% do	
Capital Social e dos	
Administradores da Companhia	
•	
e) Quadro Societário Antes e	Não houve alteração no quadro societário.
Depois da Operação	
f)Mecanismos utilizados para	Não aplicável, já que a obtenção do registro de companhia
garantir o tratamento equitativo	aberta não gerou qualquer impacto para os acionistas da
entre os acionistas	Companhia.
	-

a) Evento	Incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Companhia
b) Principais Condições do Negócio	Por meio de fato relevante publicado em 3 de dezembro de 2013, foi divulgada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais, de maneira que a Companhia continuasse a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, diretamente, e não mais somente por meio de suas controladas ou subsidiárias integrais, conforme o caso.  No dia 2 de janeiro de 2014 foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima. Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, que foi extinta, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.  A incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev era uma subsidiária integral da Companhia.
c) Sociedades Envolvidas	Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e Ambev S.A.

d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores da Companhia	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes da operação a Companhia era titular de participação direta representativa de 100% do capital social da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e de participação indireta nas controladas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.  Após a conclusão da operação a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev foi extinta, de maneira que a Companhia passou a ser titular de participação direta nas antigas controladas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a operação não gerou impactos para os acionistas da Companhia, já que a Companhia era titular de 100% do capital social da Companhia de Bebidas da América – Ambev.

a) Evento	Incorporação da Ambev Brasil Bebidas S.A. pela Companhia
b) Principais Condições do Negócio	Por meio de fato relevante publicado em 3 de dezembro de 2013, foi divulgada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Ambev Brasil Bebidas S.A. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais, de maneira que a Companhia continuasse a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, diretamente, e não mais somente por meio de suas controladas ou subsidiárias integrais, conforme o caso.  No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima. Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.  A incorporação da Ambev Brasil Bebidas S.A. resultou no aumento do capital social da Companhia em montante equivalente à parcela do patrimônio líquido da Ambev Brasil Bebidas S.A. correspondente ao investimento dos acionistas minoritários da Ambev Brasil Bebidas S.A., i.e., em R\$156.566,05.
c) Sociedades Envolvidas	Ambev Brasil Bebidas S.A. e Ambev S.A.

d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores da Companhia	Como resultado da operação, foram emitidas 62.596 novas ações ordinárias da Companhia, em favor dos acionistas minoritários da Ambev Brasil Bebidas S.A., em substituição às ações ordinárias da Ambev Brasil Bebidas S.A. de sua titularidade, tendo sido tais ações integralmente subscritas pelos administradores da Ambev Brasil Bebidas S.A., por conta de seus respectivos acionistas, que se tornaram acionistas da Companhia.
e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes da operação a Companhia era titular de participação direta representativa de 99% do capital social da Ambev Brasil Bebidas S.A. e de participação indireta nas controladas da Ambev Brasil Bebidas S.A. Após a conclusão da operação a Ambev Brasil Bebidas S.A. foi extinta, tendo a Companhia, sucedido a Ambev Brasil Bebidas S.A. em todos os direitos e obrigações.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, já que a operação não gerou impacto para os acionistas minoritários.

a) Evento	Aquisição de 50% do capital social da Bucanero S.A.
b) Principais Condições do Negócio	Em 28 de janeiro de 2014 a AmBev Luxembourg, subsidiária da Companhia, adquiriu a participação detida indiretamente pela Anheuser-Busch InBev SA/NV na Cerbuco Brewing Inc., detentora de 50% da Bucanero S.A., empresa líder no mercado de cervejas cubano.
c) Sociedades Envolvidas	Anheuser-Busch InBev SA/NV, AmBev Luxembourg, Cerbuco Brewing Inc. e Bucanero S.A.
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Administradores da Companhia  e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	A Companhia, antes da operação, não era titular de qualquer participação direta ou indireta na Bucanero S.A. Após a conclusão da operação, a Companhia passou a deter uma participação indireta de 50% na Bucanero S.A.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foi obtida uma Fairness Opinion da N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. corroborando a avaliação financeira da Cerbuco elaborada pela Companhia. No que se refere à aprovação da aquisição da participação acionária da Interbrew International B.V. ("IIBV") na Cerbuco, a fim de garantir a independência, os membros do Conselho de Administração com eventual conflito de interesses não participaram de deliberações relacionadas a esta operação. Adicionalmente, foi aprovada política de compliance à legislação americana relativa a cuba (Policy To Assist U.S. Persons in Complying with their Obligations under U.S. Sanctions Regarding Cuba), a qual foi arquivada na sede da Companhia, e atribuída ao Diretor Jurídico e ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia competência para, em conjunto e consultado o Comitê de Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas, decidir toda e qualquer matéria relacionada às atividades que eventualmente venham a ser conduzidas pela

Companhia, direta ou indiretamente, em Cuba.	
--	--

a) Evento	Incorporação da Londrina Bebidas Ltda. pela Companhia
b) Principais Condições do Negócio	Por meio de proposta da administração divulgada em 2 de setembro de 2014, foi apresentada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Londrina Bebidas Ltda., subsidiária integral da Companhia. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais.
	No dia 1 de outubro de 2014, foram realizadas a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e a Resolução de Sócia da Londrina Bebidas Ltda., por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima. Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Londrina Bebidas Ltda., que foi extinta, tendo suas quotas sido extintas, e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.
	A incorporação da Londrina Bebidas Ltda. foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Londrina Bebidas Ltda. era uma subsidiária integral da Companhia.
c) Sociedades Envolvidas	Londrina Bebidas Ltda. e Ambev S.A.
Operação no Quadro Acionário especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores da Companhia	
e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes da operação a Companhia era titular de participação direta representativa de 100% do capital social da Londrina Bebidas Ltda.  Após a conclusão da operação a Londrina Bebidas Ltda. foi extinta, tendo a Companhia, sucedido a Londrina Bebidas Ltda. em todos os direitos e obrigações.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a operação não gerou qualquer impacto para os acionistas da Companhia, já que a Companhia era titular de 100% do capital social da Londrina Bebidas Ltda.
a) Evento	Incorporação da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. pela Companhia
b) Principais Condições do Negócio	Por meio de proposta da administração divulgada em 29 de março de 2016, foi apresentada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A., subsidiária integral da Companhia. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais e administrativos do grupo.
	No dia 29 de abril de 2016, foi realizada a Assembleia Geral

	Ordinária e Extraordinária da Companhia e a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A., por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima. Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A., que foi extinta, tendo suas ações sido extintas, e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.  A incorporação da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. foi
	concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. era uma subsidiária integral da Companhia.
c) Sociedades Envolvidas	Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. e Ambev S.A.
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores da Companhia	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes da operação a Companhia era titular de participação direta representativa de 100% do capital social da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A.
	Após a conclusão da operação a Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. foi extinta, tendo a Companhia, sucedido a Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. em todos os direitos e obrigações.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a operação não gerou qualquer impacto para os acionistas da Companhia, já que a Companhia era titular de 100% do capital social da Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A.

a) Evento	Incorporação da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. pela Companhia
b) Principais Condições do Negócio	Por meio de proposta da administração divulgada em 29 de março de 2016, foi apresentada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A., subsidiária integral da Companhia. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais e administrativos do grupo.  No dia 29 de abril de 2016, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A., por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima. Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A., que foi extinta, tendo suas ações sido extintas, e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.  A incorporação da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. foi

	concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. era uma subsidiária integral da Companhia.
c) Sociedades Envolvidas	Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. e Ambev S.A.
d) Efeitos Resultantes da	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Operação no Quadro Acionário	
especialmente, sobre a	
Participação do Controlador, de	
Acionista com mais de 5% do	
Capital Social e dos	
Administradores da Companhia	
e) Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes da operação a Companhia era titular de participação direta representativa de 100% do capital social da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A.  Após a conclusão da operação a Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. foi extinta, tendo a Companhia, sucedido a Eagle
	Distribuidora de Bebidas S.A. em todos os direitos e obrigações.
f)Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a operação não gerou qualquer impacto para os acionistas da Companhia, já que a Companhia era titular de 100% do capital social da Eagle Distribuidora de Bebidas S.A.

a) Evento		Incorporação da Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. pela Companhia
b) Principais Condições Negócio	s do	Por meio de proposta da administração divulgada em 29 de março de 2017, foi apresentada a proposta de incorporação, pela Companhia, daCachoeiras de Macacu Bebidas Ltda., cuja totalidade das quotas era de titularidade da Companhia. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais e administrativos do grupo.
		No dia 28 de abril de 2017, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e a alteração do contrato social da Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda., por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima.
		Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações daCachoeiras de Macacu Bebidas Ltda., que foi extinta, tendo suas quotas sido extintas, e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.
		A incorporação da Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, na medida em que o patrimônio líquido da Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. já estava integralmente refletido no patrimônio líquido da Companhia, em decorrência (i) da aplicação do método de equivalência patrimonial e, considerando que o valor contábil do patrimônio líquido da Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. era negativo, (ii) da existência de provisão no balanço da Companhia em valor equivalente ao valor contábil do patrimônio líquido da Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.

c) Sociedades Envolvidas	Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. e Ambev S.A.
d) Efeitos Resultantes da	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Operação no Quadro Acionário	
especialmente, sobre a	
Participação do Controlador, de	
Acionista com mais de 5% do	
Capital Social e dos	
Administradores da Companhia	
e) Quadro Societário Antes e	Antes da operação a Companhia era titular de participação
Depois da Operação	direta representativa de 100% do capital social daCachoeiras de
	Macacu Bebidas Ltda.
	Após a conclusão da operação a Cachoeiras de Macacu Bebidas
	Ltda. foi extinta, tendo a Companhia, sucedido a Cachoeiras de
	Macacu Bebidas Ltda. em todos os direitos e obrigações.
f)Mecanismos utilizados para	Não aplicável, uma vez que a operação não gerou qualquer
garantir o tratamento equitativo	impacto para os acionistas da Companhia, já que a Companhia
entre os acionistas	era titular de 100% do capital social da Cachoeiras de Macacu
	Bebidas Ltda.

a) Evento	Cisão Parcial da Arosuco com Versão da Parcela Cindida para a Companhia
a) Evento  b) Principais Condições do Negócio	Por meio de proposta da administração divulgada em 27 de março de 2017, foi apresentada a proposta de incorporação, pela Companhia, de parcela cindida da Arosuco Aromas e Sucos Ltda., cuja totalidade das quotas passou a ser de titularidade da Companhia imediatamente antes da incorporação. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais e administrativos do grupo.  No dia 27 de abril de 2017, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, aprovando a incorporação, pela Companhia, da parcela cindida.  A incorporação não resultou em aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, na medida em que o acervo cindido já estava integralmente refletido no patrimônio líquido da Companhia em decorrência da observância das regras contábeis pertinentes. Nesse sentido, não houve diluição dos atuais acionistas da Companhia, não sendo, portanto, aplicáveis as obrigações previstas no Capítulo III da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015.  A Companhia formulou consulta à CVM acerca da desnecessidade de elaboração dos laudos previstos no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, para fins da Reorganização, tendo a Superintendência de Relações com Empresas da CVM, em
	razão das circunstâncias presentes no caso concreto, com base no inciso I, alínea "b", da Deliberação CVM nº 559/08, alínea "b", manifestado o entendimento de que não se justificaria a atuação da CVM no sentido de exigir a elaboração dos laudos mencionados no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, para fins da Reorganização, nos termos do Ofício nº 86/2018/CVM/SEP/GEA-2, datado de 22 de março de 2018.
c) Sociedades Envolvidas	Arosuco Aromas e Sucos Ltda. e Ambev S.A.

d) Efeitos Resultantes da	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Operação no Quadro Acionário	
especialmente, sobre a	
Participação do Controlador, de	
Acionista com mais de 5% do	
Capital Social e dos	
Administradores da Companhia	
e) Quadro Societário Antes e	Antes da operação a Companhia era titular de participação
Depois da Operação	direta representativa de 100% do capital social daArosuco
	Aromas e Sucos Ltda. e a participação continuou inalterada
	após a incorporação da parcela cindida.
f)Mecanismos utilizados para	Não aplicável, uma vez que a operação não gerou qualquer
garantir o tratamento equitativo	impacto para os acionistas da Companhia, já que a Companhia
entre os acionistas	era titular de 100% do capital social da Arosuco Aromas e
	Sucos Ltda.

#### 15.8 - Outras informações relevantes

Em virtude da incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, descrita neste Formulário de Referência, os acionistas ou titulares de *American Depositary Receipts* ("ADRs") da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passaram a ser titulares, respectivamente, de (i) cinco ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em circulação, e (ii) cinco ADRs da Companhia para cada ADR da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, representativo de ação, ordinária ou preferencial, desta.

Em 30 de outubro de 2013 a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu o registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A", nos termos da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada. As ações e os *American Depositary Receipts* da Companhia passaram a ser negociados, respectivamente, na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A. (atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) e na New York Stock Exchange em 11 de novembro de 2013.

Em 31 de outubro de 2013, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em que a Companhia, na qualidade de única acionista da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, aprovou o pedido de cancelamento do registro da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev como emissor de valores mobiliários na categoria "A", nos termos do artigo 50 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e o pedido de cancelamento dos Programas de *American Depositary Receipts* Nível 2 da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. O pedido de cancelamento do registro da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev como emissor de valores mobiliários na categoria "A" foi deferido pela CVM em 12 de dezembro de 2013, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-2/Nº 388/2013.

PÁGINA: 376 de 430

# 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos do estatuto social da Companhia e do regimento interno do Comitê de *Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas*, compete ao conselho de administração, após análise de referido Comitê, a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), de seus administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia), sendo que quaisquer transações com partes relacionadas devem obrigatoriamente seguir condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em condições que a Companhia contrataria com terceiros e devem estar claramente refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O regimento atual do Comitê de *Compliance Concorrencial e de Partes Relacionadas* foi aprovado em 31 de julho de 2013, mas a antiga Companhia de Bebidas das Américas possuía desde 2010 comitê similar e uma política interna para operações entre partes relacionadas.

Além disso, é vedado ao administrador intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ainda que em tese. Adicionalmente, o conselheiro não poderá ter acesso a informações ou participar de deliberações do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

PÁGINA: 377 de 430

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Anheuser-Busch Inbev USA LLC	31/12/2017	30.485.000,00	30.485.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos / Export	ação Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Anheuser-Busch Inbev USA LLC	31/12/2017	384.466.000,00	384.466.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos / Importaçã	ão Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Anheuser-Busch InBev SA/NV	31/12/2017	34.798.000,00	34.798.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos / Export	ação de produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Anheuser-Busch InBev SA/NV	31/12/2017	364.781.000,00	364.781.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Contas a Paga	r - Prestação de Serviços	Recíprocos / Importação	Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V.	31/12/2017	97.396.000,00	97.396.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relaciona	ada					
Objeto contrato	Contas a Recel	ber - Prestação de Serviç	os Recíprocos / Exporta	ção Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V.	31/12/2017	649.002.000,00	649.002.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relaciona	ada					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos / Importaçã	io Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
AB InBev Procurement GmbH	31/12/2017	8.989.000,00	8.989.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos / Exporta	ação Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Inbev Belgium N.V.	31/12/2017	23.880.000,00	23.880.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos / Exporta	ação Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Inbev Belgium N.V.	31/12/2017	33.775.000,00	33.775.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	s Recíprocos / Importaçã	ão Produtos			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Interbrew International B.V.	28/01/2014	260.857.000,00	260.857.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contas a Pag	ar –Aquisição de subsídiái	ria				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Anheuser-Busch Inbev Services LLC	31/12/2017	29.902.000,00	29.902.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Anheuser-Busch Inbev Services LLC	31/12/2017	6.124.000,00	6.124.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	s Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cerveceria Nacional - Panamá	31/12/2017	20.324.000,00	20.324.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Servi	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cerveceria Nacional - Panamá	31/12/2017	4.006.000,00	4.006.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Anheuser-Busch InBev Japan	31/12/2017	473.000,00	473.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	os Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ab Inbev Sedrin Holding B.V.	31/12/2017	347.000,00	347.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Ab Inbev Sedrin Holding B.V.	31/12/2017	62.000,00	62.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bavaria S.A.	31/12/2017	1.692.000,00	1.692.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bavaria S.A.	31/12/2017	2.610.000,00	2.610.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Anheuser-Busch Inbev Deutschland GMBH & CO.	31/12/2017	467.000,00	467.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Reco	eber - Prestação de Serviç	os Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Anheuser-Busch Inbev Deutschland GMBH & CO.	31/12/2017	13.775.000,00	13.775.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Paga	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
GModelo Europa S.A.U.	31/12/2017	397.000,00	397.000		Indeterminado	NÃO	0,000000

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida			
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada							
Objeto contrato	Contas a Paga	ar - Prestação de Serviços	Recíprocos						
Garantia e seguros									
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável							
Natureza e razão para a operação									
Posição contratual do emissor	Devedor								
Especificar									
Nimbuspath LTD.	31/12/2017	2.354.000,00	2.354.000		Indeterminado	NÃO	0,000000		
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada							
Objeto contrato	Contas a Receber - Prestação de Serviços Recíprocos								
Garantia e seguros									
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável							
Natureza e razão para a operação									
Posição contratual do emissor	Credor								
Especificar									
Nimbuspath LTD.	31/12/2017	197.000,00	197.000		Indeterminado	NÃO	0,000000		
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada							
Objeto contrato	Contas a Pagar - Prestação de Serviços Recíprocos								
Garantia e seguros									
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável							
Natureza e razão para a operação									
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Especificar							
USD: Corporate	31/12/2017	50.000,00	50.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Servi	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Crown Beers India Private LTD.	31/12/2017	808.000,00	808.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
GCC Services India Private LTD.	31/12/2017	617.000,00	617.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacio	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Servi	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
GCC Services India Private LTD.	31/12/2017	2.535.000,00	2.535.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Pag	ar - Prestação de Serviços	s Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Anheuser-Busch Packaging Group INC.	31/12/2017	1.306.000,00	1.306.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber- Prestação de Serviç	os Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Anheuser-Busch Packaging Group INC.	31/12/2017	35.114.000,00	35.114.000		Indeterminado	NÃO	0,000000

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida			
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada							
Objeto contrato	Contas a Paga	ar - Prestação de Serviços	s Recíprocos						
Garantia e seguros									
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável							
Natureza e razão para a operação									
Posição contratual do emissor	Devedor								
Especificar									
Ambev Colombia S.A.S.	31/12/2017	356.000,00	356.000		Indeterminado	NÃO	0,000000		
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada							
Objeto contrato	Contas a Receber - Prestação de Serviços Recíprocos								
Garantia e seguros									
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável							
Natureza e razão para a operação									
Posição contratual do emissor	Credor								
Especificar									
Compania Cervecera Ambev Peru S.A.C.	31/12/2017	9.673.000,00	9.673.000		Indeterminado	NÃO	0,000000		
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada							
Objeto contrato	Contas a Receber - Prestação de Serviços Recíprocos								
Garantia e seguros									
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável							
Natureza e razão para a operação									
Posição contratual do emissor	Credor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Especificar							
Compania Cervecera Ambev Peru S.A.C.	31/12/2017	14.873.000,00	14.873.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Paga	ar - Prestação de Serviços	s Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Compañia Cerveceria Hondureña S.A. DE C.V. S.A	31/12/2017	7.119.000,00	7.119.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Paga	ar - Prestação de Serviços	s Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Anheuser Busch Inbev Australia PTY Limited	31/12/2017	350.000,00	350.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	ços Recíprocos				
Garantia e seguros							

# 16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Industrias La Constancia S.A. DE C.V.	31/12/2017	2.552.000,00	2.552.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Thohoyandou Beer Distributors (PTY) Limited	31/12/2017	1.511.000,00	1.511.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacion	nada					
Objeto contrato	Contas a Rec	eber - Prestação de Serviç	cos Recíprocos				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Interbrew International B.V.	31/12/2017	590.937.000,00	590.937.000		Indeterminado	NÃO	0,000000

# 16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Dividendos a I	Pagar					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ambrew S. A.	31/12/2017	89.968.000,00	89.968.000		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Dividendos a l	Pagar					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência	01/06/2008	63.328.000,00	9.703.826		31/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Arrendamento	de ativos (contrato firmad	lo em 2008 pelo prazo d	e 10 anos)			
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							

# 16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Posição contratual do emissor	Devedor				,		
Especificar							
Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência	01/04/2016	6.510.805,00	3.255.000		31/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação do 3º	e 4º Andares do Edifício	Corporate Park ocupado	pela Administração Centr	al da Companhia		
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência	31/12/2017	22.454.410,17	22.454.410,17		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Assistência m	édica e odontológica aos f	uncionários e administra	adores (incluindo seus dep	endentes) da Companhi	a e suas controladas	3
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Nos termos da	a legislação aplicável					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

# 16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

#### a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Com relação às transações mencionadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que: (i) referidas transações foram devidamente aprovadas pelos órgãos competentes, conforme indicado no item 16.1 acima; (ii) os administradores que tinham interesse conflitante, ainda que em tese, não participaram da deliberação sobre tais transações e referido impedimento foi consignado na ata da referida reunião; e (iii) estas transações foram celebradas em condições usuais de mercado, e referidas condições foram explicadas em referidas reuniões.

Adicionalmente, no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não concedeu qualquer empréstimo ou celebrou qualquer contrato financeiro com seus diretores ou membros do conselho de administração.

# b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia somente realiza transações com partes relacionadas observando as condições praticadas em mercado à época.

Os termos essenciais dos contratos vigentes estão destacados no item 16.2 deste Formulário e foram devidamente endereçados nas apresentações quando da aprovação pelos órgãos competentes.

PÁGINA: 394 de 430

## 16.4 - Outras informações relevantes

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia, a Fundação Zerrenner, acionista controlador da Companhia, é uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Companhia, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas. A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras. As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$300.065 (R\$266.720 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$264.251 e R\$35.814 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$231.930 e R\$34.791 em 31 de dezembro de 2016 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

PÁGINA: 395 de 430

# 17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)							
Tipo de capital	Capital Emitido									
26/03/2018	57.710.201.914,77	Totalmente Integralizado	15.722.147.311	0	15.722.147.311					
Tipo de capital	Capital Subscrito	pital Subscrito								
26/03/2018	57.710.201.914,77	Totalmente Integralizado	15.722.147.311	0	15.722.147.311					
Tipo de capital	Capital Integralizado									
26/03/2018	57.710.201.914,77	Totalmente Integralizado	15.722.147.311	0	15.722.147.311					
Tipo de capital	Capital Autorizado	Capital Autorizado								
01/03/2013	0,00		19.000.000.000	0	19.000.000.000					

# 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	,	Preço emissão	Fator cotação		
23/02/2015	Conselho de Administração	23/02/2015	20.169.142,02	Subscrição particular	4.364.791	0	4.364.791	0,03502660	4,62	R\$ por Unidade		
Critério para preço de emis	determinação do ssão	Plano de Opção de	Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em 30 de julho de 2013. Referido aumento foi realizado dentro do limite do capital autorizado.									
Forma de inte	egralização	Moeda corrente nad	cional.									
27/03/2015	Conselho de Administração	27/03/2015	11.621.474,73	Subscrição particular	631.373	0	631.373	0,02017520	18,41	R\$ por Unidade		
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de Opção de	Compra de Ações, aprovado e	em 30 de julho d	de 2013. Referido aument	to foi realizado dentro do	limite do capital autorizad	do.				
Forma de inte	egralização	Moeda corrente nad	cional.									
26/03/2018	Conselho de Administração	26/03/2018	26.673.661,96	Subscrição particular	1.193.969	0	1.193.969	0,04629700	22,34	R\$ por Unidade		
Critério para preço de emi	determinação do ssão	Plano de Opção de	Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em 30 de julho de 2013. Referido aumento foi realizado dentro do limite do capital autorizado.									
Forma de inte	egralização	Moeda corrente nad	cional									
26/03/2018	Conselho de Administração	26/03/2018	69.388.405,48	Subscrição particular	3.337.923	0	3.337.923	0,12038100	20,79	R\$ por Unidade		
Critério para preço de emis	determinação do ssão	Plano de Opção de	Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em 30 de julho de 2013. Referido aumento foi realizado dentro do limite do capital autorizado.									
Forma de inte	egralização	Capitalização do sa	ldo de reserva.									

# 17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

## Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, já que não existiram desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

PÁGINA: 398 de 430

# 17.4 - Informações sobre reduções do capital social

## Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não teve redução do seu capital social nos últimos três exercícios sociais.

PÁGINA: 399 de 430

## 17.5 - Outras informações relevantes

Em 30 de julho de 2013, em decorrência da Incorporação de Ações, o capital social da Companhia foi aumentado mediante a emissão de 5.967.838.305 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$97.054.801.577,56, dos quais R\$48.527.400.788,78 foram destinados ao capital social, e o montante remanescente de R\$48.527.400.788,78 foi destinado à formação de reserva de capital, mediante a versão da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebida das Américas - Ambev para a Companhia, excluídas aquelas de titularidade da Companhia.

### 18.1 - Direitos das ações

#### Espécie de ações ou CDA Ord

Ordinária

Tag along

80,000000

Direito a dividendos

De acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social.

O estatuto social da Companhia prevê que no mínimo 40% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

0

Direito a voto

Pleno

Conversibilidade

Não

Direito a reembolso de capital

Sim

Descrição das características do reembolso de capital

No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.

Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirarse da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, ressalvado o direito ao levantamento de balanço especial.

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

O Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev S.A., aprovado em reunião do conselho de administração, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e na forma ali indicadas.

Para maiores informações a respeito da Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev S.A da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver seção 20 deste Formulário de Referência.

Resgatável

Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários De acordo com a Lei nº 6.404/76, nem o estatuto social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 (iv) exercer o direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei nº 6.404/76e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei nº 6.404/76.

# 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O estatuto social da Companhia não estabelece qualquer regra específica que limite o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

PÁGINA: 402 de 430

# 18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável, uma vez que não há exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto social da Companhia.

# 18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social	31/12/2017								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.569.677.000	17,79	15,81 R\$ por Unidade	16,84
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.979.247.000	19,29	17,15 R\$ por Unidade	18,01
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.745.515.000	21,13	17,46 R\$ por Unidade	19,34
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.741.081.000	21,73	19,84 R\$ por Unidade	20,61
Exercício social	31/12/2016								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.529.872.000	18,22	15,19 R\$ por Unidade	16,90
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.451.142.000	18,46	17,14 R\$ por Unidade	17,80
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.675.110.000	19,01	17,68 R\$ por Unidade	18,41
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.964.140.000	18,73	15,34 R\$ por Unidade	17,00
Exercício social	31/12/2015								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.982.275.000	17,21	14,18 R\$ por Unidade	16,14
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.101.488.000	18,17	16,85 R\$ por Unidade	17,43
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.973.647.000	18,36	16,53 R\$ por Unidade	17,70
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.018.211.000	18,88	16,51 R\$ por Unidade	17,58

### 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário Debêntures

Identificação do valor

mobiliário

1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie

quirografária.

 Data de emissão
 30/10/2015

 Data de vencimento
 30/10/2021

Quantidade (Unidades)

1.000

Pessoas Físicas (Unidades)

0

Pessoas Jurídicas

1

(Unidades)

36

Investidores Institucionais

(Unidades)

Valor nominal global

1.000.000.000,00

(Reais)

1.022.788.190,00

Restrição a circulação

Saldo devedor em aberto

Sim

Descrição da restrição

As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539, depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 de referida instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e

regulamentares aplicáveis.

Conversibilidade

Não Sim

Possibilidade resgate
Hipótese e cálculo do valor de

resgate

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e desde que legalmente permitido, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições descritos na cláusula 6.16 da Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate

Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data da Primeira Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado oferecido aos

Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, equivalente a 14,476% (quatorze inteiros e quatrocentos e setenta e seis milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma pro rata temporis, em regime de capitalização composta, de acordo com a fórmula definida na cláusula 6.12 da Escritura de Emissão ("Remuneração"). Na hipótese do rating das Debêntures ser alterado, a Taxa de Juros, conforme indicada na fórmula da Remuneração será alterada, para cima ou para baixo, de acordo com o rating emitido no mais recente relatório de classificação de risco, conforme indicado na tabela da cláusula 6.12.4 da Escritura de Emissão, a partir do primeiro dia do Período de Capitalização subsequente ao do Período de Capitalização em que a alteração for verificada, sem necessidade de aditivo a Escritura de Emissão.

#### 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação mais uma Debênture, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) as disposições da cláusula 9.13 da Escritura de Emissão, (ii) qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão, (iii) a Remuneração das Debêntures; (iv) quaisquer das datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (v) o prazo de vencimento das Debêntures, (vi) a espécie das debêntures, (vii) a criação de evento de repactuação, (viii) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (ix) alteração de qualquer Evento de Vencimento Antecipado estabelecido na cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, e (x) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Sétima.

As deliberações relativas ao perdão ou renúncia temporária de Eventos de Vencimento Antecipado dependerão da aprovação por Debenturistas que representem (i) 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação mais uma Debênture, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, em relação a Eventos de Vencimento Automático; (ii) 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação mais uma Debênture, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, em relação aos Eventos de Vencimento Não Automático (a), (b), (e), (f) e (h); e (iii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, em relação aos Eventos de Vencimento Não Automático (c), (d) e (g).

Outras características relevantes

A Emissão foi realizada, ainda, nos termos do artigo 1º da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada. Se as Debêntures deixarem de satisfazer determinadas características fixadas na Lei 12.431, não há garantias que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto em referida Lei. Para outras informações, consulte a seção 18.10 deste formulário de referência e a Escritura de Emissão das Debêntures, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), disponível no site da CVM. Termos em maiúsculas utilizados neste quadro 18.5 e que não estejam aqui definidos, tem o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

# 18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código ABEV3 desde 11 de novembro de 2013.

As debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia são admitidas à negociação no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados desde 04 de novembro de 2015.

# 18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia patrocina o Programa de *American Depositary Receipts* Nível 2 ("<u>Programa de ADRs</u>"), que foi aprovado pela CVM nos termos do Ofício CVM/SRE/GER-2/N° 450/2013, datado de 31 de outubro de 2013. O Programa de ADRs tem como objeto certificados de depósito representativos de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("<u>ADRs</u>"), sendo que cada 1 ADR representa 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Os ADRs são registrados perante a entidade reguladora do mercado de capitais estadunidense, qual seja a *Securities and Exchange Commission* (SEC) e são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange* – NYSE).

A Companhia apresenta abaixo, os seguintes dados com relação ao seu Programa de ADRs:

a. País

Estados Unidos

b. Mercado

Secundário

c. Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE)

d. Data de admissão à negociação

11 de novembro de 2013

e. Se houver, indicar o segmento de negociação

Programa de *American Depositary Receipts* - ADR Nível 2. Trata-se de programa aberto através de uma listagem em bolsa americana sem emissão de novas ações.

f. Data de início da listagem no segmento de negociação

11 de novembro de 2013

g. Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Em relação às ações ordinárias, 38,1% foram negociadas na B3 e 61,9% na Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE).

h. Se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

1 ADR representa 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

# 18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

i. Se houver, banco depositário

The Bank of New York Mellon

j. Se houver, instituição custodiante

Banco Bradesco S.A.

## 18.8 - Títulos emitidos no exterior

## Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos relevantes emitidos pela Companhia no exterior.

# 18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Companhia realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária em outubro de 2015, as quais foram distribuídas publicamente, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, conforme alterada, no montante total de R\$1 bilhão de reais. A Emissão foi realizada, ainda, nos termos do artigo 1º da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada. Mas informações sobre referidas debêntures no item 18.5 acima.

## 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

#### a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária em outubro de 2015, as quais foram distribuídas publicamente, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, conforme alterada, no montante total de R\$1 bilhão de reais. A Emissão foi realizada, ainda, nos termos do artigo 1º da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"). Nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ambev S.A.", conforme aditado ("Escritura de Emissão"), e do artigo 1º da Lei 12.431, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a captação serão exclusivamente alocados nos projetos de investimento (incluindo reembolsos, na forma da Lei 12.431), inseridos no âmbito do plano de investimentos da Companhia (capex), conforme descritos no Anexo I da Escritura de Emissão.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

# 18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que não houve ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros nos três últimos exercícios sociais.

### 18.12 - Outras infomações relevantes

Informações adicionais sobre a 1ª (primeira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária da Ambev S.A. (quadro 18.5 acima)

Ocorrendo qualquer dos eventos abaixo indicados, o Agente Fiduciário deverá proceder nos termos indicados na Escritura de Emissão.

#### Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

- a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- b) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) mais uma Debênture;
- c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos permitidos na Escritura de Emissão;
- d) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada Relevante; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, independentemente do deferimento do respectivo pedido; e
- e) transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações.

#### Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático:

- a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período de 60 (sessenta) dias contados da data em a que Emissora tomar ciência do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado;
- b) ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Emissora ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, em qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando Endividamento (conforme abaixo definido) em aberto e inadimplido em valor igual ou superior a US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas, desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado do referido Endividamento;
- c) redução do capital social da Emissora, exceto se (i) previamente autorizado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), representando, no mínimo a maioria das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) a redução se realizar com o objetivo de absorver prejuízos acumulados;
- d) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, desde que, como resultado, a Emissora deixe de poder desenvolver os Projetos de Investimento;
- e) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;

## 18.12 - Outras infomações relevantes

- f) descumprimento, pela Emissora, de obrigação constante de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral definitiva, não sujeita a recurso, contra a Emissora, que cause um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido), exceto se essa referida obrigação for garantida por ativos suficientes da Emissora, seguro garantia ou carta de fiança, desde que seja referida garantia aceita pelo juízo competente ou no âmbito do processo arbitral; ou
- cisão, fusão, incorporação (somente quando a Emissora for a incorporada) ou incorporação de ações (somente quando as ações de emissão da Emissora forem incorporadas) da Emissora, desde que a operação em questão resulte no rebaixamento, em dois ou mais níveis (notches), da classificação de risco (rating) das Debêntures com relação ao último relatório divulgado pela Agência de Classificação de Risco, nos termos da Escritura de Emissão, exceto: (i) se previamente autorizado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (ii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) se, em relação a cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), a sociedade que receber o patrimônio vertido (no caso de cisão), sucessora (no caso de fusão ou incorporação) ou que incorporar as ações (no caso de incorporação de ações) seja controlada direta ou indiretamente por empresa do grupo econômico da Emissora; e
- h) cancelamento do registro das Debêntures junto à CETIP e não obtenção, no prazo de 30 (trinta) dias, de novo(s) registro(s) junto a outra(s) entidade(s) atuante(s) no mercado que permita a custódia e negociação das Debêntures.

#### Garantias

As Debêntures não possuem garantia, são quirografárias.

Restrições impostas ao emissor, em relação à (i) distribuição de dividendos; (ii) alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas

Não há restrições adicionais impostas à Companhia na Escritura de Emissão no que se refere a tais pontos, sem prejuízo dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático e Não Automático, descritos acima.

#### Agente Fiduciário

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

### Atividades principais do Agente Fiduciário

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou na Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, dentre outras:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha

## 18.12 - Outras infomações relevantes

#### conhecimento;

- (e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (f) convocar, nos termos da Escritura de Emissão, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (g) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, nos termos da regulamentação aplicável;
- (i) disponibilizar o relatório a que se refere o item (h) aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
- (j) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP;
- (k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (l) notificar os Debenturistas, individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas na Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (m) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

### Remuneração do Agente Fiduciário

Parcelas quadrimestrais, postecipadas, de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devidas até a liquidação integral das Debêntures, valor este a ser atualizado, desde a data da emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA").

#### **Outras Informações**

Para os valores informados na tabela do item 18.4, a Companhia adotou o preço histórico ajustado para refletir pagamentos de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos.

## 19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.		Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	I Cilaced	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	РМР	Fator de cotação	% adquirido
Outras cara	cter.									
28/08/2015	28/08/2015 à 24/04/2016	850.000.000,00	Ordinária		60.000.000	1,380000	5.454.202	18,87	R\$ por Unidade	9,090000

Referido plano de recompra de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e eventual cancelamento ou alienação posterior foi aprovado nos termos do Artigo 21, "u", do Estatuto Social da Companhia, do Artigo 30, § 1º, "b", da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações posteriores, como forma de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.

As seguintes instituições financeiras foram autorizadas a atuar como intermediárias nessa operação: (i) Agora CTVM S/A, Praia de Botafogo, 300, Sala 601, E 301, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22250-040, (ii) Brasil Plural CCTVM S/A, R. Surubim , 373 Térreo, Conjuntos 01 - Parte e 02 – Parte, São Paulo – SP, CEP 04571-050, (iii) Credit Suisse Brasil S.A. CTVM, R. Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 700, 10° andar (Parte) e 12° a 14° andares (Partes), São Paulo – SP, CEP 04542-000, (iv) Deutsche Bank-CV S/A, Av. Brig. Faria Lima, 3900, 13° andar. (Pte), Ed. Birmann, 31, São Paulo – SP, CEP 04538-132, (v) Fator S.A. CV, R. Dr. Renato Paes De Barros, 1.017, 11° e 12° Andares, São Paulo – SP, CEP 04530-001, (vi) Icap Do Brasil CTVM Ltda., Av. das Américas, 3500, Andar 2, Sala 201, 202, 203, 204 Sala 205, 219 e 220, Rio De Janeiro - RJ, CEP 22640-102, (vii) Ita CV S/A, Av. Faria Lima, 3500, 3° Andar, Parte, São Paulo – SP, CEP 04538-132, (viii) J.P. Morgan CCVM S.A., Av. Brig. Faria Lima, 3.729, 13° Andar (Parte), São Paulo – SP, CEP 04538-905, (ix) Merrill Lynch S/A CVM, Av. Brig. Equipment (Parte), 161, Parte A, São Paulo – SP, CEP 04538-132, (x) Renascença DTVM Ltda., Al. Santos, 1940, 12° Andar, São Paulo – SP, CEP 04543-011, (vii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 4.440 7° Andar, São Paulo – SP, CEP 04538-132, (xiii) XP Investimentos CCTVM S/A, Av. das Américas, 3434, Bloco 7, 2° Andar, Salas 201 a 208, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22631-003, (xiv) Itau Securities Inc, 767 Fifth Avenue, 50th Floor, New York - NY 10153, (xv) Agora Securities Corp., Nova Iorque, 110 East 55th Street 18° Andar, Nova York, CEP 10022.

25/02/2015	25/02/2015 à 23/10/2015	850.000.000,00 Ordina	inária	60.000.000	1,350000	43.710.127	18,97	R\$ por Unidade	72,850000	l
------------	----------------------------	-----------------------	--------	------------	----------	------------	-------	-----------------	-----------	---

Referido plano de recompra de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e eventual cancelamento ou alienação posterior foi aprovado nos termos do Artigo 21, "u", do Estatuto Social da Companhia, do Artigo 30, § 1º, "b", da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações posteriores, como forma de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.

As seguintes instituições financeiras foram autorizadas a atuar como intermediárias nessa operação: (i) Agora CTVM S/A, Praia de Botafogo, 300, Sala 601, E 301, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22250-040, (ii) Brasil Plural CCTVM S/A, R. Surubim , 373 Térreo, Conjuntos 01 - Parte e 02 - Parte, São Paulo - SP, CEP 04571-050, (iii) Credit Suisse Brasil S.A. CTVM, R. Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 700, 10° andar (Parte) e 12° a 14° andares (Partes), São Paulo - SP, CEP 04542-000, (iv) Deutsche Bank-CV S/A, Av. Brig. Faria Lima, 3900, 13° andar. (Pte), Ed. Birmann, 31, São Paulo - SP, CEP 04538-132, (v) Fator S.A. CV, R. Dr. Renato Paes De Barros, 1.017, 11° e 12° Andares, São Paulo - SP, CEP 04530-001, (vi) Icap Do Brasil CTVM Ltda., Av. das Américas, 3500, Andar 2, Sala 201, 202, 203, 204 Sala 205, 219 e 220, Rio De Janeiro - RJ, CEP 22640-102, (vii) Itaú CV S/A, Av. Faria Lima, 3500, 3° Andar, Parte, São Paulo - SP, CEP 04538-132, (viii) J.P. Morgan CCVM S.A., Av. Brig. Faria Lima, 3.729, 13° Andar (Parte), São Paulo - SP, CEP 04538-905, (ix) Merrill Lynch S/A CTVM, Av. Brig. Faria Lima, 3400, Conjunto 161, Parte A, São Paulo - SP, CEP 04538-132, (x) Renascença DTVM Ltda., Al. Santos, 1940, 12° Andar, São Paulo - SP, CEP 04543-011, (xii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 440 7° Andar, Parte, São Paulo - SP, CEP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 440 7° Andar Parte, São Paulo - SP, CEP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS Brasil CCTVM S/A, Av. Faria Lima, 3400, CeP 04538-132, (xiii) UBS B

# 19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

### Exercício social 31/12/2017

## **Ações**

Espécie de ação Classe ação preferencial Descrição dos valores mobiliários Fator cotação

Ordinária

<u>Movimentação</u>	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	16.512.491	
Quantidade adquirida	7.830.472	18,12
Quantidade alienada	16.948.926	18,58
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.394.037	
Relação valores mobiliários em circulação	0,047100%	

#### Exercício social 31/12/2016

## **Ações**

Espécie de ação Classe ação preferencial Descrição dos valores mobiliários Fator cotação Ordinária

<u>Movimentação</u>	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	32.520.980	
Quantidade adquirida	3.196.848	18,59
Quantidade alienada	19.205.337	18,96
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	16.512.491	
Relação valores mobiliários em circulação	0,105200%	

## Exercício social 31/12/2015

## **Ações**

Espécie de ação Classe ação preferencial Descrição dos valores mobiliários Fator cotação

Ordinária

<u>Movimentação</u>	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	417.420	
Quantidade adquirida	48.949.937	18,96
Quantidade alienada	16.846.377	18,84

# 19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	32.520.980
Relação valores mobiliários em circulação	0,207300%

### 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Em 16 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou a Companhia ou suas controladas a celebrar contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (*Equity Swap*), com uma exposição de até 80 milhões de ações ordinárias (da qual parte ou a totalidade podem ter por referência ADRs), limitada a R\$2,3 bilhões. Tais contratos devem ser liquidados no prazo de 18 meses a contar da aprovação do Conselho de Administração.

Em 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração autorizou a Companhia ou suas controladas a contratar novas transações de *Equity Swap*, sem prejuízo da liquidação das demais operações aprovadas anteriormente, nos prazos contratados. Os novos contratos poderão acarretar uma exposição de até 44 milhões de ações ordinárias (da qual parte ou a totalidade podem ser por meio de ADRs), limitada a R\$ 820 milhões e, acrescidos dos saldos dos contratos celebrados no contexto da aprovação de 16 de maio de 2017 e ainda não liquidados, não atingem o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15.

Em 15 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, pela Companhia ou suas controladas, de novos contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (equity swap), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos ainda em vigor cuja celebração foi autorizada nas reuniões do Conselho de Administração de 16 de maio de 2017 e 21 de dezembro de 2017, conforme mencionado acima. Tais contratos poderão acarretar a exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,8 bilhões e, somados ao saldo dos contratos já celebrados no contexto das aprovações de 16 de maio de 2017 e 21 de dezembro de 2017 e ainda não liquidados, poderão acarretar exposição equivalente a até 122.242.125 de ações ordinárias.

### 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 28/03/2016

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função

O "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev S.A." ("Manual"), no que diz respeito à negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"), vincula as seguintes pessoas: (i) a própria Companhia; (ii) seus administradores, acionistas controladores, membros do conselho fiscal, funcionários e executivos com acesso a informação relevante e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas; (iii) às sociedades controladas, (iv) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora da Companhia, em sociedades controladas ou coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia até que esta o divulgue ao mercado; e (v) ex-administradores da Companhia, nas condições indicadas no item subsequente ("Pessoas").

#### Principais características e locais de consulta

#### Autorização Prévia:

Não obstante qualquer disposição contida na Política de Negociação, qualquer negociação com valores mobiliários da Companhia por parte das Pessoas Vinculadas deverá ser precedida de autorização do Diretor de Relações com Investidores e do Diretor Jurídico da Companhia. É dispensada da observância deste procedimento a negociação de ações de emissão da Companhia efetuada conforme planos individuais de investimento, definidos na Política de Negociação. Á Companhia deverá manter registro de todas as correspondências que tenham por objeto solicitações recebidas e decisões comunicadas sobre tais solicitações, pelo prazo de 5 anos contados a partir do recebimento de uma solicitação de negociação.

#### Planos Individuais de Investimento:

Para mais informações sobre referidos planos, vide item 20.2 deste Formulário de Referência.

#### Corretoras Credenciadas:

Todas as negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia ou suas sociedades controladas (que sejam companhias abertas), por parte da Companhia ou das Pessoas, deverão ser realizadas com a intermediação de corretoras de valores mobiliários credenciadas pela Companhia para negociação de seus valores mobiliários por parte das Pessoas.

#### Locais em que a política pode ser consultada:

A Política de Negociação pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: ri.ambev.com.br, no campo "Governança Corporativa", "Políticas e Códigos", "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev".

# Períodos de vedação e descrição

As Pessoas que tenham aderido à Política de Negociação deverão se abster de negociar, direta dos procedimentos de fiscalização ou indiretamente, suas ações em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, haja determinação de não negociação (o Black-out Period).

> Demais vedações, respectivas exceções, e informações adicionais estão descritas no item 20.2 deste Formulário de Referência.

### 20.2 - Outras informações relevantes

#### Vedações

As Pessoas que tenham aderido à Política de Negociação deverão se abster de negociar, direta ou indiretamente, suas ações em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, haja determinação de não negociação (o *Black-out Period*).

Em adição, é vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores e pelas seguintes pessoas: (a) administradores, conselheiros fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; (b) gerência de controladoria e tributos, gerência jurídica, gerente e demais funcionários da tesouraria, gerente e demais funcionários de relacionamento com investidores, gerente e demais funcionários de fusões e aquisições; gerente de novos negócios e gerência de auditoria interna (c) funcionários e executivos com acesso a informação relevante; (d) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos acionistas controladores, nas sociedades controladas e coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia; e (e) as pessoas que mantenham os vínculos indicados a seguir com as pessoas indicadas no item (a), acima: (i) o cônjuge, de quem não se esteja separado judicialmente, (ii) o(a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto sobre a renda e (iv) as sociedades controladas direta ou indiretamente, seja pelos administradores e assemelhados, seja pelas pessoas indicadas neste item (e) (em conjunto, "Pessoas Vinculadas") nas seguintes hipóteses:

(a) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia.

Essa vedação é igualmente aplicável:

- (i) a qualquer pessoa que tenha conhecimento de informação referente a fato relevante da Companhia, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; e
- (ii) aos ex-administradores, quando se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de atos ou fatos relevantes originados durante seu período de gestão, e até: (1) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (2) a divulgação ao público do fato relevante;
- (b) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas sociedades controladas ou coligadas ou outra sociedade sob controle comum, sendo que a restrição aqui prevista aplica-se às operações com ações da Companhia realizadas pelos acionistas controladores da Companhia e por Pessoas Vinculadas, pelos acionistas controladores da Companhia e por Pessoas Vinculadas, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie, ou informe às Corretoras Credenciadas (conforme definição abaixo) que negociará, com ações de sua própria emissão;
- (c) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária relevante; e
- (d) no período de 15 dias anterior à divulgação ou à publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP). A mesma restrição

## 20.2 - Outras informações relevantes

se aplica ao período de 15 (quinze) dias que anteceder a eventual divulgação antecipada de informações financeiras.

Nas hipóteses previstas nos itens (i) e (iii), acima, mesmo após a divulgação de ato ou fato relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação, caso esta possa - a juízo da Companhia - interferir nas condições dos negócios com ações da Companhia, de maneira a resultar prejuízo na própria Companhia ou a seus acionistas (Instrução CVM n° 358/02, artigo 13, § 5°), devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

#### Exceções

A restrição à negociação prevista no item (a) acima, não se aplica às operações com ações em tesouraria, através de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da Companhia, ou quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em assembleia geral.

As restrições à negociação previstas nos itens (a), (b) e (c) acima não se aplicam aos acionistas controladores e às Pessoas Vinculadas quando forem realizadas de acordo com os planos individuais de investimento, definidos na Política de Negociação, sendo que, se observados os requisitos adicionais lá descritos, pode-se afastar, também, a restrição constante do item (d) acima.

#### Negociação com as próprias ações

A Política de Negociação prevê, ainda, que o conselho de administração da Companhia tampouco poderá deliberar sobre a aquisição ou a alienação, pela Companhia, de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da divulgação de ato ou fato relevante, a informação relativa à: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; ou (ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária. Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo ato ou fato relevante.

#### Planos Individuais de Investimento

Os Planos Individuais de investimento deverão observar os seguintes requisitos, dentre outros indicados na Política de Negociação:

- sejam formalizados por escrito perante o Diretor de Relações com investidores antes da realização de quaisquer negociações;
- (b) estabeleçam, em caráter irrevogável e irretratável, as datas e os valores ou quantidades dos negócios a serem realizados pelos participantes, sendo permitido o uso de algoritmos e fórmulas que, uma vez aplicados ao caso concreto, determinem se os negócios serão realizados ou não e, caso sejam, quais as datas e os valores financeiros envolvidos;
- (c) prevejam prazo mínimo de 6 (seis) meses para que o próprio plano, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeitos;

## 20.2 - Outras informações relevantes

- (d) inexista mais de um plano de investimento simultaneamente em vigor com a mesma Pessoa; e
- (e) não se realizem quaisquer operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações a serem determinadas pelo plano de investimento.

O Conselho de Administração da Companhia deverá verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações realizadas pelos participantes aos planos de investimento por eles formalizados, nas hipóteses em que estes planos se destinem a, observados os demais requisitos descritos na Política de Negociação, permitir a realização de negociações em qualquer período vedado.

Acompanhamento da Política de Negociação

Compete ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia zelar pela execução e acompanhamento da Política de Negociação e dos Planos Individuais de Investimento.

Sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, o descumprimento às disposições constantes da Política de Negociação sujeitará o infrator a sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da Companhia, incluindo, exemplificativamente, conforme o caso, a: (i) advertência, suspensão ou dispensa por justa causa, conforme a gravidade da infração; e (ii) rescisão de contrato celebrado com a Companhia, podendo esta exigir, em qualquer caso, desde que devido, o ressarcimento integral de todos os prejuízos em que a Companhia venha a incorrer, direta ou indiretamente, em função de tal descumprimento.

# 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação e Uso de Informações vincula as seguintes pessoas, que deverão assinar um termo de adesão ao Manual:

- administradores, acionistas controladores, membros do conselho fiscal e membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;
- funcionários e executivos com acesso a informação relevante; e
- quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades
  controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato
  relevante sobre a Companhia (estas, somente relativamente ao dever de sigilo de informações
  privilegiadas, conforme abaixo mencionado).

As referidas pessoas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. Cumpre, ainda, às referidas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM 358/02), as referidas pessoas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o fato relevante imediatamente à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob pena de responsabilidade.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as Pessoas Vinculadas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do inicio ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, mas preferencialmente após o encerramento de tais negócios. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, esta deve ser feita, quando possível, com pelo menos 1 hora de antecedência, a fim de evitar atrasos no início das negociações.

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia será feita por meio de publicação no portal de notícias do jornal Valor Econômico na rede mundial de computadores, que disponibilizará ao mercado, com acesso gratuito, a íntegra do comunicado de Ato ou Fato Relevante no endereço eletrônico "www.valor.com.br/fatosrelevantes". A divulgação de ato ou fato relevante, pela Companhia, em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, com investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá ser concomitantemente divulgada a todo o mercado.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente às bolsas

# 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. De todo modo, ainda em tais casos excepcionais de não divulgação, é dever dos acionistas controladores e/ou administradores, conforme o caso, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Política de Divulgação e Uso de Informações pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: http://ri.ambev.com.br, no campo "Governança Corporativa", "Políticas e Códigos", "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev".

# 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Uso de Informações vincula as seguintes pessoas, que deverão assinar um termo de adesão ao Manual:

- administradores, acionistas controladores, membros do conselho fiscal e membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;
- funcionários e executivos com acesso a informação relevante; e
- quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (estas, somente relativamente ao dever de sigilo de informações privilegiadas, conforme abaixo mencionado).

As referidas pessoas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. Cumpre, ainda, às referidas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM 358/02), as referidas pessoas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o fato relevante imediatamente à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob pena de responsabilidade.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as Pessoas Vinculadas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do inicio ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, mas preferencialmente após o encerramento de tais negócios. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, esta deve ser feita, quando possível, com pelo menos 1 hora de antecedência, a fim de evitar atrasos no início das negociações.

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia será feita por meio de publicação no portal de notícias do jornal Valor Econômico na rede mundial de computadores, que disponibilizará ao mercado, com acesso gratuito, a íntegra do comunicado de Ato ou Fato Relevante no endereço eletrônico "www.valor.com.br/fatosrelevantes". A divulgação de ato ou fato relevante, pela Companhia, em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, com investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá ser concomitantemente divulgada a todo o mercado.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente às bolsas

# 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. De todo modo, ainda em tais casos excepcionais de não divulgação, é dever dos acionistas controladores e/ou administradores, conforme o caso, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Política de Divulgação e Uso de Informações pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: http://ri.ambev.com.br, no campo "Governança Corporativa", "Políticas e Códigos", "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ambev".

# 21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia, ainda que às pessoas indicadas no item 21.2 caiba informar eventual ato ou fato relevante ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações. Não obstante, todas as pessoas que aderirem ao Manual deverão honrar as obrigações ali assumidas.

# 21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.